

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A GUERRA CIVIL SÍRIA: UMA ANÁLISE DAS
RELAÇÕES ENTRE O CONFLITO ARMADO E O
DOMÍNIO TERRITORIAL**

Gleydson Gonzaga de Lucena
Tese de Doutorado

Brasília – Distrito Federal
Fevereiro - 2025.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A GUERRA CIVIL SÍRIA: UMA ANÁLISE DAS
RELAÇÕES ENTRE O CONFLITO ARMADO E O
DOMÍNIO TERRITORIAL**

Gleydson Gonzaga de Lucena

Orientadora: Glória Maria Vargas Lopez de Mesa

Tese de Doutorado

Brasília – Distrito Federal
Fevereiro - 2025.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A GUERRA CIVIL SÍRIA: UMA ANÁLISE DAS
RELAÇÕES ENTRE O CONFLITO ARMADO E O
DOMÍNIO TERRITORIAL**

Gleydson Gonzaga de Lucena

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia, na área de Produção do Espaço Urbano e Regional, subárea: Geopolítica do Brasil e do mundo.

Aprovada por:

Profa. Dra. Glória Maria Vargas Lopez de Mesa,
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília (UnB).
(Orientadora)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho,
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília (UnB).
(Examinador interno)

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira,
Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
(Examinador externo)

Profa. Dra. Regina de Souza Maniçoba,
Centro de Ensino Unificado de Brasília (UniCEUB)
(Examinador externo)

Brasília - DF, 14 de fevereiro de 2025.

FICHA CATALOGRÁFICA

LUCENA, Gleydson Gonzaga de.

A Guerra Civil Síria: uma análise das relações entre o conflito armado e o domínio territorial. 2025. 305p. (GEA/IH/UnB, Doutor, Geografia - Produção do Espaço Urbano e Regional, subárea: Geopolítica do Brasil e do mundo, 2025).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

1. Geopolítica

2. Síria

3. Guerra Civil Síria

4. Território

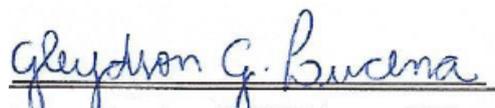
5. Domínio territorial

I. UnB-GEA

II. Título (série)

CESSÃO DE DIREITOS

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta Tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta Tese de Doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.



Gleydson Gonzaga de Lucena

Dedico à Simone, minha linda e amada esposa, a minha filha Isabella, que amo demais, aos meus queridos pais e aos demais parentes.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus pelo dom da vida. Agradeço também a minha linda e amada esposa, Simone Lucena, companheira em todos os momentos; a minha filha Isabella, por me alegrar grandemente a cada dia; aos meus queridos pais, Eliazar e Marlene Lucena, que sempre me guiaram pelo caminho certo; e aos meus irmãos e demais parentes, pelo apoio constante.

Agradeço a professora Glória Maria, em princípio, por ter aceitado o desafio de ser a minha orientadora, bem como agradeço por sua atenção, paciência e pelos relevantes e decisivos apontamentos. Outros professores que também merecem a minha lembrança neste momento são Fernando Sobrinho, Daniel Azevedo, Regina Maniçoba, Ricardo Nogueira, por terem dado o privilégio de participarem das bancas de qualificação e de defesa e pelas observações e sugestões que contribuíram para aprofundar as reflexões advindas desta tese.

Por fim, um agradecimento especial à Secretaria de Educação do DF, que me concedeu, seguindo a orientação da Lei n. 840/2013, um precioso afastamento remunerado para estudos, que me propiciou uma necessária dedicação integral à pesquisa que ora se encerra.

A Síria não é a Líbia, onde Khadafi pôde ser caçado por uma coligação internacional sem que os interesses de cada um colidissem. A Síria não é a Tunísia, onde, apesar das divergências, há uma homogeneidade étnica capaz de moldar compromissos. A Síria não é o Egito, onde os militares são a coluna vertebral do Estado e não permitem devaneios islamitas radicais. Na Síria, reina Assad e é com e contra ele que a guerra se trava.

Lima (p. 36, 2015)

RESUMO

A guerra civil na Síria, iniciada em 2011, vem constituindo uma das mais graves crises internacionais no século XXI. Na sua análise, estudamos a gestão do poder sobre o território durante o conflito armado por parte dos atores estatais e não estatais envolvidos. A tese defendida neste trabalho é a de que as intervenções de poderes regionais e globais na Guerra Civil da Síria ajudaram na escalada do conflito, na deterioração do regime de Assad e na destruição de grande parte do território do país e dificultaram o desfecho dela. Assim, o objetivo da pesquisa foi estabelecer as relações entre o domínio territorial e a Guerra Civil Síria, à luz dos acontecimentos geopolíticos recentes, da atuação dos atores nas diversas escalas (nacional, regional e global) e das teorias geopolíticas sobre poder territorial. Para isso, os instrumentos metodológicos principais utilizados foram: i) a narrativa histórica analítica; ii) a sistematização e análise de autores geopolíticos e de documentos oficiais; e iii) a aplicação do nosso método de análise de domínio territorial a partir dos modelos dos autores pesquisados. Concluímos que a fraqueza do regime de Assad se refletiu na ascensão de domínios territoriais diversos dentro da Síria. Ademais, constatamos que, a partir de 2020, não houve grandes mudanças na distribuição do domínio territorial entre os atores principais, até os recentes acontecimentos que determinaram a queda do presidente Assad.

Palavras-chaves: Guerra Civil Síria; Geopolítica da Guerra Civil Síria; Território; Domínio territorial.

ABSTRACT

The civil war in Syria, which began in 2011, has been one of the most serious international crises of the 21st century. In analyzing it, we study the management of power over territory during the armed conflict by the state and non-state actors involved. The thesis defended in this work is that the interventions of regional and global powers in the Syrian Civil War have helped to escalate the conflict, deteriorate the Assad regime and destroy a large part of the country's territory, making it difficult to bring it to an end. Thus, the aim of the research was to establish the relationship between territorial domination and the Syrian Civil War, in the light of recent geopolitical events, the actions of actors on different scales (national, regional and global) and geopolitical theories on territorial power. To this end, the main methodological tools used were: i) the analytical historical narrative; ii) the systematization and analysis of geopolitical authors and official documents; and iii) the application of our method of territorial domain analysis based on the models of the authors researched. We concluded that the weakness of the Assad regime was reflected in the rise of different territorial domains within Syria. Furthermore, we found that, from 2020 onwards, there were no major changes in the distribution of territorial dominance between the main actors, until the recent events that led to the fall of President Assad.

Key-words: Syrian Civil War; Geopolitics of the Syrian Civil War; Territory; Territorial dominance.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Representação do controle territorial na guerra civil da Libéria em 2003....	37
Mapa 2 – Império Assírio: domínio territorial.....	59
Mapa 3 - Posição estratégica de Palmira entre 64 a.C. e 106 d.C.	60
Mapa 4 - Domínio territorial do Império Bizantino.....	62
Mapa 5 - Império Otomano: declínio do domínio territorial (1817-1920).....	68
Mapa 6 - Mapa do acordo Sykes-Picot - A Síria ficou sob influência francesa.....	69
Mapa 7 - Mapa original do acordo Sykes-Picot de 2019.....	70
Mapa 8 – A Grande Síria: delimitação geográfica do território reivindicado pelos nacionalistas sírios em 1919.....	72
Mapa 9 – Os mandatos da Liga das Nações e as zonas de influências no Oriente Médio.....	73
Mapa 10 - A Divisão da Síria sob o mandato francês.....	74
Mapa 11 - Principais perdas territoriais da Síria.....	77
Mapa 12 - Os principais grupos étnico-religiosos que formam a população síria atual.....	85
Mapa 13 - 1ª fase da guerra civil: evolução espaço-temporal.....	114
Mapa 14 - Domínio territorial na Guerra Civil Síria em 2020 - <i>Political Geography Now</i>	122
Mapa 15 - Domínio territorial na Guerra Civil Síria em 2021- <i>Syrian Observatory for Human Rights</i>	123
Mapa 16 - Domínio territorial na Guerra Civil Síria em 2021- Nações Unidas.....	123
Mapa 17 - Domínio territorial na Guerra Civil Síria em 2023 - <i>Jusoor for Studies</i> ...	124
Mapa 18 - 1ª ofensiva contrainsurgente com a participação direta do <i>Hezbollah</i> ...	135
Mapa 19 - Presença e influência das milícias iranianas ou pró-iranianas na Síria (2020)	136
Mapa 20 - Ataques turcos contra o nordeste da Síria (outubro de 2019)	143
Mapa 21: Área aproximada do Califado do Iraque e do Levante (al-Sham), segundo a visão do Estado Islâmico (EI).....	146
Mapa 22: Região de Idlib: domínio territorial (2020)	148
Mapa 23 - Área sobre o domínio do EI na Síria em 2014 - serviços oferecidos à população.....	150

Mapa 24 - Território sob domínio do Estado Islâmico (EI) – set./2015 a mar./2019.....	150
Mapa 25: A "Exportação" da territorialidade xiita centra-se sobretudo nas áreas de maioria xiita espalhadas pelos diversos países do Oriente Médio.....	166
Mapa 26 - A projeção de poder do Irã no Oriente Médio.....	168
Mapa 27 - Pontos militares iranianos na Síria (julho de 2022).....	170
Mapa 28 - Fatores limitantes do domínio territorial do Irã dentro da Síria.....	174
Mapa 29 - Tropas dos EUA e milícias apoiadas pelo Irã perto da fronteira Iraque-Síria.....	175
Mapa 30 - A projeção de poder da Arábia Saudita no Oriente Médio.....	184
Mapa 31 - Região de domínio curdo na Síria em 2020 e zonas de segurança patrulhadas por Turquia, Rússia e Síria.....	192
Mapa 32 - Hidrografia na região de Golã: uma fonte de água fundamental.....	195
Mapa 33 - Região das Colinas de Golã: região estratégica pela sua altitude.....	195
Mapa 34 - A projeção de poder de Israel no Oriente Médio.....	200
Mapa 35 - O mapa geoestratégico de Nicolas J. Spykman.....	205
Mapa 36 - Posição geográfica estratégica das bases de Tartus (Naval) e de Latakia (aérea) para a Rússia.....	210
Mapa 37 - Projetos de gasodutos em direção aos mercados europeus no contexto geopolítico do conflito sírio.....	212
Mapa 38 - O <i>Rimland</i> (entorno imediato e externo) na perspectiva de segurança russa na Eurásia.....	219
Mapa 39 - Projetos de infraestrutura da iniciativa chinesa <i>Belt and Road Initiative</i> na Eurásia.....	221
Mapa 40 - Mapa das forças estrangeiras na Síria, julho de 2024.....	223
Mapa 41 - Arco de contenção liderado pelos EUA para enfrentar o eixo sino-russo na Eurásia.....	234
Mapa 42 - Forças militares da OTAN e dos Estados Unidos ao redor da Síria.....	235
Mapa 43 - Forças da Coalizão Internacional lideradas pelos EUA na Síria (julho de 2024).....	237
Mapa 44 - Síria: densidade demográfica.....	249
Mapa 45 - Síria: rede urbana e seus principais eixos.....	251
Mapa 46 - 1ª fase da Guerra Civil Síria - principais áreas afetadas (fevereiro de 2012)	253

Mapa 47 - Guerra Civil Síria: domínio territorial (junho de 2017)	255
Mapa 48 - Damasco: bairros mais afetados pelo conflito armado e a situação do domínio territorial (2011- 2018)	259
Mapa 49 - Aleppo: domínio territorial (setembro de 2013)	262
Mapa 50 - Aleppo: domínio territorial e dinâmica da guerra civil (junho de 2013) ..	263

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Domínio territorial e conflitos armados no nordeste da Nigéria (entre 25 de fevereiro a 24 de abril de 2015).....	38
Figura 2 - O campo de estudo da Geopolítica.....	57
Figura 3 - A cidade histórica de Palmira com sua arquitetura que evidencia a época da dominação romana sobre a Síria.....	61
Figura 4 - O príncipe Faisal com representantes europeus em Paris para a Conferência de Paz.....	64
Figura 5 - Manifestantes antigoverno sírios com faixas em árabe que diziam "Daraa está sangrando" e "quem mata seu próprio povo é um traidor".....	94
Figura 6 - Uma família deslocada no campo de Al-Hol, na Síria.....	106
Figura 7 - Milícias nacionais pró-regime na Síria.....	130
Figura 8 - Milícias estrangeiras pró-regime na Síria.....	132
Figura 9 - Um logotipo para <i>Junud al-Mahdi</i> , brigada ligada ao <i>Hezbollah</i> , e a veneração a dois mártires do referido grupo.....	133
Figura 10 - O "presidente interino" da Síria, Jawad Abu Hatab (C), participa da reunião para a criação de um único "exército nacional" em Aleppo, Síria, em dezembro de 2017.....	139
Figura 11 – Composição das Forças Democráticas Sírias (SDF).....	140
Figura 12 - Membros do esquadrão de combate <i>Abbas</i> , uma milícia xiita, treinam com soldados iraquianos em Basra (Iraque), setembro de 2015.....	157
Figura 13 - O Crescente xiita no Oriente Médio.....	162
Figura 14 - Encontro oficial entre o presidente russo Vladimir Putin com o presidente iraniano Hassan Rouhani em Moscou, em março de 2017.....	164
Figura 15 - Mulheres iranianas na mesquita <i>al-Sida Zinab</i> , em Damasco.....	173
Figura 16 - Principais importadores de armas por país e grupos insurgentes do Oriente Médio, e seus principais fornecedores no período 2016-2020.....	178
Figura 17 - Protestos na frente da embaixada saudita em Teerã após a morte de militantes xiitas na Arábia Saudita.....	179
Figura 18 - Uma foto de 2014 mostra um apoiador segurando um cartaz com a imagem do líder xiita saudita Nimr Baqir al-Nimr em frente à embaixada saudita no Iêmen.....	179

Figura 19 - Tropas turcas se movimentando junto à fronteira turco-síria em agosto de 2016.....	188
Figura 20 - Encontro do "trio de Astana" sobre a Guerra Civil Síria em Sochi, Rússia (jan. 2017)	190
Figura 21 - Imagem da base naval russa de Tartus na Síria.....	211
Figura 22 - Parada militar na base aérea de Hmeimim em 2018.....	224
Figura 23 - Imagem de satélite da base militar de Al-Tanf na Síria (junho de 2018). Os locais destacados constituem uma expansão feita em 2018 nas instalações originais.....	239
Figura 24 - Imagem da base militar de Al-Tanf na Síria (outubro de 2023)	239
Figura 25 - A cidade de Homs, uma das principais cidades sírias, antes (2011) e três anos após o início da guerra (2014). Percebe-se o espaço urbano totalmente transformado.....	259
Figura 26 - Sírios caminham entre os escombros de edifícios atingidos por ataques aéreos em Douma, a leste de Damasco.....	260
Figura 27 - Imagens de satélite mostram a evolução da retomada do controle do leste de Aleppo, entre 27 de novembro de 2016 a 23 de dezembro de 2016....	264
Figura 28 - Sobrepostos a uma imagem de satélite de Aleppo de 2016, os dados de danos retratam a localização e a intensidade da destruição que ocorreu entre 2012 e 2016.....	266
Figura 29 - O antigo Souk, um tradicional local de compras de Aleppo, antes (2007) e depois da guerra (2013)	266

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de artigos sobre território e guerra de 21 periódicos e do <i>Journal of Peace Research</i> (JPR) - 1964–2012.....	35
Gráfico 2 – Grupos étnico-religiosos da Síria (2011)	85
Gráfico 3 - Mudança no nível de democracia eleitoral - 2011-2019.....	97
Gráfico 4: Nota real vs. prevista de democracia eleitoral com base em atributos econômicos - 2016.....	99
Gráfico 5 - Síria: crescimento do PIB (1990-1995)	101
Gráfico 6 - Síria: Evolução da balança comercial como porcentagem do PIB atual (2000-2010)	103
Gráfico 7 - Síria: exportações de petróleo no período 2010-2014 (em milhões de euros)	105
Gráfico 8 - Incidência de pobreza extrema na Síria por localidades (2010, 2012, 2015, 2017-2019)	106
Gráfico 9 - Domínio territorial (em porcentagem) na Guerra Civil Síria - 2012 a 2015.....	116
Gráfico 10 - Domínio territorial (em porcentagem) na Guerra Civil Síria - 2015 a 2019.....	117
Gráfico 11 - Domínio territorial em porcentagem na Guerra Civil Síria - 2019 a 2022.....	119
Gráfico 12 - Domínio territorial do governo sírio ao longo da guerra civil.....	126
Gráfico 13 - SDF (curdos e aliados) domínio territorial (%) na Guerra Civil Síria - 2012 a 2022.....	143
Gráfico 14 - Estado Islâmico: Domínio territorial (%) na Guerra Civil Síria - 2012 a 2022.....	151
Gráfico 15 - Estado Islâmico: Número de ataques reivindicados pelo grupo na Síria e no Iraque - 2019 a 2024.....	151
Gráfico 16 - A participação dos 15 países com os maiores gastos com defesa no mundo em 2023.	227
Gráfico 17 - Cinco maiores orçamentos de defesa do mundo em 2023 (em bilhões de dólares).	227
Gráfico 18 - Síria: taxa de urbanização (2011 - 2021)	252

Gráfico 19 - Domínio territorial (em porcentagem) na Guerra Civil Síria - 2012 a 2015.....	254
---	------------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Autores que abordam o conceito de domínio territorial.....	39
Quadro 2 - Relação entre perguntas orientadoras, os objetivos e os capítulos.....	46
Quadro 3 – Metodologia utilizada nos capítulos da Tese.....	47
Quadro 4 - A construção histórico-territorial do Estado-nação sírio.....	79
Quadro 5 - Fases espaço-temporais da Guerra Civil Síria - 2011-2024.....	120
Quadro 6 - As três principais operações turcas na região fronteiriça com a Síria...191	
Quadro 7 - Principais organismos internacionais dos quais a Rússia faz parte no contexto eurasiático.....	218
Quadro 8 - Domínio territorial durante a guerra civil nas principais cidades sírias..	256

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Países com maior população xiita do mundo.....	86
Tabela 2 - Estimativa da população curda no mundo (2016).....	90
Tabela 3 - Áreas de influência (em porcentagem) na Guerra Civil Síria - 2012-2013.....	114
Tabela 4 - Situação da Guerra Civil Síria – domínio territorial em porcentagem (2020-2022)	122
Tabela 5 - Número aproximado de soldados dos EUA nos países do Oriente Médio.....	235
Tabela 6 - Síria: maiores cidades antes da guerra civil (2004)	249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AANES - *Autonomous Administration of North and East Syria* (Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria - Rojava)
- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- AUMF - *Authorization for the Use of Military Force* (Autorização para o Uso da Força Militar)
- BRI - *Belt and Road Initiative* (conhecido popularmente como Nova Rota da Seda)
- BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CCL - Comitês de Coordenação Locais
- CIA - *Central Intelligence Agency*
- CIS - Comunidade de Estados Independentes (CEI)
- CNFORS - Coligação Nacional das Forças da Oposição e Revolucionárias Sírias
- CNS - Conselho Nacional Sírio
- CSTO - Organização do Tratado de Segurança Coletiva
- Daesh - *al-Dawla al-Islamiya fil Iraq wa al-Sham* (Estado Islâmico do Iraque e do Levante).
- EAEU - União Econômica Eurasiática
- EI - Estado Islâmico
- ELS - Exército Livre da Síria (em inglês: FSA - *Free Syrian Army*)
- EUA - Estados Unidos da América
- FDI - Forças de Defesa de Israel
- HTS - *Hay'at Tahrir al-Sham* (Organização para a Libertação Levante)
- IRGC - *Islamic Revolutionary Guard Corps* (Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica)
- JPR - *Journal of Peace Research*
- LDF - *Local Defense Forces* (Forças de Defesa Local)
- NDF - *National Defense Forces* (Forças de Defesa Nacional)
- NSA - *New Syrian Army* (Novo Exército Sírio)
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PIB – Produto Interno Bruto
- PKK - *Parti Karkerani Kurdistan* (Partido dos Trabalhadores do Curdistão)

PYD - *Partiya Yekîtiya Demokrat* (Partido da União Democrática)
SCO - *Shangai Cooperation Organization* (Organização de Cooperação de Xangai)
SCPR - *Syrian Center for Policy Research* (Centro Sírio para Pesquisa Política)
SDF - *Syrian Democratic Forces* (Forças Democráticas Sírias)
UCDP - *Uppsala Conflict Data Program* (Programa de dados de conflito de Uppsala)
UGPC - *General Petroleum Corporation*
UNDOF - *United Nations Disengagement Observer Force* (Força de Observação de Desligamento das Nações Unidas)
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
V-Dem - Variedade de Democracia
YPG - *Yekîneyên Parastina Gel* (Unidades de Proteção Popular)

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE MAPAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO26

CAPÍTULO 1 - A GEOGRAFIA E O ESTUDO DA GEOPOLÍTICA POR MEIO DA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O DOMÍNIO TERRITORIAL E OS CONFLITOS ARMADOS31

1.1 - O ESTUDO DA GEOPOLÍTICA POR MEIO DA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O DOMÍNIO TERRITORIAL E OS CONFLITOS ARMADOS: UMA BASE TEÓRICA32

1.1.1 - O território como campo de disputa de poder.....32

1.1.2 - A utilização do conceito de domínio territorial na análise geopolítica ...34

1.1.3 - O domínio territorial na investigação da Guerra Civil Síria.....40

1.1.4 - Além do estudo do domínio territorial na Guerra Civil Síria42

1.2 - METODOLOGIA.....44

1.3 - REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A GUERRA CIVIL SÍRIA.....49

1.3.2 - Formação histórico-territorial da Síria49

1.3.2 - A atuação dos atores envolvidos na Guerra Civil da Síria50

CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DO ESTADO-NAÇÃO SÍRIO56

2.1 - O PESO DA HISTÓRIA NA ANÁLISE TERRITORIAL E GEOPOLÍTICA	56
2.2 - DOS PRIMEIROS IMPÉRIOS NO CRESCENTE FÉRTIL À DOMINAÇÃO ROMANA (1.400 A 600 A.C).....	58
2.3 - O PERÍODO ISLÂMICO INICIAL E A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE MULÇUMANA (600 A 1.453)	62
2.4 - A SOLUÇÃO TERRITORIAL OTOMANA (1453 A 1918)	65
2.5 - O PERÍODO DE DOMÍNIO EUROPEU: IMPLANTAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL VESTIFALIANO (1918 A 1946)	68
2.6 - PERÍODO INDEPENDENTE: A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO NACIONAL SÍRIO SEGUNDO O MODELO VESTIFALIANO (1948-2011)	75
2.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO	80

CAPÍTULO 3 – CULTURA, POLÍTICA E ECONOMIA: FATORES QUE INCIDIRAM NA DEFLAGRAÇÃO E NA CONTINUIDADE DA GUERRA CIVIL SÍRIA

3.1 - OS PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS E AS RELAÇÕES DE PODER NA SÍRIA.....	83
3.2 – A DITADURA DA FAMÍLIA ASSAD E A PRIMAVERA ÁRABE	92
3.3 – A TENTATIVA FRACASSADA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA ECONOMIA LIBERAL DENTRO DE UM REGIME AUTORITÁRIO.....	100
3.4 - RELAÇÃO DOS ASPECTOS MENCIONADOS COM A DEFLAGRAÇÃO E O APROFUNDAMENTO DA GUERRA.....	109

CAPÍTULO 4 – OS PAPÉIS DOS ATORES LOCAIS E NACIONAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO DOMÍNIO TERRITORIAL E NO PRECURSO DA GUERRA CIVIL.....

4.1 - AS PRINCIPAIS FASES DA GUERRA CIVIL SÍRIA E A SUA SITUAÇÃO ATUAL.....	112
4.1.1 – Fase “nacional” da guerra (2011 a 2012).....	113
4.1.2 – Fase “regional” da guerra (2012 a 2015)	115

4.1.3 – Fase de internacionalização efetiva da guerra (2015 a 2019)	116
4.1.4 – Fase de estabilização precária da guerra civil (2019 a 2024).....	118
4.2 - QUADRO ATUAL DO CONFLITO ARMADO SÍRIO	121
4.3 – SITUAÇÃO DA GUERRA CIVIL SÍRIA NAS ESCALAS NACIONAL E LOCAL E SEUS REFLEXOS NO DOMÍNIO TERRITORIAL.....	126
4.3.1 - Os grupos contrainsurgentes ou pró-regime.....	127
<i>4.3.1.1 - Análise do domínio territorial dos grupos contrainsurgentes.....</i>	<i>134</i>
4.3.2 – A atuação dos atores não estatais laicos opositores	136
<i>4.3.2.1 - Análise do domínio territorial dos curdos na Síria</i>	<i>141</i>
4.3.3 – A atuação dos atores não-estatais opositores jihadistas.....	144
<i>4.3.3.1 - Análise do domínio territorial da Hay'at Tahrir al-Sham (HTS) e do Estado Islâmico</i>	<i>147</i>
4.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO	152

CAPÍTULO 5 – A INFLUÊNCIA DAS DINÂMICAS REGIONAIS NO TABULEIRO DO DOMÍNIO TERRITORIAL E NO DESENVOLVIMENTO DA GUERRA CIVIL .. 154

5.1 – A ATUAÇÃO DOS PRINCIPAIS ALIADOS ESTATAIS REGIONAIS DO REGIME DE ASSAD (IRAQUE E IRÃ).....	155
5.1.1 - Iraque	156
5.1.2 - Irã: principal aliado regional do regime de Assad.....	159
5.1.3 - O Irã no tabuleiro do domínio territorial no Oriente Médio e na Síria....	164
<i>5.1.3.1 - O Irã no tabuleiro do Oriente Médio</i>	<i>165</i>
<i>5.1.3.2 - O domínio territorial do Irã na Síria</i>	<i>168</i>
5.2 – A ATUAÇÃO DOS PRINCIPAIS ANTAGONISTAS DO REGIME DE ASSAD	176
5.2.1 - Arábia Saudita	176
<i>5.2.1.1 - Análise do domínio territorial da Arábia Saudita no tabuleiro do Oriente Médio e da Síria</i>	<i>183</i>
5.2.2 - Turquia	186

5.2.2.1 - A Turquia no tabuleiro do domínio territorial na Síria	190
5.2.3 - Israel.....	194
5.2.3.1 - Análise do domínio territorial de Israel no contexto da Guerra Civil Síria..	198
5.3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO	201

CAPÍTULO 6 – A INFLUÊNCIA DOS ATORES GLOBAIS NAS DINÂMICAS DE DOMÍNIO TERRITORIAL E NO DESENVOLVIMENTO DA GUERRA CIVIL

6.1 – A ATUAÇÃO DOS ALIADOS DO REGIME DE ASSAD - RÚSSIA E CHINA .	206
6.1.1 - A Rússia e seu papel no tabuleiro do domínio territorial na Eurásia e na Síria.....	216
6.1.1.1 - A Rússia no tabuleiro do domínio territorial na Síria	222
6.2 – A ATUAÇÃO DOS ANTAGONISTAS GLOBAIS DO REGIME DE ASSAD - ESTADOS UNIDOS E UNIÃO EUROPEIA	226
6.2.1 - Os Estados Unidos e seu papel no tabuleiro do domínio territorial no Oriente Médio e na Síria.....	232
6.2.1.1 - Os EUA no tabuleiro do domínio territorial na Síria.....	236
6.3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO	242

CAPÍTULO 7 - AS RELAÇÕES ENTRE O ESPAÇO URBANO E A GUERRA CIVIL: O CASO SÍRIO

7.1 - O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO DO URBAN BATTLESPACE: O ESPAÇO URBANO NA ANÁLISE DOS CONFLITOS ARMADOS	246
7.2 - O ESPAÇO URBANO DA SÍRIA	248
7.2.1 - A rede urbana antes da guerra civil.....	248
7.2.2 - A rede urbana durante a guerra civil	250
7.3 - A REDE URBANA SÍRIA E AS SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS COM A GUERRA CIVIL	252
7.3.1 - A rede urbana e o domínio territorial durante a Guerra Civil Síria	252
7.3.2 - O planejamento urbano como arma de guerra: os casos de Damasco e Aleppo	257

7.3.2.1 - O caso de Damasco.....	257
7.3.2.2 - O caso de Aleppo.....	260
7.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO	267
CONSIDERAÇÕES FINAIS	268
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	274
ANEXO A - A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE A GUERRA CIVIL SÍRIA.....	298
Quadro A.1 - Trabalhos sobre a atuação do Estado Islâmico na Guerra Civil Síria.....	298
Quadro A.2 - Trabalhos sobre a atuação dos curdos na Guerra Civil Síria.....	299
Quadro A.3 - Trabalhos sobre a atuação dos atores regionais envolvidos na Guerra Civil Síria	300
Quadro A.4 - Trabalhos sobre a atuação dos EUA e da Rússia na Guerra Civil Síria.....	301
Quadro A.5 - Trabalhos sobre a atuação dos EUA na Guerra Civil Síria.....	302
Quadro A.6 - Trabalhos sobre a atuação da Rússia na Guerra Civil Síria	303
ANEXO B - RESOLUÇÕES DO CONGRESSO GERAL SÍRIO, DE 2 DE JULHO DE 1919	304

INTRODUÇÃO

A guerra civil na Síria, iniciada em 2011 em meio à chamada “Primavera Árabe”, vem constituindo uma das mais graves crises internacionais no século XXI e adquiriu um caráter cada vez mais global, pois envolve direta ou indiretamente muitos países. Após mais de 13 anos de guerra, não havia aparentemente uma solução definitiva em curto prazo, com atores externos poderosos e questões geopolíticas complexas. Uma dessas complexidades é que a guerra se desdobra em vários subconflitos inter-relacionados, como os confrontos geopolíticos entre Irã e Israel, Irã e Arábia Saudita e Rússia e o Ocidente (especialmente os EUA).

Assim, a análise da Guerra Civil Síria nos dá a oportunidade de estudar um tema que julgamos de grande importância para a Geopolítica e para a Geografia Política: a gestão do poder sobre o território durante um conflito armado por parte dos atores estatais – os Estados soberanos – e não estatais, como os grupos insurgentes de inspiração religiosa ou sectários. Isto nos leva à questão do domínio territorial na guerra civil.

No estudo desse tema, optamos em trabalhar alguns conceitos da ciência geográfica, como os de território, territorialidade e de domínio territorial. Além desses, fez-se igualmente necessária a análise da rede urbana síria e suas implicações para o desenvolvimento da guerra, o que colocou no âmbito desta pesquisa o chamado “espaço urbano da guerra”. Importante também é a utilização da cartografia como instrumento de aprofundamento da análise dos fenômenos geopolíticos, o que, aliás, sempre esteve presente nos estudos geopolíticos desde as suas origens (RAFFESTIN *et al.*, 1995).

Após mais de uma década de guerra civil, o presidente Bashar al-Assad conseguiu permanecer no poder e dominava até novembro de 2024, mesmo que de maneira parcial, aproximadamente 63% do território do país. Contudo, as regiões ao norte e a nordeste, ricas em petróleo, ainda são dominadas (total ou parcialmente) pelos curdos e pelos turcos, assim como também, por grupos rebeldes ainda em ação, uma situação de difícil solução a curto prazo. Portanto, resta analisar como se deu o processo do domínio territorial durante a Guerra Civil Síria por parte dos diversos atores envolvidos na questão. A guerra envolve, além dos grupos internos,

outras nações do Oriente Médio e de fora da referida região, como a Rússia e os Estados Unidos, com interesses divergentes.

Neste contexto, a Geografia dá uma contribuição maior ao campo da Geopolítica ao aprofundar o debate teórico contemporâneo sobre a relação entre poder e território, tendo a Guerra Civil Síria como tema de análise e agregando à sua base teórica e metodológica as contribuições de pesquisadores não geógrafos. Assim, a presente pesquisa contribui para a compreensão de uma importante questão geopolítica atual, bem como ajuda a preencher uma lacuna no campo de conhecimento da Geografia brasileira, em particular, e nas Ciências Humanas, em geral. Ao nos dedicarmos ao estudo do domínio territorial, aprofundamos aquilo que já se sabe de uma maneira geral sobre as relações de poder e domínio territorial, assim como de outros fenômenos territoriais, não apenas no campo compreensivo dos fatos, mas também na abordagem metodológica.

Logo, este trabalho focou-se na análise geopolítica, desde o processo que levou à eclosão da guerra civil na Síria e que passou de um primeiro momento de manifestações pacíficas contra o governo instituído, sofrendo uma perda constante de legitimidade, até a situação de guerra civil generalizada, ou, nas palavras de Visentini (2012), da “primavera” (suave) para o “verão” (quente). O recorte temporal é de 2011 (início do conflito) a 2023.

Analisou-se esse fenômeno geopolítico a partir das relações entre o conflito armado e o domínio territorial na Síria durante a guerra civil, à luz dos acontecimentos geopolíticos recentes, da atuação dos atores nas diversas escalas (nacional, regional e global), e das teorias geopolíticas sobre poder territorial. Dessa forma, a questão inicial da nossa investigação foi: como os diversos atores se comportam no contexto dos processos de domínio territorial acontecidos no desdobramento da guerra civil da Síria?

A partir da questão de partida explicitada acima, conjugamos outras as quais acreditamos que nos ajudariam a nos aproximarmos dela cada vez com maior resolução. Essas questões derivadas foram:

1 - Qual o panorama teórico contemporâneo sobre as relações entre domínio territorial e conflitos armados, no campo da Geopolítica?

2 – Como se deu a construção territorial e soberana do Estado-nação sírio?

3 – Quais os principais fatores que determinaram a situação de vulnerabilidade do regime sírio e que favoreceram a deflagração e a continuidade da guerra civil?

4 – Como as intervenções dos diferentes poderes nacionais, regionais e globais pautaram os desdobramentos territoriais ao longo da sua evolução?

5 - E como a rede urbana teve um papel relevante no desenvolvimento do conflito em termos de domínio territorial?

Assim, o objetivo geral da pesquisa foi estabelecer as relações entre o domínio territorial e a Guerra Civil Síria.

Ademais, no que concerne aos objetivos específicos, temos a intencionalidade de:

- Apresentar o debate teórico contemporâneo sobre as relações entre domínio territorial e conflitos armados no campo da Geopolítica;

- Descrever como se deu a construção territorial e soberana do Estado-nação sírio e relacionar tal construção com os desdobramentos do domínio territorial de diferentes atores deflagrados durante a guerra civil;

- Identificar o contexto cultural, político e econômico que determinou a deflagração da Guerra Civil Síria e que criou uma situação favorável para a infiltração de outros poderes regionais e globais;

- Analisar as ações dos diversos poderes nas escalas nacional, regional (supranacional) e global e suas conexões com os poderes locais – redes e atores locais – envolvidos no conflito, que contribuíram para as diferentes fases do domínio territorial na Síria, para a escalada do conflito e para a destruição de parte do território da Síria; e

- Analisar como a dinâmica da rede urbana síria influenciou e foi influenciada no desenvolvimento da guerra civil, principalmente em termos de domínio territorial.

Partindo das reflexões iniciais, a tese defendida neste trabalho é a de que as intervenções de poderes regionais e globais na guerra civil da Síria ajudaram na escalada do conflito, na deterioração do regime e na destruição de grande parte do território do país e, portanto, dificultaram o desfecho dela.

Esta tese geral se desdobra em 5 partes:

1. O regime de Assad, composto historicamente por membros da minoria alauíta – somado a outras patologias como a exclusão política, a corrupção e o

autoritarismo – assistiu à erosão gradativa da sua legitimidade. Tal quadro serviu de base para que a Primavera Árabe fosse aproveitada por setores sociais – numa sociedade extremamente heterogênea – como conjuntura para tentar a mudança de regime.

2. A fraqueza do regime expôs a Síria a infiltrações de poderes externos, de diferentes ordens e intensidades (Estado Islâmico, outros grupos jihadistas), o que resultou na desestabilização do país em várias áreas (econômica, política, cultural, urbana) e na ascensão de domínios territoriais diversos dentro da Síria.

3. A intervenção de poderes regionais e globais aprofundou as contradições e o escalamento da violência na Guerra Civil Síria e promoveu a sua vulnerabilidade territorial, esvaziando o controle do território por parte do governo sírio.

4. A localização da Síria no coração do Oriente Médio, região já conturbada e com rivalidades entre potências regionais e globais, fez com que as disputas internas se integrassem às externas já existentes, o que levou à escalada do conflito e à destruição da infraestrutura em grande parte do território, especialmente de sua rede urbana.

5. A fragmentação dos poderes insurgentes internos tem complicado o desdobramento da guerra pela dificuldade de se ter convergências reivindicatórias entre os grupos, e territorialmente tem dispersado o foco dos confrontos com o regime Assad.

Em relação à metodologia proposta para a efetivação deste trabalho, os instrumentos principais utilizados foram: i) a narrativa analítica (SLOAN, 2017), escolhida como ferramenta para a explicação das temporalidades da formação do território sírio; ii) a sistematização e análise dos autores geopolíticos e dos documentos oficiais, a partir da revisão da literatura (escolhemos os autores da Geopolítica, advindos das diversas áreas das Ciências Humanas, bem como selecionamos também alguns documentos oficiais para ter acesso às versões oficiais dos Estados envolvidos no conflito); e iii) a aplicação do nosso método de análise de domínio territorial a partir do modelo de Ran Tao *et al.* (2016). Esta etapa nos permitiu enxergar com maior clareza a centralidade do tema do domínio territorial e nos proveio do método de análise usado em tal temática. Além desses principais, utilizamos outros instrumentos de análise auxiliares, os quais descrevemos no primeiro capítulo.

A partir das colocações anteriores, o presente trabalho se estrutura em 7 partes principais. O primeiro capítulo apresenta uma revisão sobre a produção acadêmica sobre a Guerra Civil Síria; o campo teórico de investigação que busca o estudo da Geopolítica por meio da análise das relações entre o domínio territorial e os conflitos armados, destacando seus principais autores e conceitos e a metodologia que foi adotada na pesquisa. No segundo capítulo faz-se uma descrição analítica da formação histórico-territorial do Estado-nação sírio (até a ascensão do atual presidente Bashar al-Assad, no início dos anos 2000); no terceiro, pretendeu-se compreender os principais condicionantes geográficos que determinaram a situação de domínio territorial por parte do Governo Sírio e que favoreceram a eclosão da guerra civil e seu desenvolvimento. Nos capítulos seguintes procurou-se analisar a situação atual da Guerra Civil Síria na perspectiva da ação dos atores e seus reflexos em termos de domínio territorial: no quarto capítulo, apresentou-se um quadro geral da guerra civil, incluindo uma periodização espaço-temporal para depois processar a análise dos atores nas escalas nacional e local; no quinto capítulo, analisaram-se os atores nas escalas regional e global; no sexto capítulo, analisaram-se os atores na escala global. E, por fim, no sétimo capítulo, abordaram-se as relações entre o espaço urbano sírio e o conflito armado.

CAPÍTULO 1 - A GUERRA CIVIL SÍRIA E O ESTUDO DA GEOPOLÍTICA POR MEIO DA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O DOMÍNIO TERRITORIAL E OS CONFLITOS ARMADOS

Iná de Castro, ao abordar o campo de estudo da Geografia política, explica que ele se define “na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material.” (2005, p. 15-16). Ou seja, “A geografia política pode ser entendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa.” (2015, p. 17). Já para José Vesentini (2009), essa subárea da Geografia pode ser entendida como “o estudo geográfico ou espacial da política, ou como o estudo das relações entre espaço e poder.” (VESENTINI, 2009, p. 1).

A Geopolítica, por sua vez, constitui um campo interdisciplinar de pesquisa e a Geografia enquanto ciência é fundamental para a análise dos problemas geopolíticos do momento atual. Segundo o geógrafo francês Yves Lacoste, referência na área, “(...) os geógrafos devem participar ativamente no estudo dos conflitos atuais e reivindicar seu lugar entre os que se ocupam dos problemas geopolíticos” (1986, p. 294).

Já Cohen, por sua vez, ressalta a relevância da Geografia nos estudos geopolíticos, ao afirmar que “o verdadeiro valor da geopolítica moderna é uma análise acadêmica dos fatores geográficos subjacentes às relações internacionais e que orientam as interações políticas” (2009, p. 11, tradução nossa). De forma semelhante, Costa (2015) afirma que suas investigações estão fundadas “basicamente na convicção de que não existe política internacional sem geopolítica e, especialmente, geopolítica sem geografia”.

Portanto, como advogam Agnew e Crobridge (1995), Newman (2006), Sloan (2017) e Rosenboim (2019), é necessário resgatar o valor do espaço e do território enquanto categorias fundamentais de análise dos fenômenos geopolíticos internacionais. Neste contexto, a Geografia precisa participar mais ativamente nas análises desses fenômenos, assim como interagir com as teorias relevantes do campo de estudo da Geopolítica que possam ser úteis ao entendimento do objeto de estudo. O estudo da Geopolítica necessita ser aprofundado pelos geógrafos brasileiros; ainda há poucos trabalhos na área se comparados com outras dentro da Ciência Geográfica. No caso brasileiro, há poucos trabalhos de pesquisa que

abordam a Guerra Civil Síria se comparados com outras áreas, como a de Relações Internacionais. O levantamento feito sobre a literatura acadêmica do objeto de estudo, relacionado no Anexo A, comprova tal fato.

Neste capítulo apresentamos a base teórica da pesquisa, ligada à categoria mais ampla de análise que é o território e, principalmente, o de domínio territorial; assim como as principais abordagens da literatura sobre o tema do domínio territorial em conflitos armados. Posteriormente, descrevemos a metodologia utilizada ao longo do trabalho investigativo e, por fim, efetuamos uma revisão da literatura sobre a Guerra Civil Síria, apresentando os principais trabalhos que abordaram esse conflito ao longo da última década no meio acadêmico.

1.1 - O ESTUDO DA GEOPOLÍTICA POR MEIO DA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O DOMÍNIO TERRITORIAL E OS CONFLITOS ARMADOS: UMA BASE TEÓRICA

O tema que se pretende investigar nesta pesquisa interliga o território e o domínio territorial. Por meio deles pretendemos analisar a evolução da guerra civil na Síria. Dessa forma, nesta seção apresentamos os aportes teóricos que nos auxiliam na compreensão do tema proposto.

1.1.1 - O território como campo de disputa de poder

Jean Gottmann (1973) lembra que desde os primórdios da história da humanidade os diversos grupos humanos sempre procuraram delimitar um determinado território para chamá-lo de sua casa: “Pode-se provavelmente equiparar tal distritalização com a noção de território, cujo primeiro objetivo é cercar uma porção de espaço para a segurança de seus habitantes.” (GOTTMANN, 1973, p. 1, tradução nossa). Johnson e Toft (2014), no artigo *Bringing 'Geo' Back into Politics: Evolution, Territoriality and the Contest over Ukraine*, defendem a ideia de que a defesa e luta pelo território estão na natureza dos seres vivos e com o homem não seria diferente. Ao tratarem da disputa territorial na Criméia entre Rússia e Ucrânia

em 2014, eles afirmam que

Tomados em conjunto, o que descobrimos é que os humanos partilham uma propensão comum com outras espécies no que diz respeito à **territorialidade**. Geralmente vale a pena lutar pelo **território** e os invasores geralmente podem ser derrotados. Isto é importante porque no campo das relações internacionais existem poucos princípios ou leis fundamentais. O mapa mundial, no entanto, destaca pelo menos uma lei férrea da política global: a **territorialidade humana**. Quase cada centímetro do globo está dividido em espaços exclusivos e delimitados que são reivindicados por grupos específicos de humanos. Além disso, o território levou a conflitos recorrentes e alguns dos mais graves. Estas lutas incluem aquelas por terras de pouco valor material ou importância “estratégica”, o que continua a ser um enigma para muitos estudiosos das relações internacionais [**mas não para os geógrafos**]. Esta propensão também ajuda a explicar uma série de conclusões empíricas sobre as **guerras territoriais**: por exemplo, por que razão tendem a durar mais tempo, são mais difíceis de resolver e têm maior probabilidade de conduzir a conflitos intratáveis do que as guerras travadas por outras questões (JOHNSON; TOFT, 2014, p. 88-89, tradução e grifos nossos).

De acordo com o sociólogo Raymond Aron (1986, p. 264), o analista do campo da Geopolítica Internacional “vê no meio geográfico ‘o terreno em que se desenrola o jogo diplomático e militar’ (...); os povos se transformam em atores, aparecendo no cenário mundial e retirando-se dele”. E para o jurista e teórico político alemão Hermann Heller (1968, p. 179),

As fronteiras políticas da individualidade estatal (...) são determinadas pela ação do Estado. Uma das conclusões mais fecundas da Geopolítica é a de que não existem fronteiras 'naturais' do Estado, mas que todas as fronteiras políticas são (...) nascidas das relações de poder e das manifestações de vontade dos que traçam as fronteiras.

Para os geógrafos, o território constitui esse “meio geográfico” citado por Aron. Marcelo Sousa define que “o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: **quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?**” (2000, p. 79, grifo nosso). O alemão Friedrich Ratzel, geógrafo pioneiro em tratar do tema, defendia que o domínio do território era condição básica para a existência de um Estado. Afirmava que “Quando uma sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado” (RATZEL apud MORAES, 1997, p. 56). Com essa ação essencialmente defensiva, que exige organização e unidade, tem-se a constituição de uma estrutura que torna legítima a existência do território que, por sua vez, se encontra sob a tutela do Estado. Para Ratzel (apud MORAES, 1997), portanto, se uma sociedade perdesse o seu território estaria fadada à decadência, e se o conservasse e o explorasse, teria progresso.

Na Geografia, o conceito de território é ampliado por geógrafos como Rogério Haesbaert, quando ele explica sobre a abrangência conceitual do termo:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídica-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004, grifo nosso)

Portanto, a noção geral de território está ligada à de poder no espaço geográfico. Nesta pesquisa nos dedicamos a analisar o domínio que ocorre no território, no âmbito da Guerra Civil Síria.

1.1.2 - O domínio territorial na análise geopolítica

Interessa-nos compreender a dinâmica espacial da guerra civil no território sírio. Para tal, privilegamos o fenômeno do "**domínio territorial**", entendido como a capacidade de atores estatais e não estatais de manter o domínio absoluto ou relativo sobre determinado(s) território(s), em certo período.

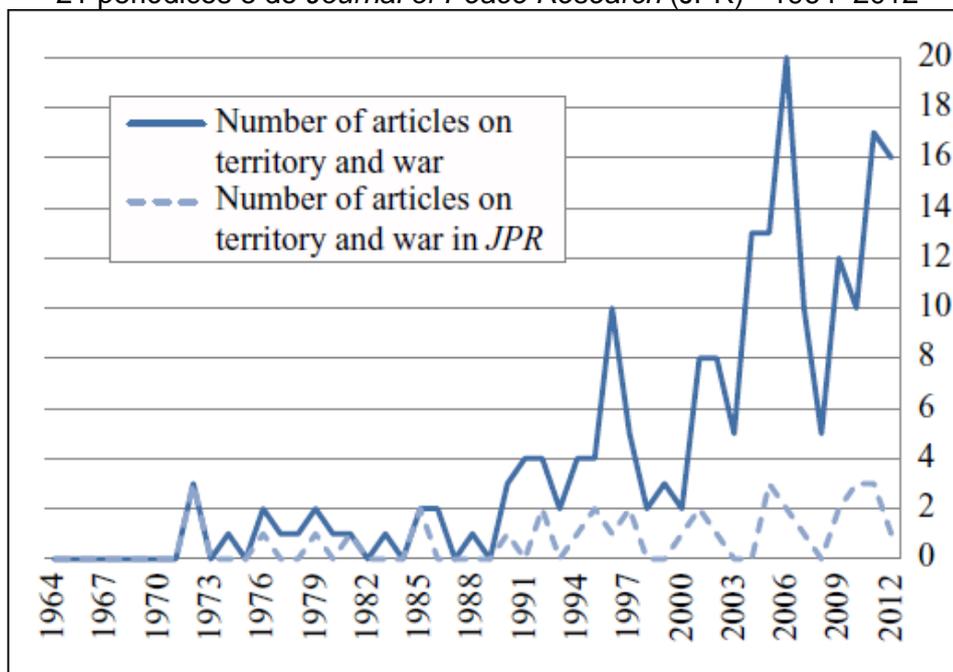
O conceito de domínio territorial sempre esteve presente na teoria geopolítica. O grande teórico Spykman afirmava que "(...) o principal aspecto de sua teoria é enfatizar a **importância da localização geográfica e do controle de territórios** – em especial os costeiros – para definição de questões de segurança e do poder global" (UEBEL *et al.*, 2023, p. 131, grifos nossos). E completa que “quem **controla [ou seja, domina] a Rimland controla** a Eurásia, quem **controla** a Eurásia **controla** o destino do mundo” (UEBEL *et al.*, 2023, p. 131, grifos e acréscimos nossos).

Contudo, o domínio territorial na atualidade é bem menos explorado por parte dos geógrafos em geral e, em particular, pelos brasileiros; uma exceção seriam os geógrafos David Newman (2006) e Ran Tao (2016). Dessa forma, buscamos as contribuições de pesquisadores não geógrafos, como Calle e Sánchez-Cuenca

(2015), Anders (2019), Stewart e Liou (2016), Watkins (2016) e Walsh (2016), para ampliar a nossa visão sobre o referido tema.

Segundo Toft (2014, p. 185, grifo e tradução nossos), entre 1964 e 2002 “25 conflitos armados ocorreram em 17 locais (...). Destes, três quartos centrados **no controle dos combatentes sobre um território específico**”. A autora, ao trazer um levantamento dos estudos sobre território e guerra no *Journal of Peace Research*, mostrou como a pesquisa e a análise sofisticadas estão ajudando a explicar as características próprias do território que afetam as instâncias e os resultados da guerra. Nas últimas quatro décadas, segundo a autora, as pesquisas foram aumentando e os estudiosos produziram uma considerável literatura sobre o tema (ver Gráfico 1), demonstrando claramente que as disputas armadas pelo território são uma das principais fontes da distribuição global da violência e da destruição e que seria uma tendência a estar aumentando com o tempo.

Gráfico 1 - Número de artigos sobre território e guerra de 21 periódicos e do *Journal of Peace Research* (JPR) - 1964–2012



Fonte: Monica Toft (2014, p. 186).

A partir do mesmo estudo de Toft, se constata também a quase ausência dos geógrafos nestes trabalhos. Ela cita 21 periódicos acadêmicos, além do *Journal of Peace Research* (JPR), de onde teria feito o levantamento da quantidade de artigos sobre o tema “território e guerra” no período de 1964 a 2012, e apenas três

são possíveis de considerar como sendo da área específica da Geografia: *GeoJournal*, *Political Geography* e *Political Geography Quarterly*.

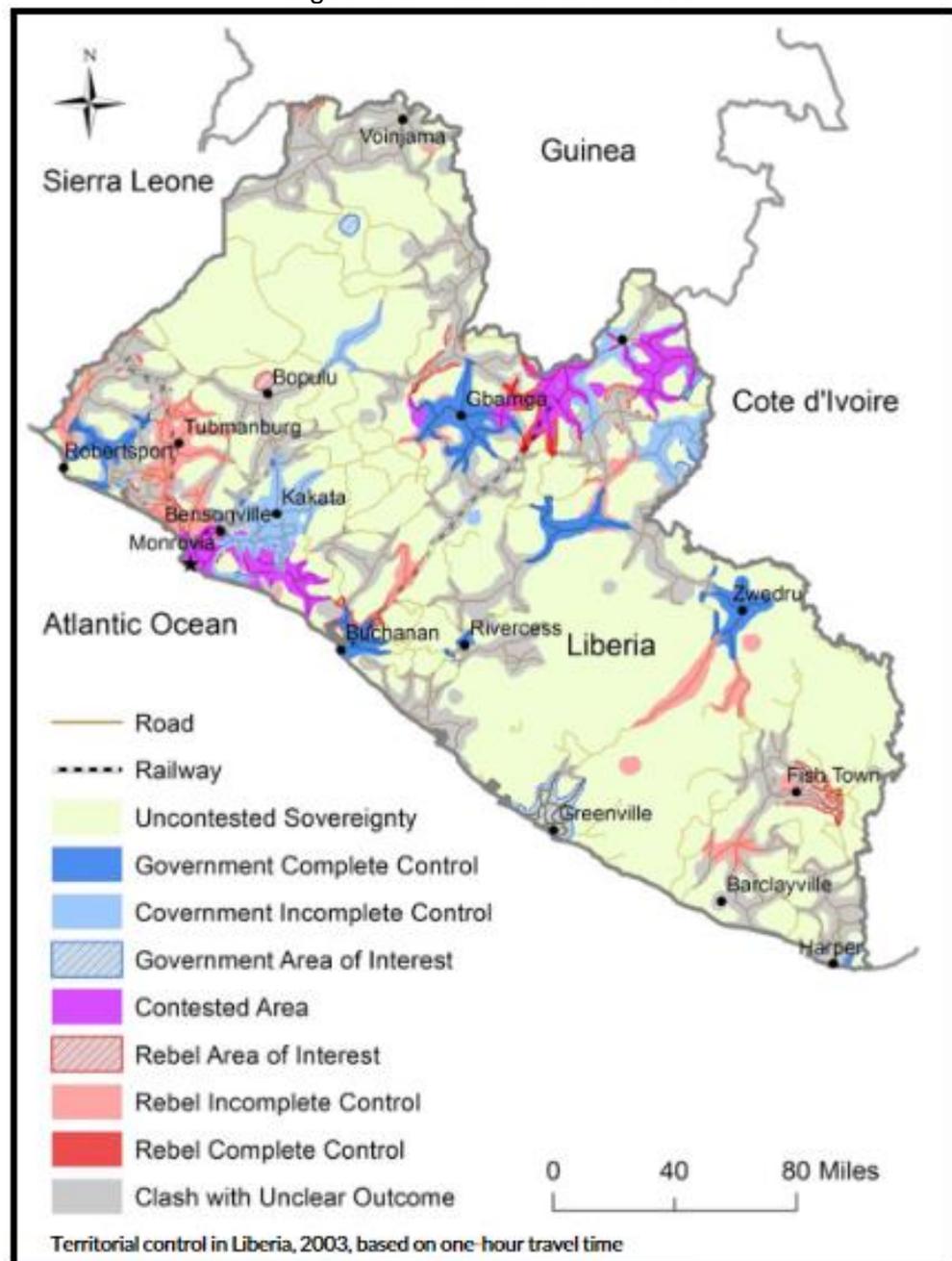
É inegável a importância do domínio territorial na análise de um conflito armado. Anders (2019) apresenta cinco benefícios para os atores que exercem controle sobre um determinado território: i) garantia de oportunidade para obter recursos essenciais; ii) possibilidade de se obter a colaboração da população local e, conseqüentemente, aumentar a base de mobilização; e iii) as áreas de domínio consolidado podem servir como refúgios seguros para os combatentes do grupo dominante e como base a partir da qual futuras operações ofensivas podem ser coordenadas e lançadas. Anders (2019) conclui, então, que obter o domínio de uma área é uma pré-condição para o estabelecimento de uma ordem política não violenta, pois dá aos atores a capacidade de governar de forma não coercitiva, por exemplo, por meio do fornecimento de serviços públicos.

O domínio territorial é, portanto, uma variável central de interesse para o estudo da dinâmica de conflitos intra-estatais e civis. Stewart e Liou (2016), ao estudarem a atuação dos curdos no Iraque, afirmam que a busca do domínio territorial constitui um "bem militar" que conduz ao aumento do uso da violência pelos grupos rebeldes envolvidos. Argumentam que o domínio territorial em mãos estrangeiras incentiva os grupos rebeldes locais ao uso da violência, como meio de extração de recursos e geração de cooperação civil, em oposição à governança ou prestação de serviço social, de tal forma que, localizar os atores envolvidos num conflito, bem como a condição de domínio sobre o território, é crucial para a compreensão da dinâmica de uma guerra civil.

A importância dada à análise do território, como variável fundamental no entendimento dos conflitos armados, levou pesquisadores a se dedicarem ao uso de sistemas de informações geográficas para mapearem o domínio territorial de alguns conflitos. É o caso do projeto dos pesquisadores norte-americanos Walsh *et al.* (2016) e Tao *et al.* (2016). Eles defendem um método que leva em conta os confrontos entre o governo e as forças rebeldes, identificados a partir de um conjunto de dados por meio de um sistema de informações geográficas para produzir mapas que identifiquem a localização e o grau de domínio territorial exercido por grupos armados. No Mapa 1, a seguir, eles expõem o exemplo do domínio territorial no conflito armado da Libéria. Na análise, os referidos autores

projetaram o domínio territorial nos seguintes níveis: soberania não questionada, controle completo do governo, controle incompleto do governo, controle rebelde completo e controle rebelde incompleto.

Mapa 1 - Representação do controle territorial na guerra civil da Libéria em 2003

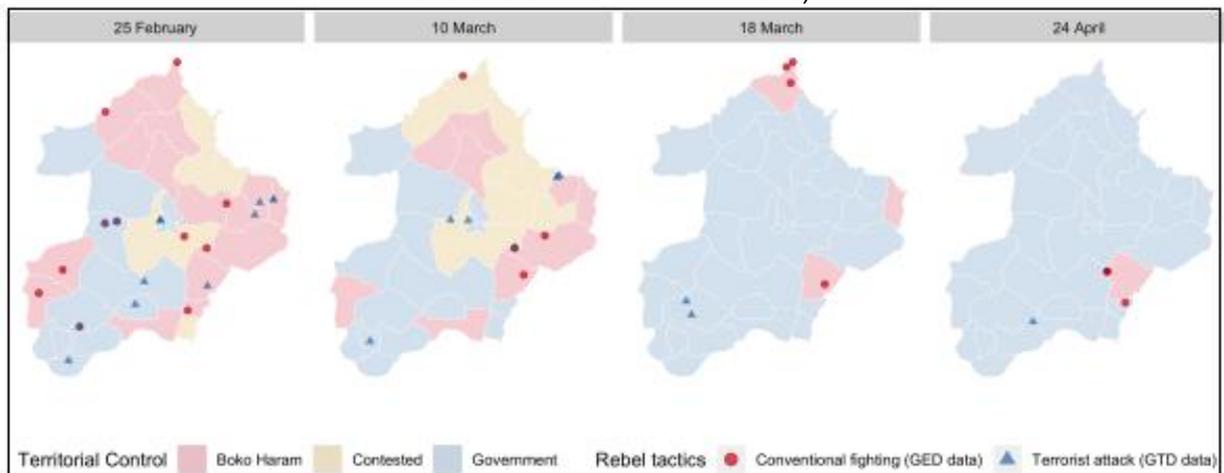


Fonte: Tao *et al.* (2016, p. 421).

Anders (2019), por sua vez, efetuou um estudo sobre guerra civil da Nigéria, que resultou em um levantamento sobre a situação do domínio territorial entre o grupo terrorista Boko Haram e o governo do país. A Figura 1 sobrepõe um mapa de

domínio territorial no nordeste da Nigéria com a localização dos ataques e eventos terroristas do Boko Haram, mostrando a evolução do domínio territorial no ano de 2015.

Figura 1 - Domínio territorial e conflitos armados no nordeste da Nigéria (entre 25 de fevereiro a 24 de abril de 2015)



Fonte: Anders (2019, p. 7).

Já Luis de la Calle e Ignacio Sánchez-Cuenca (2015) se dedicaram a estudar a ação do grupo insurgente xiita *Hezbollah*. A partir da análise do domínio territorial, concluíram que a escolha das táticas por grupos armados é determinada pela capacidade de se conseguir dominar um determinado território. Os grupos que não conseguem dominá-lo tendem a permanecer clandestinos e a ter uma participação esporádica, mediante ataques eventuais.

Watkins (2016) analisou o domínio territorial do grupo Estado Islâmico no Oriente Médio, constatando a forte relação entre suas perdas territoriais e o aumento da intensidade das ações terroristas. Alertou para a necessidade de que, nessas circunstâncias, a comunidade internacional se preparasse para uma onda de terror internacional protagonizada pelo grupo.

Apresentamos no Quadro 1 uma síntese dos principais autores que tratam do tema do domínio territorial, suas ideias e os estudos de caso específicos de cada um.

Quadro 1 - Autores que abordam o conceito de domínio territorial

Autor(es)	Conceitos/hipóteses	Estudos de caso
Anders (2019)	<ul style="list-style-type: none"> - O controle territorial é uma variável central de interesse para o estudo da dinâmica do conflito intra-estadual. - Assegurar o controle do território é um objetivo fundamental para os atores em conflitos violentos. - Aqueles que exercem controle sobre uma área têm a oportunidade de extrair recursos, buscar a colaboração da população e aumentar sua base de mobilização. - Obter o controle de uma área é uma pré-condição para o estabelecimento de uma ordem política não violenta. 	<ul style="list-style-type: none"> - Guerra Civil Colombiana; - Domínio territorial na Guerra Civil Nigeriana.
Stewart e Liou (2016).	<ul style="list-style-type: none"> - Os grupos rebeldes que controlam um território internamente são fortemente incentivados a cultivar relações mutuamente benéficas com civis que vivem em seu território; - Já os grupos insurgentes estrangeiros com controle territorial são incentivados a implantar violência contra civis para ganhar respeito e extrair recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Domínio territorial do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) após 1991 no norte do Iraque.
Newman (2006) (GEÓGRAFO)	<ul style="list-style-type: none"> - Há dimensões simbólicas e intangíveis do comportamento territorial (sentimentos de apego e pertencimento a determinados territórios dificulta a resolução de conflitos) (p. 1); - Os conflitos étnico-territoriais demonstram que é muito mais difícil dividir o território do que o poder, embora os dois sejam frequentemente processos paralelos (p. 13). 	<ul style="list-style-type: none"> - Aborda uma variedade de estudos de caso contemporâneos de conflito étnico-territorial, mas com um foco especial no conflito Israel/Palestina.
Walsh (2016) e Tao <i>et al.</i> (2016) (GEÓGRAFO)	<ul style="list-style-type: none"> - Método que considera os confrontos entre o governo e as forças rebeldes, identificados a partir de um conjunto de dados por meio de um sistema de informação geográfica para produzir mapas que identifiquem a localização e o grau de controle territorial exercido por grupos armados. - Controle territorial é medido em uma escala de cinco pontos: controle completo do governo, controle incompleto do governo, área contestada, controle incompleto dos rebeldes e controle completo dos rebeldes. (ver Mapa 1) 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle territorial nos conflitos civis na África Subsaariana após o fim da Guerra Fria.
Calle e Sánchez-Cuenca (2015)	<ul style="list-style-type: none"> - A escolha de táticas por grupos armados é determinada pela capacidade dos grupos rebeldes de controlar o território; - Os grupos que não conseguem dominar um território permanecem clandestinos e dependem principalmente de bombardeios. - Os grupos com controle territorial se envolvem em ataques do tipo guerrilha, nos quais há um encontro físico com o inimigo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Analisa a ação de alguns grupos armados, mas principalmente um estudo de caso do grupo <i>Hezbollah</i>.
Watkins (2016)	<ul style="list-style-type: none"> - Forte correlação entre as perdas territoriais infligidas ao Estado Islâmico por uma coalizão internacional e a campanha de terrorismo cada vez mais global do grupo. (p. 14) - Consequência: como o Estado Islâmico continua a perder terreno, a comunidade internacional deve se preparar para uma onda de terror internacional. (p. 14) 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle territorial do Estado Islâmico no Oriente Médio.
Toft (2014)	<ul style="list-style-type: none"> - Entre 1964 e 2002 “25 conflitos armados ocorreram em 17 locais (...). Destes, três quartos centrados no 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e reflexão sobre estudos

	<p>controle dos combatentes sobre um território específico.” (2014, p. 185, grifo nosso)</p> <ul style="list-style-type: none"> - A análise sofisticada está ajudando a explicar as características próprias do território que afetam as instâncias e os resultados da guerra. - Está claro que as disputas armadas pelo território são uma das principais fontes da distribuição global da violência e da destruição e que seria uma tendência a estar aumentando com o tempo. 	<p>acadêmicos a respeito do tema “território e guerra”.</p>
--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor.

O domínio territorial torna-se uma das variáveis mais importantes no desdobramento de um conflito inter-estatal ou em uma guerra civil, pois, mediante ele, se garante o fornecimento dos recursos necessários – materiais, humanos e simbólicos – para o pleno exercício do poder sobre um determinado território e, simultaneamente, impede o acesso a tais recursos por parte do campo inimigo.

1.1.3 - O domínio territorial na investigação da Guerra Civil Síria

A guerra civil da Síria já tem mais de 12 anos e, por isso, há uma farta literatura abordando diversos aspectos do conflito, como, por exemplo, a atuação dos atores de diversas escalas; a geopolítica regional e global envolvida na guerra; a questão dos refugiados e os desdobramentos jurídicos do Direito Internacional, como as decisões do Conselho de Segurança. No entanto, a questão do domínio territorial é muito pouco tratada nesses contextos. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que os pesquisadores não são geógrafos e, portanto, não dão importância à temática nem utilizam a cartografia nas suas análises. Além disso, isso se deve também porque existem muitas dificuldades de se estudar este tema. Walsh *et al.* (2016), no artigo intitulado *Mapping territorial control in civil wars*, expõem alguns dos desafios para investigar o controle territorial em um conflito armado:

Alguns são conceituais: o controle territorial é um conceito binário ou grupos armados podem exercer graus de controle? (...) Outros desafios são inferenciais: que tipo de eventos levam a mudanças no controle territorial? Na maioria das tentativas de mapear o controle, os acontecimentos violentos, como as batalhas, desempenham um papel fundamental na definição das áreas contestadas e controladas. Mas muitas vezes não fica claro quais os acontecimentos que são relevantes e como se traduzem em controle. Um terceiro conjunto de desafios é computacional: se um grupo armado controla um determinado ponto num mapa, até que ponto o controle irradia deste local? Como é que os fatores sociais e geográficos – como o terreno, a densidade demográfica e as redes rodoviárias – influenciam o raio de controle?

Autores que pesquisaram as guerras civis como a de Serra Leoa ou da Nigéria obtiveram os dados necessários, incluindo mapas temáticos e informações diárias dos conflitos, acessando os arquivos de alguns institutos de pesquisa dedicados à análise de conflitos internacionais, que coletam dados e produzem informações especializadas. Por exemplo, Ran Tao *et al.* (2016) utilizou como fonte de coleta de dados principal da Guerra Civil Nigeriana as informações do *Uppsala Conflict Data Program's* (UCDP). No caso do conflito sírio, além do UCDP, é possível acessar dados do projeto "Mapeamento do Conflito da Síria" do Centro Carter, do Observatório Sírio de Direitos Humanos, das Nações Unidas e dos portais online *Institute for the Study of War*, *Political Geography Now* e *Jusoor for Studies*¹.

No Brasil há alguns poucos trabalhos de geógrafos sobre o domínio territorial na Guerra Civil Síria. Oliveira (2016) realizou uma análise geográfica da trajetória e dinâmica do Estado Islâmico sobre o território sírio-iraquiano. O autor entende como a "Geografia" do Estado Islâmico, o conjunto de elementos necessários à organização jihadista em seu processo de apropriação, controle e manutenção dos territórios sob seu poder. Silva e Silva (2018) analisam a evolução da fragmentação do território sírio decorrente do conflito e o consequente processo de recuperação de territórios por parte do governo central de Assad. Já Petrocelli (2020) se dedicou a estudar a questão dos refugiados durante a guerra síria. E Holtz (2022) buscou compreender a territorialidade dos assírios, uma minoria étnico-religiosa no norte da Síria – região da província de al-Hasakah e do Vale do Rio Khabour, em meio às tensões ocasionadas pela sobreposição e disputa territorial entre o Governo Sírio e a Federação Democrática do Norte – instituição governamental de maioria curda.

Todos eles têm em comum o fato de os mapas serem do acervo dos institutos supracitados, especialmente do *Institute for the Study of War* e do *Political Geography Now*. Portanto, não foram produzidos mapas próprios a partir dos dados adquiridos das referidas fontes.

¹o **Jusoor** é uma instituição de investigação independente que foi criada em 2016 na Turquia (Instambul) para responder à necessidade urgente de investigação aprofundada, sistemática e credível sobre a Síria. Ela é dedicada a promover a compreensão das dinâmicas políticas, económicas e sociais que afectam a Síria e a sua vizinhança (<https://jusoor.co/en>. Acesso em: 22 mai. 2024).

Neste trabalho utilizamos as fontes citadas, mas com a finalidade de produzirmos, dentro das possibilidades, um material novo a partir das informações disponíveis para atingir os objetivos estabelecidos. Com base no exposto até aqui, utilizamos um modelo para o estudo do domínio territorial, em que abordamos este fenômeno em três níveis:

- **Domínio alto - que também pode ser considerado como absoluto ou consolidado:** onde o ator sob análise tem pleno controle do território;

- **Domínio médio - que também pode ser considerado como relativo ou não consolidado:** onde o ator sob análise tem um controle parcial do território, pois tem que dividi-lo com outros atores ou devido a fatores limitantes, especialmente a ação efetiva dos atores antagônicos; e

- **Área de influência:** onde o ator sob análise não consegue ter controle direto do território em foco, mas apenas o influencia, pois não há a pretensão de um domínio direto ou porque a ação dos atores antagônicos é preponderante.

Introduzimos também a questão dos "fatores limitantes" do domínio territorial de um determinado ator. Um ator antagônico procurará obstar o domínio do território de seu adversário, utilizando os meios necessários para isso. Por exemplo, Israel efetuar constantes ataques aéreos contra alvos iranianos na Síria, procurando impedir que o Irã tenha uma presença mais relevante no país. Essa ação israelense constitui, portanto, um fator limitante ao domínio territorial do Irã na Síria.

Este modelo resultou útil para analisar o domínio territorial de atores regionais, como Irã, Arábia Saudita e Turquia; e globais, como a Rússia e os EUA; bem como dos não estatais, como os curdos e o Estado Islâmico.

1.1.4 - Além do estudo do domínio territorial na Guerra Civil Síria

No estudo do domínio territorial da Guerra Civil Síria utilizamos também outros conceitos ligados ao território, que apareceram na pesquisa como não centrais, mas que nos auxiliam no entendimento das questões levantadas na investigação. Dessa forma, para entendermos o domínio territorial na Guerra Civil Síria, os utilizamos como instrumentos auxiliares importantes.

A territorialidade, citada no texto de Johnson e Toft (2014), é conceituada

por Mesquita "como projeção de nossa identidade sobre o território. Assim me sinto diante do território" (MESQUITA, 1995, p. 83). Além da noção de identidade e de pertencimento, e mais ligado à ideia de poder, Marcos Saquet descreve o pensamento de Robert Sack acerca da territorialidade: ela "corresponde às ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares." (SAQUET, 2013, p. 83). A "territorialidade está intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar" (SACK, 1986, p. 2), concluindo que "A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social" (SACK, 1986, p. 2).

A partir dessas noções de territorialidade, desenvolveu-se a ideia da tríade "territorialização, desterritorialização, reterritorialização" (TDR), pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2002). Segundo ele, o território é dinâmico e nele se manifestam fenômenos de diversas matrizes (econômica, política, cultural), determinando a ocorrências dos processos geográficos de TDR.

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), "técnico-informacional" (desmaterialização das conexões), **política (superação das fronteiras políticas)** e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam **o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas.** [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3, grifo nosso).

Portanto, não existe uma desterritorialização desconectada de uma posterior reterritorialização, pois são partes da evolução do território, que não fica estático (CHELOTTI, 2013). Encontramos, inclusive, este embasamento teórico em autores como Deleuze e Guattari (1997),

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual "se" abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é *negativa*. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, "valer pelo" território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho, sobre um sistema [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224).

Esta abordagem TDR nos permite algumas precisões no estudo da Guerra Civil Síria, como defende Chelotti (2013), em particular, os processos territoriais que envolvem o Estado Islâmico.

Os processos de TDR articulam-se com o conceito de domínio territorial – categoria principal de análise nesta pesquisa –, pois se fazem a partir do domínio (ou da falta dele) do território; quando um ator domina um determinado território, ele tende a construir suas próprias leis e impor seus valores e costumes neste território, determinando a desterritorialização do ator dominado e, conseqüentemente, promovendo uma nova reterritorialização, de acordo com os seus interesses.

Sack (1986), em sua obra *Human territoriality*, argumenta que a territorialidade constitui uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos e pessoas, desde o nível pessoal até o internacional. Portanto, a territorialidade se expressa no domínio territorial. E, na presente pesquisa, o estudo do território sírio a partir da análise da guerra civil procura investigar como foram se gestando os diferentes momentos do domínio territorial dos diversos atores ao longo do tempo e suas escalas de atuação: a nacional, a regional e a global.

1.2 - METODOLOGIA

Iniciamos com uma revisão da literatura de trabalhos no Brasil e no exterior. Para tal, utilizamos os descritores domínio territorial, guerra civil da Síria, atores globais, regionais e locais da guerra civil da Síria. Os principais autores brasileiros achados e uma descrição sucinta de seus trabalhos se encontram consignados nos quadros do Anexo A.

Para a efetivação deste trabalho, procuramos elencar as formas como a guerra civil da Síria poderia ser abordada; depois, escolhemos algumas generalizações sobre o objeto de estudo. A partir delas, identificamos um caminho temático que nos permitiu separar fases metodológicas. Essas fases são as seguintes:

1- Escolha e aplicação do método da narrativa analítica: a narrativa analítica (SLOAN, 2017) - ou método geohistórico, como é chamado por Albuquerque (2011) - foi escolhida como ferramenta para a explicação das

temporalidades da formação do território sírio; pois, como estes autores defendem, o conhecimento da evolução histórica do território analisado é fundamental para o entendimento geopolítico do tempo presente. Esta fase foi utilizada, sobretudo, para desenvolver o capítulo 2.

2 - Escolha, sistematização e análise de autores geopolíticos e a análise dos documentos oficiais: A partir da revisão da literatura, escolhemos os autores da Geopolítica, advindos das diversas áreas das Ciências Humanas. Escolhemos também utilizar documentos oficiais para ter acesso às versões oficiais dos Estados envolvidos no conflito. Esta fase foi usada e aproveitada, principalmente, nos capítulos 4, 5 e 6, quando analisamos a atuação dos atores na guerra civil.

3 - Aplicação do nosso modelo de análise de domínio territorial a partir do de Tao *et al.* (2016). Esta etapa nos permitiu enxergar com maior clareza a centralidade do tema do domínio territorial e nos proveio do método de análise usado em tal temática. Esta etapa foi usada nos capítulos 4, 5, 6 e 7.

Além das fases metodológicas supracitadas, também utilizamos algumas outras técnicas, ou procedimentos metodológicos, para complementar a análise proposta:

1 - o uso das técnicas cartográficas: utilizamos a "Cartografia geopolítica", termo usado pelo geógrafo Ivaldo Lima (2018) para designar a produção de mapas na análise geopolítica.

Dessa forma, a observação de mapas temáticos e a construção de novos a partir dos elementos obtidos da investigação do assunto selecionado foram de grande importância neste trabalho.

Os mapas e outros documentos cartográficos foram úteis principalmente na observação e análise da evolução histórico-territorial da Síria; no clareamento de fatores importantes para o entendimento do conflito, tais como a distribuição dos grupos étnicos e das atividades econômicas no território sírio; na análise da realidade de cidades e/ou regiões do território e sua importância estratégica para os atores envolvidos na guerra nos diferentes momentos do seu desenvolvimento; na observação e análise dos diferentes momentos da evolução da posição e domínio territorial dos atores locais e no traçado das relações com os atores de outras escalas.

2 - Análise dos fenômenos de Territorialização – Desterritorialização - Reterritorialização (TDR): a análise geográfica do conflito também foi realizada levando em conta as constantes alterações a partir das presença-ausência dos atores em um determinado período. A partir de exemplos relatados em Jabareen (2014), aplicamos a teoria dos fenômenos de TDR no nosso objeto.

3 - Análise de fontes jornalísticas internacionais relevantes: a busca de informações atualizadas em meios jornalísticos internacionais mais tradicionais no trato de questões internacionais, tais como *The Guardian*, *The Economist*, *Le Monde Diplomatique*, *Al Jazira*, *Financial Times*, entre outros, e as publicações oficiais de organismos internacionais, a exemplo das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Observatório Sírio de Direitos Humanos, em sua maioria disponíveis eletronicamente. Esta alternativa justifica-se pelo fato de esta pesquisa lidar com um fenômeno ainda em andamento, o que dificulta o acesso a uma bibliografia acadêmica consolidada. E por ter sido extremamente útil na apuração do cotidiano da Síria em várias áreas, particularmente, no capítulo 3, onde abordamos os efeitos da guerra sobre a população e a economia da Síria. Contudo, esse tipo de fonte foi utilizado de maneira bastante criteriosa e seletiva para dirimir assuntos conjunturais.

4 - A utilização de tabelas, figuras e quadros: nos permitiram organizar temas, dados e informações de maneira a apoiar as nossas escolhas analíticas.

Nos Quadros 2 e 3, a seguir, estão sintetizadas as informações sobre a organização dos capítulos deste trabalho, no modelo de quadro esquemático. No Quadro 2, apresentamos as relações entre perguntas norteadoras, objetivos específicos e seus capítulos respectivos. Já no Quadro 3, apresentamos as metodologias principais e os procedimentos acessórios que foram utilizados ao longo dos sete capítulos da presente pesquisa.

Quadro 2 - Relação entre as perguntas orientadoras, os objetivos e os capítulos

PERGUNTA ORIENTADORA	OBJETIVO ESPECÍFICO	CAPÍTULO CORRESPONDENTE
1 - Qual o panorama teórico contemporâneo sobre as relações entre domínio territorial e conflitos armados, no campo da Geopolítica?	- Apresentar o debate teórico contemporâneo sobre as relações entre domínio territorial e conflitos armados no campo da Geopolítica.	Capítulo 1 – A Geografia e o estudo da geopolítica por meio da análise das relações entre o domínio territorial e os conflitos armados.
2 – Como se deu a construção territorial e soberana do Estado-nação	- Descrever como se deu a construção territorial e soberana do Estado-nação sírio e relacionar tal construção com	Capítulo 2 – A construção histórico-territorial do Estado-nação sírio.

sírio?	os desdobramentos do domínio territorial de diferentes atores deflagrados durante a guerra civil.	
3 – Quais os principais fatores que determinaram a situação de vulnerabilidade do regime sírio e que favoreceram a deflagração e a continuidade da guerra civil?	- Identificar o contexto cultural, político e econômico que determinou a deflagração da Guerra Civil Síria e que criou uma situação favorável para a infiltração de outros poderes regionais e globais.	Capítulo 3 – Cultura, política e economia: fatores que incidiram na deflagração e na continuidade da Guerra Civil Síria
4 – Como as intervenções dos diferentes poderes nacionais, regionais e globais pautaram os desdobramentos territoriais ao longo da sua evolução?	– Analisar as ações dos diversos poderes nas escalas nacional, regional (supranacional) e global e suas conexões com os poderes locais, envolvidos no conflito, que contribuíram para as diferentes fases do domínio territorial na Síria, para a escalada do conflito e para a destruição de parte do território da Síria.	Capítulo 4 – Os papéis dos atores locais e nacionais e seus desdobramentos no domínio territorial e no percurso da guerra civil. Capítulo 5 – A influência das dinâmicas regionais no tabuleiro do domínio territorial e no desenvolvimento da guerra civil. Capítulo 6 – A influência dos atores globais nas dinâmicas de domínio territorial e no desenvolvimento da guerra civil.
5 - E como a rede urbana teve um papel relevante no desenvolvimento do conflito em termos de domínio territorial?	- Analisar como a dinâmica da rede urbana síria influenciou e foi influenciada no desenvolvimento da guerra civil, principalmente em termos de domínio territorial.	Capítulo 7 - As relações entre o espaço urbano e a guerra civil: o caso sírio.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 3 – Metodologia utilizada nos capítulos da Tese

Capítulo	Metodologia(s) adotada(s)
1 - A Geografia e o estudo da geopolítica por meio da análise das relações entre o domínio territorial e os conflitos armados.	<p>- Metodologia principal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão bibliográfica do conceito de domínio territorial com análise dos principais modelos de análise de domínio territorial; - Apresentação do modelo de análise do domínio territorial por níveis de domínio: Domínio alto (ou consolidado), Domínio médio (ou não consolidado) e Área de influência; - Utilização de conceitos geográficos (territorialidade, fragmentação territorial, domínio territorial). <p>- Procedimentos auxiliares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização de tabelas, figuras e quadros para ilustrar os temas analisados.
2 - A construção histórico-territorial do Estado-nação sírio.	<p>- Metodologia principal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização da narrativa analítica (método geo-histórico) para analisar a história síria (SLOAN, 2017 e ALBUQUERQUE, 2011). <p>- Procedimentos auxiliares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização de conceitos geográficos (territorialidade, fragmentação territorial, domínio territorial); - Utilização de mapas históricos de outros autores e por elaboração própria.
3 - Cultura, política e economia: fatores que incidiram na deflagração e na continuidade da Guerra Civil Síria.	<p>Metodologia principal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistematização de autores de diversas áreas (Ciências Políticas, Economia, Relações Internacionais etc.); - Utilização de tabelas, figuras e quadros para ilustrar os temas analisados. <p>Procedimentos auxiliares:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de fontes jornalísticas relevantes internacionalmente (<i>The Economist</i> etc.).
<p>4 - Os papéis dos atores locais e nacionais e seus desdobramentos no domínio territorial e no percurso da guerra civil.</p>	<p>Metodologia principal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistematização de autores geopolíticos; - Aplicação do método de análise de controle territorial por níveis de domínio na análise dos locais: curdos e Estado Islâmico e grupos insurgentes menores; - Utilização de mapas de outros autores e por elaboração própria para demonstrar as ações dos atores na Guerra Civil Síria – nas escalas nacional e local e seus reflexos no domínio territorial; - Utilização de mapas de outros autores e por elaboração própria para demonstrar a evolução do domínio territorial e explicação das fases da Guerra Civil Síria; <p>Procedimentos auxiliares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise dos fenômenos de TDR, utilizando conceitos geográficos (domínio territorial, territorialidade, TDR). - Análise dos documentos oficiais relacionados ao objeto de estudo (política externa e de defesa); - Utilização de tabelas, figuras e quadros para ilustrar os temas analisados; - Utilização de fontes jornalísticas relevantes internacionalmente.
<p>5 – A influência das dinâmicas regionais no tabuleiro do domínio territorial e no desenvolvimento da guerra civil.</p>	<p>- Metodologia principal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistematização de autores geopolíticos; - Aplicação do método de análise de domínio territorial por níveis de domínio na análise dos atores regionais: Irã, Arábia Saudita, Turquia e Israel; - Utilização de mapas de outros autores e por elaboração própria para demonstrar as ações dos atores na Guerra Civil Síria nas escalas supranacional e seus reflexos no domínio territorial. <p>- Procedimentos auxiliares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise dos fenômenos de TDR, utilizando de conceitos geográficos (domínio territorial, territorialidade, TDR). - Análise dos documentos oficiais relacionados ao objeto de estudo (política externa e de defesa); - Utilização de fontes jornalísticas relevantes internacionalmente.
<p>6 – A influência dos atores globais nas dinâmicas de domínio territorial e no desenvolvimento da guerra civil.</p>	<p>- Metodologia principal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistematização de autores geopolíticos; - Aplicação do método de análise de controle territorial por níveis de domínio (Rússia e EUA); - Utilização de mapas de outros autores e por elaboração própria para demonstrar as ações dos atores na Guerra Civil Síria na escala global e seus reflexos no domínio territorial. <p>- Procedimentos acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise dos documentos oficiais relacionados ao objeto de estudo (política externa e de defesa); - Utilização de fontes jornalísticas relevantes internacionalmente.
<p>7 - As relações entre o espaço urbano e a guerra civil: o caso sírio.</p>	<p>- Metodologia principal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão bibliográfica do conceito de <i>urban battlespace</i>; - Análise da perda de território com o aumento da violência em conflitos armados, segundo o modelo de Kalyvas (2006); <p>- Procedimentos acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização de tabelas, figuras e quadros.

Fonte: elaborado pelo autor.

1.3 - REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A GUERRA CIVIL SÍRIA

À guisa de efetuar uma revisão da literatura sobre a Guerra Civil Síria, apresentamos e descrevemos os principais trabalhos que abordaram esse conflito ao longo da última década no meio acadêmico do país e do exterior². Organizamos didaticamente esta revisão em duas partes: a formação histórico-territorial da Síria e a atuação dos atores envolvidos na Guerra Civil da Síria.

1.3.1 - Formação histórico-territorial da Síria

Acerca da formação histórica da Síria, alguns autores foram fundamentais para revisitar a história antiga do Oriente Médio e do território que hoje constitui o território sírio. Watson (2004), Piccini (2019), Cleveland e Bunton (2009) e Albert Hourani (2005) abordam a formação dos primeiros Estados organizados da história humana na região, conhecida como "Crescente fértil". E entre essas civilizações, os assírios se tornaram uma potência por volta de 1.400 a.C. (WATSON, 2004).

Sobre o período islâmico inicial e a construção da territorialidade muçumana (600 a 1453 d.C.) destacam-se os autores Hourani (2005 e 2007), Napoleoni (2015) e Nunes (2015), que relatam a história dos califados que deram a unidade social e cultural aos árabes no Oriente Médio. E neste contexto, deve ser dada especial atenção à contribuição de Pinchemel (1988), que observou a construção e a manutenção de uma territorialidade especificamente islâmica, cujo entendimento é relevante para a compreensão do atual conflito sírio.

Já sobre o período da dominação otomana, e da posterior colonização europeia, os trabalhos de Kennedy (1989), Lewis (1996), Massoulié (1994), Hinnebusch (2018) e Hobsbawm (1988) demonstraram serem bastante esclarecedores sobre a progressiva presença das potências europeias no Oriente Médio. Massoulié explica claramente a "solução otomana" que deu certa estabilidade à região durante séculos. Por sua vez, Hinnebusch (2018) e Hobsbawm (1988), Cleveland e Bunton (2009), Thompson (2020) e Said (1978 e 1990) abordam

² Nesta seleção de trabalhos acadêmicos sobre a guerra civil síria priorizamos as produções que trataram diretamente do conflito em si e descartamos alguns daqueles que, embora o citaram de maneira secundária, não tinham a referida guerra como tema principal.

o processo de dominação franco-britânico no século XX no território que hoje corresponde à Síria e ao Iraque.

Merece destaque também a obra *The history of Syria: 1900-2012*, de Clement Hall (2013), que constitui uma referência para se entender os acontecimentos mais importantes da história síria durante o século XX e a gestão e deflagração da guerra civil. Tal obra é resenhada por Muna Omran (2014). O trabalho de Assumpção (2015) busca as causas históricas que podem ter contribuído para a ocorrência do atual conflito sírio, lembrando a posição estratégica do território em foco. Salameh (2016) e Costa (2016) também fazem uma análise histórica a partir de uma visão crítica fundada na teoria pós-colonialista.

Já Termos (2019) se concentrou na história recente do regime da família Assad e seu domínio sobre a Síria desde a década de 1970, se debruçando sobre as tentativas do regime de controlar a opinião pública a seu favor para justificar suas ações e atitudes em relação à guerra na Síria. A evolução do povo alauíta, grupo étnico de origem do clã Assad, foi tema do artigo de Mervin (2013), que procurou ressaltar que os alauítas, em sua maioria, não foram todos beneficiados pelo regime.

Concluindo esta seção sobre a formação histórica da Síria, ressaltamos o artigo de Lucena e Vargas (2022), no qual fica clara a importância da territorialidade islâmica, desenvolvida ao longo de séculos, interrompida com a implantação da lógica territorial de matriz europeia (ou vestfaliana), que paulatinamente remodelou o espaço geográfico do Oriente Médio, implantando um domínio territorial sem levar em conta as peculiaridades históricas locais.

1.3.2 - Sobre a atuação dos atores envolvidos na guerra civil da Síria

A atuação dos atores envolvidos na guerra é o tema de maior produção na literatura nacional e internacional, o que é compreensível por constituir um dos focos principais de análise, sobretudo, dos pesquisadores da área de Relações Internacionais. Assim, devido à grande abrangência numérica e de temas relacionados, e levando em conta que tais assuntos serão amplamente abordados nos capítulos 4, 5 e 6, aqui apresentamos os principais trabalhos classificados de

acordo com os níveis de escala dos atores envolvidos na Guerra Civil Síria (local, regional e internacional).

No que tange à abordagem dos atores internos do conflito sírio, é preciso destacar alguns aspectos sobre os trabalhos: estes atores foram muito importantes no início da guerra civil, mas foram perdendo importância gradativamente para os atores estatais regionais e globais. Assim, muitos trabalhos os tratam juntamente com os atores das outras escalas e poucos os abordam de maneira exclusiva, com exceção de alguns grupos mais relevantes, essencialmente os curdos e o Estado Islâmico. Numa abordagem mais geral dos atores internos, podemos destacar os trabalhos de Tomás (2014), Lucena (2017), Belkaïd (2015), Soares (2018) e Souza *et al.* (2018), que tratam da dinâmica interna síria, abordando os quatro principais participantes do conflito: o governo de Bashar al-Assad, os rebeldes sírios, o povo curdo e o grupo terrorista Estado Islâmico, apresentando as suas conexões com os atores regionais e globais.

Sobre os grupos contrainsurgentes ou pró-regime, Holliday (2013), Kellier (2012), Lopez (2016), Karmi (2020), Saban (2020), Goodarzi (2006), Sullivan (2014), Chacra (2013) e Al-Tamimi (2016) abordam a atuação desses grupos que estão no campo de apoio ao presidente Assad. Em especial, a maioria desses autores dá maior importância ao grupo libanês *Hezbollah*, assim como ao papel do Irã na organização e manutenção das diversas milícias xiitas pró-regime sírio dentro e fora do território do país.

Quanto aos diversos grupos insurgentes não estatais internos mais relevantes que atuam na Síria contra o regime de Assad merecem destaque, por terem sido bastante úteis na atual pesquisa, os seguintes autores: Joshua (2024) Lima (2015), Moniz Bandeira (2013), Napoleoni (2013) e Lucena (2017). Assim como os xiitas, os rebeldes opositores sunitas também apelavam para a vinda de combatentes estrangeiros para a Síria, inclusive, de voluntários originários da Europa numa escala nunca vista antes no caso de grupos jihadistas islâmicos, algo ressaltado pela maioria desses acadêmicos.

E especificamente sobre o chamado Estado Islâmico e os curdos (os dois grupos opositores mais relevantes na guerra civil), há uma quantidade maior de trabalhos acadêmicos que tratam de suas respectivas atuações na guerra civil. No tocante ao Estado Islâmico, é notório o interesse pela busca de suas origens e

possíveis desdobramentos do domínio territorial de um território que abrangia partes consideráveis da Síria e do Iraque, algo que nenhuma outra agremiação jihadista islâmica conseguiu ao longo do conflito. Entre os autores estrangeiros, destacamos os trabalhos de Jabareen (2014), Napoleoni (2013), Caris e Reynolds (2014) e Zelin e Winter (2024).

Os curdos também receberam atenção dos acadêmicos que tratam da Guerra Civil Síria, principalmente porque passaram a dominar parte considerável do território sírio e até se organizaram em unidades políticas autônomas. Entre os autores estrangeiros que os estudaram podemos citar Yetim e Kaşikci (2021), Caves (2012), Cockburn (2015) e Casagrande (2016). Acerca da produção nacional sobre o EI e os curdos, optamos por deixar em anexo um quadro no qual apresentamos os principais trabalhos, bem como a síntese do que eles trataram sobre o tema (Anexo A - Quadros A.1 e A.2).

No tocante aos atores regionais, é emblemático o fato de os autores enfatizarem a disputa geopolítica na região do Oriente Médio entre Irã e Arábia Saudita. Sobre esta disputa regional, merecem destaque os trabalhos de Furtado (2014) e Andrade (2018), sendo que este último tenta conectar a questão regional à mundial. No tocante à atuação dos principais aliados estatais regionais do regime de Assad, a geopolítica do Irã na região é abordada principalmente por Napoleoni (2015), Lucena (2017) e Goodarzi, (2006), além de Paunic (2016), Nunes (2020), Watkins (2013), Ekşi (2017) e Fujii (2015), que ressaltam a importância do eixo estratégico Irã-Síria no chamado "Crescente xiita" no Oriente Médio. Já Mendes e Freire (2008), Coggiola (2008), Luomi (2008), Khan (2022), Marshall (2022) e Boltuc (2022) ampliam a análise da atuação iraniana, apontando a sua virada para o Leste eurasiático, tentando fortalecer a sua posição junto aos países asiáticos, sobretudo potências como a China e a Rússia. Por fim, Salem (2012) e Khaddour e Hasan (2020) ressaltam o papel relevante do Iraque para o regime de Assad, ao constatar que a partir da formação de um governo de maioria xiita no Iraque teve-se uma natural reaproximação com o vizinho Irã, o que facilitou, via território iraquiano, o acesso do Irã à Síria.

No campo de atuação dos principais opositores regionais do regime sírio de Assad, a Arábia Saudita como a principal potência regional sunita que se opõe ao eixo xiita Irã-Síria, tem sua política externa abordada por Ellison (2016), Demant

(2004), Raisi (2018), Wezeman *et al.* (2021), Souza e Jardim (2015) e Vinograd (2016). Também Melo (2019), Kitchen (2012) e Ulrichsen (2013) analisam, no contexto do Oriente Médio, a atuação saudita contra o “Crescente xiita”, utilizando a sua influência sobre as monarquias sunitas por meio do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Ademais, Nadir (2023) observa a gradativa diminuição da influência estadunidense na região e o crescimento da participação de outras potências, como a China e a Rússia, aproximando-se inclusive da Arábia Saudita, aliada tradicional dos EUA.

A Turquia, como importante ator na região e na Guerra Civil Síria, constitui tema de investigação de muitos pesquisadores, entre eles Barrinha (2012), Visentini (2012), Nasser e Roberto (2016), Kaya (2014) e Humud e Blanchard (2020). Moniz Bandeira (2013), Young (2014) e Çelik e Şafak (2016) lembram que, como parte da OTAN, o território turco foi estratégico para as potências ocidentais agirem na Síria. Já Park (2015), Cockburn (2015) e Priya (2017) analisam o fato de Ancara ter passado a se opor ao apoio dos EUA aos curdos sírios, começando a se aproximar dos apoiadores de Assad (Irã e Rússia).

Outro ator regional que merece destaque é Israel. Moniz Bandeira (2013), Haim e Dekel (2019) e Malmvig (2016) analisam a atuação israelense na Guerra Civil Síria como forma de barrar o crescimento da influência de Teerã na região. Por sua vez, Cook (2020) trata dos esforços diplomáticos de Israel para fechar acordos diplomáticos e econômicos com países sunitas, "Acordos de Abraão", como forma de tentar isolar o Irã. Acerca da produção nacional sobre os atores regionais citados anteriormente, colocamos em anexo um quadro no qual apresentamos os principais trabalhos, bem como a síntese do que eles trataram sobre o tema (Anexo A - Quadro A.3).

Em relação aos atores globais atuantes na Guerra Civil Síria, é evidente o protagonismo da Rússia e dos Estados Unidos, o que se traduz em muitos trabalhos sobre os envolvimento dos dois países no conflito. Moniz Bandeira (2013) chega a tratar desse tema como a "Segunda Guerra Fria", que envolveria a disputa geopolítica em outras regiões do globo também. Outros que também se dedicaram a analisar a disputa russo-americana foram Franca (2017) e Lemes (2017).

Acerca da Rússia e seu envolvimento na Síria, destacam-se os trabalhos de Piccolli *et al.* (2024), Silva (2021), Roberto (2012), Camargo (2018), Teixeira (2020),

Ferreira e Silva (2023), Käfer (2022), Nunes e Silva (2018), Baranovsky (2000), Santos (2008), Costa (2015), Aghayev e Katman (2012), Machado e Mendelski (2015), Cordesman (2015 e 2017), Tomás (2014), Kofman e Rojansky (2018), Mahmoudian (2024) e Watkins (2023). Entre os autores russos, merece destaque Dugin (2012 e 2016), importante pensador e ideólogo do eurasianismo, que influencia fortemente a política externa de Moscou. Tais pesquisadores abordam principalmente a decisiva atuação russa ao lado do presidente Assad, sendo que há um consenso entre os autores que o regime sírio não foi deposto devido sobretudo ao amplo auxílio russo, não apenas no campo militar, mas também diplomaticamente.

E sobre o papel da China, sua parceria com a Rússia no Conselho de Segurança, sua atuação na crise síria para beneficiar o governo sírio e a sua crescente influência nos temas geopolíticos do Oriente Médio, podemos citar Souza e Jardim (2017), Mendes e Freire (2008), Sato (2022), Pautasso (2009), Bíssio (2017), Gabuev (2018) e Sharma (2022).

No outro lado, a atuação dos Estados Unidos também é bastante investigada, em especial, o seu apoio aos grupos de oposição e sua articulação com os aliados regionais como a Arábia Saudita e a Turquia. Discute-se muito o fato das ações norte-americanas nos últimos anos que poderiam ter beneficiado não só o regime de Assad, mas principalmente a posição do Irã na região e no crescimento de grupos considerados terroristas, como o Estado Islâmico. A intervenção no Iraque constitui um exemplo marcante desses possíveis erros da política externa estadunidense no Oriente Médio. Entre os trabalhos mais relevantes destacam-se os de Moniz Bandeira (2013), Pecequillo e Forner (2017), Damin (2015) Pollack (2014), Arraes (2014), Landis (2020), Giacomini, (2016), Sousa (2019), Cordesman (2015 e 2017), Pautasso (2019) Aftandilian (2018), Magruder, (2020) e Gambrell (2017).

A respeito da União Europeia, os trabalhos investigativos são menos frequentes. Tal realidade se deve, sobretudo, ao seu menor protagonismo em termos de envolvimento direto no conflito e ao fato de sua participação na crise síria ficar muito atrelada aos EUA, que lideram a chamada Coalizão Global contra o Daesh. Destaca-se, como tema eminentemente europeu, a questão dos refugiados em suas fronteiras por causa da guerra civil na Síria (SCARDUELLI, 2022; LUCENA, 2017). Acerca da produção nacional sobre a atuação dos dois principais atores

globais – EUA e Rússia –, optamos por deixar em anexo alguns quadros onde apresentamos os principais trabalhos, bem como a síntese do que eles trataram sobre o tema (Anexo A - Quadros A.4 e A.5 e A.6).

No capítulo seguinte focamos na análise da evolução histórico-territorial do Estado-nação sírio, tratando especialmente do domínio territorial ao longo da história e da formação da territorialidade muçulmana.

CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DO ESTADO-NAÇÃO SÍRIO

2.1 - O PESO DA HISTÓRIA NA ANÁLISE TERRITORIAL E GEOPOLÍTICA

Na pesquisa da guerra civil na Síria, assim como qualquer outro tema geopolítico atual, exige-se uma compreensão do processo histórico que o determinou; é preciso buscar as “forças profundas” que moldaram o atual quadro. Segundo o historiador Flavio Sombra Saraiva (1997), o conceito de “forças profundas” foi desenvolvido pela escola francesa de relações internacionais e diz respeito aos fatores multicausais (sociais, culturais, econômicas e políticas etc.) que operaram na formação das estruturas geopolíticas internacionais. É preciso estudá-los para se entender um determinado fenômeno no presente.

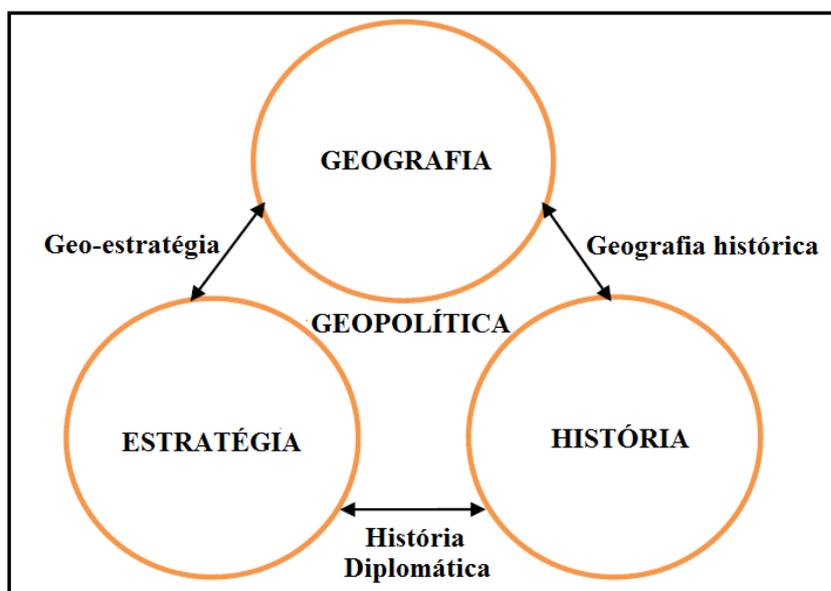
Cabe, inicialmente, neste capítulo, realçar a importância da cooperação analítica interdisciplinar, principalmente entre a História e a Geografia. Geógrafos de relevo já ressaltaram tal fato. Milton Santos (1997) afirma que o espaço constitui, enquanto dimensão histórica, uma “acumulação desigual de tempos”. Robert de Moraes (2005), por sua vez, defende que é fundamental o conhecimento histórico para se entender os fenômenos geográficos. Segundo ele, faz-se necessário reafirmar “a historicidade como caminho de entendimento dos objetos e processos sociais, entre eles os referentes à geografia” (MORAES, 2005, p. 23). E completa afirmando que

A geografia (...) emerge em todas as épocas históricas e em todas as sociedades, pois se refere à relação inelutável dos seres humanos com o meio que os abriga. Pode-se, portanto, dizer que em qualquer período da história e em qualquer agrupamento humano existe uma geografia (material e discursiva) que compõe parte da cultura de cada grupo social e de cada civilização. (MORAES, 2005, p. 24)

No campo da pesquisa da Geopolítica também temos a junção dos conhecimentos históricos com os geográficos, além dos da Ciência Política (veja a Figura 2). Nesse sentido, Sloan (2017, p. 13, tradução nossa) afirma que "a Geopolítica deveria, portanto, ser considerada um campo de estudo sintético, que aborda questões na confluência de três disciplinas acadêmicas díspares e suas preocupações fundamentais: Geografia, Estudos Estratégicos e História". E Haggman argumenta que

“a geopolítica, tanto como Kjellen a viu quanto em sua principal corrente ocidental, ou seja, a anglo-saxônica (Mackinder, Spykman *et al.*), é uma ciência que faz fronteira com **a história, a geografia e a ciência política**, mas também pode ser considerada como uma ajuda aos três. É, em grande medida, um método de análise mais do que uma ciência em si.” (1998, p. 107, tradução e grifos nossos).

Figura 2: O campo de estudo da Geopolítica.



Fonte: SLOAN, 2017.

Ainda sobre o valor da história juntamente com a Geografia nos estudos geopolíticos, Albuquerque (2011) esclarece que a análise na Geopolítica exige que se determine quais são os condicionantes geográficos presentes na gênese da formação socioterritorial analisada (método geo-histórico).

Portanto, compreender a formação territorial da Síria, vista em perspectiva histórica, se constitui numa ferramenta analítica de apreciação de diferentes estruturas temporais que nos permitem detectar alguns dos fenômenos que se apresentam hoje como parte de uma grande conflagração de eventos do âmbito do estado nacional, bem como regional e global. Dessa forma, a narrativa histórica analítica (SLOAN, 2017), associada aos conceitos geográficos supracitados, foi escolhida como ferramenta de aproximação histórica que facilita tanto a exposição quanto a explicação das temporalidades da formação do território sírio.

2.2 - DOS PRIMEIROS IMPÉRIOS NO CRESCENTE FÉRTIL À DOMINAÇÃO ROMANA (1.400 A 600 A.C.)

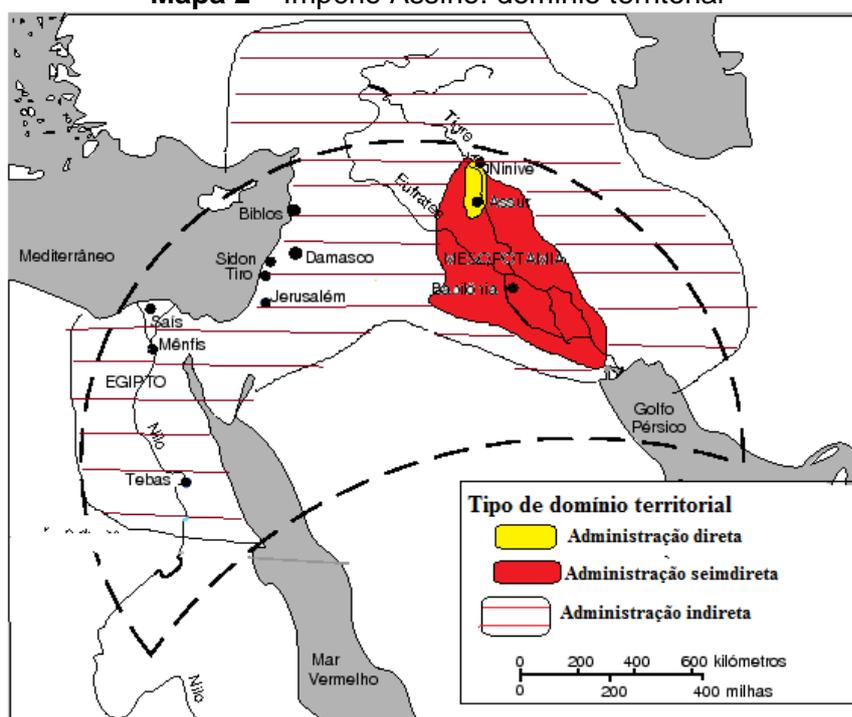
Segundo o historiador Adam Watson (2004), que pesquisou a formação dos primeiros Estados organizados da história humana, a região conhecida na atualidade como Oriente Médio na Antiguidade foi o berço de grandes civilizações que deram origem aos primeiros grandes impérios. Por apresentar uma fertilidade que facilitou o desenvolvimento da agricultura, esta região ficou denominada como Crescente Fértil. Watson (2004, p. 42, grifo nosso) assim a descreveu:

As cidades sumérias (...) eram agrupadas em torno do vértice do que agora chamamos o Golfo Pérsico, onde o Tigre e o Eufrates desembocavam no mar. Elas situavam-se na extremidade oriental do **crescente fértil**, que era mais fértil naquela época do que agora e que se estende para o norte através da Palestina e da **Síria**, então volta-se para o sul novamente, através da Palestina e em direção ao Egito.

E foi na área central dessa região que se desenvolveu o primeiro grande Estado imperial do Oriente Próximo, a partir de 1.100 a 600 a.C.: o império da Assíria. Os assírios se tornaram uma potência por volta de 1.400 a.C. (WATSON, 2004). Segundo François Massoulié (1994), os nacionalistas sírios da primeira metade do século XX, que idealizavam um Estado sírio independente, advogavam que o território precursor da Síria seria aquele desde o antigo império (ver Mapa 1).

O padrão de dominação espacial dos assírios, assim como de outros povos da Antiguidade, consistia em uma administração indireta. Na prática, eles não exerciam a autoridade direta sobre a totalidade dos povos conquistados. Nesse sentido, Watson (2004) explica que os assírios tinham uma área central de administração direta em torno das cidades de Nínive e Assur; um domínio semi-direto sobre os reinos vizinhos da Babilônia e da Suméria; e por fim, um controle indireto das regiões mais externas, como o reino de Judá, que se constituíam em Estados autônomos, mas que deveriam pagar tributos regulares à Assíria (ver Mapa 2).

Mapa 2 – Império Assírio: domínio territorial



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Watson (2004).

Dessa forma, os limites entre as unidades políticas não eram determinados em termos absolutos nesse período histórico:

Os atlas históricos que pintam os impérios do mundo antigo de uma cor uniforme são enganadores. Os impérios antigos não tinham fronteiras claramente delimitadas. Suas atividades e sua autoridade eram radiais, mais que territoriais, e disseminavam-se ao longo de linhas de penetração. O comércio (...), o poder militar e as comunicações diplomáticas eram difundidos ao longo de rotas específicas. (...) os governantes de Estados subordinados (**à Assíria**) como a Babilônia e o Egito ainda eram suficientemente autônomos na prática (...). (WATSON, 2004, p. 60, acréscimos nosso).

Outro fator que influenciou a evolução desse império em termos de domínio territorial era a característica de o seu núcleo territorial central não possuir fronteiras naturais, deixando-o vulnerável às pressões de povos inimigos. Tal questão foi resolvida com o desenvolvimento de uma forte estrutura militar. Assim, o controle territorial era sustentado grandemente com base na capacidade militar. A Assíria tinha um dos exércitos mais bem preparados e violentos desse período (WATSON, 2004).

Por sua vez, o Império Persa, que sucedeu o assírio no domínio da região em estudo, apresentou o mesmo padrão de controle territorial (mais radial do que territorialmente efetivo), mas com uma diferença fundamental: o seu núcleo original e central do império (que hoje corresponde em grande parte ao Irã), o planalto

iraniano, ficava protegido por barreiras naturais (terreno bem mais montanhoso e de difícil penetração), fato que determinou uma maior homogeneidade ao povo persa até a atualidade: a língua própria, a manutenção do credo xiita ante o predomínio do sunismo no resto da região, etc.; e no campo geopolítico, proporcionou uma maior segurança frente a inimigos fortes, como os romanos e otomanos.

Por fim, após a sucessão desses impérios regionais, o Oriente Médio começou a sofrer com a supremacia de impérios exteriores à região: o macedônio e principalmente o romano. Durante o domínio macedônio, a Síria recebeu muito da cultura helenística, e com o Império Romano, essa herança permaneceu. As cidades sírias foram fundamentais para a expansão romana, pois serviam como pontos de ligação entre o Oriente e o Ocidente, em especial a cidade de Palmira. De fato, de acordo com Andrea Piccini (2019, p. 204), "entre os séculos II-III d.C., Palmira começa a aparecer como o centro comercial mais importante entre Ocidente e Oriente", devido a sua posição geográfica estratégica (Mapa 4). E completa que a expansão e o controle de Roma das províncias do Oriente Próximo mostram "como era importante a conquista de Palmira **[Figura 3]** para o controle das rotas comerciais até os limites do Império, que passavam por essas regiões da Arábia em direção à China e à Índia" (PICCINI, 2019, p. 205, acréscimo nosso).

Mapa 3 - Posição estratégica de Palmira entre 64 a.C. e 106 d.C.



Fonte: Piccini (2019, p. 205).

Figura 3 - A cidade histórica de Palmira com sua arquitetura que evidencia a época da dominação romana sobre a Síria



Fonte: Piccini (2019, p. 206).

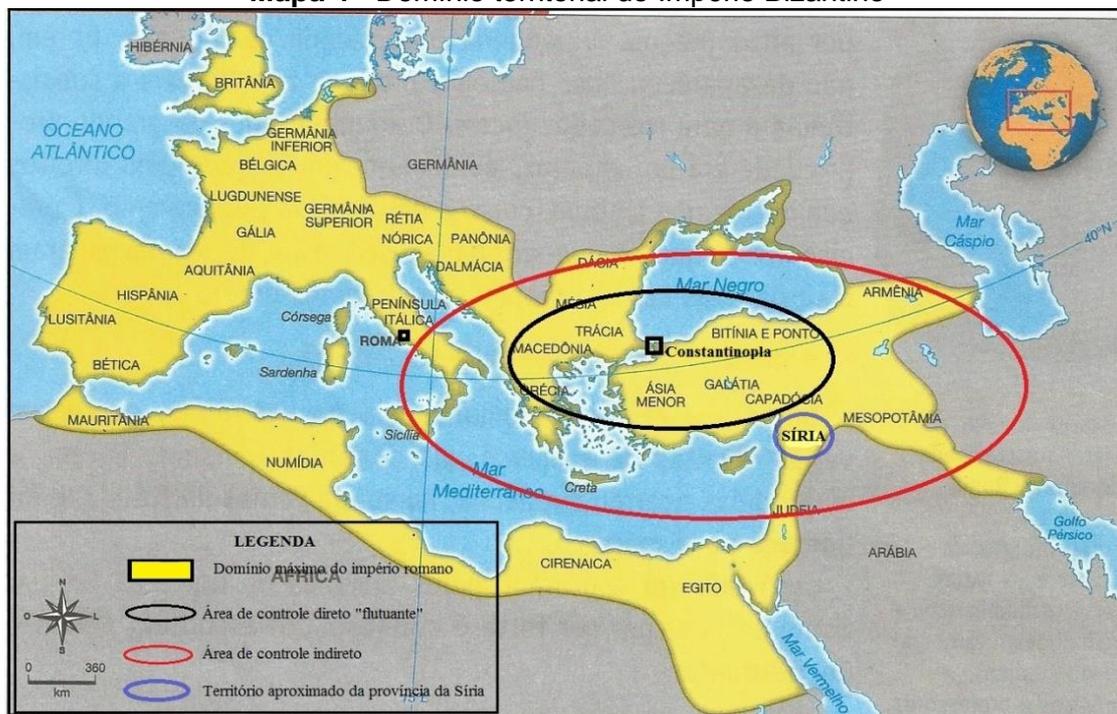
O Império Romano tinha um padrão de administração indireta, com relativa autonomia para as províncias mais distantes, como era o caso daquelas localizadas no Oriente Próximo. A Síria conseguiu manter sua identidade semítica, apesar das influências externas constantes, mesmo durante o período bizantino, que tinha Constantinopla como capital, geograficamente bem mais próxima do território sírio (WATSON, 2004; CLEVELAND e BUNTON, 2009). Tal realidade é retratada por Cleveland e Bunton (2009, p. 2, tradução nossa):

No entanto, embora as terras mediterrâneas do Oriente Médio fossem administradas como províncias do Império Romano, sua alta cultura permaneceu mais helênica do que latina. Com a transferência da capital imperial romana para Constantinopla em 330 d.C. e a queda da Roma ocidental um século depois, a identidade oriental do império foi solidificada. Essa identidade foi representada pelo Império Bizantino, que preservou as práticas administrativas de Roma no contexto da civilização helênica.

Também Watson (2004) tem esta visão, afirmando ainda que o Império Bizantino adotava uma política de não forçar mudanças bruscas em termos de costumes e leis dos povos conquistados, pois o que importava mais era “a lealdade, não a conformidade”. Quanto ao controle territorial bizantino, o autor esclarece que

ele consistia, na prática, no controle direto de Constantinopla sobre uma área central não muito definida em termos de limite (flutuante), que falava grego e era cristão ortodoxo. E havia uma segunda área sob o domínio imperial indireto com governantes indicados de Bizâncio e que “se estendia da **Síria** e do Cáucaso até o Danúbio e a Itália meridional, era composta de povos de muitas raças e línguas” (WATSON, 2004, p. 155, grifo nosso). O Mapa 4 a seguir mostra o fenômeno territorial em questão.

Mapa 4 - Domínio territorial do Império Bizantino



Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Watson (2004).

2.3 - O PERÍODO ISLÂMICO INICIAL E A CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE MULÇUMANA (600 A 1453)

Segundo Correia e Isidório (2015), o islamismo é uma religião monoteísta, cujo deus é chamado de Alá e foi fundada por Maomé, considerado o mensageiro (profeta) deste deus e seu representante nas questões terrenas. A sua doutrina encontra-se em seu livro sagrado, o Alcorão. Os seus principais locais sagrados são Meca e Medina, atualmente localizadas na Arábia Saudita, e de onde Maomé iniciou a sua pregação. A religião islâmica surgiu no século VI d.C., e iria determinar os destinos dos povos em questão até os dias atuais em praticamente todos os

sentidos: religioso, cultural, político e, conseqüentemente, também em termos territoriais. A análise da ascensão do Império Árabe-muçulmano, que iria dominar todo o Oriente Médio e norte da África, faz-se fundamental, portanto, para compreender a evolução territorial não só da Síria, mas de todo o Oriente Médio.

O historiador libanês-britânico Albert Hourani (2005), especialista em história do Oriente Médio, ressalta que a religião islâmica é um dos pontos fundamentais para definir o que seria a “nação árabe”. Além dela, segundo ele, os árabes também indicariam o idioma árabe, a descendência a partir das tribos nômades da Arábia e a referência ao processo histórico de expansão do Império Muçumano, tido como impactante para a história da humanidade.

A expansão territorial era incentivada pela religião, que pregava a expansão da fé do Islã para conquistar e converter os povos infiéis. Isso implicava a administração de um território cada vez maior. Como explica Cleveland e Bunton (2009, p. 2, tradução e grifo nossos): “A absorção de novas ideias e técnicas continuou com a conquista romana e a consolidação das práticas administrativas eficientes no Egito, Palestina, **Síria** e Anatólia, durante o primeiro século I a.C.” Ou seja, os árabes absorveram um conhecimento acumulado por meio da experiência de longos anos de sucessivos domínios na região do Oriente Médio. Particularmente, no caso da Síria, como já mencionado, ela sempre funcionou como um centro de interação entre diversos reinos e povos, daí porque cidades como Damasco passariam a constar entre as principais cidades do Império Islâmico.

Neste contexto da formação cultural islâmica, acrescenta-se também o surgimento da territorialidade islâmica, ou a forma de expansão e controle do território por parte dessa civilização. Conforme os ensinamentos supracitados de autores como Sack (2013) e Mesquita (1985) sobre territorialidade, é pertinente acrescentar agora a contribuição do geógrafo francês Philippe Pinchemel (1988), que observou a existência de uma grande variedade de noções de território e de territorialidade, no tempo e nas diversas culturas e sociedades, pois são os valores territoriais que determinam as características do território que certo grupo étnico vive. E especificamente sobre a territorialidade islâmica, ele esclarece que:

Ela repousa sobre o princípio da terra do Islam (*dar al Islam*), território que não é delimitado a não ser pela terra da guerra (*dar al llarb*), terra dos infiéis. **As divisões e fronteiras no interior da terra islâmica eram desconhecidas, ou melhor inconcebíveis. Os limites internos foram introduzidos a seguir mas eles não têm os valores separatistas das fronteiras do pensamento ocidental, e a territorialidade do Estado, no**

caso, é idealmente subordinada ao fato religioso. (PINCHEMEL, 1988, p.407, grifo nosso).

Pinchemel (1988) acrescenta que, além do fator religioso essencial, se atribui os caracteres originais da territorialidade islâmica à associação ao deserto, ao nomadismo e a uma urbanização sem contrapartida agrícola, sem assentamento rural extensivo. Por sua vez, Watson também reconhece estas características e acrescenta que a "área [*dar al Islam*] sobre a qual o califa deveria governar era, na teoria islâmica, uma área de paz e harmonia, que quando Deus bem dispusesse compreenderia toda a terra." (WATSON, 2004, p. 163). Pinchemel (1988) também explica que as sucessivas formações de Estados Islâmicos projetadas, propostas ou realizadas durante diferentes períodos da história, foram construídas dentro destas características.

A partir do exposto acima, podemos entender que a organização político-espacial islâmica era centrada na liderança do Califa sobre uma base territorial: o califado. Napoleoni (2015) esclarece que o califado seria um Estado islâmico governado por um líder político-religioso supremo, sucessor do profeta Maomé e que esse termo também é utilizado para se referir ao reinado de um determinado califa. De acordo com André Nunes (2015), a história dos califados pode ser separada em quatro períodos: o primeiro, de 632 a 661, sob a autoridade dos "bem-guiados", aqueles que eram da família de Maomé ou próximos a ele; o segundo, de 661 a 750, sob o governo do Império Omíada que estendeu o domínio islâmico ao norte da África até o sul da Espanha, e da Ásia até o Paquistão; o terceiro, o Império Abássida, de 750 a 1258; e o quarto e último, o Otomano, de 1281 a 1924, quando o califado foi abolido após a derrota dos otomanos na Primeira Guerra Mundial, por Mustafa Kemal Atatürk, o fundador da Turquia moderna e secular.

Várias cidades foram capitais desse império, entre elas Damasco, que passaria a ser uma das mais importantes, rivalizando com Meca, Bagdá e Cairo a hegemonia no mundo islâmico. Durante o império dos califas omíadas, o centro de poder passou da Arábia para Damasco, na Síria, e depois para Bagdá, no Iraque, sob os abássidas. Apesar das rivalidades entre os califados, a unidade social e cultural que se desenvolvera em seu interior permaneceu (HOURANI, 2007).

2.4 - A SOLUÇÃO TERRITORIAL OTOMANA (1453 A 1918)

No clássico *Ascensão e queda das grandes potências*, o historiador Paul Kennedy (1989) ensina que os otomanos – povos mulçumanos que habitavam a Ásia central – reunificaram sob sua liderança o mundo mulçumano sunita no século XVI, com exceção da Pérsia xiita. O auge desse império se deu durante a Idade Média, e assim como o Império Chinês, até o século XVI esteve à frente dos europeus em várias áreas (militar, cultural etc.) e eles conseguiram estabelecer “uma unidade de religião, cultura e língua oficiais numa área maior do que o Império Romano, e sobre um vasto número de povos sujeitos” (KENNEDY, 1989, p. 20).

Tendo sua capital em Istambul, o Império Otomano conseguiu manter o domínio sobre esse vasto espaço por meio de uma administração descentralizada e que não interferia nos assuntos locais (LEWIS, 1996). Essa foi a dinâmica de domínio espacial que o historiador Massoulié denominou de “solução otomana” e a descreveu assim: a legitimidade do sultão turco entre os árabes sunitas do Oriente Médio derivava unicamente de sua capacidade de combater os xiitas e as potências cristãs, de defender os lugares santos e de organizar a peregrinação. Mussoulié (1994, p. 13) ressalta também que a “ideia de “nacionalidade”, que pressupõe uma relativa homogeneidade da população, permanece totalmente estranha à filosofia política otomana”.

Dentro dessa visão de poder, as fronteiras não eram demarcadas rigidamente entre os diversos povos que habitavam o Oriente Médio, segundo a lógica da territorialidade islâmica. Assim como na Antiguidade, as dinâmicas locais – como o sistema tribal, por exemplo – não sofriam uma interferência direta do governo central de Istambul. Patriarcas gregos ortodoxos e rabinos judeus tornavam-se personagens oficiais do império, investidos de um amplo direito de jurisdição em suas respectivas comunidades. Os sultões mulçumanos também concediam vantagens aos governos europeus para implantarem pontos de comércio no interior dos limites imperiais, além de poderem proteger as comunidades cristãs no Oriente. Essa política ficou conhecida como “as Capitulações” (Mussoulié, 1994). E Hinnebusch (2018) denominou esse processo de “modernização defensiva”.

Contudo, essa política contribuiu, com o passar do tempo, para o próprio declínio do Império Otomano, pois à medida que os Estados europeus se

desenvolviam econômica e militarmente, aumentava a sua influência sobre os diferentes povos existentes no amplo espaço imperial. Tal processo ocorreu a partir do século XVII, de maneira semelhante ao que aconteceu também com o Império Chinês. No século XVIII, a maioria das regiões mais remotas do império, como o norte da África e partes do Oriente Médio, já não estavam de maneira efetiva no controle do governo turco (HOBSBAWM, 1988).

A certo ponto, os europeus negociavam diretamente com as autoridades locais sem passar por Istambul. Esses acordos iam minando a unidade otomana e começou a inflar os grupos étnicos de cada região. Em 1853, por exemplo, foi assinado um tratado entre a Inglaterra e alguns emirados do golfo pérsico para acabar com os ataques piratas na região. Em 1903, o vice-lorde britânico Curzon, em visita à região, explicou aos emires (autoridades locais) a natureza do acordo: tratava-se de defender “o nosso comércio, assim como a vossa segurança.” (MASSOULIÉ, 1994, p. 15).

Ao aprofundar essa ingerência, os europeus começaram a impor o conceito de fronteiras rígidas no Oriente Médio, para separar os protegidos dos não protegidos, causando uma crescente instabilidade política e militar na região. Adicionalmente, como ressalta Kennedy (1989), o imperialismo otomano, ao contrário dos europeus, não foi economicamente muito proveitoso e semelhantemente ao chinês, pois não soube aproveitar os avanços científicos e comerciais de outros povos. O militar inglês Thomas Edward Lawrence, que escreveu a famosa obra *Os sete pilares da Sabedoria* (LAWRENCE, 2015), descreveu a Turquia do início do século XX como uma "nação podre e em clara decadência".

Existia também a questão cultural por trás do crescente avanço europeu sobre outros continentes paralelo aos fatores geopolíticos e econômicos. O pesquisador pós-colonial Edward Said, na sua obra *Orientalismo* (1978), descreve como se construiu no Ocidente, principalmente na Europa, uma ideia distorcida sobre o que seria o Oriente. Segundo ele, os europeus tinham a suas ações imperialistas como uma espécie de missão civilizatória sobre aqueles povos “orientais” que eram tidos como incapazes de se autogovernarem. Said cita como exemplo emblemático dessa forma de pensar do europeu em relação aos orientais, o discurso do então primeiro-ministro do Reino Unido Arthur James Balfour, em

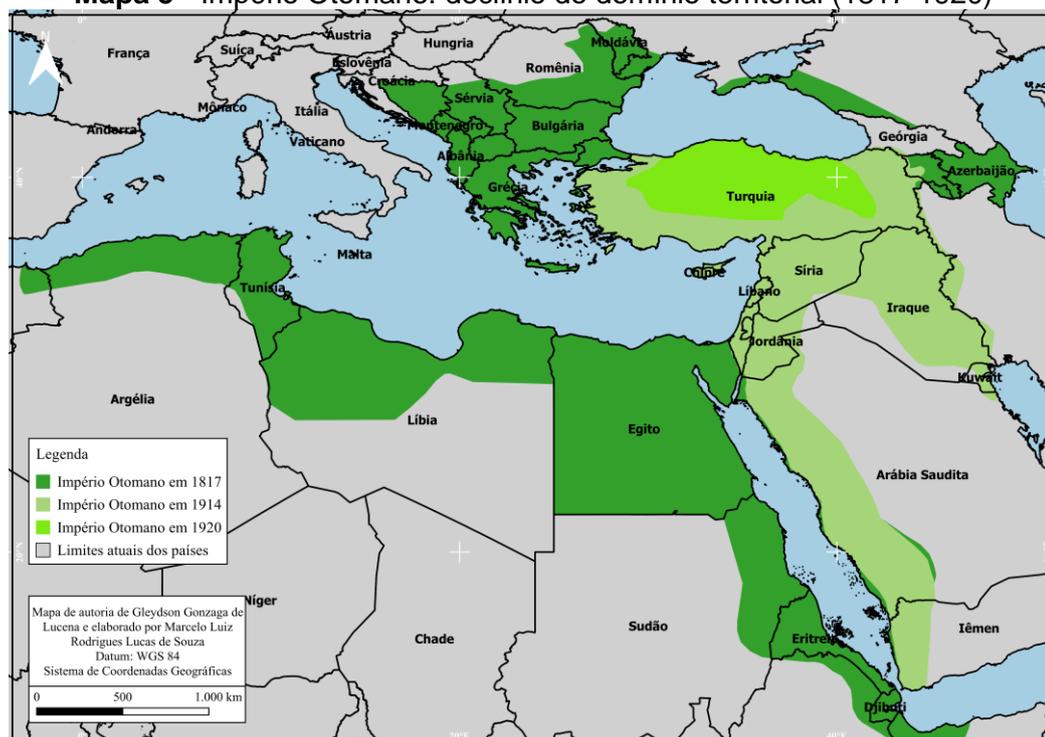
1910, no parlamento britânico. Na ocasião, ele defendeu a necessidade da presença inglesa no Egito e em outras nações orientais, apesar dos crescentes movimentos nacionalistas:

Antes de mais nada, considerem os fatos da questão. Assim que surgem para a história, as nações ocidentais demonstram aquelas capacidades incipientes para o autogoverno [...] tendo méritos próprios. [...] Pode-se olhar para o conjunto da história dos orientais no que é chamado, falando de maneira geral, de Leste, sem nunca encontrar traços de autogoverno. Todos os séculos grandiosos desses países - e eles foram muito grandiosos - foram vividos sob despotismos, sob governos absolutos. Todas as suas grandiosas contribuições para as civilizações - e elas foram grandiosas - foram feitas sob essa forma de governo. Um conquistador sucedia a outro conquistador; uma dominação seguia a outra; mas nunca, em todas as reviravoltas da sina e da fortuna, se viu uma dessas nações, de moto próprio, estabelecer o que nós, de um ponto de vista ocidental, chamamos de autogoverno. Esse é o fato. Não é uma questão de superioridade ou de inferioridade.

É uma boa coisa para essas grandes nações - admito a grandeza delas - que esse governo absoluto seja exercido por nós? Acho que é uma boa coisa. Acho que a experiência demonstra que sob esse governo elas têm um governo muito melhor que qualquer outro que tenham tido em toda a história, o que é um benefício não só para elas, como sem dúvida para o conjunto do Ocidente civilizado. (...) Estamos no Egito não apenas pelo bem do Egito, apesar de estarmos lá para o bem deles; estamos lá também para o bem da Europa em geral (BALFOUR *apud* SAID, 1990, p. 43).

A “solução otomana” entra em colapso com a Primeira Guerra Mundial. Como o governo turco entrou na guerra ao lado da Alemanha, as potências aliadas europeias antigermânicas, principalmente França e Inglaterra, incentivaram revoltas nas províncias árabes contra o governo imperial otomano, inclusive na região da Síria atual, onde ainda havia um domínio mais direto de Istambul (HOBSBAWM, 1988). Esse apoio local aos britânicos e franceses se deu, sobretudo, com a promessa de uma futura implementação de Estados independentes na região, algo que não seria cumprido com o fim do conflito. Em parte, por razões estratégicas; e em parte, pela ideologia da superioridade racial, predominante entre os dirigentes ocidentais (SAID, 1990). Em 1923 nasce a Turquia atual, dando fim ao Império Otomano, que perdendo poder em relação às potências europeias. Esse processo pode ser notado claramente na progressiva redução do seu domínio territorial ao longo do século XIX e início do XX (Mapa 5).

Mapa 5 - Império Otomano: declínio do domínio territorial (1817-1920)



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Hobsbawm (1988) e Mussoulié (1994).

Também devemos entender esse processo como parte da expansão do sistema internacional de poder europeu cujo auge se deu no século XIX e que veio paulatinamente exportando para outras partes do planeta a sua cultura e instituições advindas principalmente dos tratados de Vestifália, por isso Hinnebush (2018) chama esse modelo europeu de "sistema vestifaliano"³. Essa expansão das potências europeias pelo mundo é o que o historiador Watsom (2004) denominou de "sociedade internacional europeia".

2.5 - O PERÍODO DE DOMÍNIO EUROPEU: IMPLANTAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL VESTIFALIANO (1918 A 1946)

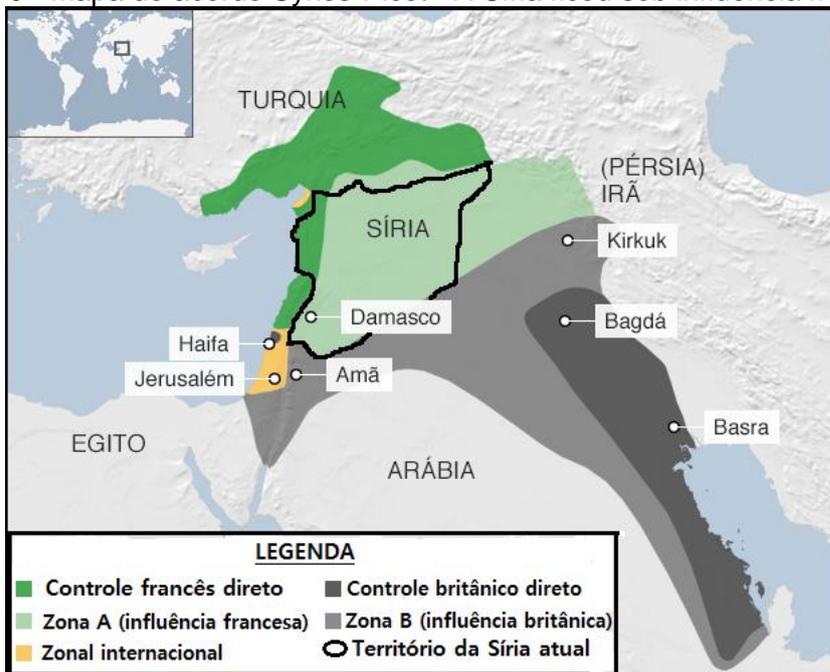
No início do século XX, no contexto da lógica de poder no âmbito da sociedade internacional europeia, as principais potências europeias não viam razão alguma para renunciar à posse do território do recém-falido Império Otomano. Assim, apesar de o governo britânico ter negociado com o líder árabe Hussein (tido

³ Segundo Castro (2005), a Paz de Vestifália consolidou na Europa a tendência de "territorialização" da política, firmando a ideia da soberania territorial. Ou seja, autoridade do Estado se dá dentro de um território definido. Associa-se também a ideia da nacionalidade e do Estado laico.

como descendente de Maomé), o apoio dos árabes contra os exércitos otomano e alemão, em troca da criação de um futuro “Estado Árabe” independente – que incluiria a Arábia, a Síria, parte do Iraque e possivelmente a Palestina –, a lógica geopolítica prevaleceu nas negociações entre as potências aliadas. Inglaterra e França negociaram um tratado secreto, finalizado em maio de 1916 e conhecido como o “Acordo Sykes-Picot”, que determinava a partilha do Oriente Médio entre os europeus, principalmente ingleses e franceses (CLEVELAND e BUNTON, 2009) (Mapas 6 e 7). Tal acordo,

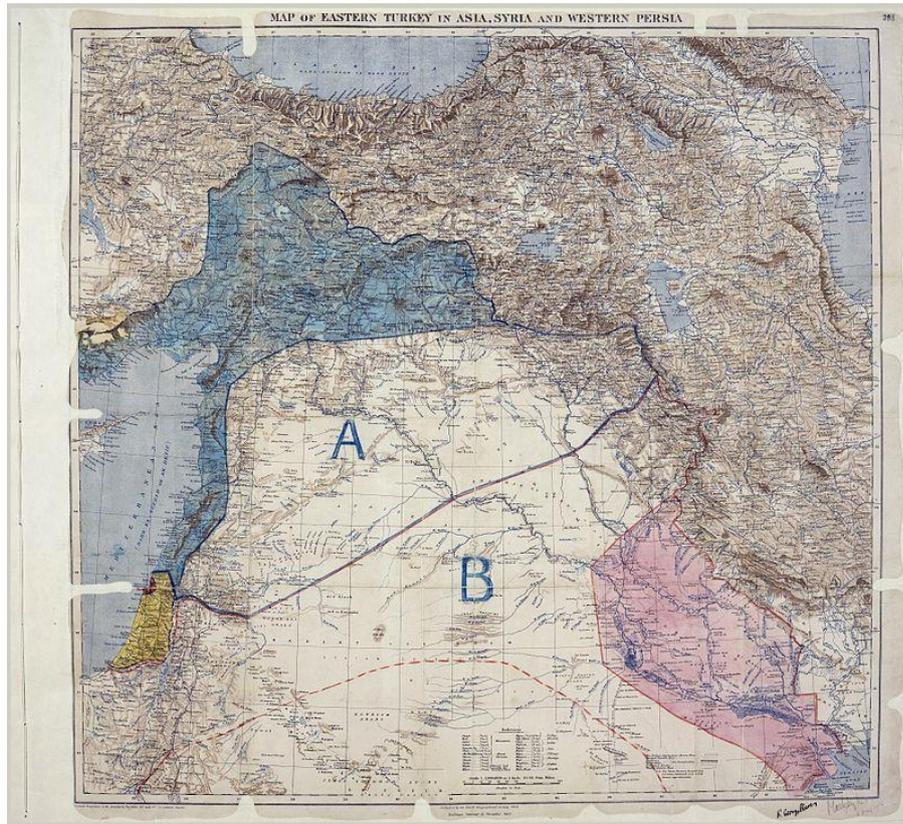
Reconhecia as reivindicações francesas de longa data para a Síria, atribuindo a França uma grande zona de "controle direto" que se estende ao longo da costa síria do sul do Líbano até a Anatólia. Além disso, a França recebeu uma esfera de influência indireta exclusiva no interior da Síria. A posição britânica no Iraque foi igualmente garantida; A Grã-Bretanha ganhou o direito de exercer "controle direto" sobre a parte sul da Mesopotâmia e foi-lhe concedida uma enorme zona de influência indireta exclusiva que se estende de Gaza a Kirkuk. (...) Nos termos do acordo, a Palestina seria colocada sob administração internacional (CLEVELAND e BUNTON, 2009, p.163, tradução nossa).

Mapa 6 - Mapa do acordo Sykes-Picot - A Síria ficou sob influência francesa



Fonte: Moniz Bandeira (2013, p. 245, com adaptações).

Mapa 7 - Mapa original do acordo Sykes-Picot de 1919.



Fonte: ALEMDAR, 2017.

No plano idealizado pelos nacionalistas árabes, o futuro governo do Estado Árabe ficaria a cargo do próprio Hussein e de seus filhos. Entre esses, estava Amir Faisal (Figura 4), que seria o governante da Síria, território onde ele ajudou na luta contra os otomanos e que tinha o apoio das lideranças locais. As suas qualidades eram reconhecidas até pelos próprios ingleses. Nas palavras de Lawrence (2015, p. 95):

Eu acreditava que estes infortúnios da Revolta fossem devidos principalmente a uma chefia incapaz, ou melhor, à falta de chefia, tanto árabe como inglesa. Assim, dirigi-me à Arábia, para ver e apreciar os seus grandes homens. O primeiro, o xerife de Meca, sabia-se que era idoso. Achei Abdulla excessivamente hábil, Ali demasiadamente cortês, e Zeid extraordinariamente frio. A seguir, viajei terra acima, ao encontro de Faisal, e descobri nele o chefe dotado do indispensável ardor, e além disso razoável o bastante para levar a efeito nossa ciência. Seus homens de tribo pareciam ser instrumento suficiente, e suas colinas proporcionavam vantagens naturais. Regressei confiante ao Egito, e contei aos meus chefes como Meca estava defendida, não pelo obstáculo de Rabegh, mas pela ameaça de flanco de Faisal, em Djebel Subh.

Faisal chegou a formar um governo árabe em Damasco. Todas as correntes do passado otomano e as visões conflitantes do futuro árabe se uniram a

administração de Faisal. Assim, as lideranças locais se organizaram e formaram o Congresso Geral Sírio e elaboraram um plano de independência e a formação de um governo monárquico constitucional, tendo Faisal como rei. Segundo a historiadora Elizabeth Thompson (2020), a criação de um Estado árabe independente e, principalmente, de um país com regime democrático no Oriente Médio poderia ter servido de exemplo para outras nações árabes ao longo do século XX.

Figura 4 - O príncipe Faisal em com representantes europeus em Paris para a Conferência de Paz.



Fonte: Thompson, 2020, capa do livro.

A ideia da criação de uma “Grande Síria”, inspirada num crescente sentimento nacionalista, se baseava na crença de que ela seria a sucessora natural do antigo Império da Assíria. Nesse intuito, o Congresso Geral Sírio, reunido em 1919, redigiu uma resolução encaminhada ao governo norte-americano em que pedia apoio à reivindicação de sua independência (MASSOULIÉ, 1994). A princípio, o governo norte-americano, sob a presidência de Woodrow Wilson, liderou um processo global de estabelecimento de um novo regime de direito internacional para governar as relações entre os Estados. Em jogo no caso sírio estavam os princípios gerais que moldariam o futuro de outras nações também. Estadistas europeus e estudiosos do direito haviam historicamente excluído não cristãos e não europeus de membros plenos da família de nações soberanas. Os turcos otomanos foram considerados apenas convidados marginais, mas Wilson abriu a porta para um regime universal de direitos dos Estados, e, dessa forma, os sírios pretendiam manter essa porta aberta (THOMPSON, 2020). Neste contexto, a resolução síria supracitada, em síntese, reivindicava o seguinte:

- * Solicitação da plena e absoluta independência política da Síria na delimitação geográfica que corresponderia aos atuais territórios da Síria, sudoeste da Turquia, Líbano, Palestina, Israel e Jordânia (ver Mapa 8);
- * Implantação de um governo na Síria na forma de uma monarquia constitucional baseada em princípios democráticos e amplamente descentralizada, que salvaguarde os direitos das minorias e com Amir Faisal como rei;
- * Rejeição do Artigo XXII do Pacto da Liga das Nações, que exigia uma tutela de um poder mandatário, a não ser se for apenas para prestação de assistência técnica e econômica, sem prejuízo da absoluta independência;
- * Rejeição ao estabelecimento de uma comunidade judaica na parte do sul da Síria (Palestina). Contudo, garantindo aos judeus sírios o gozo dos direitos como cidadãos;
- * Condenação e rejeição dos tratados secretos, principalmente sobre qualquer acordo para providenciar o desmembramento da Síria, especialmente da Palestina ou da região costeira do oeste do Líbano.

Mapa 8 – A Grande Síria: delimitação geográfica do território reivindicado pelos nacionalistas sírios em 1919.

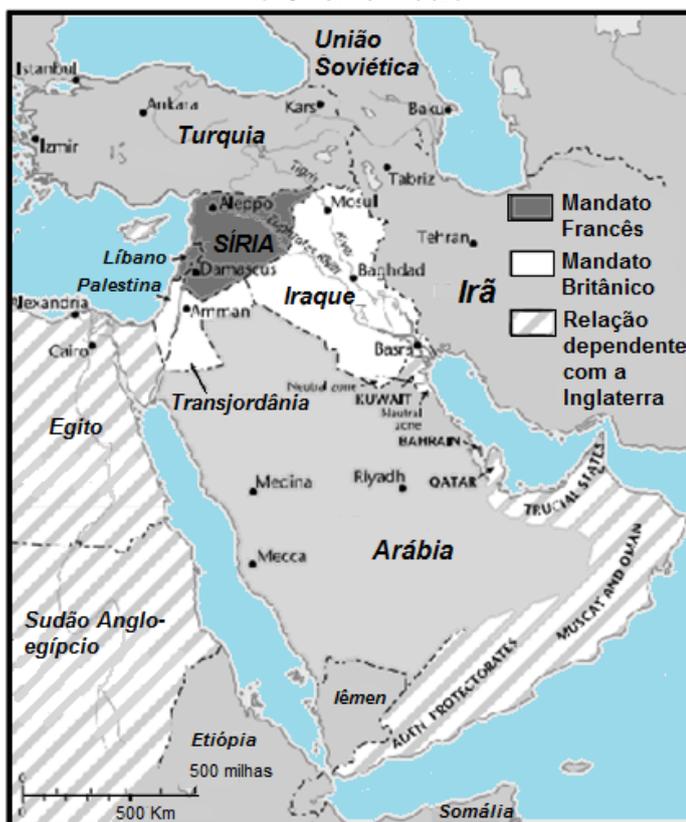


Fonte: Lucena (2017, p. 44).

Entretanto, segundo Cleveland e Bunton (2009), a França, seguindo o Acordo Sykes-Picot, não aceitou a independência total da Síria e interveio militarmente, ocupando Damasco e obrigando Amir Faisal a se exilar no exterior. Em 1919, a recém-criada Liga das Nações (considerada a predecessora da Organização

das Nações Unidas), determinou a divisão das ex-províncias otomanas árabes em novos Estados e os concedeu à Grã-Bretanha e à França como seus “mandatos” (ver Mapa 9). De acordo com a linguagem paternalista e preconceituosa da organização, mandatos seriam territórios que "eram habitados por povos que ainda não conseguiam viver sob as condições extenuantes do mundo moderno". Portanto, ser colocado sob a tutela das "nações avançadas", os ajudariam "até o momento em que pudessem viver sozinhos" (CLEVELAND e BUNTON, 2009, p.172, tradução nossa). Os Estados Unidos logo iriam abandonar a política liberal no campo internacional; inclusive o presidente Wilson, por sua vez, não obteve a aprovação do senado americano para entrar na Liga das Nações. Deste modo, o criador ficou de fora da instituição que ajudara a planejar.

Mapa 9 – Os mandatos da Liga das Nações e as zonas de influências no Oriente Médio



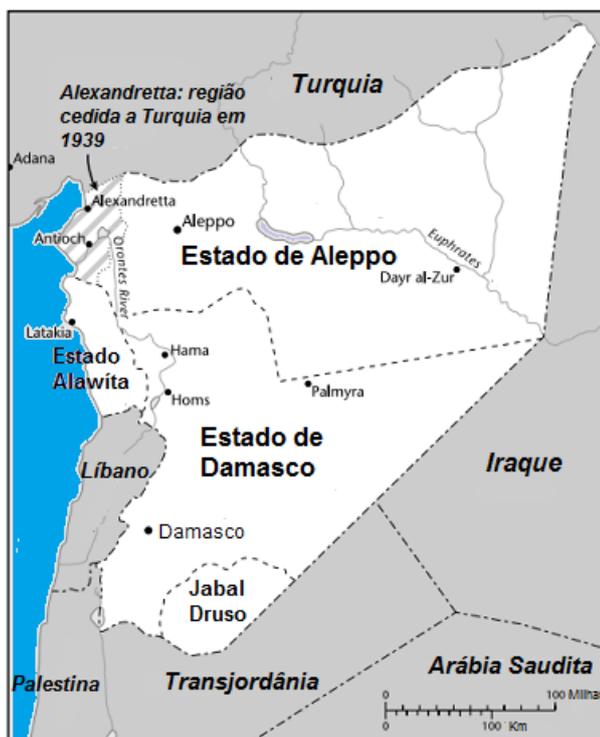
Fonte: CLEVELAND e BUNTON, 2009, p. 168 (com adaptações).

A responsabilidade de franceses e britânicos era para preparar essas regiões para um futuro autogoverno. Mas, na prática, eles agiam pensando em suas políticas geoestratégicas. A estratégia principal para exercer o domínio político-territorial era reforçar os particularismos, gerando divisões que minariam a

construção de um sentimento de unidade e nacionalidade (CLEVELAND e BUNTON, 2009). Nesse aspecto, a ação da França na Síria é reveladora. A criação do “Grande Líbano” em 1920 favorece a minoria cristã libanesa apoiada pelos franceses, ao mesmo tempo que prejudica o acesso sírio ao mar Mediterrâneo e diminui a quantidade de terras cultiváveis para os sírios (ver Mapa 10). Além disso:

O mandato francês divide a Síria criando quatro “Estados”: o dos Alauítas, o Djebel druso, o de Alepo e o de Damasco. Concedendo autonomia às comunidades drusa e alauíta, a França contribui para “deslegitimar” ainda mais o Estado que ela deveria ajudar a construir. Sobretudo, favorece o ressurgimento do problema das minorias: dali em diante estas seriam arrastadas pela lógica de confronto para o controle político de um território ou do Estado. Assim, em 1924, encorajados pela França, os dirigentes alauítas deixam a federação síria e proclamam um estado independente. Embora tenham retornado mais tarde ao seio da nação síria, a atitude dos alauítas reaviva as antigas desconfianças que a maioria dos muçulmanos nutria por eles.” (MASSOULIÉ, 1994, p. 40)

Mapa 10 - A divisão da Síria sob o mandato francês



Fonte: CLEVELAND e BUNTON, 2009, p. 221 (com adaptações).

Em 1924, a França introduziu um novo arranjo político juntando os estados de Damasco e Aleppo em uma única unidade territorial chamada “Estado da Síria”. Além de Damasco e Aleppo, o Estado reconstituído da Síria compreendeu as cidades de Homs e Hama, dois grandes centros urbanos. A vida social e política nestas quatro cidades era dominada por comerciantes e latifundiários muçulmanos sunitas. Com efeito, a França isolou os drusos e os alauítas da vida política e

garantiu que o poder político seria dominado por uma elite conservadora de sunitas urbanos. A instabilidade política destrutiva que veio caracterizar a Síria após a independência, em 1946, deve ser entendida, em grande parte, pela fragmentação praticada pelas autoridades francesas (CLEVELAND e BUNTON, 2009).

Neste contexto, o desenvolvimento dos regimes nazifascistas na Europa inspira o nascimento de grupos políticos de natureza ideológica autoritária e nacionalista. Na Síria, este movimento viria a constituir mais tarde o Partido Baath (LEWIS, 1995) e o Partido Nacionalista Sírio (MASSOULIÉ, 1994). Esses grupos floresceram também pela repressão francesa e pela falta de abertura política, o que dificultava a formação de uma classe política moderada e estável. Adicionalmente, não havia uma progressiva transferência de responsabilidades administrativas que poderiam garantir um bom autogoverno num eventual Estado independente.

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial e a invasão da França em 1941, o governo exilado do general De Gaulle se compromete em encaminhar a independência da Síria e do Líbano, embora os franceses só fossem reconhecer a independência total de ambos os Estados em 1946.

Em síntese, o período entre guerras se caracterizou pela política francesa do “dividir para reinar”, implantando instituições político-territoriais estranhas à região. A ordem otomana de administração indireta e de não interferências sectárias fora destruída e substituída pelo modelo de domínio territorial de matriz europeia vestifaliano, com a separação forçada das diversas comunidades por meio da implantação de fronteiras rígidas, gerando a fragmentação espacial e a instabilidade política e social (HINNEBUSCH, 2018). Nesse quadro que se processou a independência e o início da vida soberana síria.

2.6 - PERÍODO INDEPENDENTE: A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO NACIONAL SÍRIO SEGUNDO O MODELO VESTIFALIANO (1948-2011)

Há um consenso entre os historiadores de que a “solução francesa” não produziu na Síria as condições ideais para a constituição de um Estado-nação social e politicamente estável, pois suas ações foram no sentido de enfraquecer a unidade nacional e não o contrário, consequência do modelo de domínio territorial

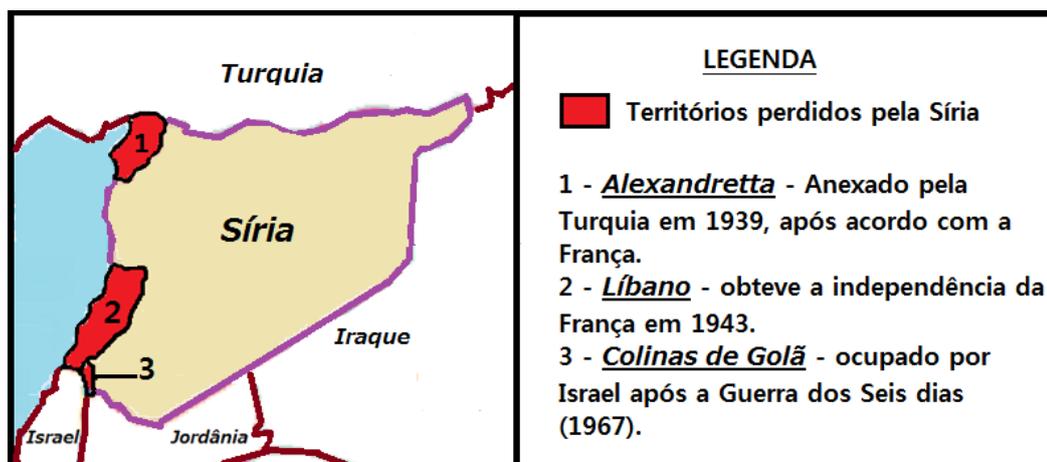
vestifaliano (HINNEBUSCH, 2018). Dessa forma, a história da Síria independente é marcada pela instabilidade política, social e territorial. Tal situação produziu os fatores que desencadearam a atual guerra civil.

No Oriente Médio em geral, com algumas raras exceções, a democracia não floresceu por falta de tradição e porque os europeus não se esforçaram em desenvolvê-la, pois não convinha aos seus interesses imperialistas. Assim, a instabilidade política e o autoritarismo foram se constituindo como a alternativa mais viável para a maioria dos Estados recém-criados na região. Adicionalmente, a questão de Israel aparecerá como um complicador neste contexto já conturbado. O primeiro governo da Síria independente tinha sido eleito e logo teve que enfrentar a crise causada pela criação do Estado de Israel em 1947-48. Vários países árabes não aceitaram o novo país e estoura a primeira de uma série de guerras árabe-israelenses. A derrota para Israel abalou o regime parlamentar democrático sírio, abrindo caminho para o primeiro de vários golpes de Estado, sendo o primeiro em 1949, com o possível apoio secreto dos Estados Unidos por meio da CIA (LITTLE, 1990). Segundo o historiador Bernard Lewis, o fracasso das forças árabes para impedir o nascimento do Estado israelense levou a um profundo exame de consciência nos países árabes e, nos anos seguintes, houve a substituição violenta de governantes de regimes considerados como responsáveis pela derrota vergonhosa. E a Síria foi o primeiro país a sofrer uma mudança de regime:

O primeiro regime a cair foi o da Síria, onde, em março de 1949, o coronel Husni Zaim, em um golpe incruento, extinguiu a ordem presidencial e parlamentar e iniciou uma série de *coups d'état*. O período de governo do exército terminou em 1954 com o restabelecimento de um regime parlamentar e a realização de eleições. A restauração, no entanto, durou pouco. Entre 1958 e 1961, a Síria fez parte da República Árabe Unida. Após a secessão, o país evoluiu rapidamente para a ditadura do partido Baath. (LEWIS, 1996, p. 327).

Contudo, em 1967, com a Guerra dos Seis Dias, Israel derrota militarmente outra vez a Síria e ocupa o território sírio denominado “Colinas de Golã”. Em 1973, a Síria tentou uma ação militar para retomar essa região, mas não teve sucesso. Dessa forma, o sonho da Grande Síria tornou-se mais distante, conforme mostra o Mapa 11 (LUCENA, 2017).

Mapa 11 - Principais perdas territoriais da Síria.



Fonte: Lucena (2017).

O partido Baath se desenvolveu no contexto da Guerra Fria sob inspiração do socialismo soviético combinado com o nacionalismo árabe. Ao longo da década de 1960, a tendência autoritária e militarista prevaleceu, alimentada pelos confrontos com Israel e pela busca do ideal da Grande Síria, culminando com a ascensão do general alauíta Hafez al-Assad ao poder em 1970.

Assim, acaba a predominância da elite sunita no poder sírio, que vinha desde a época do Império Otomano. Assad era de origem alauíta, comunidade xiita e essencialmente rural e pobre (CLEVELAND e BUNTON, 2009). Esse segmento começou a ascender no contexto nacional sírio em contraposição à tradicional elite comerciante urbana que dominava o cenário político e econômico. A carreira militar e a militância no partido Baath foram as estratégias iniciais para se firmarem no poder. Cleveland e Bunton (2009, p. 398) esclarecem a origem de Assad:

Al-Assad nasceu em 1930 na empobrecida e isolada região Noroeste da Síria. Os Alawitas constituíam uma seita shiita cujas crenças e rituais divergiam muito do islamismo tradicional, tanto que os membros do establishment sunita ocasionalmente se referiam a eles como infiéis. (...) os alauítas possuíam antigas tradições de autonomia e alienação do resto da sociedade síria. Al-Assad estava determinado a romper o isolamento e a pobreza que caracterizaram sua comunidade.

Dessa forma, Assad estruturou um regime autoritário, baseado no favorecimento de sua comunidade de origem e principalmente de sua família:

Al-Assad tentou assegurar a lealdade a seu regime nomeando parentes e aliados confiáveis para os cargos principais da hierarquia do governo. Nesse sentido, o triunfo pessoal de Assad na obtenção da presidência foi também uma vitória alauíta. Os oficiais alauítas foram promovidos aos mais proeminentes postos militares e das agências de segurança, dando-lhes uma participação na preservação do regime. Além disso, membros da

família de Al-Assad foram alocados em uma série de forças especiais fora da estrutura militar regular. O mais notável destes era um integrante da elite pretoriana, conhecida como as “companhias de defesa”, comandadas pelo irmão mais novo do presidente, Rifat. O regime tomou uma coloração distintamente alaúta que era vista com suspeita aos olhos da maioria sunita (CLEVELAND e BUNTON, 2009, p. 398).

Além disso, duas outras características do regime fizeram aumentar a oposição da maioria sunita: a aproximação no exterior com os segmentos xiitas, como o grupo paramilitar libanês *Hezbollah* e o regime teocrático xiita iraniano, o que levou à intervenção na guerra civil do Líbano; e o caráter secular que Assad tentava impor ao país, o que ia contra a ortodoxia islâmica sunita. Essa oposição era constituída, então, pela antiga classe sunita comerciante e conservadora, e por parte da classe média urbana contrária ao segmento rural. Formaram-se grupos contrários ao governo, entre eles a Irmandade Muçumana. Geograficamente, ela era concentrada nas antigas cidades comerciais – Aleppo, Homs e Hama – e era liderada por jovens militantes da Irmandade Muçulmana (CLEVELAND e BUNTON, 2009).

Essa militância, que praticava inclusive atos terroristas violentos contra o regime, levou a um endurecimento do governo de Assad, que aumentou gradativamente a repressão aos grupos de oposição, culminando com o massacre de aproximadamente 10 mil pessoas na cidade de Hama em 1982:

As forças de segurança de Al-Asad fizeram centenas de prisões, mas a violência continuou a se espalhar. Em 1980, a Frente Islâmica destruiu instalações governamentais em Damasco, e o movimento de protesto começou a assumir as características de uma rebelião em grande escala. As forças anti-regime alcançaram sua maior vitória em fevereiro de 1982, quando tomaram o controle de partes da cidade de Hama e convidaram todos os sírios a participar de uma jihad contra o governo. Al-Assad respondeu à rebelião de Hama com brutalidade feroz. Os militares sírios, sob o comando geral de seu irmão mais novo, Rifat Al Assad, lançaram uma mortal campanha contra a cidade e sua população civil. (...) Quando a operação militar foi interrompida após duas semanas, o regime de Assad esmagou a rebelião, mas a um custo terrível. Grandes porções da cidade de Hama estava em ruínas, e pelo menos 10.000 de seus habitantes foram mortos, assassinados pelas forças armadas de seu próprio governo. Os eventos em Hama enviaram um alerta coletivo de medo através da sociedade síria. Hafiz Al-Assad tinha emitido uma advertência a outros dissidentes potenciais: seu regime usaria toda a força à sua disposição para permanecer no poder (CLEVELAND e BUNTON, 2009, p. 407).

Em 2000, com a morte do presidente Hafez al-Assad, ao contrário do que ocorreria num regime presidencialista plenamente democrático, o vice-presidente Abdul Hamid Khadem não assumiu a chefia do governo, e sim o filho de Hafez: Bashar al-Assad. Após uma manobra política do partido Baath, mudando a

constituição no tocante à exigência de a idade mínima de quarenta anos para um cidadão assumir a presidência, o parlamento sírio elegeu Bashar como presidente em julho do mesmo ano (OMRAN, 2014). O governo dele manteve as linhas gerais da gestão de seu pai; ou seja, um Estado alicerçado no autoritarismo, na corrupção e no favorecimento de certos grupos próximos à família Assad. Tal situação favoreceu o descontentamento dos grupos marginalizados que viram no ambiente da chamada Primavera Árabe o momento adequado para iniciar um movimento de contestação ao regime, o que deflagrou a guerra civil. Este período será analisado mais profundamente no capítulo seguinte.

Por fim, o Quadro 4 a seguir apresenta uma síntese do processo de construção histórica e territorial do Estado-nação sírio, que fora abordado no presente capítulo.

Quadro 4 - A construção histórico-territorial do Estado-nação sírio.

PERÍODO HISTÓRICO	CONTEXTO HISTÓRICO	SITUAÇÃO DO DOMÍNIO TERRITORIAL
Antiguidade (1400 a.C. a 600)	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento das primeiras civilizações na região do Crescente Fértil (atual Oriente Médio); - A constituição do Império Assírio e sua organização territorial. - A dominação romana. 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle territorial com base na capacidade militar. A Assíria tinha um dos exércitos mais bem preparados e violentos desse período; - O padrão de dominação espacial dos assírios, assim como de outros povos da Antiguidade, consistia em uma administração indireta, ou seja, eles não exerciam a autoridade direta sobre a totalidade dos povos conquistados.
Período islâmico inicial (600 a 1453)	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento do Islã; - Expansão territorial islâmica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Territorialidade islâmica: “repousa sobre o princípio da terra do Islam (<i>dar al Islam</i>), território que não é delimitado a não ser pela terra da guerra (<i>dar al llarb</i>), terra dos infiéis. As divisões e fronteiras no interior da terra islâmica eram desconhecidas, ou melhor, inconcebíveis.” (Philippe Pinchemel, 1988); - A religião como fator definidor do poder territorial por meio da instituição dos califados; - Várias cidades foram capitais desses califados, entre elas Damasco, rivalizando com Meca, Bagdá e Cairo a hegemonia no mundo islâmico.
Período Otomano (1453 a 1918)	<ul style="list-style-type: none"> - A constituição do Império Otomano e sua organização territorial; - Crise otomana frente às potências europeias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade da territorialidade islâmica, tendo o soberano turco como líder supremo dos povos islâmicos (sunitas); - O domínio territorial se dava por meio de uma administração descentralizada e que não interferia nos assuntos locais; - Sua legitimidade se dava pela capacidade de lutar contra os xiitas e as potências cristãs, de defender os lugares santos e de organizar a peregrinação; - Não havia a noção de nacionalidade ao estilo

		ocidental; - Havia conflitos entre as unidades do império, mas sem ameaçar o poder maior do sultão, fato que foi sendo minado pela gradativa penetração das potências europeias.
Período do domínio europeu (1918-1947)	- Crise do Império Otomano e ascensão das potências europeias; - Primeira Guerra Mundial e fim definitivo do Império Otomano; - Início dos mandados francês e inglês na região do Oriente Médio até o fim da Segunda Guerra Mundial.	- Domínio territorial sob a lógica geopolítica europeia: implantação do sistema vestfaliano de Estados (Hinnebush, 2018; e Andrade, 1988); - Instituição da noção de nacionalidade e de Estado-nação aplicado a um território definido por fronteiras delimitadas cartograficamente; - Divisão territorial de acordo com as minorias étnicas.
Período independente (1948-2011)	- Constituição do Estado-nação sírio; - Perdas territoriais para países vizinhos (Turquia, Israel etc.); - Alinhamento com a URSS no contexto da Guerra Fria; - Ascensão e consolidação do regime da família Assad.	- Fracasso gradativo do sistema vestfaliano de Estados (Hinnebush, 2018); - Domínio territorial por meio do autoritarismo e imposição do <i>status quo</i> aos grupos étnicos constituintes da população do país; - Tentativa de construir a nação sob a ideologia do nacionalismo árabe.
Período da guerra civil (2011- até os dias atuais)	- Primavera Árabe e manifestações; - Eclosão da guerra civil; - Envolvimento gradativo dos atores internos e externos.	- Fracasso efetivo do sistema vestfaliano de Estados (Hinnebush, 2018); - Colapso parcial do poder central sobre o território nacional; - Ascensão do poder territorial de certos grupos (curdos etc.); - Domínio territorial compartilhado com atores internos e externos.

Fonte: elaborado pelo autor.

2.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DESSE CAPÍTULO

Concluindo esta seção sobre a longa evolução histórica da Síria, fica evidente que a territorialidade árabe, desenvolvida ao longo de séculos, fora interrompida com o colapso do Império Otomano e a implantação da lógica territorial de matriz europeia (ou vestfaliana), que paulatinamente remodelou o espaço geográfico do Oriente Médio, implantando o domínio territorial sem levar em conta as peculiaridades históricas e locais (LUCENA e VARGAS, 2022). A Síria é um país criado a partir dos interesses geopolíticos britânicos e franceses, que praticavam a

política do “dividir para reinar”, instigando as rivalidades entre os diversos grupos étnicos e religioso, tentando implantar as bases do modelo de Vestfália (HINNEBUSCH, 2018).

Devemos levar em consideração na análise territorial a importância do processo histórico na criação ou recriação do território (VARGAS, 2017). Dessa forma, a ação colonial francesa na Síria resultou numa quase completa fragmentação do espaço, para usar o termo de Andrade (1988), e se tornou evidente a partir do início da guerra civil. Ou seja, pode-se entender, então, a partir da sua história, porque o atual quadro geopolítico da Síria é tão complexo para ser entendido.

No próximo capítulo, abordamos os aspectos culturais, políticos e econômicos que incidiram na deflagração e na continuidade da Guerra Civil Síria.

CAPÍTULO 3 – CULTURA, POLÍTICA E ECONOMIA: FATORES QUE INCIDIRAM NA DEFLAGRAÇÃO E NA CONTINUIDADE DA GUERRA CIVIL SÍRIA

Milton Santos conceituou o espaço geográfico como "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá." (2006, p. 38). Raymond Aron (1986), ao tratar o "espaço" como uma categoria essencial para o entendimento das relações entre as unidades políticas, o vê como o teatro das ações daqueles atores que disputam o poder de alguma forma. Em Santos também se encontra o conceito de "rugosidades" do espaço, que "são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço" (SANTOS, 1978, p. 138).

E como assevera o geógrafo Lefebvre: "a produção de um espaço (...), espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas, e rotas aéreas, etc.", (LEFEBVRE *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A partir dessas noções de espaço, pode-se inferir que no caso da análise político-espacial de um fenômeno geopolítico, "as ações" humanas, sejam elas dos militantes islâmicos ou do exército oficial sírio, estão moldando o espaço geográfico em foco, além dos "objetos" envolvidos nesse processo, sejam eles estruturas urbanas ou equipamentos de guerra, entre outros, que são utilizadas pelos diversos grupos humanos envolvidos no referido fenômeno. Entendemos, então, que o fenômeno político da guerra também influi na produção do espaço.

Nessa produção do espaço pela guerra, os fatores geográficos diversos podem ser decisivos para influenciar direta ou indiretamente os fenômenos espaciais. Marshall (2018, p. 10, grifos nossos), ao ressaltar a importância da Geografia na análise geopolítica, esclarece que

Em termos gerais, **a geopolítica examina as maneiras pelas quais os assuntos internacionais podem ser compreendidos através de fatores geográficos**; não somente a paisagem física – as barreiras naturais ou conexões de redes fluviais, por exemplo –, mas também clima, **dados demográficos, regiões culturais e acesso a recursos naturais**. Fatores como esses podem ter um importante impacto sobre aspectos diferenciados de nossa civilização, de estratégia política e militar a desenvolvimento social humano, incluindo língua, comércio e religião.

E o referido autor complementa afirmando que

Em geral não há um **fator geográfico** mais importante que outro (...). Em diferentes partes do planeta, **diferentes características geográficas estão entre os fatores dominantes na determinação do que as pessoas podem e não podem fazer** (MARSHALL, 2018, p. 10, grifos nossos).

Pressupondo que os fenômenos geopolíticos dentro de um conflito armado são influenciados por vários fatores geográficos, nesta atual seção dedicamos a apresentar e analisar alguns aspectos culturais, políticos e econômicos que consideramos determinantes na situação da Síria, antes e durante a guerra civil, e que influenciam também o domínio territorial de diferentes atores no terreno. Tais condicionantes, portanto, constituem elementos essenciais para entender a guerra de um modo geral e, em particular, também as relações de poder no território em foco, que foram analisadas mais diretamente nos capítulos seguintes.

3.1 - ASPECTOS CULTURAIS: OS PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS E AS RELAÇÕES DE PODER NA SÍRIA

“Se um alauíta vier aqui desarmado e sozinho, será morto”, diz um ancião árabe de Deir ez-Zor, no leste da Síria (THE ECONOMIST, 2021, tradução nossa).

O conhecimento do fator cultural é fundamental para entendermos não só o conflito sírio e as questões geopolíticas envolvidas, mas também a própria sociedade síria. Há um consenso entre os analistas que tratam de temas internacionais que a questão cultural ganhou importância após o fim da Guerra Fria. Dentro do próprio campo da Geografia, os estudos da relação entre cultura e espaço, a chamada Geografia Cultural, ganharam relevância nas últimas décadas, a ponto de Paul Claval (1997, p. 107) afirmar que a "perspectiva cultural é assim indispensável para compreender a geografia política dos Estados."

Num mundo em crise de valores e de redefinição dos sistemas de poder mundial, a questão da identidade cultural (e também territorial) voltou ao centro das atenções (HAESBAERT, 1999). Nesta linha de pensamento, Manuel Castells defende que

quem quer compreender hoje a política deve começar por se inclinar não sobre a economia ou a geopolítica, mas sobre a identidade religiosa, nacional, regional e étnica de cada sociedade. (...) a construção da vida, das instituições e da política em torno de identidades culturais coletivas é historicamente a regra, não a exceção. A exceção, na verdade, são as sociedades forjadas a partir dos Estados-nações, que surgiram a favor do

capitalismo e do estatismo na época industrial e que se estenderam a todo o planeta em sua expressão colonial (CASTELLS, 1998).

Portanto, os conflitos armados na atualidade, como o da Síria,

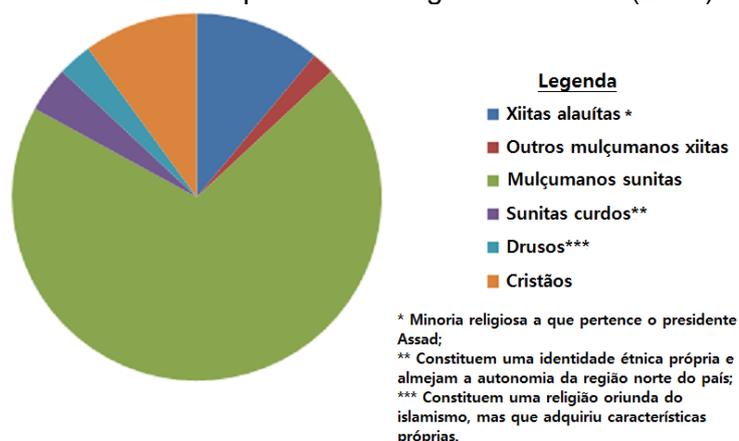
(...) tendem a se manifestar sob novas configurações, fragmentando-se e ganhando frequentemente conotações étnicas e/ou raciais, com corolários sombrios: atrocidades sistemáticas contra populações civis, “limpeza étnica”, genocídios, movimentação interfronteiras de massas humanas para escapar a esse destino (o problema dos refugiados) (CRUZ, 2011, p. 26).

Diante disso, há a necessidade de descrevermos elementos culturais e dos grupos étnicos-religiosos que compõem a população da Síria atual e sua distribuição no território. A sociedade síria é bastante heterogênea e por consequência muito complexa, o que explica também parte da complexidade da guerra civil. A população síria no início de 2011 era de 21.906.156 habitantes. Ela é fruto da confluência de diversos povos ao longo de séculos de história. Os principais grupos étnicos eram: árabe-sírios (90%), curdos (5,9%) e turcos e armênios (4,1%).

Quanto à religião, a grande maioria dos sírios eram muçulmanos (90%), e desses a maior parte era sunita (74%) e menos de 15% xiita, incluindo neste grupo os alauítas, que é o grupo étnico da família Assad e extremamente privilegiada pelo regime em detrimento da maioria sunita. Os 10% restantes eram cristãos e drusos, e uma pequena comunidade judaica de cerca de 4.500 pessoas (TOMÁS, 2014) (ver o Gráfico 2 e o Mapa 12). Ainda sobre a religião, há uma rica história de convivência entre cristãos e islâmicos, como explica Tomás:

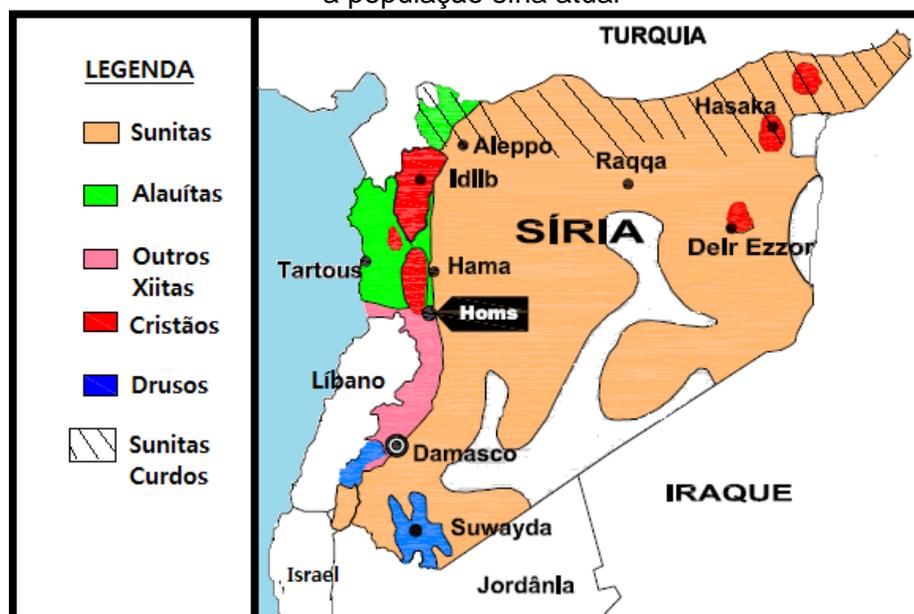
[Na Síria] havia cidades inteiramente cristãs, com ortodoxos e católicos de rito oriental, sendo conhecida por ser um dos países mais tolerantes do Médio Oriente. Talvez por isso, houve cinco Papas de origem síria, e Antioquia foi sede do segundo mais antigo patriarcado cristão, transferido durante a Idade Média para Damasco. Tem uma constituição laica e a aplicação da sharia, bem como o extremismo religioso, eram proibidos (TOMÁS, 2014, p. 7, acréscimo nosso).

Gráfico 2 – Grupos étnico-religiosos da Síria (2011)



Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Tomás (2014).

Mapa 12 - Os principais grupos étnico-religiosos que formam a população síria atual



Fonte: Lucena (2017, p. 33).

A religião islâmica é um componente cultural essencial para o entendimento da sociedade síria e de qualquer conflito geopolítico no Oriente Médio, em especial a questão da oposição xiismo-sunismo (LUCENA, 2017; LUOMI, 2008). No capítulo anterior já se descreveu o surgimento e o desenvolvimento do islamismo ao longo da história. Cabe agora esclarecer as diferenças entre esses dois principais ramos da religião muçulmana,

A divisão entre sunismo e xiismo remonta aos primórdios do Islã tendo resultado de divergências quanto à sucessão legítima (califado) do Profeta. Para os sunitas ('seguidores da Tradição do Profeta'), os califas deveriam ser os veneráveis anciãos da tribo do Profeta. Para os xiitas ('partidários de Ali'), o sucessor deveria ser Ali – genro e primo-irmão do Profeta – e seus descendentes. O triunfo de Muawiya (da tribo dos omíadas) nesta disputa

relegou logo de início os xiitas para uma posição de dissidência. Daqui desenvolveram-se duas visões diferentes do Islã, com princípios, regras e práticas distintos (BARATA, 2007, p. 4).

Barata (2007) explica também que a origem dos dois grandes ramos do Islamismo foi antes de tudo fruto de um conflito político e que até os dias de hoje sunismo e xiismo relacionam estreitamente religião e política. A defesa do que seria o "verdadeiro" Islã justifica as estratégias de poder no interior de cada uma destas sociedades. Torna-se claro, então, que a religião islâmica sempre esteve ligada à questão política e, em consequência, à disputa de poder. Segundo Paul Kennedy (1989), durante o Império Otomano, o sultão teve que combater uma rebelião xiita na região atual do Iraque e não conseguiu expandir os seus domínios mais à leste do Oriente Médio devido à forte resistência do reino xiita da Pérsia.

Os sunitas constituem a grande maioria (cerca de 90%) dos muçulmanos no mundo, contudo os xiitas formam uma considerável comunidade e tem o Irã como principal representante, mas que não se restringe a ele. Os xiitas estão presentes em outros países de maioria islâmica, sendo majoritários também no Azerbaijão, no Iraque e no Bahrein (ver a Tabela 1). A maior predominância dos sunitas no mundo muçulmano tem uma explicação histórica:

Nos primeiros séculos, e uma vez que o califa, com frequência, era também, para além de líder religioso, o líder político do império islâmico, isso favoreceu que o sunismo se tornasse a corrente majoritária. Esta preponderância vai, mais tarde, ser reforçada pelo Império Otomano e, depois, pelo domínio europeu (BARATA, 2007, p. 4).

Tabela 1 - Países com maior população xiita do mundo

País	Porcentagem de população xiita
Irã	90%
Azerbaijão	75%
Bahrein	75%
Iraque	65%
Líbano	45%
Kuwait	30%
Paquistão	20%
Afeganistão	19%
Catar	16%
Síria	13%
Arábia Saudita	10%
Emirados Árabes Unidos	6%
Índia	1%

Fonte: LUCENA, 2017, p. 67.

O entendimento do antagonismo xiismo-sunismo nos dá elementos para compreender algumas feições da Guerra Civil Síria. Há uma clara divisão entre os grupos apoiados pela Arábia Saudita e outras monarquias sunitas do Oriente Médio e o Irã, que apoia o regime de Assad e diversos grupos paramilitares xiitas. O fenômeno do fundamentalismo islâmico, que produziu muitas agremiações como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico, é baseado em uma leitura radical do islamismo sunita, que inclui a guerra contra os infiéis: a *jihad*.

Segundo Nunes (2015), podemos conceber a *jihad* como a luta em defesa da fé muçulmana podendo ser de natureza espiritual ou militar. Os grupos radicais entendem que a *jihad* é uma guerra que todo verdadeiro muçulmano tem obrigação de travar para reverter o mundo ao Islã puro, mesmo que para isso tenha que perder a própria vida. Tal visão deriva sobretudo do Salafismo, que consiste em uma

Ideologia **[islâmica sunita]** disseminada entre o final do século XIX e início do século XX, no momento em que se desenvolviam novos tipos de contatos políticos e comerciais com uma Europa em plena evolução industrial e que **tinha por objetivo fazer o Islã retornar a sua forma original**. De modo geral o movimento não tinha pretensão de reformar o Islã, mas sim de purificá-lo a fim de retomar a tradição do período do profeta Maomé sob uma perspectiva fundamentalista religiosa **para se defender das influências consideradas nocivas à tradição muçulmana que o Ocidente exercia sobre a região do Oriente Médio**. (SOURDEL; SOURDEL, 1996, p. 704, grifo e acréscimos nossos)

E, dessa forma, os jihadistas em geral tendem a rejeitar a noção vestfaliana de Estado, entendido como "uma entidade política que governa uma população e um território claramente delimitados e interage com unidades semelhantes no sistema internacional" (FAZAL, 2018, p. 25). Esse modelo seria incompatível com a religião islâmica, já que separa rigidamente a religião da política, além de ser identificado com o colonialismo num passado recente. Isso explica por que certos atores não estatais ou mesmo estatais, como o Irã, se opõem aos países ocidentais, especialmente aos EUA.

Os alauítas têm um peso político no atual regime e se identificam com o xiismo, embora apresentem características bem específicas. Os membros da comunidade se dividem entre seu berço histórico, nas montanhas localizadas às margens do litoral do mar Mediterrâneo, e em cidades grandes como Damasco e Homs. A sua doutrina fez deles um grupo à parte no qual uma parcela das convicções era, há algumas décadas, muito distante do Islã. Alguns dos migrantes se urbanizaram e "islamizaram" sua prática religiosa; outros mantiveram tanto seu modo de vida rural como suas crenças esotéricas (MERVIN, 2013).

Até o início do século XX eles se chamavam de "nosairitas" e foram excluídos do Islã, sendo bastante discriminados nos últimos anos do Império Otomano. O termo "alauíta" foi adotado pelos franceses no momento da instauração do mandato sobre a Síria e o Líbano (1920-1946). Segundo Mervin (2013) e Massoulié (1994), a França não tinha como objetivo principal preservar essa minoria religiosa e remediar seu atraso econômico e social, mas sim afastá-los dos nacionalistas muçulmanos sunitas, praticando a política do dividir para melhor dominar. Dessa forma, os alauítas ganharam um território autônomo, que se tornou em 1922 um Estado, tendo Latakia como sua capital, mas viria a ser reintegrado à Síria em 1939 (como descrito no capítulo anterior). Após a independência, os alauítas tinham poucas opções de ascensão social; uma das alternativas seria ingressar no exército ou no ascendente partido nacionalista árabe *Baath* que se autoproclamava socialista. Esse foi o caso de Hafez al-Assad, que viria a ser presidente da Síria.

No campo religioso, o fortalecimento dessa comunidade se deu via aproximação com as lideranças xiitas do Iraque e com a ascensão de Hafez al-Assad ao poder:

Apoiados pelas autoridades religiosas dos xiitas dos doze residentes no Iraque, eles fundaram instituições religiosas, construíram mesquitas, publicaram obras sobre suas doutrinas, e seus clérigos obtiveram em 1952 o reconhecimento como *ja'farites*, quer dizer, xiitas, pelo mufti da Síria. O processo de aproximação com o xiismo se intensificou sob o governo de Hafez al-Assad, pai do atual presidente: um importante chefe religioso libanês, Moussa Sadr, os qualificaria em 1973 como muçulmanos, e escolas religiosas xiitas foram abertas em Sayyida Zaynab, na periferia de Damasco. Rumores de "xiitização" do país circulavam nos anos 2000, sob o pano de fundo de uma aliança com o Hezbollah libanês e o Irã. (MERVIN, 2013)

Com o desdobramento da guerra civil, a imagem dos alauítas ficou ainda mais ligada ao regime de Assad. Milícias armadas pelo regime, como os *Shabiha*, combatem os grupos de oposição ao governo. Contudo, de acordo com Goldsmith (2016), em 2016 os líderes da minoria alauíta da Síria divulgaram um documento intitulado "Declaração de reforma de identidade". Nele, procuraram estabelecer sua identidade religiosa e se distanciar politicamente do regime do presidente sírio, Bashar al-Assad. Na questão religiosa, os representantes do credo se declaram independentes do xiismo e defendem que eles representam um terceiro modelo "do e dentro do Islã", insistem que sua fé "se fundamenta unicamente na ideia de adorar a Deus", acrescentam que seu "único livro sagrado é o Corão", "uma clara

referência" a sua qualidade muçulmana, mas que aderem "aos valores de igualdade, liberdade e cidadania" e defendem que no futuro a Síria seja um Estado secular, que garanta a igualdade para todas as religiões.

No campo político, afirmam que não apoiam a atuação durante a guerra civil do governo sírio e garantem que os alauítas "não deveriam ser associados com os crimes que o regime cometeu". Ainda segundo o autor supracitado, é bem provável que o documento realmente seja autêntico, apesar de toda a repressão do regime de Assad e que essa iniciativa dos alauítas de reafirmarem a sua identidade reside no fato que a sua comunidade está sendo vítima de perseguições e violências em geral por sua fé (GOLDSMITH, 2016). Tal postura demonstra um certo enfraquecimento da imagem do presidente Assad junto à sua comunidade de origem, e um temor de ser mais hostilizada por outros grupos étnicos que se sentem mais empoderados, como os curdos.

Outro grupo muçulmano importante política e etnicamente na Síria, e que passou a ter um papel relevante na geopolítica do Oriente Médio e, em particular, na Guerra Civil Síria, são os curdos que habitam principalmente a região nordeste. De acordo com o Instituto Curdo de Paris (2016), a guerra civil alterou completamente o equilíbrio demográfico nos três cantões curdos no nordeste do país (Djezireh, Kobané e Afrin) e a população curda na Síria seria estimada entre 3 a 3,5 milhões, ou quase 15% da população, sendo que cerca de aproximadamente 2,5 milhões estão nos cantões supracitados e cerca de um milhão nas grandes cidades de Aleppo e Damasco⁴. Os curdos se espalham por diversos países do Oriente Médio e de fora dele, como pode ser observado na Tabela 2 abaixo:

⁴ Sobre a população exata de curdos na Síria, os autores divergem, sobretudo após esses anos de guerra. Segundo Nasser e Roberto (2019), por exemplo, o número de curdos na Síria seria de apenas 1,5 milhão de pessoas, o que corresponderia a cerca de 7% da população do país. Já para Tomás (2014), os curdos não passariam de 5,9% dos sírios.

Tabela 2 - Estimativa da população curda no mundo

País	Estimativa mínima	Estimativa atual	% mínimo da população total	% atual da população total
Turquia	15 milhões	20 milhões	19,00%	25,00%
Irã	10 milhões	12 milhões	13,00%	17,50%
Iraque	8000000	8,5 milhões	25,00%	27,00%
Síria	3 milhões	3,6 milhões	12,50%	15,00%
Diáspora curda da Europa	1,2 milhão	1,5 milhão		
Diáspora curda da ex-URSS	0,4 milhão	0,5 milhão		
TOTAL	36,4 milhões	45,6 milhões		

Fonte: Instituto Curdo de Paris (2016), com adaptações.

Segundo os historiadores em geral, quanto à origem do povo curdo, eles são considerados como pertencentes ao ramo iraniano da grande família de raças indo-europeias, por isso sua língua não é o árabe. Tendo resistido ferozmente às invasões árabe-muçulmanas, os curdos acabaram por aderir ao Islamismo, sem, por conseguinte, tornarem-se arabizados, conservando língua e costumes próprios. Durante o Império Otomano eles gozavam de grande autonomia e serviam como uma espécie de barreira entre os otomanos e a Pérsia (NEZAN, 2022). Na Síria moderna, após a independência, também houve tentativas de "arabização",

Ao longo dos anos 1960 e 1970, os governos sírio e iraquiano empreenderam uma política de "arabização" das regiões de população curda. Na Síria, por exemplo, as terras férteis foram transformadas em propriedade pública e houve incentivo à migração de populações árabes. Com a consequente perda de suas propriedades rurais, os curdos foram obrigados a se deslocar, e um "cinturão árabe" se formou nas províncias do norte do país. Além disso, tanto a língua quanto quaisquer outros tipos de manifestações culturais curdas foram classificadas como "ameaças" à integridade territorial da Síria (NASSER e ROBERTO, 2019, p. 222)

Na literatura especializada, os curdos sírios eram considerados como um grupo que poderia ser facilmente assimilado a um ambiente de maioria árabe, desempenhando apenas um papel marginal na evolução política da Síria, em contraste com outras minorias étnicas, como os alauítas (NASSER e ROBERTO,

2019), o que diverge da própria identidade e aspirações de ter um território e estado curdo próprio. Assim, o vácuo de poder proporcionado pela guerra civil foi visto como uma oportunidade para se reafirmar enquanto grupo específico possuidor de uma identidade própria e, principalmente, capacidade de se organizar politicamente, algo que vem ocorrendo de fato desde 2012 nas regiões que ocupam.

Com o desenvolvimento da guerra civil, a tendência geral é de acentuar as divisões da sociedade em relação à questão étnica, como já alertara Castells (1998), Claval (1997) e Cruz (2011). Dessa forma, à medida que a insegurança aumentou em virtude dos conflitos armados, os cidadãos sírios tenderam a buscar em seus irmãos étnicos ou sectários o tipo de apoio que o governo lhes nega. Assim,

tribos drusas no sul, árabes no leste e até mesmo a própria seita alauíta de Assad na costa cada vez mais se defendem. Os confrontos entre os grupos são comuns. **“Se um alauíta [que vive no oeste] vier aqui desarmado e sozinho, será morto”**, diz um ancião árabe de Deir ez-Zor, no leste. Na parte da Síria controlada pelos curdos, no nordeste, os moradores trocaram o árabe pelo curdo e o dólar é o preferido. Os sírios de fora do enclave em busca de residência precisam de um patrocinador local. As autoridades curdas também não gostam de dissidências. Suas forças caçam críticos e jovens contestadores (incluindo árabes) em serviço. (THE ECONOMIST, 2021, tradução, grifos e acréscimos nossos).

Dessa forma, a identidade cultural passa a ser um importante componente para entendermos o jogo geopolítico na Guerra Civil Síria, à medida que os diversos grupos étnicos foram se considerando empoderados pelo desdobramento do conflito. Após anos de cerceamento por parte do regime vigente, é de se esperar que se desenvolvam ações de afirmação da identidade cultural e muitas vezes, também desejar algum tipo de autonomia política. Neste caso, os curdos foram os que mais lograram sucesso, pois conseguiram controlar cerca de um quarto do território do país.

Essa realidade influencia diretamente na questão do domínio territorial. A afirmação da identidade cultural implica também em uma afirmação da identidade territorial, em geral onde o determinado grupo se concentra demograficamente. Por isso que a Turquia procura obstar a consolidação da unidade autônoma curda no nordeste do país e o Irã desenvolve ações em diversas áreas da sociedade para fortalecer a presença xiita na Síria. É notável que a localização geográfica dos principais grupos étnicos do país determina, mesmo que em graus variados, o

exercício de poder dos principais atores envolvidos na guerra civil, o que discutimos mais profundamente nos capítulos posteriores.

3.2 - ASPECTOS POLÍTICOS: A DITADURA DA FAMÍLIA ASSAD E A PRIMAVERA ÁRABE

(...) uma característica importante do cenário de governança da Síria antes de 2011: os altos níveis de corrupção percebida do país e a baixa confiança nas instituições públicas. (WORLD BANK, 2017, p. v, tradução nossa).

O peso da história para o entendimento dos processos que culminaram na atual Guerra Civil Síria foi amplamente abordado no capítulo anterior, quando se descreveu a longa formação do território sírio desde a Antiguidade. Assim, nesta subseção buscaremos analisar apenas a história recente, especialmente do período da presidência do presidente atual da Síria, focando na natureza de seu regime político de matriz autoritária e sua relação com os movimentos políticos recentes, sobretudo a chamada Primavera Árabe.

Em outras palavras, os acontecimentos do início do atual século deixaram claro o efetivo fracasso do sistema vestfaliano de Estados – modelo de Estado-nação europeu que advoga a noção da autoridade do Estado dentro de um território definido, de um governo laico (separado da religião) e de um povo consciente de que pertence a uma nação; associa-se também a ideia da nacionalidade e do Estado laico – implantado artificialmente pelos franceses na Síria, como descrito no capítulo 2. Os franceses não se interessaram em solidificar as instituições que garantiriam um sistema democrático e transparente e que viabilizasse a efetivação de um Estado aos moldes das democracias europeias. E, de igual modo, a tradição herdada do Império Otomano era bastante autoritária.

Com a independência em 1947, tentou-se implantar um regime parlamentar democrático na Síria, mas fatores como a falta de tradição democrática, a derrota na primeira guerra com Israel e o possível apoio secreto dos EUA a um golpe militar em 1949, iniciou-se um período de instabilidade e autoritarismo, caracterizado por sucessivos golpes de Estado (LITTLE, 1990; LEWIS, 1996). Neste contexto que Hafez al-Assad chega ao poder em 1970, iniciando uma ditadura por meio do partido *Baath* – regime marcado pelo amplo controle da população, principalmente dos grupos opositores, como a Irmandade Muçumana.

Quando Bashar al-Assad assumiu a presidência da Síria no início dos anos 2000, tinha-se a esperança de que houvesse uma gradativa abertura política no país. Assad havia estudado na Inglaterra, assim como a sua mulher. Em seu discurso de posse, Bashar prometeu combater a corrupção e permitir eleições multipartidárias genuínas (SYRIAN CENTER, 2020) e fechou uma das maiores prisões do país (PELHAM, 2021). Entretanto,

Em poucos meses ficou claro que as promessas de reforma de Bashar eram frágeis, feitas em parte para reforçar o apoio à sua sucessão. Ele logo voltou atrás. Acadêmicos foram presos. Pôsteres de Bashar foram colocados, ainda maiores que os de seu pai. O direito de assembleia pública tornou-se tão restrito que os casais tiveram que obter uma autorização do governo para realizar um casamento em um hotel (PELHAM, 2021).

Bashar manteve uma estrutura de governo bastante autoritária e concentrada nas mãos de uma família pertencente a uma minoria étnica, como ocorria desde os anos 70, conforme relatado pelos historiadores Cleveland e Bunton (2009). Entre as medidas que prevaleceram, estava a declaração de estado de emergência que dava ao governo o direito de reprimir qualquer oposição ao regime. Em linhas gerais, o regime oligárquico sírio pode ser resumido assim:

o regime só foi consolidado pela implantação, por Hafiz al-Asad, de vários aspectos adicionais ao regime, o fator sectário e o financeiro. Ele construiu um regime neopatrimonial, combinando a solidariedade sectária Alawita e o controle do aparelho de segurança com o clientelismo financiado por incentivos financeiros, por meio dos quais elementos burgueses sunitas anteriormente hostis foram cooptados; e assim forjou-se uma nova “classe estatal” inter-sectária, aliada ao regime (HINNERBUSH, 2014, p. iv-v, tradução nossa).

A eclosão de uma série de protestos por democracia, ocorridos no Oriente Médio e norte da África a partir de 2010, conhecida pela expressão “Primavera Árabe”, que questionava os regimes autoritários do mundo árabe e ajudou na queda de alguns deles, serviu de inspiração para que ativistas sírios também desafiassem o regime autoritário de Al-Assad, assim como já o tinham feito no passado (Figura 5). A princípio, o presidente Assad ignorou e se recusou a renunciar, mas com o aumento gradativo do movimento de contestação, ele começou a fazer algumas concessões, como o fim do estado de emergência, que já durava 48 anos, a aprovação de um novo texto constitucional e a realização de eleições multipartidárias. Entretanto, a oposição não se sentiu atendida e passou a exigir a sua queda (FURTADO, 2014). O movimento contestador acabou evoluindo para a guerra civil.

Figura 5 - Manifestantes antigoverno sírios com faixas em árabe que diziam "Daraa está sangrando" e "quem mata seu próprio povo é um traidor"



Fonte: NEWS EUROPEAN PARLIAMENT, 2011.

Isso resultou na perda paulatina da legitimidade do governo federal, culminando com o colapso parcial do poder central sobre o território nacional. Tal realidade pode ser entendida a partir do pensamento da filósofa Hannah Arendt (1985), que assevera que o poder de um governante depende da legitimidade que os seus governados lhes dão. Segundo ela,

O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder', na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, 'o seu poder' também desaparece (ARENDDT, 1985, p. 24).

Contudo, a questão do autoritarismo explica apenas uma parte da guerra civil. Como já apontado anteriormente, as fronteiras da Síria foram criadas a partir dos interesses coloniais britânicos e franceses, que praticavam a política do "dividir para reinar", instigando as rivalidades entre os diversos grupos étnicos e religiosos existentes na região. Gabriela Furtado explica tal quadro que levou ao atual conflito:

Os motivos por trás da guerra civil estão enraizados de forma muito profunda em sua história, desde a antiguidade. Na formação do Estado Sírio, independente em 1946, a disputa étnica e religiosa pelo poder esteve

sempre em evidência, como consequência da política colonial francesa de enfraquecer a unidade árabe, instaurando pequenas divisões no país, governadas por um grupo que representava a minoria da população, os alauítas, em detrimento da maioria sunita (80% da população), (FURTADO, 2014, p. 1).

E, de fato, muitos desses grupos, que por anos foram marginalizados pelo governo (os curdos, entre outros), com o decorrer da guerra civil, viriam a preencher o vácuo de poder em certas partes do território sírio. Segundo Yosef Jabareen (2014), a Síria evoluiu para um "Estado Falido" (*Failed State*) com a eclosão da guerra civil, um Estado que não consegue exercer "monopólios sobre violência, tributação e regulação" (JABAREEN, 2015, p. 54). Hinnerbush (2018) também sustenta uma ideia semelhante, argumentando que as bases do modelo de Estado de Vestfália não se adequaram à realidade dos países árabes, o que levou a um déficit de legitimidade e conseqüentemente a uma tendência à falta de uma identidade nacional e a propensão ao separatismo.

Ambos os autores supracitados explicam que na Síria, e em outros países da região, não foram construídas devidamente as "instituições weberianas", entre elas a capacidade de exercer o poder sobre todo o território nacional. Na obra *The theory of social and economic organization*, o sociólogo Max Weber expõe os fundamentos sociológicos e institucionais da ordem econômica e social moderna, explicando que os Estados modernos deveriam, entre outras coisas, fornecer segurança para seus cidadãos e uma condição necessária para isso é a capacidade estatal de manter "uma reivindicação sobre o monopólio do legítimo uso de violência na manutenção de sua ordem" sobre um determinado território e sua população (WEBER, 1947, p. 154, tradução nossa).

O modelo de Estado-nação europeu foi fruto de uma longa construção histórica e não poderia ser simplesmente implantado em outro lugar do mundo com uma experiência histórica totalmente adversa daquela do continente europeu. A ideia de pertencer a uma nacionalidade e não a um grupo étnico-religioso, não prosperou na maioria dos países árabes. Hinnerbush (2018, p. 2-3, tradução nossa) lembra que,

Para Weber, de fato, a moderna autoridade "legal-racional" era apenas o ponto final de uma longa evolução e em períodos pré-modernos de "acumulação primitiva de poder" outras formas de autoridade tinham dominado, nomeadamente, a carismática e a patrimonial (...). Quando o modelo racional-jurídico weberiano fosse exportado para regiões ainda envolvidas nesta acumulação de poder, as práticas de construção de poder kaldunianas historicamente comprovadas da região seriam, como sugere a

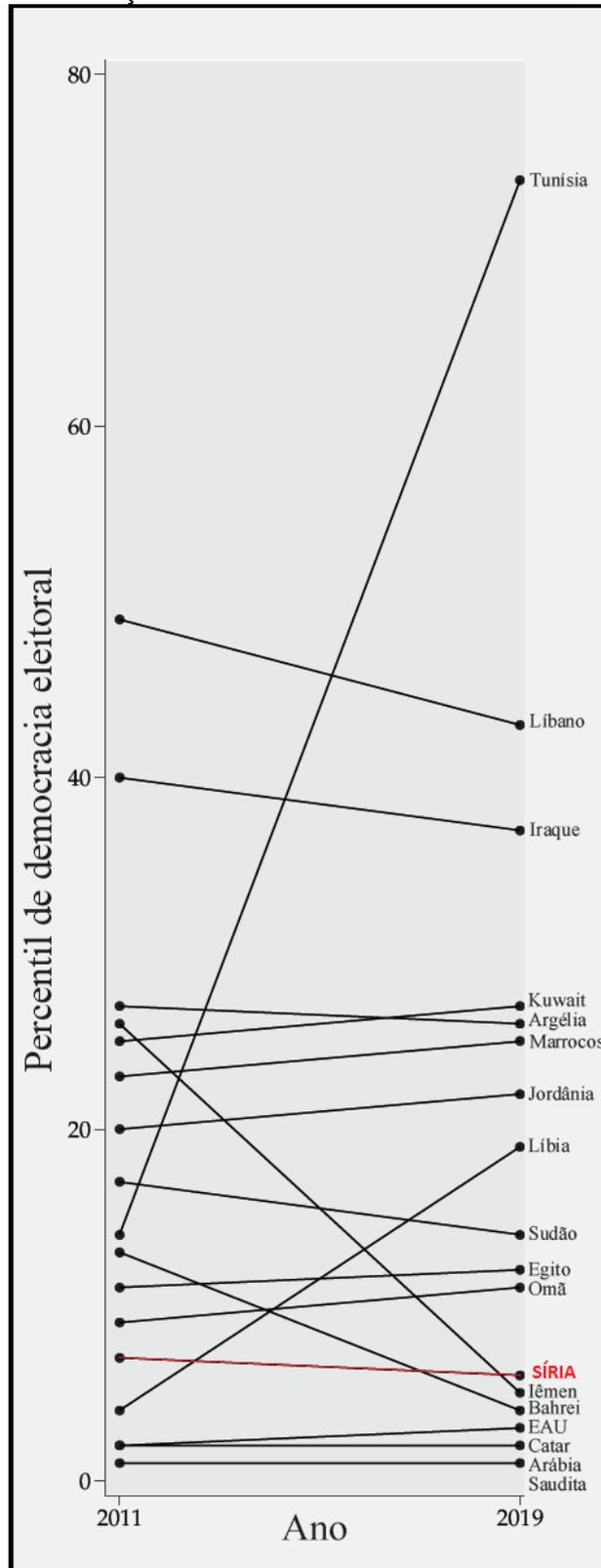
dependência da trajetória, inevitavelmente reproduzidas; quando combinadas com práticas burocráticas parcialmente “importadas”, os resultados seriam híbridos como o neopatrimonialismo.

Dessa maneira, o sistema político autocrático sírio, dominado pela família Assad e seu apoiadores próximos, nunca contou com um apoio sólido da maioria da população síria. À medida que a guerra foi se desenvolvendo, a percepção negativa por parte da maioria da população sobre o regime autoritário foi só aumentando. Tarek Masoud (2021) faz uma radiografia política do mundo árabe dez anos depois do advento da Primavera Árabe. Apesar de ver alguns avanços positivos em termos de democracia em alguns países da região, em geral, o autor considera o referido movimento um fracasso, já que produziu apenas uma frágil democracia (a Tunísia) contra três Estados falidos (entre eles, a Síria) e um golpe militar.

Masoud (2021) expõe os dados de uma pesquisa feita pelo projeto "Variedade de Democracia" (V-Dem), que indagou a percepção da democracia em dezessete países árabes no interregno de 2011 a 2019. A percepção é que há uma ascensão do autoritarismo nestas nações. Os dados do Gráfico 3 mostram as mudanças no índice de "democracia eleitoral" nos países pesquisados. Esse índice demonstra como a população percebe a qualidade da democracia em seu país, sobretudo do ponto de vista eleitoral – eleições regulares e as liberdades necessárias para garantir que elas sejam livres e justas. No caso específico da Síria, fica claro na análise do Gráfico 3 que a percepção de democracia no país já era baixa em 2011 e piorou ainda mais em 2019, após 8 anos de guerra civil. Masoud busca a explicação desses resultados da seguinte maneira:

Parte da resposta pode ser encontrada nas tragédias de Iêmen, Síria e Líbia, das quais muitos cidadãos árabes tiraram a lição de que desafiar o *status quo* só resulta em caos e perigo. Parte da resposta, também, provavelmente está no fato de que a reputação da democracia — na região e ao redor do mundo — ultimamente não tem sido muito boa. É difícil imaginar, por exemplo, uma publicidade menos atraente para governos representativos do que a polarização e o populismo que tomaram as democracias consolidadas, de Brasília a Budapeste (MASOUD, 2021, p. 102, grifo nosso).

Gráfico 3 - Mudança no nível de democracia eleitoral – 2011-2019



Fonte: Banco de dados do projeto Variedades de Democracia (V-Dem) (MASOUD, 2021, p. 100, com adaptações).

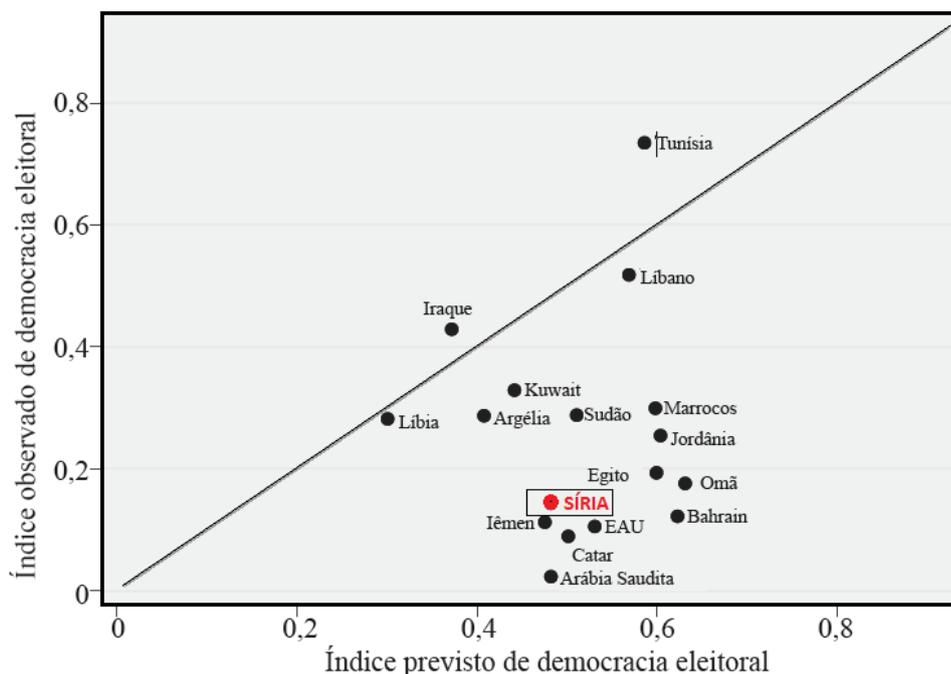
Em pesquisas realizadas pelo Banco Mundial sobre os países árabes, a Síria apresenta dados muito negativos quando se avalia o governo. Uma análise dos

indicadores de "efetividade de governo" do Banco Mundial mostrou que desde 2011 (primeiro ano da Primavera Árabe) na maioria dos países da região a avaliação está em declínio, sendo a pior queda a da Síria, devido provavelmente à guerra civil. Líbia e Iêmen, similarmente marcados por conflitos, também apresentaram avaliações em declínio, embora em patamares inferiores aos da Síria. E em outra análise sobre o desempenho dos Estados árabes, desta vez a questão do "controle da corrupção" revelou que as populações desses países avaliam negativamente as políticas públicas desenvolvidas pelos seus respectivos governos no tocante ao combate à corrupção (MASOUD, 2021).

No Gráfico 4 a seguir, Masoud demonstra o potencial democrático dos países árabes levando em consideração os dados econômicos de cada país, tendo como premissa o fato de que o desenvolvimento econômico privilegia a ascensão de uma sociedade mais democrática. Novamente, a Síria aparece em uma situação desfavorável em relação a outras nações da região. Masoud explica que,

Para conseguirmos enxergar o tamanho do potencial democrático, fiz uma análise estatística simples. Primeiro, rodei uma regressão das notas de democracia-eleitoral do V-Dem para todos os países (exceto os países árabes discutidos neste artigo) de 1996 a 2016 contra as medidas incluídas na base de dados de PIB per capita, crescimento econômico, população, a nota do país no indicador de efetividade de governo do Banco Mundial (como *proxy* de capacidade estatal) e pertencimento à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (para refletir o que sabemos sobre como o petróleo distorce as perspectivas democráticas de um país). Então usei os resultados dessa regressão para prever a nota esperada de democracia eleitoral para cada país árabe em 2016, dada sua renda per capita e outras características estruturais. **[O Gráfico 3] mostra como a nota real de democracia eleitoral de cada país se compara com a nota esperada. Países abaixo da linha de 45°, como a Síria, possuem menos democracia eleitoral do que o modelo prevê, e quanto mais abaixo da linha um país está, pior é seu desempenho** (MASOUD, 2021, p. 115, acréscimos e grifos nossos).

Gráfico 4: Nota real vs. prevista de democracia eleitoral com base em atributos econômicos - 2016



Fonte: Banco de dados do projeto Variedades de Democracia (V-Dem) (MASOUD, 2021, p. 116, com adaptações).

Em outro estudo organizado pelo Banco Mundial em 2017, apontou-se uma característica importante do cenário de governança da Síria antes de 2011: os altos níveis de corrupção percebidos no país e a baixa confiança nas instituições públicas. De acordo com esta pesquisa, a Síria piorou a posição nos rankings de controle da corrupção e o controle dos monopólios econômicos após 2005 e lembra que apesar de o país já haver seguido os pares de renda média da região como Egito, Jordânia e Tunísia, em ambas as frentes em 2005, a diferença aumentou substancialmente em 2010. O estudo cita uma pesquisa de opinião do Instituto Gallup, feita entre 2009 e 2010, que mostra que a porcentagem de sírios que expressam confiança nas principais instituições públicas, como a polícia local e o sistema judiciário, foi inferior ao de seus vizinhos árabes. "Por exemplo, em 2010, apenas 48% dos sírios relataram confiança na polícia local; em comparação, cerca de 87% dos jordanianos responderam favoravelmente" (WORLD BANK, 2017, p. v, tradução nossa).

Os aspectos políticos apontados mostram que já havia um processo gradual de enfraquecimento do poder da família Assad no controle do Estado, que apresentava um déficit de legitimidade junto aos diversos grupos étnicos do país. Tal realidade era disfarçada pela repressão política do regime, mas ficou evidente a partir do início dos protestos no âmbito da Primavera Árabe e que evoluiu para o

conflito armado, culminando na erosão do poder federal em grande parte do país, com destaque para as regiões norte e nordeste, onde os curdos e outros grupos continuam mantendo um domínio territorial considerável. Nos principais centros urbanos do país, o regime conseguiu manter o domínio territorial, mesmo que às custas de ter que se sujeitar aos ditames dos seus aliados, especialmente os russos e os iranianos.

3.3 - ASPECTOS ECONÔMICOS: A TENTATIVA FRACASSADA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA ECONOMIA LIBERAL DENTRO DE UM REGIME AUTORITÁRIO

Há aspectos econômicos que nos auxiliam na compreensão das condicionantes pré-existentes que levaram à eclosão da guerra civil. Pretende-se, num primeiro momento, resgatar as características e políticas econômicas adotadas ao longo das últimas décadas de domínio do regime da família Assad e, posteriormente, demonstrar como o conflito afetou a economia da Síria.

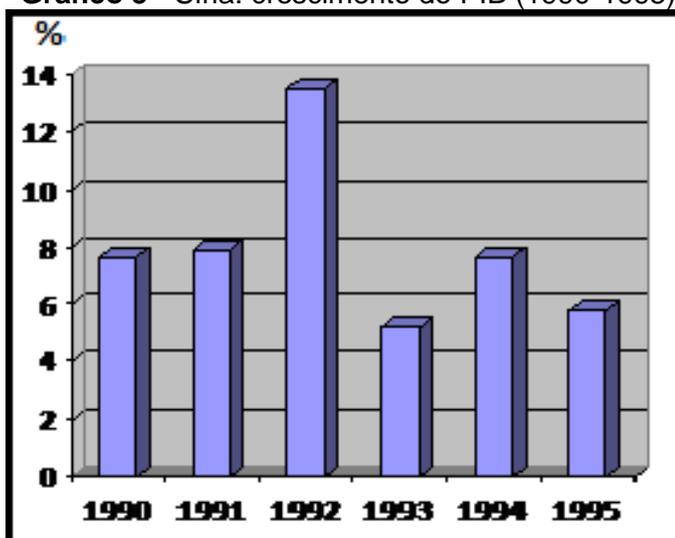
A partir dos anos de 1970, quando Hafez al-Assad ascende ao poder, tal como no campo político, as diretrizes na área econômica também foram pautadas pelo patrimonialismo e clientelismo. A intervenção estatal visava claramente o favorecimento do grupo étnico xiita alauíta, mais especificamente um círculo familiar e personagens próximos ao poder constituído no âmbito do Partido *Baath* (CLEVELAND; BUNTON, 2009; LEWIS, 1995). Logicamente, isso produziu distorções e desigualdades sociais ao longo do tempo; um dos setores mais afetados foi a maioria sunita, representada politicamente pela Irmandade Muçulmana, que sempre constituiu a principal oposição ao regime.

Outro elemento importante da análise é a reiterada cooperação com a União Soviética, que envolvia acordos econômicos. Na atualidade, a Rússia continua tendo uma forte participação na economia nacional juntamente com os chineses, principalmente nas áreas de exploração de petróleo e gás natural, uma das principais fontes de receitas do país. A atuação de empresas como a russa *Gazprom* e a chinesa *China National Petroleum Corporation*, em sociedade com a empresa estatal síria *General Petroleum Corporation* (GPC), destaca-se. As principais reservas de petróleo atualmente exploradas na Síria encontram-se na parte oriental

do país, principalmente ao longo do rio Eufrates, área que constitui uma das mais disputadas desde o início do conflito (LUCENA, 2017). Parte dessas áreas ricas em recursos energéticos esteve dominada pelo Estado Islâmico entre 2015 e 2018, e, posteriormente, por curdos e norte-americanos até os dias atuais.

Nos anos de 1980, a Síria começa a sofrer com uma grave crise fiscal e após o colapso da URSS em 1991, a sua economia, como de outras nações do Oriente Médio, tendeu a adotar medidas neoliberais orientadas pelas instituições financeiras multilaterais ocidentais como o FMI, com o objetivo de integrar mais a sua economia internacionalmente e diminuir a crise fiscal persistente. Na década de 1990, a economia síria cresceu a um ritmo acelerado, particularmente durante a primeira metade daquela década, devido essencialmente às altas receitas geradas pela venda de petróleo naquele período, quando seu PIB cresceu a uma taxa média anual de 8% ao ano (COHEN, 2016) (ver o Gráfico 5).

Gráfico 5 - Síria: crescimento do PIB (1990-1995)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial.

Contudo, os resultados não foram muito duradouros e satisfatórios, sobretudo para as camadas mais pobres da população, não só na Síria como em outros países árabes, pois tais políticas econômicas foram efetivadas sem liberalização política significativa e liberdades civis ou segurança jurídica. Houve uma espécie de aliança entre o poder financeiro e o poder político internamente (HANIEH, 2013), conforme o padrão do regime autoritário da família Assad desde a década de 1970. Fica evidente que uma economia liberal requer leis claras e que realmente regulem a concorrência para que ela se desenvolva de maneira

duradoura e que beneficie a sociedade como um todo, e não apenas setores beneficiados pelo governo central. Sobre essa realidade no Oriente Médio, o Centro Sírio para Pesquisa Política (SCPR, na sigla em inglês)⁵ esclareceu em documento de 2020 que

As taxas de crescimento **[econômico]** aumentaram junto com o investimento estrangeiro direto, mas também **a pobreza e a desigualdade**. Apesar de vários países tentarem manter alguma aparência de seus estados de bem-estar social, o resultado líquido **foi o aumento da corrupção, a polarização e o aumento das clivagens e desigualdades entre grupos sociais, urbanos e rurais, e diferentes classes econômicas**. Internamente, a Síria entrou em crise fiscal na década de 1980 devido a uma série de fatores internos e externos e, após o colapso da União Soviética nas décadas de 1990 e 2000, aumentou sua integração na economia regional e global por meio liberalização econômica que também viu um declínio constante no papel do Estado através da diminuição do apoio interno e da liberalização do comércio exterior. Nos anos 2000, isso afetou mais proeminentemente o setor agrícola (SYRIAN CENTER, 2020, p. 7, tradução, acréscimos e grifos nossos).

E especificamente sobre o caso da Síria, o SCPR ressaltou que

(...) a aliança entre capital e poder encontrados em outros lugares da região atingiram novos patamares, e houve uma acentuada decadência das instituições públicas e sua capacidade de atender às necessidades e aspirações do povo sírio. Embora a Síria tenha se tornado menos claustrofóbica do que nos dias sombrios da década de 1980, a liberalização econômica ocorreu enquanto havia extrema centralização de poder, falta de liberdades civis, e impunidade por parte dos serviços de segurança (SYRIAN CENTER, 2020, p. 7, tradução nossa).

Além dos problemas já citados, poderíamos acrescentar outros. Erez Cohen (2016) lembra que no começo dos anos 2000 a economia síria em geral e sua indústria petrolífera em particular diminuiu a sua rentabilidade. O crescimento do PIB em 2000 foi de apenas 2,7%, muito baixo se comparado aos índices da década anterior. Esta queda se deu porque

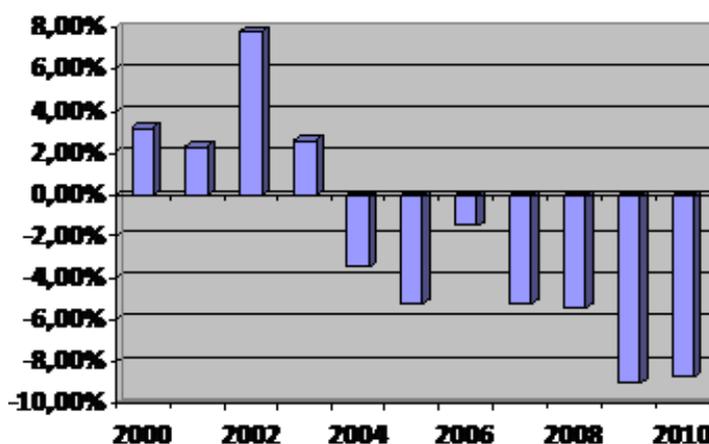
a capacidade das refinarias locais começou a diminuir, assim como suas reservas de petróleo. Além disso, nestes anos o preço do petróleo caiu consideravelmente, com o conseqüente impacto na rentabilidade desta indústria para a economia nacional. Além disso, a queda do preço do petróleo também foi um golpe para os Estados do Golfo e, em resposta, eles reduziram a assistência e empréstimos anteriormente concedidos à Síria. Assim, o prejuízo para a economia do país nestes anos foi particularmente tangível e conspícuo e ficou evidente no indicador do PIB, que refletiu a queda considerável na taxa de crescimento da economia (COHEN, 2016, p. 12, tradução nossa).

⁵ Ele se autodenomina como um centro de pesquisa política independente que trabalha para preencher a lacuna entre a pesquisa e o processo de formulação de políticas. Iniciado em 2012, o SCPR vem publicando estudos, artigos de discussão, resumos de políticas que abordam as principais questões sociais, econômicas e de desenvolvimento desafios para a Síria e a região.

Segundo Cohen (2006), além dos efeitos das políticas neoliberais que causaram na Síria a ampliação das desigualdades socioeconômicas e a intensificação do problema habitacional, a redução do ritmo de crescimento econômico no novo milênio trouxe também o "aumento do desemprego, principalmente entre os jovens intelectuais, o que contribuiu para sua frustração e animosidade para com as autoridades" (COHEN, 2016, p. 12, tradução e acréscimos nossos).

Ainda sobre o período da primeira década do novo milênio, um outro dado negativo revelador da deterioração da economia síria foi a evolução da sua balança comercial. No período citado houve um crescimento econômico na Síria de cerca de 5% em média, menor que da década anterior, mas ainda razoável, e as exportações não petrolíferas melhoraram substancialmente. No entanto, devido às deficiências no ambiente de negócios já bem descritas anteriormente, o déficit na balança comercial de bens começou a aumentar como resultado, de um lado, da diminuição das exportações de petróleo do setor público, e de outro, do aumento das importações do setor privado (MEHCHY; NASSER; SCHIFFBAUER, 2015). Observando o Gráfico 6, nota-se que a balança comercial como percentual do PIB a preços correntes apresentou superávit entre 2000 e 2003, mas se transformou em déficit a partir de 2004, e atingiu o pico de menos 9% em 2009.

Gráfico 6 - Síria: Evolução da balança comercial como porcentagem do PIB atual (2000-2010)



Fonte: elaborado pelo autor com base em Mehchy, Nasser e Schiffbauer (2015).

Também contribuiu para a deterioração da situação socioeconômica a evolução das mudanças climáticas e seus efeitos sobre a sociedade síria. Ülker et

al. (2018) constatou que, além dos problemas políticos e sociais que a Síria enfrentava, a seca ocorrida entre 2007 e 2010 serviu de motivação para a revolta em 2011 e, conseqüentemente, para o deslocamento de refugiados, entre outros problemas. Daoudy (2020) e Ash e Obradovich (2020) tratam do mesmo assunto, ligando as vulnerabilidades ambientais sírias como possíveis causas adicionais para a situação que propiciou a eclosão da guerra civil.

É neste cenário de crise política e socioeconômica que a Síria chegou em 2011. Os problemas econômicos também forneceram combustível para as manifestações dentro do contexto da Primavera Árabe e depois para a deflagração da guerra civil, juntamente com a variável política, devido ao autoritarismo do modelo sírio, que impôs limites ao desenvolvimento saudável da economia.

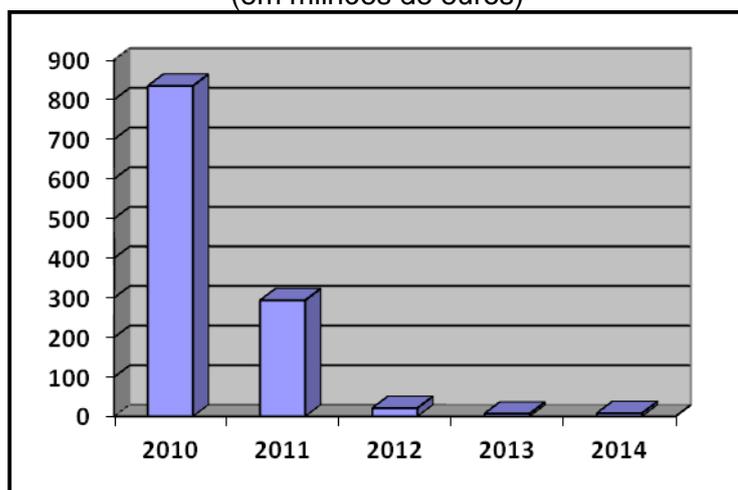
Apesar da aplicação do receituário neoliberal ter proporcionado uma maior integração ao mercado globalizado e ter diversificado a sua economia, a sociedade síria percebeu que os indicadores econômicos do país começaram a piorar no período imediatamente anterior à Primavera Árabe, bem como não viu grandes mudanças em termos de redução das desigualdades sociais, o que não poderia ser diferente num quadro de repressão política e de favorecimento a certos grupos privilegiados pelo regime de Assad.

Com o desenrolar da guerra civil, todos os indicadores sociais e econômicos pioraram de maneira acelerada, como era de se esperar já que o conflito se aprofundou em termos de complexidade, envolvendo não só os atores locais, mas também algumas potências regionais e mundiais. Dessa forma, após 10 anos de enfrentamentos armados de todo espécie (combates terrestres, bombardeios aéreos etc.), o quadro socioeconômico é devastador: força de trabalho debilitada, infraestrutura parcialmente destruída, aumento da pobreza e queda da renda geral do país e da maioria dos habitantes.

Um dos setores da economia que sentiu mais rapidamente os efeitos do conflito foi o de exportação, que caiu em quase 50% em 2012 em relação ao ano anterior, principalmente como resultado da queda acentuada das exportações de petróleo (ver o Gráfico 7), uma das principais fontes de divisas do país (COHEN, 2016). Segundo o Banco Mundial, a atividade econômica na Síria havia encolhido em mais de 50% em relação ao que havia sido em 2010 (WORLD BANK, 2017). Ressalta-se que, após partes do território sírio terem sido dominados por grupos de

oposição ao governo sírio – como os curdos no norte e nordeste a partir de 2012, e o Estado Islâmico na região leste do país no interregno de 2014 a 2018, junto à fronteira do Iraque – grandes áreas produtoras de petróleo, e de outros recursos econômicos, acabaram paulatinamente sendo exploradas por estes grupos, que passaram a utilizar esses recursos para sustentarem a sua luta contra o governo sírio.

Gráfico 7 - Síria: exportações de petróleo no período 2010-2014
(em milhões de euros)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em European Commission website: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_111615.pdf.

Em 2021, o SCPR (SYRIAN CENTER, 2021) apresentou um relatório sobre as prováveis perdas no campo econômico com a guerra na Síria. De acordo com este documento, estima-se, entre outras consequências, que:

- as perdas acumuladas do PIB são de 530,1 bilhões de dólares no final de 2019, o equivalente a 9,7 vezes o PIB de 2010 a preços constantes;
- as perdas econômicas totais equivalem a mais de 7 vezes o PIB de 2010;
- a taxa de desemprego atingiu 42,3% em 2019;
- o índice de preços ao consumidor (IPC) aumentou 18 vezes entre 2011-2019.

E com a deterioração progressiva da economia e constância da violência em decorrência do conflito, a miséria aumentou a níveis críticos, chegando a uma taxa de pobreza total de 93,7% no final de 2017 (Figura 6), havendo uma pequena melhora em 2019, com a taxa de pobreza caindo para 86% (SYRIAN CENTER, 2021). O Gráfico 8 mostra a evolução da taxa de pobreza extrema na Síria nas principais localidades e no país com um todo; percebe-se claramente o aumento da

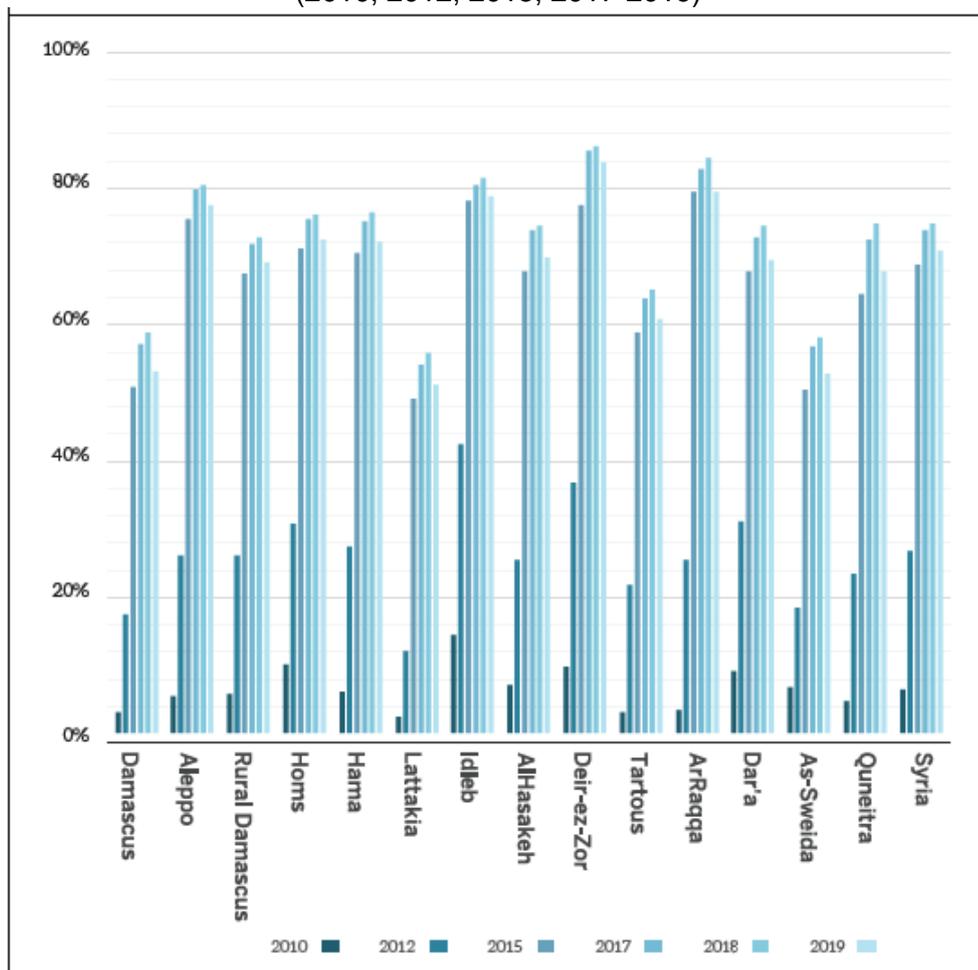
miséria quando se compara os dados de 2010 (último ano antes do conflito) com os dos anos seguintes.

Figura 6 - Uma família deslocada no campo de Al-Hol, na Síria.



Fonte: UNITED NATIONS, 2022.

Gráfico 8 - Incidência de pobreza extrema na Síria por localidades (2010, 2012, 2015, 2017-2019)



Fonte: Syrian Center (2021, p. 22).

O respeitado periódico árabe *Asharq Al-Awsat*, citando também dados do relatório preparado pelo SCPR, aponta que aproximadamente 40% da infraestrutura da Síria foi destruída, incorrendo em perdas de 65 bilhões de dólares; a libra, a moeda nacional síria, que era negociada a 46 libras por dólar em 2011, perdeu 43% de seu valor entre julho de 2018 e setembro de 2019, e continuou a cair ainda mais entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, sendo negociada a 1.700 libras por dólar; a força de trabalho também foi amplamente esgotada pela guerra, caindo de 5.184 milhões para 3.058 milhões de trabalhadores; e o mercado de trabalho perdeu 3,7 milhões de empregos (HAMIDI, 2020).

É preciso salientar também que além dos danos físicos causados pelo conflito, as perturbações na organização econômica também são devastadoras: a guerra interrompe o fluxo normal da economia fazendo-a produzir bem abaixo de sua capacidade.

O conflito não apenas acabou com vidas e destruiu fatores **[físicos]** produtivos; também tem severamente a conectividade econômica diminuída, incentivos reduzidos para buscar atividades e redes econômicas e sociais quebradas e cadeias de suprimentos. As simulações mostram que as perdas cumulativas do PIB devido a tais perturbações na organização econômica excedem a destruição de capital por um fator de 20 nos primeiros seis anos do conflito. Isso ocorre principalmente porque um choque de “destruição de capital apenas” funciona como alguns desastres naturais (imprevistos e súbitos): em uma economia que funciona bem, seus efeitos sobre os investimentos são limitados (apenas uma redução de 22% nas simulações). Assim, o capital é rapidamente reconstruído e outras repercussões econômicas são contidas. Em comparação, rupturas **[por causa da guerra]** na organização econômica diminuem significativamente os investimentos (uma redução simulada de 80 por cento) reduzindo a lucratividade; portanto, os efeitos iniciais são propagados fortemente ao longo do tempo (WORLD BANK, 2017, tradução e acréscimos nossos).

Há também as consequências regionais da guerra. Na obra *The fallout of war - The regional consequences of the conflict in Syria*, produzida pelo Banco Mundial em 2020, procurou-se investigar os impactos econômicos e sociais do conflito sírio nos vizinhos do país na região do Mashreq⁶ (Iraque, Jordânia e Líbano). Segundo este estudo, a guerra civil na Síria impôs um pesado tributo econômico e social a estes países. Observou-se que a partir de 2011, as taxas de crescimento médio anual do PIB foram reduzidas em 1,2% no Iraque, 1,6% na Jordânia e 1,7%

⁶ O **Mashreq** (*a'l-Mashreq al-Arabi*) refere-se ao Oriente árabe, cujos limites geográficos variam consideravelmente de acordo com as fontes ou teorias. Na maioria das vezes, é reduzido à região que cobre o Iraque, Síria, Líbano, Jordânia e Palestina. No presente estudo do Banco Mundial se refere a apenas a esses três vizinhos da Síria: Iraque, Líbano e Jordânia (WORLD BANK, 2020).

no Líbano em termos reais apenas por causa do conflito na Síria. E somadas, essas reduções correspondem a 11,3% dos PIBs pré-conflito (2010) combinados nos três países. E essa queda foi transmitida por meio de vários canais, como a diminuição do comércio de trânsito através da Síria e a paralisação das exportações de serviços como o turismo, por exemplo (WORLD BANK, 2020).

Contudo, os efeitos sobre o PIB são apenas uma parcela pequena do impacto geral. Apesar de alguns efeitos não quantificáveis, o conflito teve consequências de longo alcance na região do Mashreq. Entre as principais destacam-se: i) a elevação nas taxas de pobreza em 4,0 pontos percentuais na Jordânia, 7,1 pontos percentuais no Líbano e, 6,0 pontos percentuais no Iraque; ii) com a desaceleração econômica geral, as condições do mercado de trabalho para os habitantes locais, especialmente parcelas menos privilegiadas, como as mulheres, se deterioraram nos três países após 2011; e iii) com a chegada de refugiados, aumentou a demanda por serviços públicos (educação, saúde, água potável, transportes e energia), e, conseqüentemente, a crise no fornecimento destes. Esse choque demográfico aumentou inequivocamente a poluição ambiental, como uma maior quantidade de resíduos sólidos urbanos e a ocupação irregular de refugiados em áreas de nascentes (WORLD BANK, 2020).

Por fim, cabe destacar que a guerra na Ucrânia tende a agravar ainda mais esse difícil quadro socioeconômico da Síria. Segundo a Comissão de Direitos Humanos da ONU, com a intensificação da crise entre Ucrânia e Rússia, a situação humanitária tende também a se agravar na Síria, pois a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 aumentou as preocupações de que as importações de trigo podem ser afetadas (UNITED NATIONS, 2022). Nas palavras do comissário Hanny Megally, responsável por acompanhar a crise síria:

Já estamos vendo a inflação em 140 por cento no início deste ano e subindo. Estamos vendo o Estado já começando a racionar. Estamos vendo os preços de commodities, commodities básicas e combustíveis subindo... A maior parte do trigo importado da Síria vem da Ucrânia ou da Rússia, então estamos muito preocupados que a guerra na Ucrânia tenha um impacto negativo na Síria (UNITED NATIONS, 2022, tradução nossa).

Portanto, quanto mais tempo durar o conflito, mais difícil será a recuperação econômica da Síria e das nações vizinhas afetadas, pois essas perdas se tornam mais persistentes ao longo do tempo. As Nações Unidas estimaram que o volume de financiamento necessário para a reconstrução ficaria entre US\$ 250 bilhões a US\$ 1

trilhão (POMEPS, 2018); com certeza, essa quantia é muito mais do que poderia ser fornecido por aliados sírios russos e iranianos, que também passam por momentos difíceis. No contexto eurasiático, a China teria mais condições de fornecer uma ajuda substancial.

Um plano de reconstrução genuíno para a Síria seria mais bem servido por apoio robusto da comunidade internacional com a participação do Ocidente, mas que implicaria em uma negociação por um acordo político mais amplo que incluiria exigências de abertura política, entre outras demandas que o regime de Assad não cederia tão facilmente.

3.4 - RELAÇÃO DOS ASPECTOS MENCIONADOS COM A DEFLAGRAÇÃO E O APROFUNDAMENTO DA GUERRA

Os aspectos políticos, especificamente as características básicas do regime comandado pela família Assad desde o início da década de 1970, foram muito importantes para a deflagração da guerra, assim como no seu aprofundamento. O excesso de autoritarismo e a falta de legitimidade do regime perante grande parte da população síria, principalmente a de origem sunita, constituiu o combustível para a deflagração dos primeiros protestos inspirados pela Primavera Árabe, já em curso em outros países da região. E a repressão do governo, que conseguiu abafar por anos setores descontentes com o regime, não foi capaz de controlar a situação, que ganhou paulatinamente a adesão em várias partes do território sírio.

Apesar de o regime de Assad ter tomado tímidas iniciativas de reformas, como a suspensão do estado de sítio, a questão do autoritarismo e a falta de legitimidade do governo se aprofundou ao longo do conflito. Assad se mantém no poder com o suporte dos seus aliados internos e principalmente externos, mas permanece sem o apoio de grande parte da população. A repressão aumentou com o desenvolvimento da guerra e os principais grupos de oposição se recusam a negociar com o governo sírio. Destarte, o apoio decisivo de aliados estatais, como o Irã e a Rússia, e de não estatais, como as diversas milícias xiitas, consolidou a permanência do regime, mas o tornou refém desses mesmos aliados que possuem suas próprias agendas e objetivos no conflito. Tal cenário dificulta uma concertação

mais sólida entre os principais atores envolvidos. Tudo isto favorece a continuidade da guerra.

Os aspectos culturais citados, ligados aos políticos, em particular o concernente à composição étnica, mostram que são imprescindíveis para o entendimento geopolítico do conflito sírio. A minoria alauíta, ligados ao xiismo iraniano, governando sobre os outros grupos, alguns majoritários como os sunitas, o que gerou um sectarismo extremado com as manifestações dos grupos marginalizados, principalmente a partir da Primavera Árabe. O sectarismo ganhou força ao ficar evidente a questão da rivalidade entre os grupos xiitas e sunitas. E, por vezes, mesmo pertencendo ao mesmo espectro religioso, houve divergências: por exemplo, os curdos lutaram contra os militantes do EI, mesmo as duas agremiações sendo sunitas. Tais diferenças resultaram em divisões do território nacional de acordo com as etnias predominantes, sendo que os curdos foram mais eficientes em formar uma unidade territorial autônoma. Vemos, portanto, as identidades culturais se traduzirem em identidades territoriais, e servindo como incentivo ao aprofundamento da guerra civil.

Quanto ao aspecto econômico, já havia sinais claros de um agravamento da crise. O desenvolvimento de uma economia de mercado corrupta com favorecidos pelo regime e sem regras claras, aliado a uma política neoliberal, gerou uma crescente desigualdade social e queda gradativa do padrão de vida da maioria da população do país, alimentando os outros fatores anteriormente citados. Neste quadro, deu-se o ambiente fértil para gestação da Primavera Árabe síria e a consequente guerra civil.

A situação econômica também favoreceu a continuidade do conflito, pois com o desenrolar da guerra, a crise tendeu a se aprofundar e a desigualdade social a aumentar. O caos social, com a destruição da infraestrutura física e a paralisia geral da atividade econômica, alimenta a fragmentação do país e dificulta a pacificação, pois o governo central não consegue organizar questões básicas como serviços essenciais (saúde e educação), meios de transporte e circulação de moeda. Entrando, assim, num modelo que alguns autores chamam de "Estado Falido" (*Failed State*). Isso favorece os grupos insurgentes que dominam partes do país (curdos, grupos jihadistas islâmicos etc.) que praticam uma economia "paralela" que os fortalece militarmente, induzindo-os a permanecerem beligerantes.

No próximo capítulo buscamos analisar a atuação desses diversos atores na Guerra Civil Síria nas escalas nacional e local e seus reflexos no domínio territorial. No início do capítulo construímos uma evolução espaço-temporal do conflito em questão para melhor situar o estudo dos atores.

CAPÍTULO 4 – OS PAPÉIS DOS ATORES LOCAIS E NACIONAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO DOMÍNIO TERRITORIAL E NO PERCURSO DA GUERRA CIVIL

O presente capítulo pretendeu abordar a Guerra Civil Síria nos planos nacional e local. De modo geral, as questões geopolíticas, como Lacoste (1986) esclarece, não se manifestam apenas na esfera mundial. Há regiões, e mesmo países, em que estão concentradas complexas questões de disputa de poder. Nas palavras do referido autor,

É preciso destacar que, contrariamente aquilo que se pensa, na maioria das vezes, as reflexões geopolíticas não se situam somente no nível planetário ou em função de vastíssimos conjuntos territoriais ou oceânicos, mas também no quadro de cada Estado, aí compreendendo aqueles cuja unidade cultural é grande (geografia das tendências políticas, problemas da regionalização) e com mais forte razão ainda, naqueles em que se encontram diversas nacionalidades ou etnias mais ou menos rivais. O caso do **Próximo Oriente**, e particularmente o do Líbano [**e na atualidade da Síria também**], mostra a que ponto, em espaços de relativamente pequenas dimensões, as situações geopolíticas podem ser complicadas (LACOSTE, 1986, p. 258, grifo e acréscimo nossos).

É nesse quadro que, primeiramente, efetuou-se um breve histórico do conflito, fazendo uma periodização espaço-temporal e uma caracterização geral da Guerra Civil Síria, principalmente o seu estado atual, pois deduzimos que tal procedimento facilitaria a análise da ação dos diversos atores envolvidos. E, em seguida, tratamos da questão síria nos contextos geopolíticos nacional e local. Junto à análise geopolítica, também abordamos as implicações em termos de domínio territorial inerentes à atuação desses atores no jogo geopolítico.

4.1 - AS PRINCIPAIS FASES DA GUERRA CIVIL SÍRIA E A SUA SITUAÇÃO ATUAL

A Guerra Civil Síria teve o seu início em 2011. Tendo já passado mais de 13 anos, o conflito evoluiu desde os primeiros protestos até a consolidação, mesmo que precária, do regime de Assad no poder. Assim, para compreender o exercício do poder territorial dos diferentes atores envolvidos na guerra civil em diferentes

momentos, elencamos as fases da guerra no tempo e no espaço, o que propiciou a construção de um quadro da realidade atual do território sírio, especialmente da atuação dos principais atores envolvidos no conflito. Este subitem constitui também uma complementação da análise histórica feita no capítulo 2.

Com efeito, levando-se em conta principalmente os desdobramentos geopolíticos e territoriais, podemos dividir o referido conflito em quatro fases espaço-temporais, elencadas a seguir.

4.1.1 – Fase “nacional” da guerra (2011 a 2012)

A crise síria começou com os reflexos da Primavera Árabe em seu território, especialmente nos grandes centros urbanos do país. Embora a questão síria sempre tenha contado com a atenção da comunidade internacional, devido a sua importância estratégica no Oriente Médio, entre 2011 e 2012, o referido conflito teve um caráter mais nacional.

Desde os protestos pacíficos aos primeiros confrontos e o contínuo avanço dos grupos de oposição ao regime de Assad, a dinâmica interna, gestada por décadas de autoritarismo, constituiu o fator preponderante. Ressaltando que as dimensões interna e externa sempre coexistiram na guerra civil da Síria, mesmo que "a primeira tenha predominado entre março e outubro de 2011, e a segunda esteja se manifestando de maneira preponderante desde julho de 2012" (BIRAT, 2013). Dessa forma, à medida que ficava claro que a crise aumentava, teve início o crescente apoio externo aos grupos de oposição por parte dos inimigos geopolíticos da Síria.

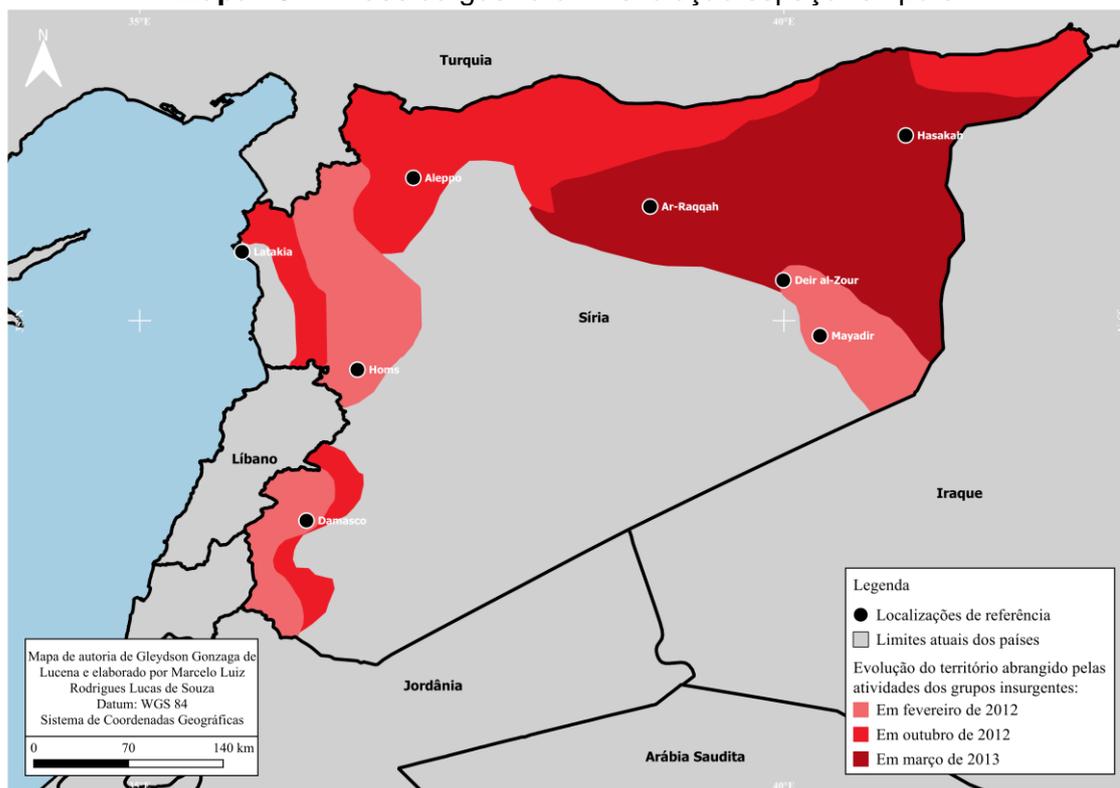
É fato que no início de 2012 aproximadamente 10% do território estava envolvido, direta ou indiretamente, nos combates, e em março de 2013 já tinha atingido em torno de 33% (ver a Tabela 3), principalmente nas grandes cidades e nos seus arredores, localizados quase totalmente nas partes oeste e norte do país, conforme mostra o Mapa 13 a seguir.

Tabela 3 - Áreas de influência (em porcentagem) na Guerra Civil Síria – 2012-2013

Ator	Fev./2012	Dez./2012	Mar./2013
Regime de Assad e aliados	90	69	67
Diversos grupos de oposição	10	25	27
Curdos	0	6	6

Fonte: elaborado pelo autor com base no portal *Political Geography Now*.

Mapa 13 - 1ª fase da guerra civil: evolução espaço-temporal



Fonte: elaborado pelo autor com base no portal *Political Geography Now*.

Analisando os dados disponíveis, mas principalmente do portal *Political Geography Now*, deduzimos que em 2012 o quadro da guerra civil ainda estava bastante indefinido em relação ao domínio territorial por parte dos atores envolvidos no conflito. Contudo, fica claro que paulatinamente o governo sírio foi perdendo espaço para os grupos insurgentes de oposição (Tabela 3), com destaque para os curdos no nordeste do país, que no final de 2012 já começavam a delinear um território sob o seu domínio.

4.1.2 – Fase “regional” da guerra (2012 a 2015)

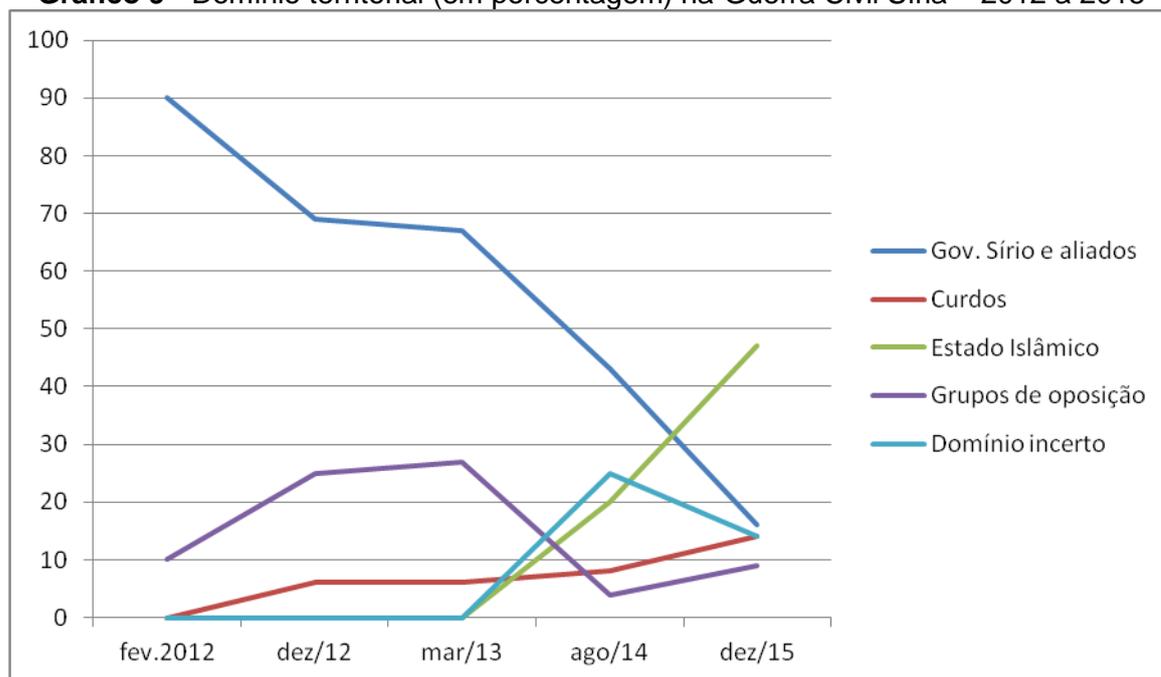
Neste interregno deu-se o processo crescente de regionalização da guerra, com o envolvimento progressivo dos atores regionais. O Irã logo entrou no conflito ao lado do seu principal aliado regional, assim como grupos paramilitares xiitas como o Hezbollah. Na oposição ao regime, países como Arábia Saudita, Qatar e Turquia passaram a apoiar os diversos grupos de oposição, em geral de ascendência sunita. Mas destacou-se também a atuação do Exército Livre da Síria, que tinha inspiração secular, e o grupo paramilitar turco YPG (Unidade de Proteção do Povo) como parte dos grupos opositores ao regime.

Entre os grupos insurgentes não estatais de fora do país, houve a ascensão do autodenominado Estado Islâmico (EI), que começou a penetrar no território sírio no final de 2013, vindo principalmente do vizinho Iraque.

É necessário destacar, também, a participação não oficial de Israel desde 2013 no conflito sírio, com ataques aéreos contra alvos iranianos e grupos anti-Israel atuantes no território sírio. Ademais, Israel também apoiou grupos insurgentes sírios antirregime desde pelo menos 2013, incluindo fornecimento de equipamentos e assistência médica em seu território (MALMVIC, 2016).

Nesta conjuntura, o regime de Assad esteve cada vez mais acuado e entrou em uma dinâmica de perda acentuada do domínio do seu território. No Gráfico 9 abaixo, é possível perceber que o governo sírio detinha o controle de cerca de 90% do território nacional, tal índice baixou para menos de 70% em meados de 2013 e chegou no nível mais baixo (16%) em dezembro de 2015. Sem dúvida, o período em foco foi o mais perigoso para o regime de Assad, pois constituiu o momento em que as diversas forças de oposição estiveram mais perto de tomarem o poder. Em especial, o EI chegou a dominar quase 50% do país no final de 2015 e os curdos 14% da região nordeste no mesmo período.

Gráfico 9 - Domínio territorial (em porcentagem) na Guerra Civil Síria – 2012 a 2015



Fonte: elaborado pelo autor com base no portal *Political Geography Now*.

Cabe, portanto, explicar por que o regime sírio não sucumbiu frente ao avanço territorial dos grupos de oposição, principalmente do EI. Há três razões para isso: a decisão realista do governo de Assad de se concentrar, neste primeiro momento, na defesa das principais cidades, incluindo a capital, Damasco; o aumento do apoio militar dos aliados externos, com destaque para o início da ofensiva aérea russa bombardeando os inimigos do regime; e o fato de que nunca houve uma união total dos grupos de oposição ao governo central. Os curdos e o Exército Livre Sírio, por exemplo, lutavam de forma independente e os dois combateram o EI, ao mesmo tempo em que enfrentavam o exército regular da Síria.

4.1.3 – Fase de internacionalização efetiva da guerra (2015 a 2019)

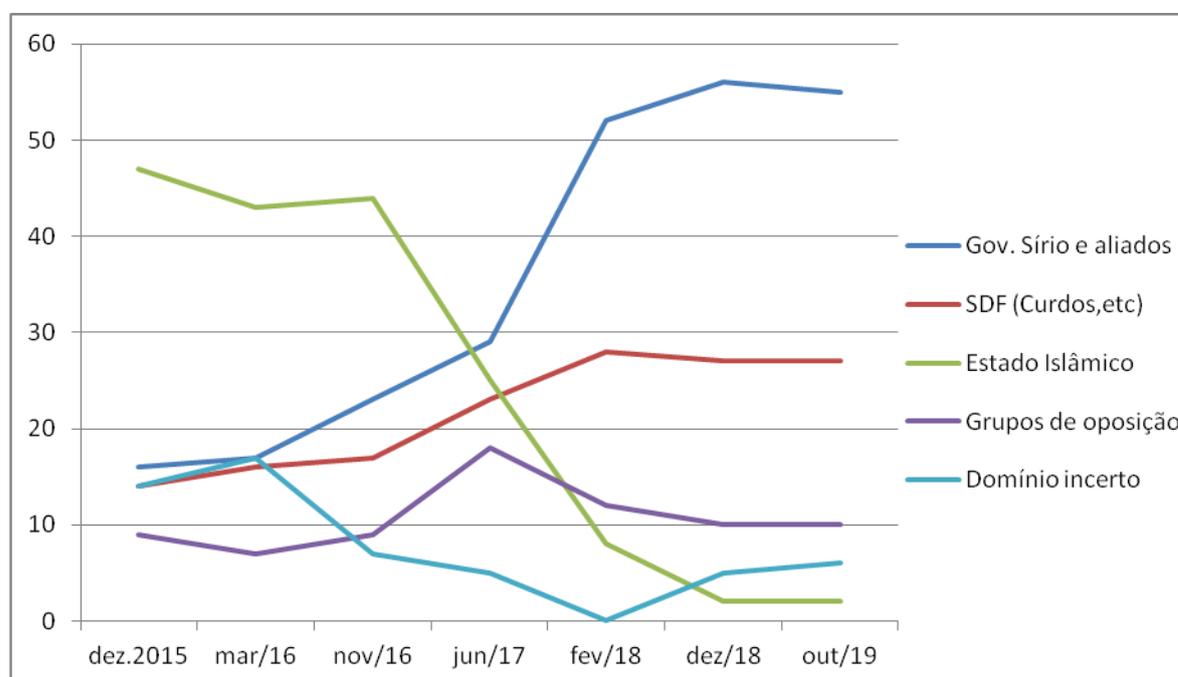
Este recorte espaço-temporal inicia-se com a contraofensiva do regime de Assad com o apoio dos seus aliados, mas principalmente com a participação direta dos russos, não só com apoio de equipamentos, mas sobretudo como o começo da campanha aérea da Rússia na Síria, tendo como principal alvo as bases do EI.

Coincidentemente, os norte-americanos intensificam o seu apoio aos grupos de oposição sírios, principalmente os curdos, assim como às tropas diretas em solo

junto à fronteira com o Iraque, tendo como justificativa principal o combate ao EI. Destaca-se que os americanos atacaram uma base militar da Síria com mísseis em abril de 2017 em resposta a um possível ataque com armas químicas que teria sido perpetrado pelas forças armadas sírias. Contudo, o governo norte-americano decidiu retirar grande parte das suas tropas da região nordeste da Síria no final de 2019, deixando os curdos em situação vulnerável, o que acarretou uma ofensiva da Turquia na região norte contra os curdos, com o objetivo de instalar uma zona de segurança ao longo da fronteira entre os dois países.

Em termos de domínio territorial, o principal fenômeno observado nesta fase da guerra foi a perda da base territorial do EI. Como o Gráfico 10 abaixo esclarece, de quase 50% do território sírio entre 2014 e 2016, o autodenominado Califado Islâmico se reduziu a 8% no início de 2018 e praticamente a redutos insignificantes nos anos seguintes. A principal razão para tal ocorrido foi a intensa campanha de vários atores de relevo como Rússia, Estados Unidos, Irã e a própria Síria, além de alguns grupos insurgentes como os curdos.

Gráfico 10 - Domínio territorial (em porcentagem) na Guerra Civil Síria – 2015 a 2019



Fonte: elaborado pelo autor com base no portal *Political Geography Now*.

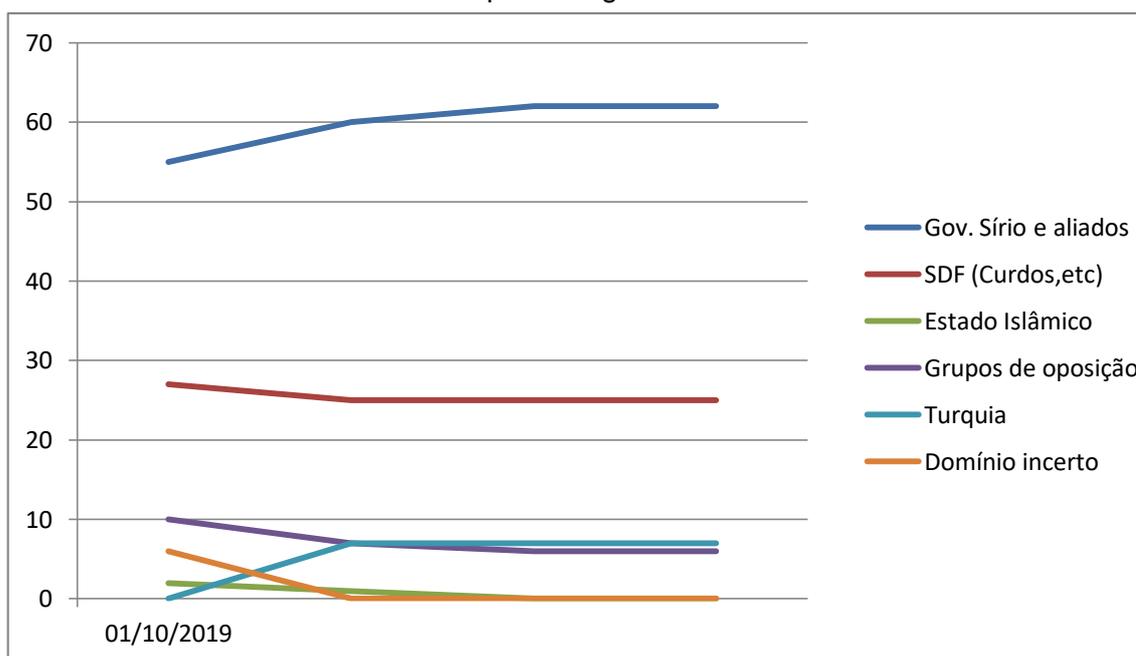
Analisando o gráfico acima, percebe-se que os dois atores mais beneficiados com as perdas territoriais do EI foram os curdos e o regime de Assad.

Os primeiros, dentro da SDF, consolidaram o seu território autônomo na região nordeste do país, perfazendo aproximadamente um quarto do território sírio. E o governo sírio, que chegou a ter apenas 16% de controle territorial (essencialmente as principais cidades no oeste do país) no final de 2015, conseguiu paulatinamente recuperar o espaço perdido e alcançou 55% em outubro de 2019.

4.1.4 – Fase da estabilização precária da guerra civil (2019 a 2024)

Este último período da guerra civil, dentro do recorte da presente pesquisa, caracteriza-se pela retomada do regime de Assad da maior parte do território (aproximadamente 63%) e por uma relativa estabilidade, pelo menos em termos estatísticos, desse domínio. Embora percebamos que os outros atores também conseguiram manter os seus domínios com ligeiras alterações, algo perfeitamente perceptível na observação do Gráfico 11, na próxima página. O gráfico demonstra que a maior parte dos atores permaneceram estáveis em termos de domínio territorial com algumas ligeiras alterações. O governo sírio teve uma pequena elevação e a SDF uma pequena queda percentual por causa, sobretudo, da intervenção turca após a saída parcial das tropas norte-americanas. A Turquia foi o ator que mais ganhou porque começou a ocupar parte da fronteira com o apoio de grupos rebeldes nas chamadas "zonas de segurança".

Gráfico 11 - Domínio territorial em porcentagem na Guerra Civil Síria – 2019 a 2022



Fonte: elaborado pelo autor com base nos portais *Political Geography Now* e Nações Unidas.

Contudo, não é possível afirmar que o regime de Assad tenha um domínio consolidado devido à grande instabilidade gerada pela própria dinâmica da guerra, e especificamente: i) pelo governo sírio estar enfraquecido e, por conseguinte, muito dependente dos seus aliados; e ii) por estar sob a ação efetiva de seus inimigos: essencialmente Israel no sudoeste do país, os Estados Unidos junto à fronteira iraquiana e na região dominada pelos curdos, e a Turquia que controla grande parte da fronteira norte do país, com a concordância dos russos.

A partir de 2020, a guerra civil na região noroeste do país se intensifica, principalmente na região de Idlib, com grupos insurgentes ainda bastante ativos contra o governo central, apesar dos esforços do exército sírio com a ajuda das forças armadas russas. Por isso, consideramos este período como de uma "estabilização precária" do regime de Assad. Ele detém o poder político formal, mas não consegue exercer a soberania plena nem o domínio consolidado sobre todo o seu território.

O Quadro 5 a seguir apresenta um resumo dos pontos principais de cada uma das fases espaço-temporais da guerra civil.

Quadro 5 - Fases espaço-temporais da Guerra Civil Síria – 2011-2024

Fases da guerra	Principais acontecimentos	Situação do domínio territorial ao final do período
Fase “nacional” da guerra (2011 a 2012)	<ul style="list-style-type: none"> - Protestos contra o regime em várias cidades sírias; - Reação do governo; - As manifestações conduzem à guerra civil; - Protagonismo dos atores internos. 	<ul style="list-style-type: none"> - No início de 2012 aproximadamente 10% do território estava envolvido nos combates; - Em dez./2012, os grupos de oposição já controlavam 31% do território.
Fase “regional” da guerra (2012 a 2015)	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento progressivo dos atores regionais; - O Irã e <i>Hezbollah</i> entram ao lado de Assad; - Crescente atuação do Exército Livre da Síria, do curdo YPG e do EI; - Arábia Saudita, Qatar e Turquia passam a apoiar os grupos de oposição sunitas; - Apoio ocidental aos opositores; - Israel inicia (2013) ataques aéreos contra alvos iranianos na Síria; - Protagonismo dos atores internos e regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - O regime de Assad ficou acuado e perdeu grande parte do domínio do seu território (84% do total); - Assad se concentrou na defesa das principais cidades no oeste do país, incluindo a capital, Damasco; - O EI chegou a dominar quase 50% do país e os curdos 14% da região nordeste (dez./2015).
Fase de internacionalização efetiva da guerra (2015 a 2019)	<ul style="list-style-type: none"> - Contraofensiva do regime de Assad com o apoio dos seus aliados; - Participação direta dos russos: começo da campanha aérea russa na Síria; - Tanto aliados quanto opositores do regime combatem o EI; - Bombardeio dos EUA à Síria (2017); - Ofensiva da Turquia na região norte contra os curdos (dez./2019); - Diminuição do protagonismo dos atores locais em relação aos externos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda da base territorial do EI. De quase 50% do território sírio (entre 2014 e 2016), para 8% no início de 2018 e praticamente a redutos insignificantes nos anos seguintes; - Consolidação do território autônomo curdo na região nordeste do país (aprox. 25% do país); - Recuperação do domínio territorial por parte do regime sírio, alcançando 55% em outubro de 2019.
Fase da estabilização precária da guerra civil (2019 a 2024)	<ul style="list-style-type: none"> - O regime de Assad se consolida, mas muito dependente dos seus aliados; - Os EUA permanecem na região leste, junto à fronteira com o Iraque, tendo o controle da base de Al-Tanf, combatendo as forças iranianas; - Na região de Idlib, o grupo HTS ainda luta contra o governo sírio; - Na fronteira norte, o domínio curdo é ameaçado pela ocupação turca; - Israel continua os ataques aéreos contra as forças do Irã. 	<ul style="list-style-type: none"> - O regime sírio segue consolidando o seu domínio, apesar da dependência dos seus aliados (63% do território); - Relativa estabilidade em relação ao domínio territorial; - A Turquia foi o ator que mais ganhou porque começou a ocupar parte da fronteira com o apoio de grupos rebeldes nas chamadas "zonas de segurança".

Fonte: elaborado pelo autor.

4.2 - QUADRO ATUAL DO CONFLITO ARMADO SÍRIO

Segundo o economista Howard J. Shatz (2019) a Guerra Civil Síria havia acabado no final de março de 2019 quando, após uma operação de quatro anos liderada pelos EUA, as forças da Coalizão ocidental finalmente expulsaram o grupo militante do Estado Islâmico (EI) de seu último domínio territorial na Síria. No entanto, a Guerra Civil Síria ainda persiste com sérias consequências geopolíticas nos planos nacional, regional e mundial.

Tal como Francis Fukuyama (1992) se precipitou em determinar o fim da história, ou o fim dos conflitos no plano internacional após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, entendemos que igualmente Shatz não fez uma análise mais profunda da questão síria ao declarar o fim do conflito. Como afirmava Bitar (2013) já em 2013, a Síria é "refém" das questões geopolíticas regionais e a guerra civil é caracterizada pelas chamadas guerras por procuração, financiadas por atores regionais e internacionais em conexão com grupos locais insurgentes com objetivos, por vezes, contraditórios e mal definidos.

Assim, desde 2020 tem-se o seguinte quadro: apesar de Assad permanecer no poder, o território sírio ainda apresenta-se muito fragmentado e com grupos distintos disputando espaços de poder em seu interior: os EUA se fazem presentes na região leste junto à fronteira com o Iraque, inclusive assumindo o controle da base de Al-Tanf, na fronteira tríplice Jordânia-Síria-Iraque; a região de Idlib no noroeste do país ainda conta com um número considerável de jihadistas lutando contra o governo sírio; ao norte, o domínio curdo complica as relações sírio-turcas; e a oeste, o crescente choque entre as forças do Irã e as de Israel.

A região de Idlib constitui a região mais disputada e onde, conseqüentemente, ainda havia fortes confrontos armados envolvendo, entre outros, grupos paramilitares de oposição ao regime, forças oficiais sírias e as forças armadas turcas e russas, sobretudo a sua força aérea (SHATZ, 2019). Contudo, após um acordo entre Turquia e Rússia em março de 2023, as hostilidades diminuiriam.

Se compararmos os dados obtidos de quatro das principais fontes pesquisadas – *Political Geography Now*, *Jusoor for Studies*, Observatório Sírio de Direitos Humanos e Nações Unidas – verificamos que há um consenso quanto à

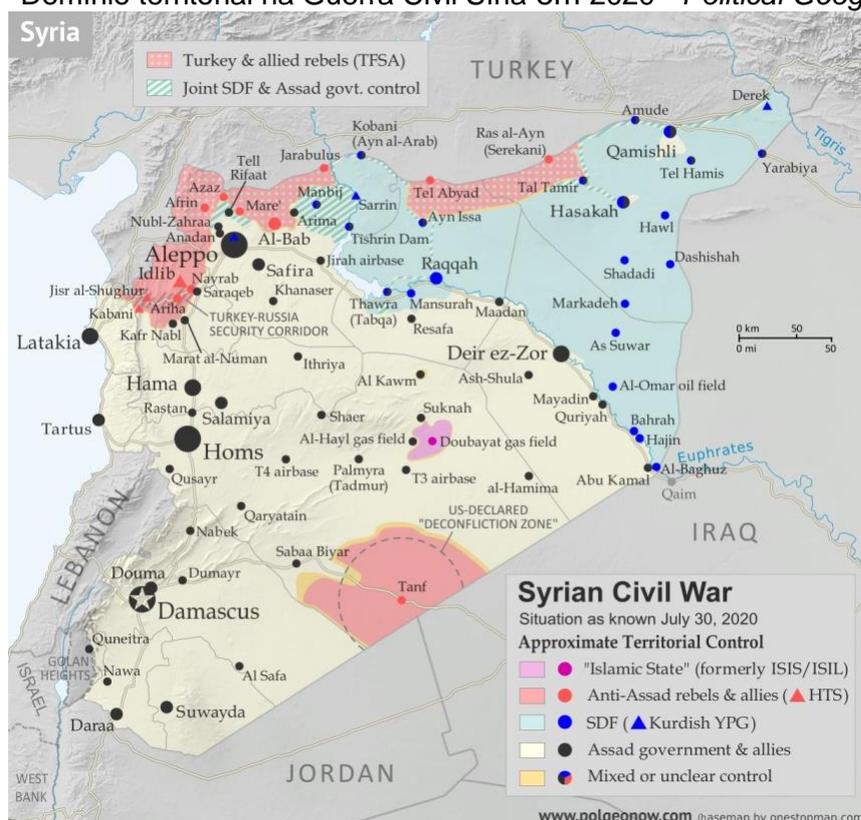
divisão atual domínio territorial na Síria, apesar de haver algumas diferenças de método. Tal realidade fica clara ao analisarmos os dados percentuais e os mapas elaborados por cada uma delas (Tabela 4 e os Mapas de 14 a 16).

Tabela 4 - Situação da Guerra Civil Síria – domínio territorial em porcentagem (2020-2022)⁷

Ator(es)	Political Geography Now (2020)	Observatório Sírio de Direitos Humanos (2021)	Nações Unidas (2021)	Jusoor for Studies (2023)
Regime de Assad e aliados	60	63,7	62	63.38
Diversos grupos de oposição	7	10,4	6	10.98
SDF Curdos	25	25,9	25	25.64
Turquia	7	-----	7	-----

Fonte: elaborado pelo autor.

Mapa 14 - Domínio territorial na Guerra Civil Síria em 2020 - Political Geography Now



Fonte: Portal Political Geography Now.

⁷ Observações: i) os dados do *Political Geography Now* e das Nações Unidas foram calculados a partir da análise dos seus respectivos mapas (por isso, foram arredondados); ii) os dados da *Jusoor for Studies* e do Observatório Sírio de Direitos Humanos foram obtidos diretamente das respectivas fontes.

Mapa 15 - Domínio territorial na Guerra Civil Síria em 2021 – Syrian Observatory for Human Rights

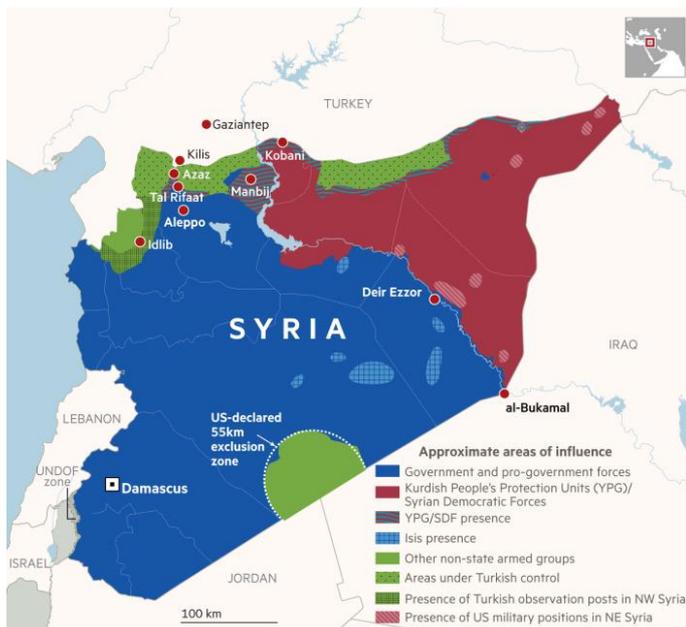


Fonte: Syrian Observatory for Human Rights (2021)

Mapa 16 - Domínio territorial na Guerra Civil Síria em 2021 – Nações Unidas

Syria: spheres of influence

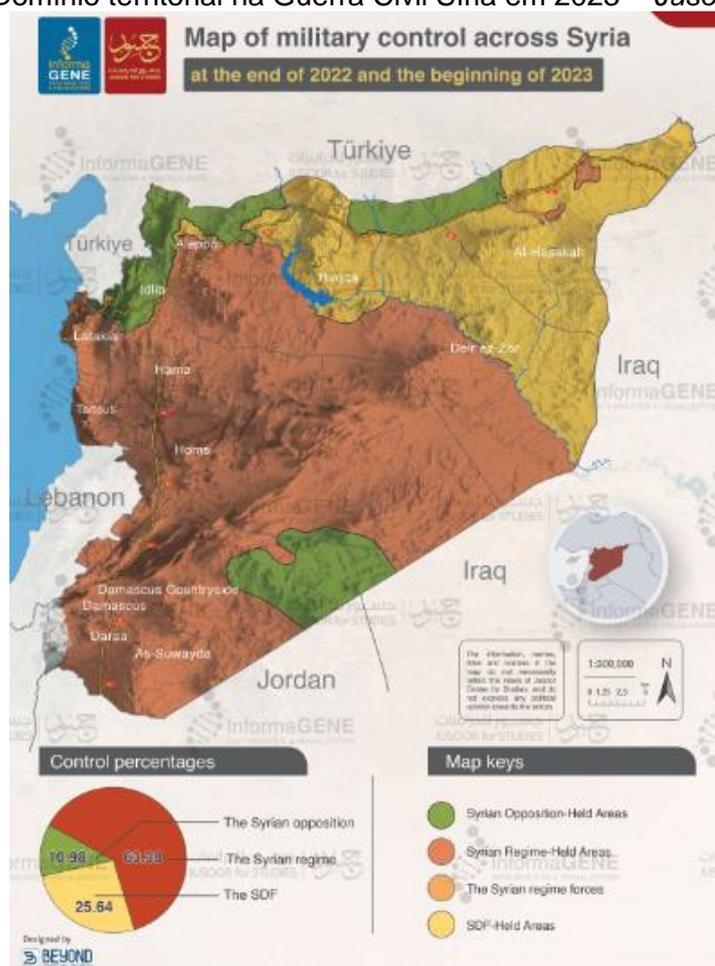
As of Dec 2021



Sources: UN Commission of Inquiry on Syria; Clingendael © FT

Fonte: Nações Unidas apud Financial Times (2022).

Mapa 17 - Domínio territorial na Guerra Civil Síria em 2023 – *Jusoor for Studies*



Fonte: *Jusoor for Studies* (2023)

Em trabalho publicado em janeiro de 2023, o portal *Jusoor for Studies* (2023) relata sobre essa relativa estabilidade em relação ao domínio territorial na Guerra Civil Síria, o que não significa a ausência de confrontos. Ele afirma que não ocorreram alterações no mapa do domínio militar na Síria até o final de 2022. As áreas de controle e as linhas de contato separam as forças locais no terreno, e as proporções de controle permaneceram completamente constantes entre as partes no conflito na Síria, desde o final de fevereiro de 2020. E conclui que,

Ao abrigo do acordo de cessar-fogo entre a Turquia e a Rússia em 5 de março de 2020, o mapa sírio testemunhou o mais longo período de calma desde o início do conflito, ou seja, 33 meses, durante os quais as áreas de controle permaneceram fixas entre as forças do regime sírio, as facções da oposição síria e as Forças Democráticas Sírias (SDF).

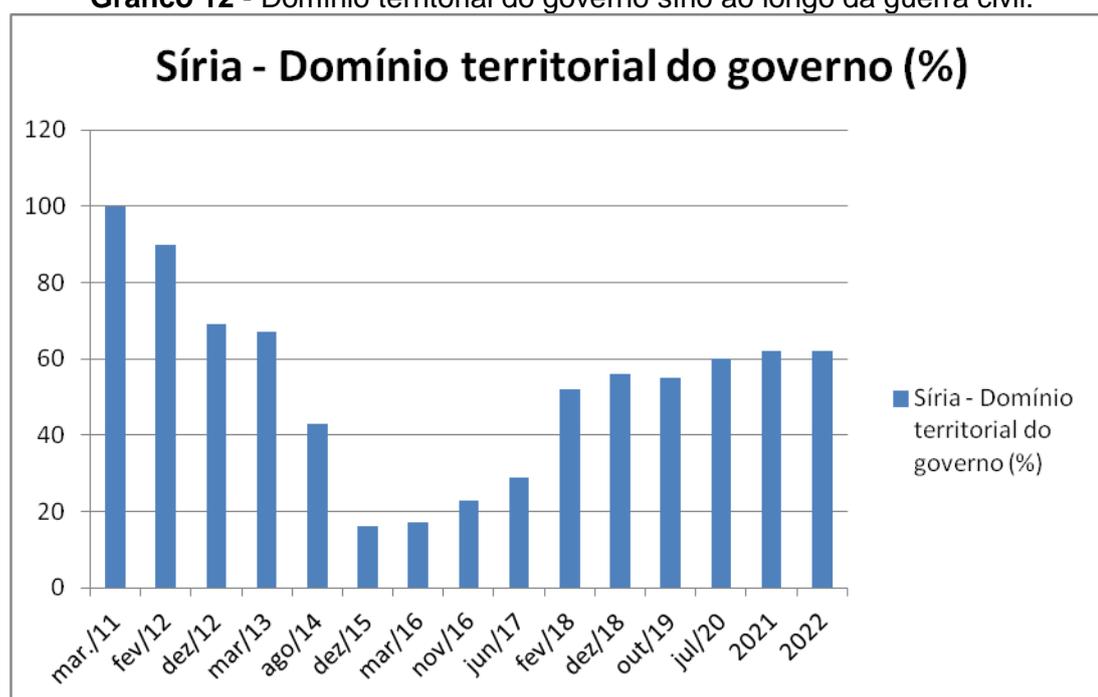
Em janeiro de 2023, o presidente Assad e as forças que o apoiam controlavam mais da metade do território sírio, incluindo a maior parte do espaço urbano e mais da metade da população. Nos principais centros urbanos e populosos

ao longo da “espinha dorsal” do país – Damasco, Homs e Hama – o nível de governança (ou seja, da presença do Estado) é relativamente alto. Segundo Haim e Dekel (2019), no leste da Síria e Aleppo (que perdeu completamente o status pré-2011 como um centro econômico), o governo teve mais problemas para implementar a governança civil, embora o regime tenha alcançado o controle militar. No enclave de Idlib, o último grande reduto dos rebeldes, o regime não tem força. A área curda a leste do rio Eufrates também tem características claras de autogoverno, embora este *status quo* esteja em risco após a decisão do então presidente estadunidense Donald Trump retirar as forças americanas dessa região, especialmente porque a Turquia está determinada a impedir a autonomia curda na área, implementando uma campanha militar ao longo da fronteira norte síria.

A observação dos Mapas de 14 a 17 e o exposto dos principais autores, nos permite afirmar que o domínio territorial do governo sírio sob o seu território nacional, entre julho de 2020 e janeiro de 2023, era de aproximadamente 63%⁸ (ver o Gráfico 12). Como já frisado anteriormente, o grau de domínio nos grandes centros é maior, por isso o domínio territorial é praticamente absoluto (consolidado) e no interior, principalmente junto à fronteira com o Iraque, na parte leste do país, esse domínio é considerado apenas relativo (não consolidado), tendo em vista que o regime sírio tem que compartilhar o poder com os seus aliados, que lhe dão sustentação. E também porque os atores antagonistas atuam ou influenciam na região, como insurgentes jihadistas e grupos rebeldes apoiados pelos EUA.

⁸ Dependendo da fonte analisada, este índice pode variar entre 62% a 64%.

Gráfico 12 - Domínio territorial do governo sírio ao longo da guerra civil.



Fonte: elaborado pelo autor com base no portal *Political Geography Now* e *Jusoor for Studies*.

Na próxima seção, analisamos a situação da Guerra Civil Síria, nas escalas nacional e local e seus reflexos no domínio territorial.

4.3 – SITUAÇÃO DA GUERRA CIVIL SÍRIA NAS ESCALAS NACIONAL E LOCAL E SEUS REFLEXOS NO DOMÍNIO TERRITORIAL

Para o geógrafo israelense David Newman (2006), que estudou profundamente o conflito árabe-israelense, existem dimensões simbólicas e intangíveis do comportamento territorial, tais como sentimentos de apego e pertencimento a determinados territórios – Haesbaert (1999) chama de identidade territorial –, dimensões estas que dificultam a resolução de conflitos. Newman acrescenta que os conflitos étnico-territoriais demonstram que é muito mais difícil dividir o território do que o poder, embora os dois sejam frequentemente processos paralelos.

No caso da Guerra Civil Síria, isso é particularmente verdade. Os diversos grupos étnicos supracitados neste capítulo se apropriaram paulatinamente de certas partes do território e assumiram a autoridade que seria do governo nacional sírio. Em dois casos esta realidade ficou clara: no território que foi dominado pelo Estado

Islâmico (EI) entre aproximadamente 2013 e 2018, e na região nordeste do país, onde os curdos têm o domínio de fato do território desde 2013. Em ambos os casos, houve um vácuo de poder do regime de Assad, que já não era muito efetivo antes da guerra, para implementar os seus respectivos planos de domínio territorial.

Segundo Fazal (2018, p. 25), a "rebelião é um elemento definidor das guerras civis, nas quais os oponentes armados desafiam a autoridade soberana do Estado. Mas o conjunto de objetivos políticos pretendidos pelos rebeldes é tão diverso como os próprios grupos rebeldes". De fato, os grupos de oposição ao regime sírio são bem diversos em suas ideologias e em seus objetivos, além de desejarem desde o início a queda do presidente Assad. Eles variam entre os grupos mais laicos, que lutam por mais representatividade política, até os grupos jihadistas, que desejam a implantação de um Estado confessional islâmico.

Mas há também os grupos paramilitares que apoiam o regime de Assad desde o início da guerra civil e desempenharam um papel importante no combate aos grupos de oposição. Primeiramente, nesta seção nos propomos a analisá-los, e, posteriormente, as agremiações oposicionistas, como os curdos e o Estado Islâmico – ambos do ponto de vista geopolítico e dos seus possíveis desdobramentos em termos de domínio territorial.

4.3.1 - Os grupos contrainsurgentes ou pró-regime

Há um consenso entre os pesquisadores que sempre houve grupos armados paramilitares agindo a favor do regime da família Assad paralelo às forças armadas oficiais do país, que constitui uma característica básica de regimes autoritários. Hafez al-Assad confiava fortemente nas forças afiliadas ao partido *Ba'ath*, chamadas de Organizações Populares, ou *Munazzamat Sha'biya*. Na década de 1980, o partido *Ba'ath* referiu-se à sua milícia institucional como *Jaysh al-Sha'bi*, ou Exército do Povo. Sob a liderança de Bashad, as principais milícias mobilizadas a princípio para combater as forças insurgentes foram: a *Shabiha* e as Comunidades Populares ou *Lijan Sha'abia*, além dos grupos estrangeiros do *Hezbollah* (Líbano) e outros menores (HOLLIDAY, 2013). Ressalta-se que tais grupos concentram-se essencialmente nos centros urbanos do país e com o desenrolar da guerra civil eles

foram sendo mesclados com as crescentes milícias xiitas organizadas pelos iranianos.

O grupo denominado *Shabiha* – que significa “fantasma” em árabe – constitui uma rede informal de mercenários que servem como os olhos e ouvidos do regime desde a década de 1970 nas cidades. De acordo com Kellier (2012), o termo referia-se inicialmente a gangues obscuras de contrabandistas que cresceram em torno da cidade costeira de Latakia na década de 1970, e cuja imunidade da lei parecia advir das suas ligações tribais alauítas com a família Assad. E com o tempo, o referido grupo foi se espalhando pelas outras grandes cidades do país como Damasco, Homs, Aleppo e Hama (LOPEZ, 2016). No caso de Damasco e Homs, Kellier (2012) acrescenta que

Na zona pobre de Mazzeh, no oeste de Damasco, grupos de jovens, majoritariamente homens alauítas, vivem em alojamentos construídos para eles por Hafez al-Assad na década de 1980. A área é conhecida como Mazzeh 86, depois do ano em que chegaram do campo com a promessa de comida barata e alojamento subsidiado. (...) os shabiha são em grande parte oriundos dos alauítas de Homs e das aldeias ao redor (...). Cerca de 90% dos milhares de shabiha em Homs, estima ele, são muçulmanos alauítas pobres de Homs e arredores, e o resultado tem sido o agravamento das tensões existentes entre sunitas e alauítas na cidade.

Dessa forma, após as primeiras manifestações em 2011, surgiu um clima de violência na Síria que levou à criação de comitês populares em grandes cidades como Homs, especialmente em bairros majoritariamente alauítas, para manter a vigilância e a segurança. Estes grupos mantinham uma estreita colaboração com o *Mukhabarat* (serviços de segurança sírios) e eram constituídos por jovens desempregados e criminosos, que, com o passar dos meses e o agravamento do conflito, estreitaram ainda mais a sua relação com as autoridades. Os *Shabiha* foram organizados como unidades de autodefesa, financiadas e apoiadas pelo governo, com o objetivo de apoiarem as forças oficiais do regime. À medida que o movimento oposicionista crescia, esses grupos levaram a cabo múltiplos episódios de extrema violência contra os rebeldes, atacando grupos sunitas indiscriminadamente em áreas tradicionalmente alauítas (LOPEZ, 2016). Em Homs, por exemplo,

Quando cerca de 20 mil pessoas compareceram para um comício fúnebre improvisado da oposição em Mazzeh, em fevereiro deste ano [2012], por exemplo, foi o Shabiha quem, segundo manifestantes entrevistados pelo Guardian em Damasco, disparou contra os manifestantes (KELLIER, 2012, acréscimos e tradução nossos).

De forma semelhante, formaram-se também as chamadas Comunidades Populares. Este segundo tipo de milícia refletia mais de perto os grupos da época de Hafez al-Assad e reuniam populações minoritárias que se armaram para proteger suas cidades e bairros de combatentes antigovernamentais. Essas milícias mais orientadas localmente se organizam em Comitês Populares, ou *lijan sha'biya*. Contudo, na prática, os grupos insurgentes não fazem distinção entre estes dois tipos de milícias pró-governo, referindo-se a ambas como *Shabiha*, tendo todos eles como agentes do regime (HOLLIDAY, 2013).

Adicionalmente às milícias contrainsurgentes de matriz nacional, grupos xiitas estrangeiros lutavam ao lado do governo sírio, com destaque para o *Hezbollah*. Mas também houve milícias iraquianas e até afegãs e paquistanesas mobilizadas pelo Irã na guerra civil da Síria (KARMI, 2020). É marcante que na evolução do conflito armado sírio os grupos contrainsurgentes, tanto os nacionais quanto os estrangeiros, foram sendo paulatinamente influenciados e comandados pelas forças iranianas na Síria. Assim, os Comitês Locais praticamente se fundiram com as chamadas Forças de Defesa Locais, de inspiração iraniana.

Segundo Saban (2020), o Irã encorajou a minoria xiita na Síria a formar milícias especiais e recrutou sunitas – especialmente clãs – nas províncias de Aleppo, Raqqa e Deir ez-Zor – sob o pretexto de defender locais considerados sagrados pela comunidade xiita. Por exemplo, são realizadas campanhas nas áreas que abrigam santuários sagrados xiitas em Damasco, no distrito de Sayeda Zeinab. De acordo com Saban (2020), as milícias sírias apoiadas ou formadas pelo Irã estão divididas nos seguintes grupos:

- **Forças de Defesa Nacional:** A formação das Forças de Defesa Nacional (NDF, na sigla em inglês) começou em 2012 com orientação e apoio iraniano na cidade de Homs. Incluía membros de todas as seitas — sunitas, alauítas e drusos — e tinha sede em cada província. Elas lutaram principalmente nas frentes de batalha de Hama, Daraa e Homs. As NDF foram consideradas as maiores milícias sírias em termos de número e alcance, mas foram desmanteladas pelo regime em 2016, em parte por problemas com os iranianos, já que não eram constituídas apenas por xiitas.

- **Forças de Defesa Locais:** recrutados entre os combatentes das províncias de Aleppo, Deir ez-Zor e Raqqa sob o nome de Forças de Defesa Locais

(LDF, na sigla em inglês). As LDF são consideradas parte do exército sírio e têm mais de cinquenta mil combatentes.

- **Milícias xiitas sírias:** recrutados entre a minoria xiita na Síria, principalmente do norte de Aleppo, norte de Homs e partes de Raqqa. As milícias xiitas sírias têm cerca de cinco mil a oito mil combatentes. Existem também em Damasco, Idlib, Deir ez-Zor, Daraa, Latakia e Hama, entre outras. As milícias *Shabiha* são mais conhecidas e existem desde antes da guerra civil.

Na Figura 7 abaixo, apresentamos as principais milícias (também chamadas de brigadas) nacionais pró-regime de Assad na Síria, incluindo os grupos principais de cada segmento.

Figura 7 - Milícias nacionais pró-regime na Síria



Fonte: elaborado pelo autor

Os milicianos estrangeiros, por sua vez, são recrutados por meio de vários mecanismos. Emprega-se logicamente o fator ideológico para conseguir voluntários xiitas sob o lema “Proteger os santuários xiitas”, também há xiitas em países de maioria sunita que aceitam se alistarem nas milícias em troca da cidadania iraniana (KARMI, 2020 e SABAN, 2020). Contudo, o Irã também atrai combatentes para a Síria em troca de uma compensação financeira.

Por exemplo, cada combatente da brigada Fatemiyoun **[afegã]** recebe entre 450 e 700 dólares mensais, o que torna a milícia a mais bem paga pelo Irã. Para outras milícias, o Irã paga salários entre 200 e 300 dólares e, para milícias locais, como as Brigadas Nubl e Zahra, paga menos de 100 dólares por mês. Os salários das milícias são financiados pelo orçamento do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) de aproximadamente 7,6 milhões de dólares (SABAN, 2020, tradução e acréscimos nossos).

De acordo com Saban (2020), as principais milícias estrangeiras são:

- **Milícias iraquianas:** As milícias xiitas iraquianas começaram a chegar na Síria no final de 2012, depois de o Irã as ter ordenado a apoiar o regime de Assad, embora muitos de seus combatentes tenham voltado para o Iraque para enfrentar o Estado Islâmico.
- **Milícias afegãs:** O IRGC recrutou xiitas afegãos no Irã e no Afeganistão e começaram a aparecer na Síria em novembro de 2012. A brigada tem cerca de três mil a quatorze mil combatentes distribuídos entre três batalhões em Damasco, Aleppo e Hama.
- **Milícias paquistanesas:** O IRGC recrutou xiitas paquistaneses e começou a aparecer na Síria no início de 2013. A brigada tem cerca de mil a cinco mil combatentes destacados nas províncias de Damasco, Aleppo, Daraa e Hama.
- **Milícias libanesas:** O Hezbollah interveio no início da crise síria em maio de 2011.

Além desses supracitados, há também os grupos russos que são financiados direta ou indiretamente pelo governo russo. Segundo Sukhankin (2019), a participação do grupo de segurança privado russo Wagner na Guerra Civil Síria se deu quando, em 2013, Moscou decidiu fornecer forças militares de apoio ao regime de Bashar al-Assad, mas sem o envolvimento direto da Rússia naquele momento. Dessa forma, o grupo Wagner teria sido contratado para conduzir operações militares ofensivas contra os inimigos de Assad e simultaneamente assumir a proteção física da infraestrutura crítica relacionada à extração, transporte e processamento de hidrocarbonetos (setor fundamental da economia síria). Ressalta-se que o governo russo só entrou oficialmente na guerra a partir de outubro de 2015, na terceira fase do conflito, como já relatado anteriormente.

Na Figura 8 a seguir, apresentamos as principais milícias (também chamadas de brigadas) estrangeiras que apoiam o regime sírio de Assad, incluindo as nacionalidades e os grupos mais proeminentes de cada país.

Figura 8 - Milícias estrangeiras pró-regime na Síria



Fonte: elaborado pelo autor

Destes grupos de estrangeiros citados acima, sem dúvida, o mais importante em atuação na Síria é o libanês *Hezbollah*. Ele é financiado militarmente pela Síria e o Irã desde a década de 1990, para pressionar Israel, bem como para influenciar os acontecimentos no Líbano e na questão palestina. A ajuda externa foi fundamental para permitir ao *Hezbollah* travar uma campanha de guerrilha ao longo da década de 1990 contra Israel, que optou por se retirar do Líbano em 2000 (GOODARZI, 2006). Portanto, seria natural que, com a eclosão da guerra civil na Síria, ele entrasse ao lado do regime de Assad.

Desde 2011, o *Hezbollah* libanês iniciou a sua intervenção na Síria, prestando serviços de aconselhamento, formação e apoio técnico às forças de segurança e ao exército sírio. O *Hezbollah* também lançou missões de combate no terreno desde 2013 e tem entre cinco e oito mil combatentes na Síria (SULLIVAN, 2014).

Estas redes de lealdade foram construídas por meio do envolvimento com a população local, especialmente a de origem xiita. Ou seja, paulatinamente, o *Hezbollah* foi se enraizando no interior da sociedade síria, utilizando o mesmo modelo de seu grande patrocinador, o Irã. As cidades xiitas sírias de Nubl e Zahara, a norte de Aleppo, tal como outras áreas xiitas no país, que têm sido associadas ao

apoio ao regime desde o início, tornaram-se áreas para a construção do conceito de um "Hezbollah sírio" e de "Resistência Islâmica" (*al-muqawama al-islamiya*) (AL-TAMIMI, 2016) (Figura 9). Segundo Al-Tamini (2016, tradução nossa),

Pelo menos duas milícias sírias do Hezbollah que documentei noutros lugares recrutaram pessoas de Nubl e Zahara. Uma dessas milícias é a Resistência Ideológica Nacional (*Jaysh al-Imam al-Mahdi*, cujo nome se traduz como "Exército *Imam Mahdi*"). A base da milícia fica na área de Tartous-Masyaf, mas também lutou na área de Aleppo (...). A outra milícia síria do Hezbollah relevante aqui é *Quwat al-Ridha* (As Forças al-Ridha, nomeadas em homenagem ao oitavo imã xiita). Tal como a Resistência Ideológica Nacional, a sua base de recrutamento reside principalmente noutro local: neste caso, na área de Homs. No entanto, (...), deve sublinhar-se que o recrutamento para as milícias não é a única evidência da atividade do Hezbollah na área: existe também um ramo da ala jovem do grupo - os Escoteiros *Imam Mahdi* - que (...) envolvem-se na divulgação entre a juventude local com atividades como passeios de natação, caminhadas e aulas religiosas, incluindo a promoção da ideologia iraniana de *wilayat al-faqih*.

Figura 9: Um logotipo para *Junud al-Mahdi*, brigada ligada ao Hezbollah⁹, e a veneração a dois mártires do referido grupo



Fonte: AL-TAMIMI, 2016.

Os grupos contrainsurgentes tornaram-se instrumentos fundamentais na estratégia de combate aos oponentes do regime de Assad, complementando, e por vezes até substituindo, a ação do exército oficial sírio e mobilizando a população

⁹ Na logotipo, além do braço estendido e o rifle associados ao Hezbollah e ao Corpo da Guarda Revolucionária Iraniana, um símbolo bem sírio é adicionado por meio da pintura do globo (que significa o conceito da Revolução Islâmica global imaginada pelo Irã) com a bandeira síria. As figuras à esquerda do braço e do rifle são o líder supremo iraniano, aiatolá Khamenei, Bashar al-Assad e o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah. No topo: "Os soldados do Mahdi são aqueles que vencem" (uma brincadeira com o conceito do Hezbollah como "o partido de Deus" - cf. 'O partido de Deus são aqueles que vencem' - Alcorão 5:56). Em baixo: "A Resistência Islâmica na Síria" (AL-TAMIMI, 2016).

para o esforço de guerra. Na prática, muitas vezes as forças oficiais (estatais) se mesclam com as agremiações não estatais. Nesse sentido que devemos empreender a análise da gestão do poder em termos territoriais.

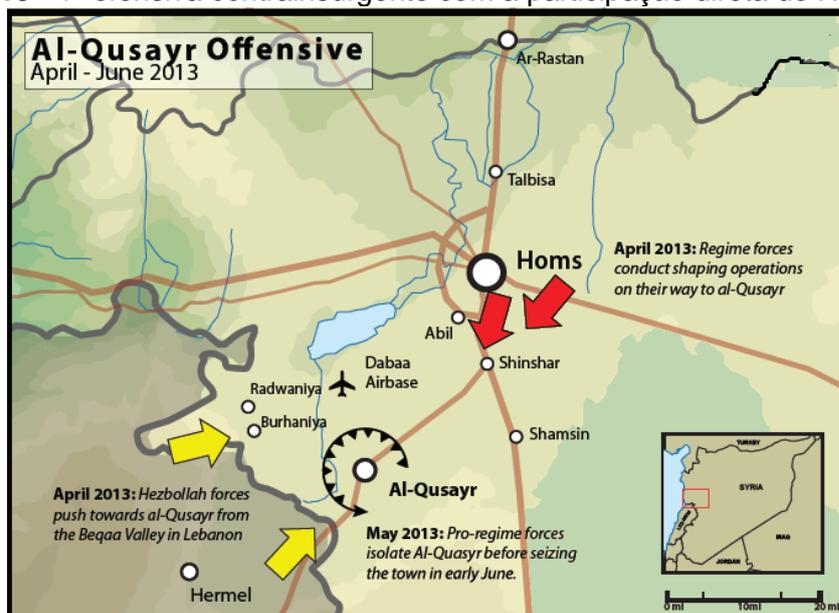
4.3.1.1 - Análise do domínio territorial dos grupos contrainsurgentes

Do ponto de vista do domínio territorial, estes grupos foram e são fundamentais no auxílio do regime sírio para a manutenção do domínio principalmente das grandes cidades já mencionadas, locais onde estes grupos eram mais presentes e fortes. Se de um lado, as diversas milícias pró-governo, em geral, não dominem vastos territórios, como fez o Estado Islâmico; por outro lado, sem a ação delas certamente o governo sírio não teria detido e controlado os movimentos contestadores que proliferaram com maior força no país na primeira e na segunda fase da guerra, entre 2011 e 2015. Se a partir de outubro de 2015 o apoio da Rússia, incluindo ataques aéreos, foi fundamental para o regime de Assad não cair e começar a retomar territórios anteriormente perdidos para os diversos grupos de oposição, também é verdade que os grupos contrainsurgentes foram bastante importantes na retomada dos principais centros urbanos.

Especial destaque deve ser dado ao grupo *Hezbollah*. Em abril de 2013, lançou uma intervenção militar oficial em grande escala durante a batalha por al-Qusayr, perto de Homs, a partir de suas bases no território libanês (ver Mapa 18). Posteriormente, ampliou a sua participação militar nos principais centros urbanos (Homs, Damasco, Aleppo) e em nove províncias sírias, garantindo a sua presença direta nas principais cidades e estabelecendo redes locais que lhe são leais (SULLIVAN, 2014).

Ou seja, numa estratégia de domínio territorial por parte do regime, a penetração do *Hezbollah* na sociedade síria, não apenas nos confrontos armados, mas também na construção de relações mutuamente benéficas com a população civil que vive nos territórios conquistados é fundamental, como asseveram Stewart e Liou (2016).

Mapa 18 - 1ª ofensiva contra-insurgente com a participação direta do *Hezbollah*



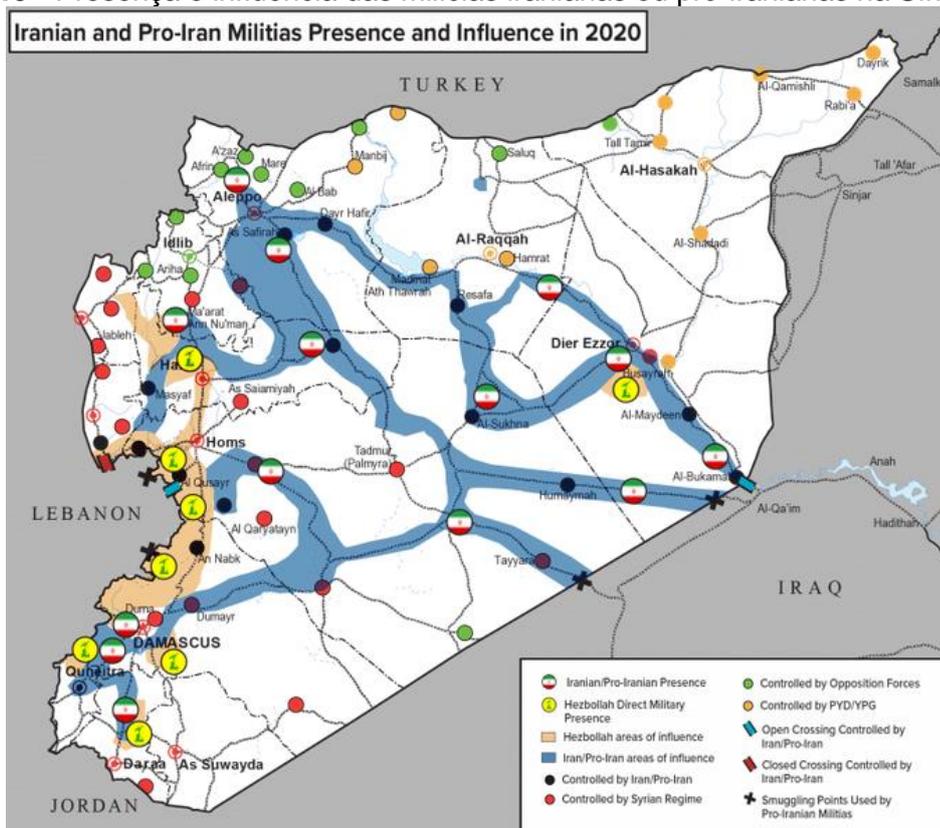
Fonte: Sullivan (2014, com adaptações).

Com o desenrolar da guerra civil, as outras milícias, principalmente com o envolvimento cada vez maior do Irã, foram se tornando praticamente indispensáveis para a retomada e a manutenção do domínio territorial por parte do regime. E não apenas pelos métodos de violência contra os opositores, mas também no assistencialismo social a uma população bastante calejada pelo conflito. Fica claro também que a influência iraniana sobre tais grupos, e na sociedade síria como um todo, fez com que a estratégia de poder do Irã se fizesse sentir na Síria.

A territorialidade xiita, ou a expressão de poder territorial da potência regional xiita, foi sendo aplicada gradativamente no território sírio, seja no envolvimento direto do exército iraniano ao lado de Assad, seja no financiamento dos grupos militar e ideológico dos grupos contra-insurgentes, e, ainda no controle direto de certas localidades. Tal lógica de poder já tinha sido adotada no Iraque de maioria xiita¹⁰; tanto que o Irã até patrocinou a participação de agremiações estrangeiras na Síria, como já foi mencionado. O Mapa 19 mostra a participação desses grupos, ficando evidente que o *Hezbollah* se tornou o mais ativo em praticamente todas as regiões do país onde o governo sírio conseguiu manter a sua autoridade.

¹⁰ No próximo capítulo, o papel do Irã como ator regional é analisado com profundidade e aborda-se a sua estratégia de poder territorial como o apoio à milícias xiitas iraquianas - o *Kataib Hezbollah* é um exemplo.

Mapa 19 - Presença e influência das milícias iranianas ou pró-iranianas na Síria (2020)



Fonte: Saban (2020, com adaptações).

Contudo, entre os fatores limitantes dessa influência dos grupos supracitados, está a ação, mesmo que enfraquecida, das milícias de oposição, especialmente na região de Idlib e na chamada Rojava, onde os curdos mantêm um certo grau de autonomia. Além disso, outro fator que limita o poder desses grupos é a ação militar de Israel, principalmente com ataques aéreos, que busca conter o aprofundamento da infraestrutura das agremiações mais ligadas ao Irã. Tal realidade fez, inclusive, o Irã e suas milícias aliadas começarem a repensar as suas ações dentro da Síria, principalmente aquelas próximas à fronteira síria-israelense (SABAN, 2020).

4.3.2 – A atuação dos atores não estatais laicos opositores

Segundo Tomás (2014), os grupos opositores sírios podem ser divididos em dois grupos principais: os grupos rebeldes (que incluem aqueles que têm inspiração étnica ou política) e os grupos jihadistas fundamentalistas islâmicos que

se orientam pela chamada “guerra santa” (ou *jihad*). No primeiro grupo destacava-se o Conselho Nacional Sírio (CNS), que era formado por diversos grupos de oposição a Bashar al-Assad, sendo que o mais importante era a Irmandade Muçulmana, perseguida e proibida na Síria durante a ditadura da família Assad. Incluía também um dos partidos curdos, o Partido do Movimento Futuro e membros do Exército Livre da Síria. Organizava-se em uma assembleia geral, uma direção geral e uma direção executiva. Já teve vários líderes (alguns muçulmanos, um curdo, um cristão etc.).

Tendo a simpatia do Ocidente desde o início da guerra civil, e contando inclusive com o reconhecimento por parte da ONU, o CNS, especialmente o Exército Livre da Síria, recebeu apoio não oficial dos EUA na forma de aportes financeiros, e no fornecimento de armas e outros equipamentos para os seus combatentes, via território turco, com a ajuda da OTAN (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Em 2012, no Qatar, o CNS, os Comitês de Coordenação Locais (CCL) e o Exército da Síria Livre (ESL) formaram a Coligação Nacional das Forças da Oposição e Revolucionárias Sírias (CNFORS). Os Comitês de Coordenação Locais (CCL) tiveram a função de organizar as primeiras manifestações e greves gerais contra Bashar al-Assad nas grandes cidades, e, num primeiro momento, opunham-se a qualquer intervenção militar externa. Eles obtiveram significativas vitórias, aproveitando, sobretudo, a relativa demora do regime sírio em dar uma resposta e a deserção de muitos membros do exército oficial e das forças policiais locais (LUCENA, 2017).

Contudo, esses grupos considerados moderados e seculares se enfraqueceram muito a partir de 2013 devido, especialmente, à ascensão de movimentos jihadistas, que se tornaram a maior força dentro da oposição, além dos curdos no nordeste do país. Devido a disputas internas, o ELS se dividiu em múltiplas facções e teria deixado de existir como um grupo coeso de combate, mas que ainda lutavam sob a mesma bandeira. A relutância dos Estados Unidos em fornecer ajuda militar mais efetiva também é apontada como uma das causas do enfraquecimento dos opositoristas, principalmente do ELS. Segundo Legrand (2016, p. 1-2, tradução e acréscimos nossos)

FSA [**ELS, em português**] é uma coleção de brigadas, geralmente organizadas localmente sem uma cadeia de comando centralizada. Essas brigadas às vezes fazem parte de coalizões maiores que compreendem vários milhares de combatentes. Sem unidade e centralização, elas se coordenam em campos de batalha específicos, mas raramente em decisões

políticas e estratégicas. Sua orientação política varia do nacionalismo secular ao islamismo no estilo da Irmandade Muçulmana, com uma clara maioria delas sendo não ideológicas. A maioria são desertores militares e ex-civis motivados a derrubar o regime. As “facções do FSA” podem ser simplesmente definidas como aquelas que afirmam fazer parte do FSA, sem se referir a nenhuma liderança em nível nacional, em oposição às “facções islâmicas” que não afirmam fazer parte do FSA e tendem a ser alinhados com alguma liderança nacional ou internacional. Tomadas como um todo, as brigadas alinhadas ao FSA constituem a maioria das forças rebeldes. No entanto, sua incapacidade de definir uma agenda ou estratégia comum é sua principal fraqueza.

Assim, durante o verão (do hemisfério Norte) de 2016, o regime sírio obteve duas vitórias estratégicas sobre as forças da oposição: assumiu o controle de Daraya, um subúrbio de Damasco, e impôs um cerco a Aleppo. Em ambas as frentes, as principais facções do Exército Sírio Livre (ELS) destacaram-se pela sua ausência e pouca efetividade no campo de batalha, e, por outro lado, alguns grupos jihadistas foram bem mais competentes no enfrentamento das tropas de Assad. Isto tornou-os particularmente expostos à pressão para servir aos interesses dos atores externos em vez dos seus próprios, em particular os da Turquia e dos Estados Unidos, cada um dos quais com suas prioridades específicas (LEGRAND, 2016).

Ainda em 2016, recebendo apoio direto da Turquia, as forças do Exército Livre no norte da Síria se reorganizaram e voltaram a ser uma força de combate razoável dentro do conflito. Estas forças rebeldes aliadas à Turquia passariam a ser chamadas de "Exército Nacional Sírio (Pró-Turquia)" (ver a Figura 10). O principal objetivo desses rebeldes passaria a ser o auxílio à Turquia na criação de uma "zona de segurança" na fronteira, impedindo que as milícias curdas unificassem o seu território e criassem um novo exército que operasse nos territórios conquistados por estes grupos. Tal realidade emergiu de um contexto de mudança na política externa turca em relação ao Oriente Médio e, em particular, à Guerra Civil Síria (YETIM; KAŞIKCI, 2021) (tema que foi abordado mais profundamente no próximo capítulo).

Figura 10 - O "presidente interino" da Síria, Jawad Abu Hatab (C), participa da reunião para a criação de um único "exército nacional" em Aleppo, Síria em dezembro de 2017.



Fonte: Middle East Monitor (2017).

Então, em termos de domínio territorial, podemos afirmar que o Exército Nacional Sírio não chegou a dominar uma região específica da Síria, se tornando um mero braço armado do governo turco dentro do território sírio, sobretudo no norte do país.

Na parte sul e sudeste da Síria se formou um grupo menos expressivo, se comparado ao ELS, denominado Exército Livre Sírio, também conhecido como Novo Exército Sírio (em inglês *New Syrian Army*, NSA), ou Exército de Comando Revolucionário. Treinado pelo exército dos EUA, enfrentou o Estado Islâmico (EI) ao lado dos americanos. Por este fato, conseguiram resistir ao exército oficial sírio, e controlam, juntamente com o exército estadunidense, um território perto da fronteira da Síria com o Iraque e a Jordânia, conhecido como área de desconflito, ao redor da base de Al-Tanf, que era dominada até 2016 pelo EI. Assim como o ESL com a Turquia, o NSA acabou sendo apenas mais um grupo *proxy* dos EUA, lutando contra as milícias do EI e, posteriormente, contra as milícias xiitas apoiadas pelo Irã. No capítulo 6 voltamos a abordar esta agremiação, quando tratamos da atuação dos EUA na Síria, assim como o importante conceito de "zona de desconflito".

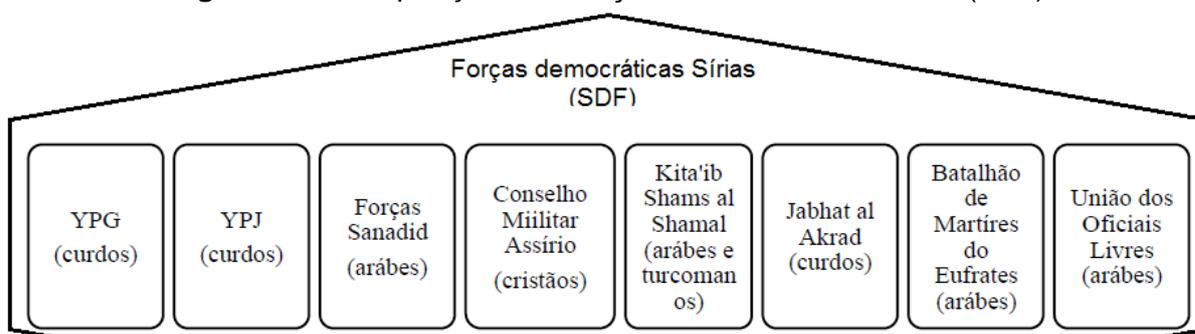
O único grupo opositor não jihadista que obteve sucesso em parte nos seus objetivos foi o Partido da União Democrática (em curdo *Partiya Yekîtiya Demokrat*, PYD). De acordo com Tomás (2014), ele é o partido político que representa a população curda síria desde 2003. É composto por nacionalistas

curdos e são ligados ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) da Turquia, que é considerado um grupo terrorista pelo governo turco. O PYD controla algumas cidades no norte da Síria e sempre foi considerado ilegal pelo governo sírio, pois a constituição síria determina que os partidos políticos não podem ter natureza religiosa, tribal ou étnica. Mas, como salienta Tomás (2024), o PYD defende uma sociedade democrática multicultural e aspira apenas uma autonomia regional e não a independência total do Curdistão sírio.

Segundo Caves (2012) e Cockburn (2015), após uma ofensiva da oposição síria a Damasco, o regime de Assad tomou a decisão operacional de retirar suas tropas da região de maioria curda no norte do país em julho de 2012 (concentrando apenas alguns contingentes nas cidades de Qamishli e Al Hasakah), cedendo o controle dessas áreas ao Partido da União Democrática (PYD). Em novembro do ano seguinte, foi proclamada a autonomia pelos cantões de Afrin, Kobani e Jazira, com o nome de Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (AANES), mais conhecida como Rojava.

No contexto da guerra civil, o YPG, Unidades de Proteção Popular (em curdo: *Yekîneyên Parastîna Gel*), constitui o braço armado do PYD desde o início do conflito. Sob a tutela do governo estadunidense, a facção se converteu na SDF (Forças Democráticas Sírias), que abarcava outras etnias além dos curdos. Apesar de seus membros procederem majoritariamente do YPG, sua composição, conforme ilustrada na Figura 11, incluía também árabes de tribos sunitas (Forças *Sanadid*), turcomanos (*Kita'ib Sams al Shamal*) e cristãos assírios (Conselho Militar Assírio), ao passo que a organização consistia, na verdade, em uma coalizão de milícias (CASAGRANDE, 2016).

Figura 11 – Composição das Forças Democráticas Sírias (SDF)



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Casagrande (2016).

4.3.2.1 - Análise do domínio territorial dos curdos na Síria

Em janeiro de 2014 foi publicada a "Carta de Contrato Social" de Rojava, que defendia, entre outros pontos, os seguintes:

Nós, o povo das Regiões Autônomas Democráticas de Afrin, Jazira e Kobane, uma confederação de curdos, árabes, assírios, caldeus, arameus, turcomanos, armênios e chechenos, livre e solenemente declaramos e estabelecemos este contrato, que foi redigido de acordo com os princípios da Autonomia Democrática.

Nos termos da Carta, nós, os povos das Regiões Autônomas, unimo-nos no espírito de reconciliação, pluralismo e participação democrática para que todos possam expressar-se livremente na vida pública. **Ao construir uma sociedade livre do autoritarismo, do militarismo, do centralismo e da intervenção da autoridade religiosa nos assuntos públicos, a Carta reconhece a integridade territorial da Síria e aspira a manter a paz interna e internacional.**

Ao estabelecer esta Carta, declaramos um sistema político e uma administração civil fundados num contrato social que **reconcilia o rico mosaico da Síria através de uma fase de transição da ditadura, da guerra civil e da destruição, para uma nova sociedade democrática** onde a vida cívica e a justiça social são preservadas.

(...)

Artigo 3.º

a – A Síria é um Estado livre, soberano e democrático, governado por um sistema parlamentar baseado em princípios de descentralização e pluralismo. (THE SOCIAL CONTRACT, 2013, tradução e grifos nossos)

No trecho acima é evidente que os curdos e demais grupos que fazem parte de Rojava não almejam uma independência total de Damasco, mas colocam como objetivo maior que a Síria progreda para uma democracia plural, com ampla autonomia para as unidades da federação. Assim, dentro das unidades territoriais que a compõem, eles tentam implantar um sistema alternativo ao do regime, com mais liberdade em várias áreas da sociedade; por exemplo, realizando eleições para conselhos locais deliberativos.

Na região norte da Síria, os curdos sempre tiveram uma identidade cultural forte e que se traduz em termos territoriais, como também em outros países vizinhos (Iraque, Turquia, Irã etc). Ao longo de mais de uma década de guerra eles puderam consolidar o seu domínio territorial e uma forma de governança própria na região nordeste do país onde são maioria. É notório que os curdos organizam a economia da região, inclusive com a cobrança de impostos próprios, e chegaram a controlar partes da fronteira síria com a Turquia, independentemente do governo central. No entanto, as ofensivas turcas diminuíram o domínio curdo na região. De acordo com Nasser e Roberto (2019, p. 227),

As YPG, representando os interesses do PYD, tomaram os prédios governamentais, bem como as estações de gás e petróleo, de modo a

permitir a manutenção dos serviços públicos (*International Crisis Group*, 2013). Esses grupos também passaram a funcionar como o exército da região curda, controlando as fronteiras das áreas administradas pelo PYD, a fronteira com o Curdistão iraquiano e parte da fronteira com a Turquia. Criaram-se também novas unidades de polícia, responsáveis pelos *checkpoints* urbanos, em estradas e rodovias, e por fornecer segurança aos edifícios públicos.

E esse domínio se mostrou cada vez mais nítido no dia a dia dos habitantes da região:

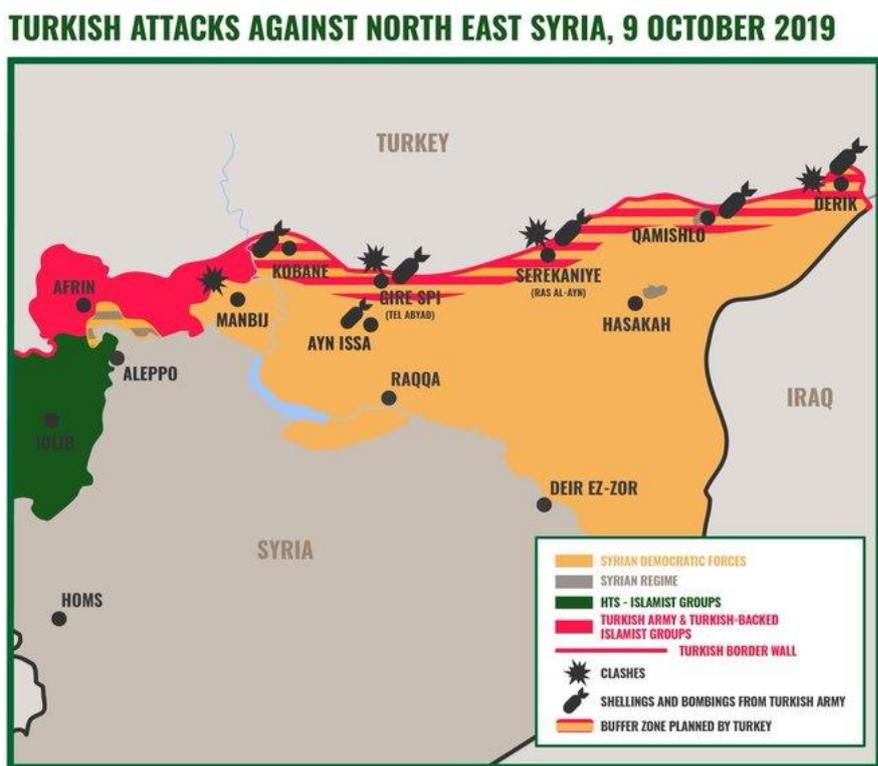
Na parte da Síria controlada pelos curdos, no nordeste, os moradores trocaram o árabe pelo curdo e o dólar é o preferido. Os sírios de fora do enclave em busca de residência precisam de um patrocinador local. As autoridades curdas também não gostam de dissidências. Suas forças caçam críticos e jovens dragões (incluindo árabes) em serviço. A região está sofrendo junto com o resto do país, mas pelo menos tem petróleo – e proteção americana. Vende o material preto e o trigo para o Iraque. Assim, o governo curdo na Síria pode pagar salários muito mais altos do que os do território **[dominado]** de Assad. O material de reconstrução chega do exterior. Uma planta de refino de óleo vegetal foi inaugurada no mês passado, gerando centenas de novos empregos (THE ECONOMIST, 2021, tradução e acréscimo nosso).

Ou seja, nas áreas política e econômica já há uma reterritorialização de matriz étnica curda no nordeste da Síria. Dessa forma, podemos aplicar o nosso método de análise sobre o domínio territorial ao caso curdo na Síria. Nas regiões norte e nordeste do país, a leste do rio Eufrates, é possível afirmar que desde 2012 se consolidou um domínio absoluto da AANES (ou Rojava). O domínio se tornou claro após a retirada das forças do regime e da expulsão do EI da região, com a ajuda do governo norte-americano.

Contudo, a retirada de grande parte das tropas estadunidenses por decisão do então presidente, Donald Trump, em outubro de 2019, comprometeu esse domínio territorial consolidado, pois deixou as forças curdas e aliadas vulneráveis às ações do governo turco que não aceita a existência de um território autônomo curdo junto a sua fronteira com a Síria. Desde então, o principal fator limitante do domínio curdo na referida área são os ataques das forças armadas turcas e de grupos insurgentes internos sírios financiados por Ancara. A Turquia, em acordo com os russos, determinou a implantação de zonas de segurança dentro do território sírio ao longo da fronteira sírio-turca, diminuindo o domínio territorial consolidado da coalizão liderada pelos curdos (Mapa 20). Daí o motivo pelo qual o Gráfico 13 mostra uma tendência de queda de seu domínio a partir do final de 2019. Um segundo fator limitante, também associado à diminuição da presença norte-americana, é a

retomada progressiva das atividades do EI, que, após perder a sua base territorial, age nessa região utilizando as táticas terroristas típicas dos outros grupos jihadistas (ZELIN; WINTER, 2014).

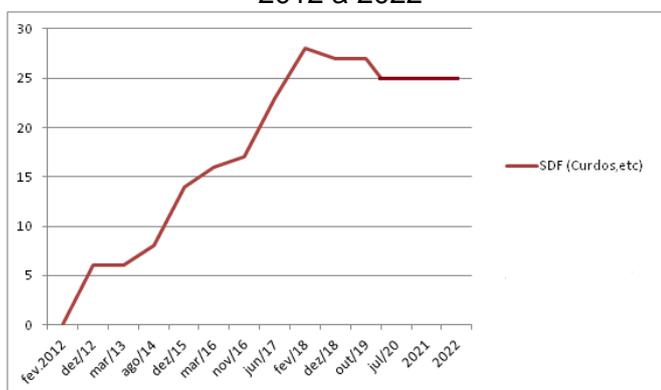
Mapa 20 - Ataques turcos contra o nordeste da Síria (outubro de 2019)



Map produced by Rojava Information Center, October 2019

Fonte: Rojava Information Center (2019, com adaptações).

Gráfico 12 - SDF (curdos e aliados) domínio territorial (%) na Guerra Civil Síria – 2012 a 2022



Fonte: elaborado pelo autor com base nos portais *Political Geography Now* e Nações Unidas.

Na seção seguinte, passamos a analisar a atuação dos grupos opositoristas baseados no fundamentalismo islâmico, com destaque para o Estado Islâmico, que chegou a dominar partes consideráveis dos territórios sírio e iraquiano.

4.3.3 – A atuação dos atores não estatais opositoristas jihadistas

Os grupos fundamentalistas islâmicos sempre estiveram presentes em guerras civis onde há uma considerável população muçumana. Entre as características comuns a estes grupos está a leitura da doutrina do Islã tendo a *jihad* como fator fundamental, conforme abordamos no capítulo anterior. Neste contexto que podemos compreender a atuação de diversos grupos jihadistas na Guerra Civil Síria. Assim como os xiitas, os rebeldes opositoristas sunitas também apelavam para a vinda de combatentes estrangeiros para a Síria, e, segundo Joshua (2024), cerca de 50.000 a 60.000 militantes de outros países sunitas viajaram para a Síria. Destaca-se, inclusive, a participação de voluntários originários da Europa, numa escala nunca vista antes no caso de grupos jihadistas islâmicos. De acordo com Lima (2015, p. 14),

A Guerra Síria é, em apenas dois anos, palco do maior contingente estrangeiro de *jihadistas*. Está para esta década como o Afeganistão esteve para os anos 80, a Bósnia para os anos 90 e o Iraque para o princípio deste século. Estudos recentes dão conta de mais de seis mil estrangeiros a combater Assad, uns juntando-se à Al-Qaeda e seus filiados, outros integrando as operações de resistência sunita. Líbios, tunisianos e sauditas estão no topo deste pelotão, mas há cada vez mais indicadores a alertar para a crescente presença de europeus na Síria. São perto de dez por cento desse contingente estrangeiro e vêm sobretudo do Reino Unido, da Holanda, da Bélgica, da Dinamarca, da França e da Alemanha.

E o referido autor conclui que

(...) os europeus radicalizados e motivados a integrar a *jihad* preferem o Médio Oriente a outras regiões, como o Mali, por exemplo. Proximidade geográfica, contato com as grandes plataformas de terrorismo atuais e, provavelmente, um sentimento de desespero perante a inação ocidental estarão na origem dessa opção (LIMA, 2015, p. 15).

De modo semelhante, Moniz Bandeira (2013) e Napoleoni (2013) ressaltam que na Síria havia militantes oriundos não só de países do Oriente Médio, mas também de outras partes, como Inglaterra, Noruega, Irlanda, Bósnia, Austrália, Tchetchênia, Paquistão, Bangladesh, Afeganistão e, inclusive, de combatentes que lutaram na Líbia e foram enviados para a Síria, após a queda do regime de Muamar Kadafi.

Entre os grupos jihadistas islâmicos sunitas, destacam-se a do *Hay'at Tahrir al-Sham* (HTS ou “Organização para a Libertação Levante”, antiga Frente *Jabhat al-Nusra*) e o Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (EI). Segundo Tomás (2014) e Lucena (2017), a antiga Frente *Jabhat al-Nusra* era considerada uma das filiais da Al-Qaeda na Síria e no Iraque, pois jurou lealdade ao líder da Al-Qaeda, Al-Zawahri, se autoproclamando os “*mujahedin* sírios”. Uma das características da al-Nusra é que ela possuía, ao contrário do EI,

algum grau de interação com os outros grupos opositoristas como o Exército da Síria Livre, e até aceitou realizar um trabalho conjunto por um determinado tempo. Isso se deve, provavelmente, pelo fato dela ser um grupo nascido dentro do território sírio, ou seja, ela tem um caráter mais “nacional”, apesar de estar vinculada a *jihad* internacional contra os “infiéis” (LUCENA, 2017, p. 74).

Porém, em julho de 2016, Abu Mohammad al-Jolani, líder do grupo, anunciou a dissolução da *Jabhat al-Nusra* e o estabelecimento de um novo grupo que não teria mais “laços externos” com a Al-Qaeda. Em janeiro de 2017, a agremiação insurgente mudou de nome quando se fundiu com vários outros grupos – *Harakat Nour al-Din al-Zinki*, *Liwa al-Haq*, *Jaysh al-Sunna* e *Jabhat Ansar al-Din* – para estabelecer a HTS, declarando-se ser “uma entidade independente que não segue nenhuma organização ou partido, a Al-Qaeda ou outros”. A HTS tinha uma força de combate entre 12.000 e 15.000 militantes em outubro de 2018. O grupo está localizado principalmente na província síria de Idlib, embora tenha tido uma presença operacional também nas províncias de Aleppo, Hama, Dera'a e Damasco. Entre os objetivos principais da HTS estão: o estabelecimento do domínio islâmico na Síria por meio da derrubada do atual governo sírio, a expulsão das milícias iranianas do país e a busca da unidade dos grupos jihadistas na Síria, mantendo uma política de não negociar ou se reconciliar com o regime de Assad (CSIS, 2018, p. 2).

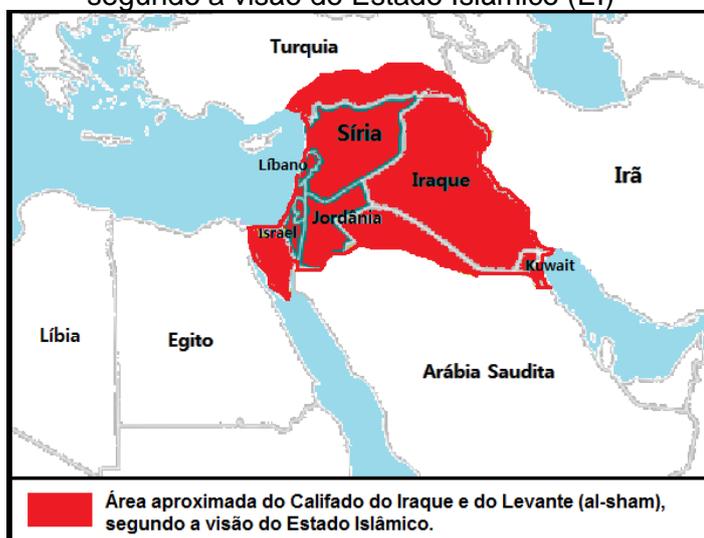
O EI, por sua vez, viria a ter características próprias desde a sua origem no Iraque. Além de combater e expulsar os invasores infiéis – no caso do Iraque, os norte-americanos, e na Síria, as tropas do regime de Assad – a sua grande prioridade sempre foi, sobretudo, a restauração do antigo Califado, como existiu na maior parte da história islâmica (de 632 a 1924), onde poderiam implantar um governo perfeito ao estilo do islamismo sunita “puro”. Por seu caráter extremista, o EI, desde o seu início, ainda dentro do Iraque, objetivava combater também os xiitas

e até outros sunitas mais moderados que não fossem seguidores radicais do salafismo (LUCENA, 2017).

Por esta propaganda da restauração do reinado islâmico dos tempos de Maomé, o EI conseguiu atrair o apoio da minoria sunita ameaçada pelo governo xiita pós-Saddam no Iraque e, posteriormente, com a desestabilização da Síria com o início da guerra civil, expandir o seu domínio para uma parte do território sírio. É importante ressaltar que no território atual da Síria existiu um dos primeiros califados, que tinha a sua capital em Damasco (denominado de Levante ou também de *al-Sham*, em árabe) (LUCENA, 2017).

Percebe-se, então, porque o EI lutou contra praticamente todos os outros atores envolvidos no conflito sírio. Eles não queriam simplesmente derrubar Assad, mas sim implantar um legítimo Estado islâmico na região que fora “defraudada” no passado por franceses e britânicos, e que abrangeria aproximadamente a área dos atuais territórios das seguintes nações: Iraque, Síria, Jordânia e Israel, a região do Sinal egípcio e o sudoeste da Turquia (NAPOLEONI, 2013) (ver o Mapa 21).

Mapa 21 - Área aproximada do Califado do Iraque e do Levante (al-Sham), segundo a visão do Estado Islâmico (EI)¹¹



Fonte: Lucena (2017, p. 75).

A partir das informações supracitadas, foi possível proceder a análise do domínio territorial dos dois principais grupos insurgentes jihadistas na subseção a seguir.

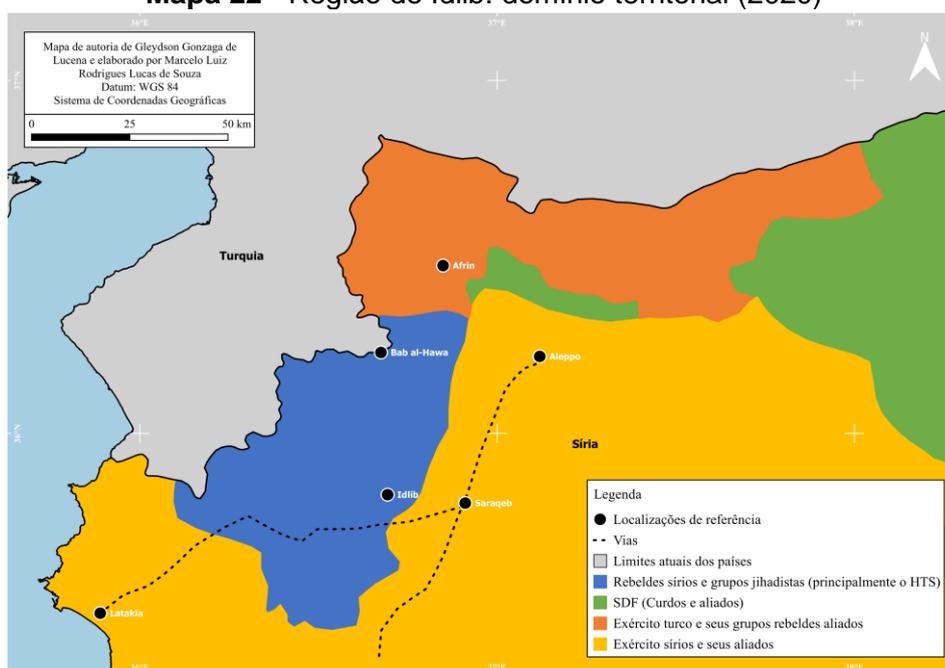
¹¹ Essa área é aproximada, pois as fronteiras dos antigos califados islâmicos não eram exatas como as dos Estados-nações atuais. Além disso, estes limites variam um pouco entre uma fonte e outra. Para Moniz Bandeira (2013), esta área corresponderia também a da chamada “Grande Síria”.

4.3.3.1 - Análise do domínio territorial da Hay'at Tahrir al-Sham (HTS) e do Estado Islâmico

Em 2018, o líder da HTS afirmou em um discurso de encorajamento aos seus combatentes em Idlib que “com este espírito... não só chegaremos a Damasco, mas, se Alá permitir, Jerusalém estará aguardando a nossa chegada” (CSIS, 2018, p. 2). Apesar dessa retórica típica do salafismo, a HTS concentra a suas ações mais a nível local, sendo o seu objetivo principal o estabelecimento do domínio islâmico na Síria, a partir da província de Idlib.

Idlib constitui uma das mais instáveis regiões da Síria. Um dos motivos seria a complexidade do local. É a única província com a existência de grupos rebeldes jihadistas ainda em combate direto com as forças do regime. Ao norte tem o exército turco, que se aliou a alguns grupos insurgentes locais, para combater os curdos junto à fronteira norte de Idlib (Mapa 22). No lado do governo sírio, além do exército oficial, Assad recebe a ajuda do *Hezbollah* na luta contra os rebeldes insurgentes e o apoio aéreo russo. E entre os diversos grupos insurgentes existentes na região não há unidade de comando e nem de ação. Pode-se considerar que quanto ao domínio territorial, a situação é incerta, pois nenhum ator tem o domínio absoluto (consolidado) dela. Embora a HTS constitua a principal milícia na região, ela não domina efetivamente Idlib, por isso consideramos que haja apenas um domínio relativo (não consolidado) dos grupos insurgentes, com a predominância da HTS e com o apoio da Turquia. Como já afirmado anteriormente, após um acordo entre Turquia e Rússia em 2020 a situação se mantém estável em termos de domínio territorial até os dias atuais.

Mapa 22 - Região de Idlib: domínio territorial (2020)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Se compararmos a atuação da HTS com a do *Hezbollah*, podemos deduzir que uma das razões do insucesso da HTS em dominar uma parte considerável do território sírio foi o não envolvimento com as comunidades locais, algo que o grupo xiita libanês fez com sucesso e também o EI durante o seu apogeu.

O EI chegou a dominar um vasto território que cobria grandes áreas contínuas em dois países, Iraque e Síria. Do ponto de vista da legitimidade perante a população muçumana, o EI utilizou o discurso da retomada do Califado – o antigo modelo de Estado islâmico que existiu da época da expansão islâmica, até o fim do Império Otomano –, propondo uma desterritorialização do modelo westfaliano implantado pelos europeus e instituindo uma reterritorialização segundo a territorialidade islâmica sunita (JABAREEN, 2014). Tal lógica fez sentido para a maioria do povo muçumano sunita que não se via representado pelos governos sírio e iraquiano e, principalmente, poderiam vislumbrar uma nova identidade territorial a partir de sua religião.

A Síria, com a guerra civil, foi uma grande oportunidade geopolítica para o EI. Seus líderes perceberam que poderiam explorar um Estado falido, assim como já estavam fazendo com o Iraque, para implantar um domínio territorial que garantisse uma fonte de recursos humanos e materiais para poderem constituir o Califado. Como lembra Anders (2019), assegurar o controle do território é um objetivo

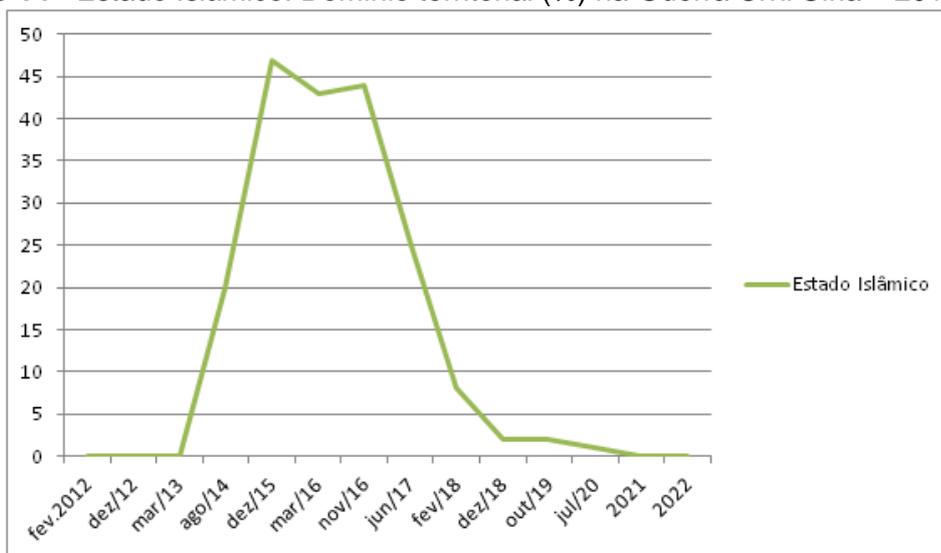
fundamental para os atores em conflitos armados, pois isso vai lhes garantir o acesso a recursos, buscar a colaboração da população e aumentar sua base de mobilização. E o EI conseguiu, por um certo período, alcançar esses objetivos.

Foi nesse cenário que os líderes do Estado Islâmico conseguiram explorar em benefício próprio, de forma quase imperceptível, o conflito na Síria — uma versão contemporânea da guerra por procuração mantida por muitos patrocinadores de conflitos e grupos armados. Desejosos de uma mudança de regime na Síria, kuaitianos, catarianos e sauditas têm se mostrado dispostos a financiar uma série de organizações armadas, das quais o EI é apenas uma. No entanto, em vez de travar a guerra por procuração bancada por seus financiadores, **o Estado Islâmico tem usado o dinheiro fornecido por eles para estabelecer seus próprios bastiões territoriais em regiões financeiramente estratégicas, como nos ricos campos de petróleo do Leste da Síria.** No passado, nenhuma organização armada do Oriente Médio tinha conseguido promover-se como governante da região usando o dinheiro de seus ricos patrocinadores dos países do golfo Pérsico (NAPOLEONI, 2013, p. 15, grifo nosso).

Para consolidar este domínio territorial, o EI tentou, além do discurso religioso, implementar uma forma de administração que pudesse dar alguma estabilidade à vida da população como o oferecimento de serviços básicos (educação, eletricidade, água etc.) nos locais conquistados (CARIS e REYNOLDS, 2014). No Mapa 23 (na página seguinte) é possível visualizar onde houve serviços oferecidos à população em áreas com graus variados de domínio do EI (situação em 2014). Se nos basearmos no conceito de poder de Arendt (1985), o domínio exercido pelo EI só seria substancial se tivesse alguma legitimidade junto à população inserida no respectivo território que pretendia dominar.

Entretanto, com a participação mais direta da Rússia e das potências ocidentais nos combates na Síria e no Iraque, em especial por meio dos intensos bombardeios aéreos, o EI experimentou uma progressiva redução do seu domínio territorial conforme mostra o Mapa 24 e o Gráfico 14. No mapa, observamos as áreas com domínio absoluto (em laranja) e domínio relativo (não consolidado) em 2014; e a diminuição gradativa desse domínio entre 2017 e 2019.

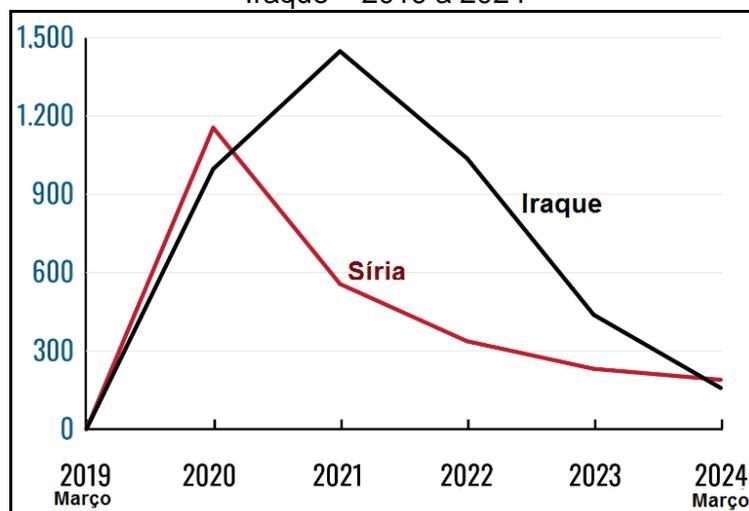
Gráfico 14 - Estado Islâmico: Domínio territorial (%) na Guerra Civil Síria – 2012 a 2022



Fonte: elaborado pelo autor com base nos portais *Political Geography Now* e Nações Unidas.

A estratégia de constituir um Estado teocrático islâmico sunita fracassou, pois o EI perdeu a sua base territorial, reduzindo as suas atividades de financiamento, e, conseqüentemente, a sua capacidade de atuar como um ator relevante. Assim, o referido grupo terrorista voltou a ser apenas mais uma entre as muitas agremiações jihadistas atuantes no Oriente Médio e fora dele. A observação do Gráfico 15 a seguir demonstra que a partir de 2019, quando o EI perdeu o último território que ainda dominava na Síria, os seus ataques diminuíram consideravelmente. Isso mostra o quão importante é a conquista e a manutenção do território como instrumento imprescindível para o sucesso no conflito armado.

Gráfico 15 - Estado Islâmico: Número de ataques reivindicados pelo grupo na Síria e no Iraque – 2019 a 2024



Fonte: Zelin; Winter (2024, p. 3, com adaptações).

4.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO

O exemplo do EI e dos demais atores não estatais estudados neste capítulo mostra o quão importante é a conquista e a manutenção do território como instrumento imprescindível para o sucesso no conflito armado, como já ressaltado por vários autores. O EI, na medida em que ia conquistando mais áreas no Iraque e na Síria, pôde ter acesso a recursos econômicos, como o petróleo, e a posições estratégicas que lhes dava vantagem em relação a outros atores no conflito.

Também podemos concluir neste capítulo que a guerra civil, no contexto da Primavera Árabe, serviu de pretexto para que diversos setores sociais – numa sociedade extremamente heterogênea – aproveitassem a conjuntura para tentar a mudança de regime e alcançar objetivos específicos. No entanto, a oposição nunca teve uma real unidade de comando, de objetivos e de ação, o que facilitou a manutenção do regime de Assad no poder.

Por outro lado, a evolução do conflito mostrou a fraqueza do regime, se refletindo na exposição da Síria a infiltrações de poderes de fora, de diferentes ordens e intensidades (Estado Islâmico, outros grupos jihadistas), o que resultou na desestabilização do país em várias áreas (econômica, política, cultural, urbana) e na ascensão de domínios territoriais diversos dentro da Síria. No caso dos curdos, aproveitando a impotência do governo em atuar em todas as frentes da guerra civil, eles puderam implantar um projeto autônomo, o que seria impensável no cenário pré-guerra civil.

Por fim, vale comentar aqui o trabalho intitulado *How civil wars end*, de Cunningham (2014), em que o autor expõe a ideia de que, ao contrário do que muitos analistas pensam, as guerras civis não têm apenas dois lados (governo e rebeldes). Muitas delas são multipartidárias ou possuem vários atores, o que dificulta a sua resolução e tende a prolongar o conflito e, conseqüentemente, os danos socioeconômicos e humanitários. Assim explica o referido autor:

Guerras multipartidárias se arrastam porque é muito mais desafiador chegar a acordos abrangentes. Guerras com mais atores envolvidos apresentam várias barreiras para chegar a acordos nos quais todos os combatentes obtêm parte, mas não tudo, do que querem. Quando há mais atores, o “conjunto de vitórias” ou conjunto de acordos que todos prefeririam a continuar o conflito é menor ou pode nem existir. Também é mais difícil avaliar o equilíbrio relativo de poder entre todos os atores, e cada grupo individual tem incentivos para negociar mais arduamente para tentar obter o melhor acordo como o último signatário (CUNNINGHAM, 2014).

A guerra civil na Síria revela essa dinâmica. Apesar dos esforços internacionais significativos para forjar um acordo entre o governo sírio e a oposição moderada, é extremamente difícil imaginar qualquer acordo político com o qual os vários grupos internos concordariam. A proliferação de grupos armados significa que muitas vezes é impossível, em qualquer ponto, dizer quem está "ganhando" ou qual provavelmente será o curso futuro da guerra.

Podemos afirmar, portanto, que a fragmentação dos poderes insurgentes internos complicou o desdobramento da guerra pela dificuldade de se ter convergências reivindicatórias entre os grupos e territorialmente dispersou o foco dos confrontos com o regime Assad ao longo dos anos.

No próximo capítulo, nos debruçamos na análise da Guerra Civil Síria à luz dos atores regionais, as suas conexões com os atores internos, as questões geopolíticas regionais relacionadas ao caso sírio e seus reflexos no domínio territorial.

CAPÍTULO 5 – A INFLUÊNCIA DAS DINÂMICAS REGIONAIS NO TABULEIRO DO DOMÍNIO TERRITORIAL E NO DESENVOLVIMENTO DA GUERRA CIVIL

Para analisar a Guerra Civil Síria à luz dos atores regionais é mister traçar um quadro das relações internacionais dos anos anteriores ao conflito para podermos situar de maneira lógica a posição de cada ator no referido conflito. A geopolítica do Oriente Médio, assim como de outras regiões do globo, foi marcada no período da Guerra Fria pelo conflito Leste-Oeste. Segundo o Centro Sírio para Pesquisa Política (SCPR), nos últimos vinte anos antes do conflito sírio, particularmente após o fim da União Soviética, a paisagem regional foi-se deteriorando, pois foi "marcada por guerras, intervenções militares externas, sanções devastadoras e ocupação militar. **Isso coincidiu com o aumento da assertividade e da rivalidade entre as potências regionais**" (SYRIAN CENTER, 2020, p. 7, grifo e tradução nossa).

A ordem pós-guerra Fria ainda se encontra em formação, mas é possível perceber que os conflitos, que antes eram entendidos no contexto do confronto Leste-Oeste, passaram a ter um caráter cada vez mais complexo no seu desdobramento e na sua resolução, principalmente aqueles existentes em regiões da chamada periferia do mundo, que inclui o Médio Oriente (Viola e Leis, 2002).

O historiador britânico Hobsbawm (2007) ressalta a característica de indefinição do ponto de vista territorial desses conflitos do final do século XX para o início do século XXI. O autor lembra que durante a maior parte do século passado as guerras eram facilmente compreendidas como conflitos entre países ou por conflitos internos em determinada nação. Já nesse período pós-guerra fria, "a linha que separa os conflitos entre países e os conflitos no interior dos países – ou seja, entre as guerras internacionais e guerras civis – tornou-se difusa" (HOBSBAWM, 2007, p. 26).

Nesse quadro, a Guerra Civil Síria exige o entendimento do contexto geopolítico regional do Oriente Médio. Junto à análise geopolítica, também abordamos as implicações em termos de domínio territorial inerente à atuação desses atores no jogo geopolítico.

Segundo Lucena (2017), a guerra civil da Síria envolveu praticamente todos os seus vizinhos do Oriente Médio e refletiu o confronto entre os tradicionais

inimigos dentro do mundo árabe: os países de governos sunitas de um lado, e aqueles sob o domínio do segmento xiita, do outro. Dessa forma, entender a questão religiosa, em especial a oposição xiismo-sunismo dentro do islamismo, é necessário para a compreensão do conflito geopolítico no Oriente Médio e, em particular, na Síria.

Como já abordado no capítulo 2, pelas características do islamismo e de sua propagação entre os povos árabes, historicamente a religião no Oriente Médio esteve ligada à questão política e, em consequência, à disputa de poder. Como lembra o historiador Paul Kennedy (1989), na época do Império Otomano, o sultão turco já combatia os xiitas no atual Iraque e tentou repetidas vezes conquistar os domínios mais a leste do Oriente Médio, onde se localizava o forte reino xiita da Pérsia (atual Irã).

Neste contexto se inserem as questões geopolíticas contemporâneas do Oriente Médio e, por consequência, do conflito sírio. Cabe, portanto, analisar os interesses e a atuação dos principais aliados do atual governo sírio (Irã e Iraque) e dos principais antagonistas do regime de Assad (Arábia Saudita, Turquia, Israel) na referida região, bem como os possíveis desdobramentos em termos de domínio territorial subjacentes a esta dinâmica geopolítica.

5.1 – A ATUAÇÃO DOS PRINCIPAIS ALIADOS ESTATAIS REGIONAIS DO REGIME DE ASSAD (IRAQUE E IRÃ)

No plano regional, a Síria foi governada por uma minoria xiita que era apoiada sobretudo pelo Irã, principal potência regional xiita, além do suporte de grupos islâmicos xiitas como o *Hezbollah* do Líbano e a Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (NAPOLEONI, 2015). O Irã sempre visou influenciar os diversos grupos xiitas em outros países, como o Iraque e o Líbano, e tem no regime de Assad um fiel aliado, mesmo que a maioria da população síria seja composta de mulçumanos sunitas (LUCENA, 2017).

Mas no Oriente Médio, a Síria também recebeu o apoio, embora mais discreto e menos declarado, do governo iraquiano. O Iraque tem uma população majoritariamente mulçumana xiita e é governado por um governo composto por

xiitas. Assim, naturalmente possui ligações com o Irã e o governo de Assad. Primeiramente, analisamos a questão do Iraque ante a guerra na Síria.

5.1.1 - Iraque

O Iraque não é um aliado declarado da Síria na guerra civil e na geopolítica regional, como os iranianos. No entanto, constitui um consenso entre os analistas que a intervenção militar norte-americana no Iraque em 2003 favoreceu os dois grandes aliados Síria e Irã, pois se eliminou um grande concorrente geopolítico no Oriente Médio, o regime do ditador Saddam Hussein. Além disso, os xiitas iraquianos, que sempre foram o grupo étnico majoritário e eram reprimidos pelo governo de Saddam, puderam se organizar e assumir o governo do país, passando a manter uma relação mais próxima com Damasco e Teerã, ao mesmo tempo em que manteve a colaboração com os Estados Unidos.

A partir da formação de um governo de maioria xiita no Iraque teve-se uma natural reaproximação com o vizinho Irã e também com a Síria, o que poderia formar um eixo territorial contínuo com os três citados, tendo o Irã como principal líder. O governo do primeiro governante eleito na era pós-Saddam No uri al-Maliki, que durou de 2006 a 2014, se aproximou discreta e gradativamente do regime de Assad, pois temia que a ascensão de um governo dominado pelos sunitas em Damasco fortalecesse os sunitas nas províncias ocidentais do Iraque, o que poderia levar a uma nova luta pelo controle de Bagdá (SALEM, 2012).

Assim, o Iraque reestabeleceu as relações diplomáticas com a Síria após 24 anos, se absteve da decisão da Liga Árabe de 2011, que suspendeu a Síria como membro ativo da organização e se opôs à deposição do regime sírio pela via armada. As autoridades iraquianas também abriram o espaço aéreo do país para aviões iranianos poderem voar livremente até a Síria carregando equipamentos e suprimentos para o exército sírio e permitiram que caminhões com provisões da Guarda Revolucionária Iraniana cruzasse a fronteira síria. Além disso, o governo iraquiano assinou um acordo para fornecer à Síria o combustível diesel que fosse necessário (SALEM, 2012).

Mas, se por um lado, a era pós-Saddam no Iraque foi benéfica para a Síria em termos de apoio governamental, por outro lado, houve o crescimento no território iraquiano de grupos armados que desestabilizaram não só o próprio país, como

também influíram profundamente na Guerra Civil Síria. De acordo com Salem (2012, tradução nossa), ainda em 2012,

A opinião pública nas províncias ocidentais de maioria sunita do Iraque tem dado grande apoio à revolta síria contra o regime de Assad. Combatentes e suprimentos estão cruzando da província de Anbar para a Síria, e grupos armados dentro do Iraque declararam o estabelecimento de um Exército Livre do Iraque em emulação do Exército Livre da Síria. Muitos árabes sunitas se sentem marginalizados pelo governo de Maliki e se ressentem do que veem como uma monopolização xiita do poder em Bagdá. Eles apostam que a queda do regime de Assad e o empoderamento de um novo governo liderado por sunitas na Síria fortalecerão muito sua mão no Iraque e permitirão que eles façam uma oferta renovada por uma parcela muito maior de poder nos próximos anos.

Entre estes grupos insurgentes destacou-se o EI, que chegou a dominar partes do oeste do Iraque e leste da Síria, implantando um governo autointitulado de Califado islâmico. Tal desafio forçou o Iraque a trabalhar não só com os EUA, que já vinha auxiliando desde a queda de Saddam, mas também com a Síria, Irã e Rússia. Segundo a *Al-Jazeera* (2015), em setembro de 2015 o governo iraquiano anunciou oficialmente que começaria a compartilhar informações de “segurança e inteligência” com Rússia, Síria e Irã para ajudar a combater os avanços do grupo EI. Contudo, tal parceria já era conhecida pelos principais atores envolvidos no conflito, e incluía também o treinamento e a coordenação de ações de milícias xiitas iraquianas juntamente com as milícias xiitas iranianas, como as Forças *Quds*, para o combate ao EI (Figura 12).

Figura 12 - Membros do esquadrão de combate *Abbas*, uma milícia xiita, treinam com soldados iraquianos em Basra (Iraque), setembro de 2015.



Fonte: *Al-Jazeera* (2015).

Após uma década de confrontos, e mesmo após a destituição do controle territorial do Estado Islâmico, a fronteira sírio-iraquiana ainda não tinha voltado ao normal em 2020. As marcas das ações dos sucessivos grupos armados na região deixaram um quadro de insegurança.

A fronteira sírio-iraquiana não é mais verdadeiramente síria ou iraquiana em qualquer sentido significativo do termo. Pelo contrário, tornou-se uma área estratégica onde vários atores marginalizaram os moradores locais. Nenhum desses atores tem um forte interesse em facilitar o retorno dos refugiados ou a reconstrução. Assim, o conflito reformulou a região fronteiriça segundo a lógica do controle militar e de segurança, independentemente das necessidades ou desejos daqueles que ali vivem (KHADDOUR; HASAN, 2020, p. 14, tradução nossa).

Por exemplo, na área de Masharii, localizada no lado sul de Qa'im, o setor industrial da área sofreu grandes danos por décadas de guerra e sanções internacionais. A empresa de processamento de fosfato em Qa'im, que no passado até exportava seus produtos para o exterior, deixou de funcionar depois que foi tomada pelo EI. A maior parte de seu maquinário foi destruída ou desmontada para criar chapas blindadas para os veículos do grupo ou para serem utilizadas em outras atividades lucrativas (KHADDOUR; HASAN, 2020). Configura-se uma reterritorialização sob a inspiração do radicalismo sunita do EI, na qual as atividades, inclusive as econômicas, são voltadas para a manutenção do regime do Califado.

Nos últimos anos o governo iraquiano começou um movimento para ampliar os seus contatos no Oriente Médio e no mundo em geral. Expressão emblemática disso foi a realização da Conferência de Bagdá para Cooperação e Parceria em agosto de 2021, em que participaram representantes da França, de países sunitas, como Arábia Saudita, Qatar, Jordânia e Kuwait, ao lado do Irã e da Turquia; além de representantes de organizações árabes, como a Liga Árabe, a Organização da Cooperação Islâmica e o Conselho de Cooperação do Golfo. Percebe-se, então, que a atual administração iraquiana demonstra o desejo de resolver os seus problemas nacionais e regionais sem excluir os grandes atores regionais, independente dos antagonismos geopolíticos existentes entre as principais potências regionais. O rei Abdullah II da Jordânia reconheceu que a iniciativa de Bagdá na realização da conferência seria "uma prova do papel central do Iraque na construção de pontes e no fortalecimento do diálogo regional e internacional, adotando uma política de equilíbrio e abertura baseada em interesses mútuos" (JORDÂNIA, 2021).

Tal postura pode não ser interessante aos regimes sírio e iraniano, embora o Iraque nunca tenha rompido com eles. O combate ao terrorismo ainda é uma prioridade para o Iraque, já que muitas células do EI ainda estão ativas no centro e no norte do país. Dessa forma, Bagdá reconhece que precisa de apoio em termos de treinamento, logística e cooperação em segurança; contudo, não quer aderir diretamente a um campo específico do xadrez geopolítico da região. Assim, ao mesmo tempo que defende o retorno da Síria ao concerto das nações árabes, Bagdá não recusa a ajuda dos EUA e de outros países no combate às forças extremistas e em iniciativas de desenvolvimento econômico após anos de instabilidade.

5.1.2 - Irã: principal aliado regional do regime de Assad

O eixo Síria-Irã resultou de uma sólida aproximação que remonta à Revolução Islâmica Iraniana em 1979. Desde então, esta aliança teve um impacto significativo tanto na formulação da geopolítica do Oriente Médio quanto na frustração, ao menos em parte, dos objetivos regionais de EUA, Israel e Iraque. A Síria e o Irã, para promover seus próprios interesses, são as duas partes mais responsáveis por prejudicar os esforços de aproximação entre os árabes e Israel, apoiados pelos EUA. Para os EUA, eles também foram os países mais problemáticos durante a intervenção norte-americana no Iraque porque ajudaram, incitaram ou armaram insurgentes iraquianos (GOODARZI, 2006).

Nessa parceria é interessante notar que as nações citadas possuíam algumas semelhanças, mas partilham grandes diferenças. Ambos são regimes autoritários e desafiadoramente independentes, mesmo a um custo político ou econômico. O Irã é de maioria xiita e a Síria, embora seja predominantemente muçulmana sunita, a família governante é alauíta, uma seita xiita. No campo político, a ideologia baa'thista da Síria é estritamente secular e socialista. Já a orientação ideológica do Irã é rigidamente religiosa e, em princípio, oposta ao comunismo ateu e suas ramificações.

No entanto, seus objetivos estratégicos comuns mantiveram a aliança unida por três décadas, apesar das repetidas tentativas de separá-las. Para Goodarzi (2006, tradução nossa),

A aliança Irã-Síria surgiu de uma causa comum – e de inimigos comuns. Desde a revolução iraniana de 1979, as duas potências regionais reuniram influência política e recursos militares para melhorar sua posição, construir uma rede de milícias substitutas e frustrar os planos dos oponentes. Juntos, eles garantiram que o Iraque de Saddam Hussein, que fazia fronteira com os dois países, não se tornasse a potência regional predominante. Eles forçaram as forças de paz dos EUA a sair do Líbano em 1984 e frustraram o esforço de Israel de trazer o Líbano para sua órbita durante uma ocupação de 18 anos que finalmente terminou com a retirada unilateral de Israel em 2000. Os estranhos companheiros juntos geraram ou apoiaram o Hezbollah, o Hamas, a Jihad Islâmica Palestina e uma série de grupos palestinos radicais. Todos rejeitam a paz. E juntos eles infligiram repetidos reveses a seis presidentes americanos.

A aliança também reflete as necessidades comuns a ambos. Juntos, os dois regimes têm condições melhores de sobrevivência do que teriam um sem o outro e também têm mais chances de alcançar seus objetivos de longo prazo. A Síria quer recuperar as estratégicas Colinas de Golã, perdidas para Israel na Guerra de 1967 (ver o capítulo 2), manter seu poder e influência sobre a política libanesa e preservar a sua integridade territorial após mais de 13 anos de guerra civil. O Irã almeja ser o ator regional proeminente no Golfo Pérsico e garantir que seus aliados governem, além da Síria, o Iraque e o Iêmen. Ambos também querem proteger os interesses árabes (no caso de Damasco) e os interesses islâmicos (no caso do Irã) em toda a região contra as influências externas.

Neste contexto, insere-se a crise síria. Após o início da guerra civil em 2011,

o país tornou-se uma área de guerra por procuração entre grandes potências e poderes regionais. Nesse sentido, o equilíbrio de poder no Oriente Médio mudou profundamente. Após um aumento de influência no Iraque, **o Irã alcançou a posição de potência regional e líder regional na geopolítica do Oriente Médio**. Isso naturalmente se tornou um fator que afetou profundamente o equilíbrio de poder no Médio Oriente. A crescente influência do Irã na região, especialmente entre os xiitas, tornou-se uma fonte de ameaça para os países do Golfo, especialmente para Arábia Saudita [e também para Israel] (EKŞİ, 2017, p. 140, tradução e acréscimos nossos).

Dessa forma, podemos entender o amplo apoio que o Irã tem dado a Assad desde o início do conflito na Síria. Esse apoio se faz em vários níveis: fornecimento de armamentos, combustível e, principalmente, tropas terrestres não só do exército regular do Irã, mas também das milícias iranianas que auxiliam os enfrentamentos no campo de batalha. Em síntese, os objetivos iranianos na guerra da Síria, além

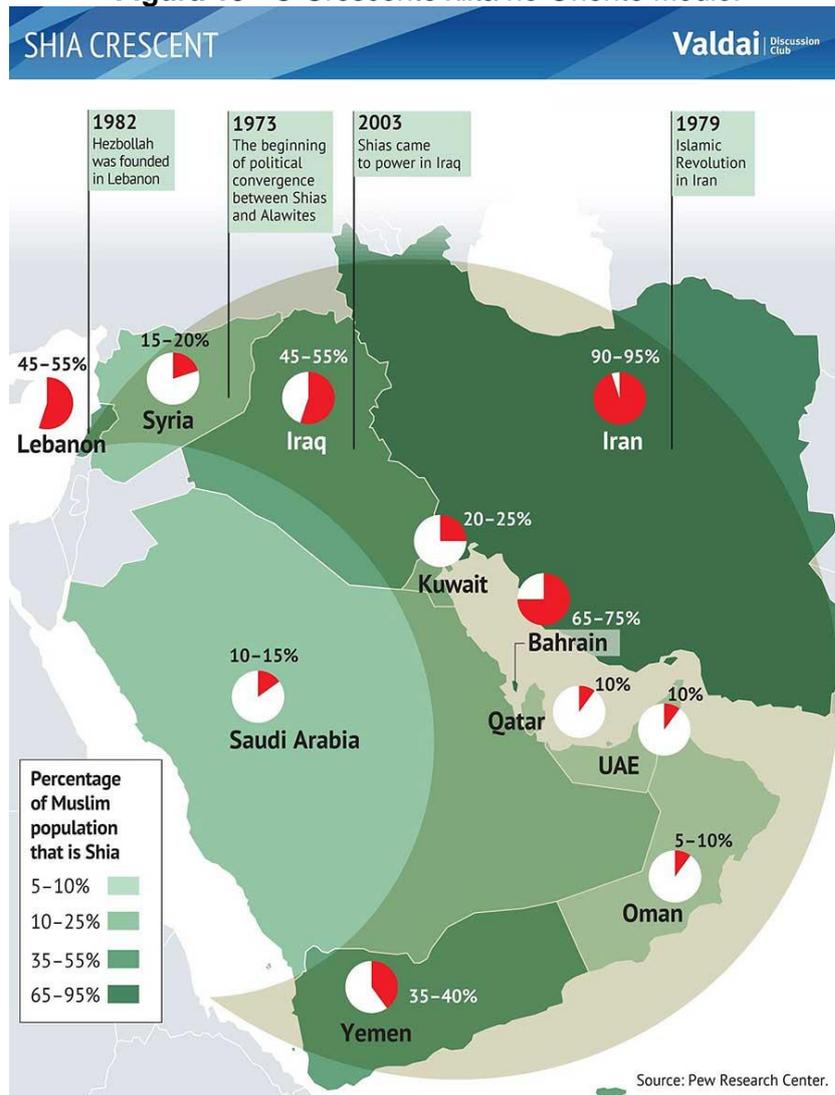
dos já ressaltados anteriormente, seriam: manter o aliado Assad no poder, utilizar o território sírio como base para as suas operações contra Israel e outros inimigos da região e para melhor assessorar os grupos paramilitares xiitas, especialmente o *Hezbollah*. É o que explica Fujii (2015, p. 10):

Na Síria, o Irã [...] colabora com Damasco no conflito contra as forças rebeldes. Na perspectiva de Teerã, a manutenção de Assad no poder é essencial para sua estratégia no Oriente Médio, que consiste prioritariamente na contenção dos Estados Unidos e na disputa com a Arábia Saudita, além do confronto com Israel, não necessariamente direto, mas por meio de apoio a grupos como Hamas e Hezbollah. Nessa óptica, a Síria de Assad aparece como uma peça-chave para os iranianos, pois o presidente sírio representa um bastião contra o fundamentalismo sunita no país, além de contribuir para evitar o isolamento do Irã no mundo árabe.

Essa doutrina de projeção de poder do Irã foi chamada de "Crescente xiita", nas palavras do rei Abdullah II da Jordânia, aliado dos sauditas e do Ocidente na região. Segundo ele, haveria um cerco em torno dos reinos sunitas, este cerco tem antagonizado com os interesses políticos, ideológicos e de caráter religioso dos sauditas no Oriente Médio. Em entrevista ao *Washington Post*, em 2004, o referido monarca tratou sobre o avanço da influência iraniana sobre as populações xiitas em países da região como Iraque, Síria e Líbano, o que já naquele período vinha alterando o equilíbrio geopolítico regional entre sunitas e xiitas, e nem mesmo a Arábia Saudita estaria imune ao "Crescente xiita" (PAUNIC, 2016; NUNES, 2020).

No caso de uma derrota do regime de Assad, o Crescente xiita ficaria seriamente rompido. Ele seria dividido ao meio, o que equivale à sua destruição, pois se observarmos atentamente o mapa da região, podemos ver que a Síria está localizada bem no meio da curva. Como tal, constitui o ponto mais estratégico do crescente (ver a Figura 13). Ou seja, o Irã ficaria bastante fragilizado geopoliticamente em relação aos seus dois principais inimigos regionais: Arábia Saudita e Israel, pois perderia seu principal aliado, que lhe fornece acesso ao mar Mediterrâneo. E o grupo *Hezbollah*, que é financiado conjuntamente por Síria e Irã, ficaria mais isolado no interior do território libanês (TOMÁS, 2014). Além disso, outros grupos insurgentes xiitas que são potenciais núcleos de resistência às monarquias sunitas também dependem do apoio iraniano, no Bahrein, no Iêmen e na Arábia Saudita. Acrescenta-se também o fator econômico: o Irã tem projetos de desenvolvimento em várias áreas, como o de construção de gasodutos e oleodutos que podem passar pelo território sírio (LUCENA, 2017).

Figura 13 - O Crescente xiita no Oriente Médio.



Fonte: Watkins (2013).

Importante também lembrar, ampliando a análise para o contexto regional eurasiático, que o Irã estrategicamente procura se aproximar da Ásia, especialmente da Rússia e da China, como forma de dissuadir militarmente os Estados Unidos e Israel (MENDES e FREIRE, 2008). O país persa era membro observador da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês) desde 2005 e após longos anos de negociações, a referida organização aceitou-o como membro efetivo em junho de 2023, o que lhe garante maiores possibilidades no campo econômico e no militar. Para Aamna Khan, analista chinês, do ponto de vista geopolítico,

A aceitação do Irã como membro pleno da SCO (...) **isso indica a disposição do Irã de buscar relações mais fortes com a China e a Rússia, os dois membros mais poderosos da organização.** A notícia da

adesão do Irã à SCO foi destacada pela mídia iraniana como prova de que o Irã e a China “estão cada vez mais próximos”, com a afirmação de que **uma possível pressão da China e da Rússia foi um fator na admissão do Irã à organização**. A China e o Irã estabeleceram um relacionamento amplo e próximo nas últimas décadas, com foco nas necessidades energéticas da China e nos recursos do Irã, além de consideráveis ligações econômicas não energéticas, vendas de armas, cooperação em defesa e equilíbrio geoestratégico com os Estados Unidos. Além disso, lutando contra seu isolamento econômico do Ocidente, **[o presidente Ebrahim]**¹³ Raisi e o líder supremo do Irã, Ali Khamenei, enfatizaram repetidamente que **a nação deve “olhar para o leste” para encontrar aliados estratégicos** que possam ajudá-la a alcançar um novo acordo nuclear, resolvendo os problemas bancários e comerciais, questões trazidas pelas sanções dos EUA contra o Irã e **reforçando sua posição no Oriente Médio e na Ásia** (KHAN, 2022, tradução e grifos nossos).

E no campo econômico, a virada iraniana para o leste eurasiático já é uma realidade, não apenas com a China, mas também com a Rússia (Figura 14).

Este novo passo em direção à sua adesão plena aproximará Teerã de Moscou. **Irã e Rússia já aprofundaram sua cooperação em vários campos**, principalmente após os acontecimentos na Ucrânia e as sanções impostas à Rússia. De acordo com o ministro do Petróleo iraniano e copresidente da Comissão Econômica Conjunta Irã-Rússia, Javad Ovji, o volume de comércio entre os dois países aumentou significativamente em 2022. A meta é chegar a US\$ 40 bilhões, enquanto os números de 2021 foram de US\$ 4 bilhões. Antes da visita do presidente russo Vladimir Putin a Teerã em 19 de julho de 2022, a National Iranian Oil Company e a produtora russa de gás Gazprom assinaram um memorando de entendimento no valor de cerca de US\$ 40 bilhões. As autoridades iranianas dizem que a Gazprom apoiará o Irã no desenvolvimento dos campos de gás Kish e North Pars. **Os dois países aumentaram a cooperação também no campo militar**. Enquanto especialistas ocidentais acreditam que o formato da OCX é fraco, **o processo de adesão já fortaleceu a situação econômica do Irã**. Teerã sediou vários eventos dedicados aos benefícios comerciais da associação à OCX. Em julho, o porta-voz da Administração Aduaneira da República Islâmica do Irã (IRICA), Ruhollah Latifi, afirmou que as exportações não petrolíferas do Irã para os países da OCX aumentaram 20% no segundo trimestre de 2022, totalizando US\$ 5,5 bilhões (BOLTUC, 2022, tradução e grifos nossos).

¹³ *Ebrahim Raisi* foi presidente do Irã de 2021 a 2024. Em 19 de maio de 2024, ele faleceu em um acidente de helicóptero que o transportava na região de Azerbaijão Oriental, no noroeste do Irã (GAMBRELL, 2024).

Figura 14 - Encontro oficial entre o presidente russo Vladimir Putin com o presidente iraniano Hassan Rouhani em Moscou, em março de 2017.



Fonte: CHOKSY, 2020.

Portanto, as ações do Irã na Guerra Civil Síria devem ser analisadas no panorama geral do Oriente Médio e da Ásia como um todo. Na próxima seção, analisamos a atuação do Irã no tabuleiro territorial, a princípio, no Oriente Médio e depois na Síria.

5.1.3 - O Irã no tabuleiro do domínio territorial no Oriente Médio e na Síria

Forçoso salientar sempre a importância de tratar o território como algo dinâmico que está sujeito a influências múltiplas (cultural, geopolítica etc.). Como já ressaltado nos capítulos anteriores, de um lado, temos a construção da territorialidade que está ligada à ideia de identidade e de pertencimento (MESQUITA, 1995); por outro lado, como apontam Saquet (2013) e Sack (1986), a territorialidade compreende ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, ocorrendo em níveis gradativos. Em outras palavras, a territorialidade e seus fenômenos interligados constituem uma estratégia para influenciar ou controlar recursos e pessoas.

Dentro deste contexto, podemos analisar as questões territoriais inerentes no plano regional iraniano no Oriente Médio e na Guerra Civil Síria. Neste caso específico, a identidade islâmica xiita é fundamental para entendermos a territorialidade aqui em questão, associada ao projeto de poder do Estado iraniano.

5.1.3.1 - O Irã no tabuleiro do Oriente Médio

Há uma evidente tentativa, por parte do Irã, de exportar o modelo de territorialidade islâmica de vertente xiita¹⁴ para o restante do Oriente Médio, principalmente para as áreas onde há uma significativa população muçumana xiita. Esse processo de territorialização originou-se com a Revolução Islâmica no país persa, vitoriosa a partir de 1979 com a deposição do governo pró-Occidente do Xá Reza Pahlevi¹⁵. Naquele momento a proposta era eliminar os vestígios de um Estado que procurava forçar uma organização política, econômica e cultural no modelo ocidental. Temos desde então a implantação de um Estado-nação teocrático, que prega uma reterritorialização baseada nos princípios islâmicos xiitas. Na prática, houve medidas como a reforma agrária, que confiscou terras dos antigos aliados do regime de Pahlevi, devolução da posse de terra para os clérigos xiitas leais ao regime teocrático e a revogação da lei de "concessões extraterritoriais", que permitia a posse de terra por parte de estrangeiros que, na prática, beneficiava empresas ocidentais (COGGIOLA, 2008).

Entre as diretrizes principais do governo xiita, estariam: a implantação de um governo teocrático, a rejeição aos valores ocidentais e a contraposição às monarquias sunitas, vistas como colaboradoras das potências ocidentais (incluindo Israel). Tal proposta assemelha-se à territorialidade islâmica descrita por Pinchemel (1988) no capítulo 2 e que está contida no projeto do EI, em parte implantado entre o Iraque e a Síria, mas de cunho radical sunita e com caráter assaz anti-xiita.

Esse modelo, segundo Paunic (2016), passou a ser exportado para outras partes do mundo muçumano como uma alternativa aos paradigmas sunita, predominante dentro do islamismo, e ocidental, imposto desde os tempos coloniais, por meio do apoio do governo iraniano (oficial ou não) a grupos paramilitares (como o *Hezbollah* libanês e os houthis iemeneses) e a países que têm ascendência xiita como a Síria, com um regime xiita dominante (ver o Mapa 24). Nesse sentido, como defende Luomi (2008), a queda do regime de Saddam Hussein no Iraque foi fundamental para o projeto de Teerã, pois permitiu a ascensão de um governo xiita,

¹⁴ Quando nos referimos a um processo de territorialização por parte do Irã, não estamos afirmando que há uma política explícita de territorialização do governo persa. Mas sim que há uma evidência clara, implícita, dessa estratégia em suas diretrizes oficiais e na análise dos autores pesquisados.

¹⁵ Sobre a história contemporânea do Irã, especialmente a revolução islâmica e suas consequências, utilizou-se como principal fonte de pesquisa a obra *A revolução iraniana* (COGGIOLA, 2008).

embora não seguindo o modelo teocrático persa, o que fortaleceu o chamado Crescente xiita, unindo territorialmente o Irã à Síria e ao Líbano.

Mapa 25 - A "Exportação" da territorialidade xiita centra-se sobretudo nas áreas de maioria xiita espalhadas pelos diversos países do Oriente Médio.



Fonte: Luomi (2008, p. 2, com adaptações).

No Iraque, várias milícias xiitas contam com a ajuda financeira e logística iraniana. O grupo xiita iraquiano *Kataib Hezbollah*¹⁶, por exemplo, com o auxílio de Teerã, transformou uma grande faixa de terras agrícolas na área de Masharii, localizada no lado sul de Qa'im, em uma zona militar, num autêntico caso de reterritorialização xiita forçada, recusando-se a permitir que os agricultores locais a usassem. Essa área contém cerca de 1.600 fazendas, e membros do conselho local de Qa'im alegaram que a decisão prejudicou a economia local, visto que cerca de 40% da população depende da agricultura para seu sustento (KHADDOUR; HASAN, 2020).

Em termos de projeção de poder, o Irã, como polo de poder principal do projeto geopolítico xiita, consegue exercer a sua influência direta ou indiretamente

¹⁶ *Kata'ib Hezbollah* (Batalhão do Partido de Deus ou Batalhões do Hezbollah) é um grupo paramilitar xiita radical iraquiano que faz parte das Forças de Mobilização Popular apoiadas pelo Irã. Durante a Guerra do Iraque (2003–2011), o grupo lutou contra as forças da Coalizão ocidental, e permaneceu ativo no Iraque e na guerra civil síria (2011– aos dias atuais).

no Oriente Médio. O projeto geopolítico persa vem atuando em diversas frentes (ou vetores) no plano regional, tendo ganhos variáveis em termos de projeção do poder territorial; ou seja, nem sempre houve um alcance de seus objetivos plenos. Assim, podemos considerar que em pelo menos dois casos específicos há uma influência clara no Oriente Médio por parte do Irã: no Iraque, no Líbano e na Síria – e no Líbano o apoio aos grupos xiitas, especialmente ao *Hezbollah*. No caso do Líbano, juntamente com a Síria, os iranianos conseguiram impor ataques a Israel por meio de grupos extremistas como o *Hezbollah*. E no Iraque, a constituição de um Estado com maioria xiita deu a Teerã a oportunidade de exercer forte influência sobre as regiões de maioria xiita dentro do Iraque, incluindo o treinamento, fornecimento de armas a grupos paramilitares xiitas iraquianos e autorização de passagem de efetivos militares pelo território iraquiano.

Podemos afirmar, então, que o Irã exerce uma influência indireta em certas áreas da região, e não propriamente um domínio territorial. Neste nível, o poder iraniano se manifesta em quatro casos específicos: Iêmen, Arábia Saudita, Bahrein e Faixa de Gaza. No Iêmen, o governo iraniano apoiou de maneira não oficial os rebeldes *houthis*, que lutavam contra o regime sunita de Saleh. Os *houthis* conseguiram, aliados a outros grupos internos, derrubar o presidente Saleh em 2011, que tinha o apoio dos sauditas e do Ocidente. Apesar da situação ainda permanecer instável, a iniciativa serviu para o Irã desestabilizar um regime sunita fronteiriço com o seu principal inimigo geopolítico árabe na região, a Arábia Saudita. Na Faixa de Gaza, é evidente que o Irã fornece treinamento e armamentos para os grupos islâmicos anti-Israel, como o Hamas. Segundo Watkins (2013) e Paunic (2016), no Bahrein e na Arábia Saudita, por sua vez, há fortes indícios do apoio do Irã às populações xiitas destes dois países (ver o Mapa 26).

em duas áreas: há um envolvimento direto do Irã na guerra civil por meio do apoio militar desde o início do conflito, e, paralelamente, por iniciativas para reforçar sua influência na sociedade síria em diferentes áreas (economia, cultura, educação etc.).

No campo militar, ao contrário da Rússia que se concentra principalmente no apoio aéreo, o Irã se envolveu diretamente nas batalhas terrestres, seja por meio de suas tropas oficiais, seja por via das milícias apoiadas por Teerã. Quando o regime de Assad enfrentou um real perigo existencial após a eclosão da revolta síria em 2011, Teerã foi rápido em intervir militarmente para salvá-lo, inicialmente por meio do fornecimento de equipamentos de controle de tumultos e treinamento em técnicas de monitoramento de inteligência, através de oficiais de inteligência iranianos. Em 2012, o *Hezbollah*, por ordens do Irã, cruzou a fronteira sírio-libanesa para auxiliar as forças do regime sírio (BARAM, 2021).

Contudo, quando ficou claro que isso não seria suficiente, o Irã não hesitou em enviar as suas próprias forças oficiais. Após a intervenção conjunta russo-iraniana, em setembro de 2015, o número de soldados do IRGC na Síria atingiu o pico em cerca de 8.000 a 10.000, além de 5.000 a 6.000 soldados do exército iraniano regular (RAFIZADEH, 2016; YAHEL, 2021).

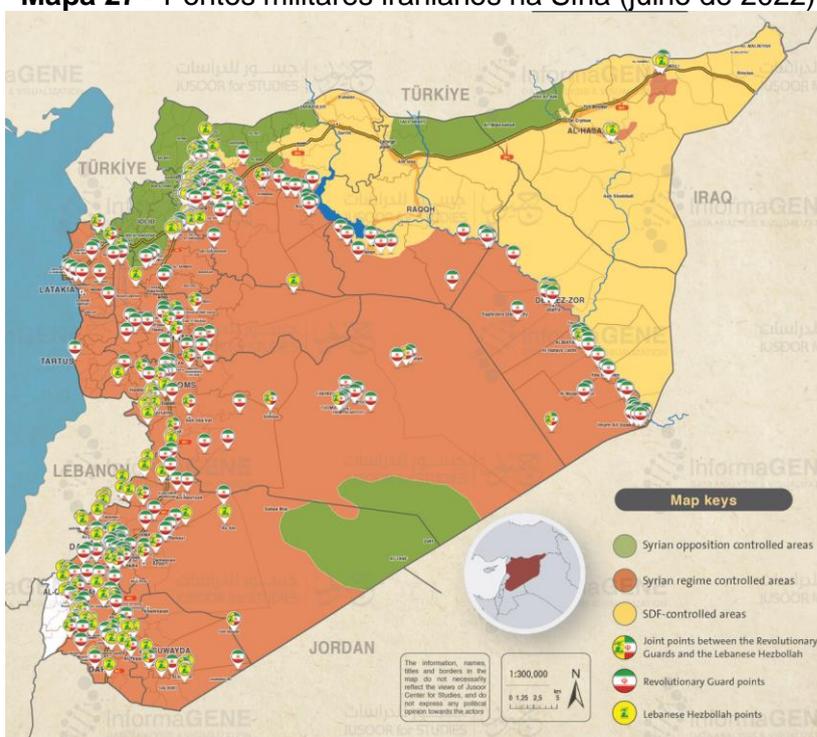
E a partir 2018, quando o regime de Assad não corria mais grandes riscos de queda, o Irã começou a retirar suas tropas oficiais, deixando os combates com seus grupos não estatais aliados. No verão de 2018, cerca de 2.000 combatentes das Forças *Quds* (unidades especiais do IRGC) comandavam dezenas de milhares de combatentes de várias milícias na Síria, principalmente grupos xiitas do Iraque, Afeganistão e Paquistão. O Irã também estabeleceu milícias xiitas locais nas províncias de Aleppo, Damasco e Homs, e estima-se que elas controlem aproximadamente 20 por cento das fronteiras da Síria (YAHEL, 2021). Adicionalmente, de acordo com Baram (2021), a Quarta Divisão do Exército Sírio é controlada pelo Irã.

Segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos, constatou-se, em 2019, o aumento do número de voluntários entre as forças iranianas e suas milícias para cerca de 1.385 homens e jovens de diferentes idades, na área oeste do Eufrates, na zona rural de Deir Ezzor, enquanto o número de voluntários no sul da Síria chegou a mais de 2.470 voluntários, o que indica a continuação do processo de expansão militar iraniana dentro da Síria, do oeste do Rio Eufrates ao sul da Síria e à fronteira

com o Golã sírio ocupado (SYRIAN OBSERVATORY, 2019). Ou seja, mesmo com os constantes bombardeios aéreos israelenses contra as posições iranianas no território sírio, o Irã continuou sua campanha de aumentar as suas forças dentro da Síria.

Dessa forma, em julho de 2022, o Irã e suas milícias subordinadas dominavam 469 pontos militares na Síria, espalhados por 14 distritos. Desde 2011, os iranianos e seus aliados vêm gradualmente assumindo o controle em partes de Damasco, mas também em Aleppo, Hama e porções do sul do país, conforme observamos no Mapa 27 a seguir (e no Mapa 19 do capítulo anterior).

Mapa 27 - Pontos militares iranianos na Síria (julho de 2022)



Fonte: *JUSOOR* (2022, p. 15, com alterações).

Toda esta presença militar tem tido um alto custo financeiro para o país persa, que ainda enfrenta um embargo econômico por parte do Ocidente. Estima-se que cerca de 105 bilhões de dólares tenham sido gastos por Teerã no conflito sírio no interregno de 2011 a 2019 (SYRIAN OBSERVATORY, 2019). Os aportes financeiros são importantes não apenas para a manutenção dos efetivos militares nas áreas já dominadas, mas também para o aumento gradual das forças contrainsurgentes, por meio da pressão financeira.

E além do grande número de voluntários nas fileiras das milícias iranianas, as deserções começaram a atingir as milícias da NDF na cidade de “al-Mayadin” na zona rural oriental de Deir Ezzor, e o dinheiro era a palavra-chave dessas deserções, onde o Observatório Sírio para os Direitos Humanos foi informado por fontes confiáveis que dezenas de milícias da NDF na cidade de al-Mayadin na zona rural oriental de Deir Ezzor se juntaram às forças iranianas lá, e nos detalhes obtidos pelo Observatório Sírio: cerca de 50 membros desertaram da NDF sem informar a liderança da milícia e se juntaram às fileiras das Forças Iranianas na cidade de al-Mayadin, onde os membros justificaram sua ação dizendo que não recebiam suas mensalidades por 5 meses, enquanto as forças iranianas pagavam a seus combatentes salários mensais de US\$ 150, além de cesta básica e serviços médicos (SYRIAN OBSERVATORY, 2019, tradução nossa).

Este quadro demonstra que Teerã não está apenas querendo a permanência de Assad no poder, mas objetivando ter uma presença permanente dentro do território sírio, já que este constitui uma área estratégica para o Crescente xiita no Oriente Médio. Entretanto, a estratégia territorial iraniana na Síria não se limita apenas à presença militar e de segurança, por meio dos inúmeros grupos contrainsurgentes. O foco do Irã também continua sendo a infiltração na sociedade síria e o fortalecimento de sua presença no sistema econômico e social para garantir a consolidação de seu domínio no país.

No setor econômico, o Irã reativou o Fórum Empresarial Sírio-Iraniano em 2018, que vem desempenhando um papel fundamental na disseminação de projetos iranianos em várias áreas da Síria, principalmente com foco em projetos de geração de energia. Nos últimos anos, o Irã fortaleceu seus acordos econômicos e comerciais com o regime sírio, controlando as articulações da indústria, agricultura e comércio, expandindo seu papel em toda a Síria. O presidente Bashar al-Assad anunciou, em 2019, que

(...) **os acordos e projetos econômicos alcançados com o Irã têm uma dimensão estratégica** e contribuem para fortalecer a resiliência da Síria e do Irã diante da guerra econômica travada contra eles por alguns países ocidentais (ASSAD *apud* SYRIAN OBSERVATORY, 2019, tradução e grifo nossos).

Na área de infraestrutura, o projeto estratégico mais ambicioso do Irã na Síria até agora é a construção de uma ferrovia conectando o Golfo Pérsico com o Mediterrâneo através do Iraque (BARAM, 2021). As implicações políticas, militares e econômicas dessa ferrovia seriam imensas. O Irã teria mais uma opção de escoar os seus produtos para a Europa e outras partes do mundo.

No campo social, Teerã também trabalha com organizações de caridade para melhor se integrar à sociedade síria. Uma das organizações é a *Jihad Al-Bina Organization*, que se concentra principalmente na questão da restauração de escolas e centros de saúde, atuando nas províncias de Deir ez-Zor e Aleppo (SABAN, 2020). Além disso, na área educacional e na saúde

O Irã também se concentrou recentemente na extensão educacional, com o número de instalações educacionais construídas agora chegando a sete, além dos centros culturais iranianos, que desempenham um papel importante na disseminação da cultura iraniana na sociedade síria. Em 2019, a Jihad Al-Bina restaurou dezesseis escolas somente em Deir ez-Zor. Cada uma tinha um cartaz confirmando que o Irã havia apoiado a operação. A Jihad Al-Bina distribui periodicamente ajuda alimentar a civis em um esforço para ganhar a lealdade da população local. Durante a pandemia do coronavírus, o Irã estabeleceu vários pequenos pontos médicos em Deir ez-Zor para fornecer vitamina C e máscaras cirúrgicas aos civis. Embora tenha sido um gesto minúsculo, muitos civis viram a ajuda como um grande negócio, enquanto alguns até a viram como um sinal de que o Irã nunca os abandonaria (SABAN, 2020).

Tal política se traduz também em aumentar o tamanho e o peso demográfico da comunidade xiita na Síria. O Irã promove um programa de reassentamento de xiitas em certas partes do país, como Deir ez-Zor, comprando agressivamente terras e enviando migrantes xiitas para trabalharem e se fixarem nestas regiões. Também facilita a concessão de cidadania síria a xiitas estrangeiros, principalmente afegãos, e estabelece bairros designados para eles em Damasco (Figura 15). Além disso, o Irã encorajou famílias de combatentes do IRGC a emigrar e se estabelecer na capital síria. A criação de Centros de Cultura xiita também colabora para xiitização da população síria, já que eles funcionam como locais de doutrinação religiosa (YAHIEL, 2021). Como resultado, os bairros xiitas se tornaram redutos pró-iranianos no coração da capital síria, acontecendo o mesmo em outras partes do país, numa clara tentativa de reterritorialização xiita dos territórios em que Teerã exerce uma forte influência na Síria.

Figura 15 - Mulheres iranianas na mesquita *al-Sida Zinab*, em Damasco.

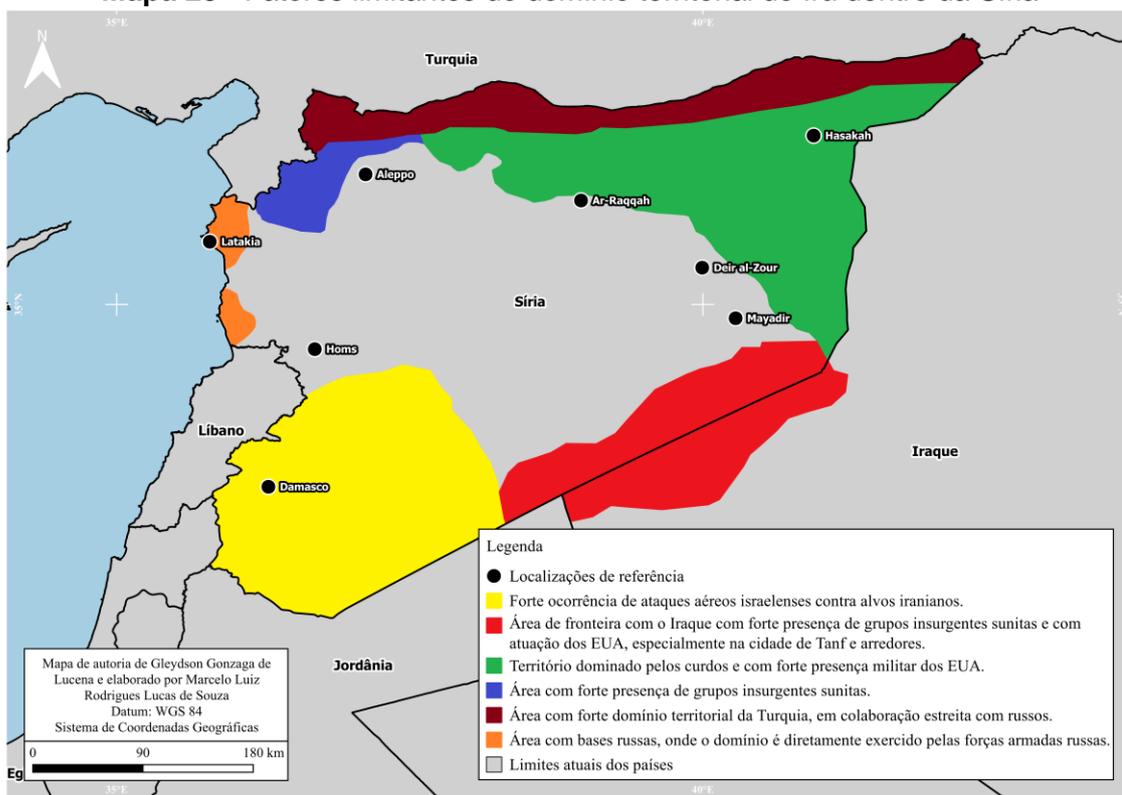


Fonte: Yahel (2021).

Dessa forma, no contexto da guerra civil, podemos afirmar que o domínio territorial iraniano dentro da Síria é mais intenso do que de outros atores estatais externos. É inegável a importância da presença militar direta do Irã na Síria durante a guerra civil para a consolidação do projeto de poder persa no Oriente Médio e para manutenção de Assad no poder. Por outro lado, essa presença vem sendo altamente prejudicada por alguns fatores limitantes. No Mapa 25, mostramos que o domínio territorial do Irã dentro da Síria pode ser classificado como médio (relativo), pois este domínio não é exclusivo, mas compartilhado com o regime de Assad e com os outros aliados, principalmente a Rússia. Além disso, as forças iranianas que operam na Síria (tanto o exército oficial persa quanto os grupos xiitas paramilitares) foram e são bastante limitadas pela ação dos atores antagonistas, como Israel e EUA, e grupos como os curdos, entre outros (ver o Mapa 28). Sobre essa questão, Saban (2020, tradução nossa) ressalta que o regime de Teerã deve começar a repensar a sua estratégia na Síria:

Durante os últimos anos, o envolvimento militar iraniano na Síria cresceu e tornou-se mais visível, o que tornou a tarefa de atacá-los uma missão fácil para a força aérea israelense. Como resultado, em 2017-2018, o Irã teve de encontrar uma abordagem diferente para o seu envolvimento militar, a fim de proteger as suas milícias. O Irã iniciou então o ambicioso plano de redefinir a sua presença na Síria, criando as Forças de Defesa Locais (LDF), apoiando brigadas específicas dentro do exército sírio e, mais recentemente, estabelecendo empresas locais de segurança privada.

Mapa 28 - Fatores limitantes do domínio territorial do Irã dentro da Síria



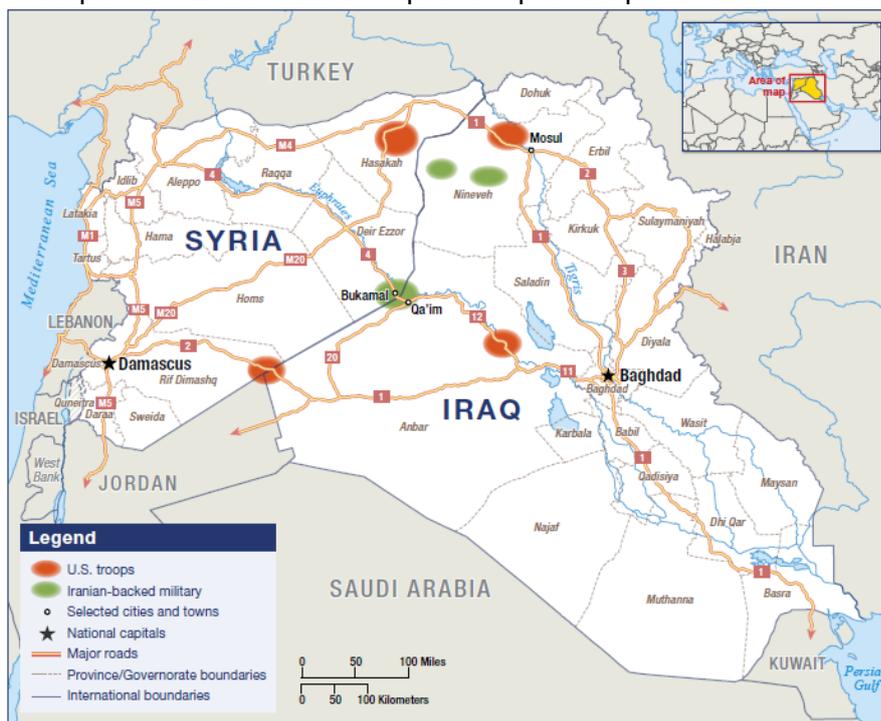
Fonte: elaborado pelo autor.

No contexto específico da fronteira síria-iraquiana, evidenciou-se claramente, ao longo do desenrolar da Guerra Civil Síria, o conflito entre Irã e EUA (ver o Mapa 29).

A presença de forças dos EUA é particularmente preocupante para o Irã e os seus aliados. Os Estados Unidos continuam mantendo duas bases militares perto da fronteira. Uma está em Al-Tanf, perto da (ainda fechada) Tanf-Walid passagem de fronteira entre a Síria e o Iraque, a cerca de 200 quilômetros a sul do cruzamento Qa'im-Bukamal. A outra, Ayn al-Asad, fica na província de Anbar, perto do distrito de Baghdadi. (...).

As milícias apoiadas pelo IRGC [**Guarda Revolucionária Islâmica do Irã**] usaram a ocupação dos EUA no oeste do Iraque para justificar a sua própria presença perto da fronteira. Autoridades iraquianas de Anbar alegaram que os Estados Unidos estão tentando construir novas bases na cidade de Rummana, a norte de Qa'im. Membros das milícias aliadas ao Irã afirmaram que a presença militar dos EUA na área visa ajudar o Estado Islâmico, um tema recorrente nos esforços de propaganda dos grupos. (KHADDOUR; HASAN, 2020, p.16-17, tradução e acréscimo nosso)

Mapa 29 - Tropas dos EUA e milícias apoiadas pelo Irã perto da fronteira Iraque-Síria



Fonte: Khaddour e Hasan (2020, p. 17).

Com efeito, conforme relatam Khaddour e Hasan (2020), em 29 de dezembro de 2019, os militares dos EUA lançaram ataques aéreos contra cinco locais controlados pelo Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, apoiados por milícias perto da fronteira – três no Iraque e duas na Síria. Os ataques mataram mais de vinte e cinco membros do grupo xiita *Kataib Hezbollah*. O governo norte-americano afirmou que os ataques aéreos foram em resposta a um ataque do *Kataib Hezbollah* contra uma base militar no norte do Iraque, onde as tropas dos EUA foram destacadas, e que resultou na morte de um militar estadunidense.

Em síntese, conclui-se nesta seção que o Irã obteve avanços nas últimas duas décadas no Oriente Médio, favorecido pela Guerra Civil Síria. A intervenção direta na Síria deu a oportunidade ao Irã de aumentar o seu poder já que a sua presença militar na Síria unificou as áreas habitadas por populações xiitas, fortalecendo o Crescente xiita, sobretudo o eixo que vai do próprio Irã, passa por Iraque e Síria, e termina no Líbano.

Torna-se evidente que a Guerra Civil Síria é fundamental para a implementação da proposta iraniana de promover uma reterritorialização de viés xiita na Síria, a partir a ocupação física do território sírio, o que lhe garante posições privilegiadas para apoiar os grupos insurgentes xiitas e, eventualmente, se projetar

junto à fronteira de Israel e de importantes bases dos EUA. Segundo autores como Anders (2019), o domínio territorial fornece algumas vantagens àqueles que o alcançam. Mantendo-se presente ativamente no território estratégico da Síria, Teerã se fortalece para enfrentar Israel e as monarquias sunitas; além disso, o domínio da economia e da população, por meio do aumento gradativo de xiitas entre os sírios, poderá fortalecer os meios econômicos e humanos do Irã, dando, conseqüentemente, os recursos necessários para manter a sua influência na região.

5.2 – OS ANTAGONISTAS DO REGIME DE ASSAD – ARÁBIA SAUDITA, TURQUIA E ISRAEL

5.2.1 - Arábia Saudita

A Arábia Saudita constitui a principal potência regional sunita que se opõe ao eixo de poder muçulmano xiita Irã-Síria. Alguns fatores a colocam como tal: o seu imenso território, o poder geopolítico gerado por suas enormes reservas de petróleo, a questão simbólica de ter no seu território as duas cidades mais sagradas para o Islamismo (Meca e Medina, respectivamente) e a capacidade de influenciar na política das nações árabe-muçulmanas, principalmente sunitas. Adicionalmente, o seu status de aliado tradicional dos EUA, e do Ocidente em geral, atesta sua condição de fundamental *player* regional. Esta capacidade de influência tem se mostrado muito importante para as novas dinâmicas geradas principalmente a partir da Primavera Árabe. Neste contexto, é que se compreende o papel da Arábia Saudita na Guerra Civil Síria e no Oriente Médio como um todo.

De modo semelhante aos regimes sírio e iraniano, dentre outros na região, o Estado saudita tem uma grande preocupação em legitimar o seu governo autocrático ante aos diversos grupos internos e externos. Um evento emblemático, de insurreição contra o regime monárquico, ocorreu no dia 20 de novembro de 1979, quando cerca de duzentos militantes islâmicos armados ocuparam a Grande Mesquita na cidade de Meca, como forma de protesto contra a corrupção interna do reino Saud e a política saudita de alinhamento com os americanos. Apesar de ter enfrentado uma forte resistência, o exército saudita acabou por derrotar os

insurgentes civis. Todavia, o mundo ficou sabendo da existência de uma oposição islâmica na Arábia Saudita (DEMANT, 2004).

Em 1979, ocorre a Revolução Islâmica no Irã, quando uma monarquia absolutista ao estilo saudita é substituída por uma república islâmica de viés religioso xiita. A partir daí, a percepção em termos de segurança do reino saudita começa a mudar. O Irã passa a ser um regime contrário às tradicionais monarquias árabes da região com um realce cada vez maior do caráter xiita em contraposição ao islamismo sunita, além de ter uma doutrina totalmente antiocidental, sobretudo, anti-EUA.

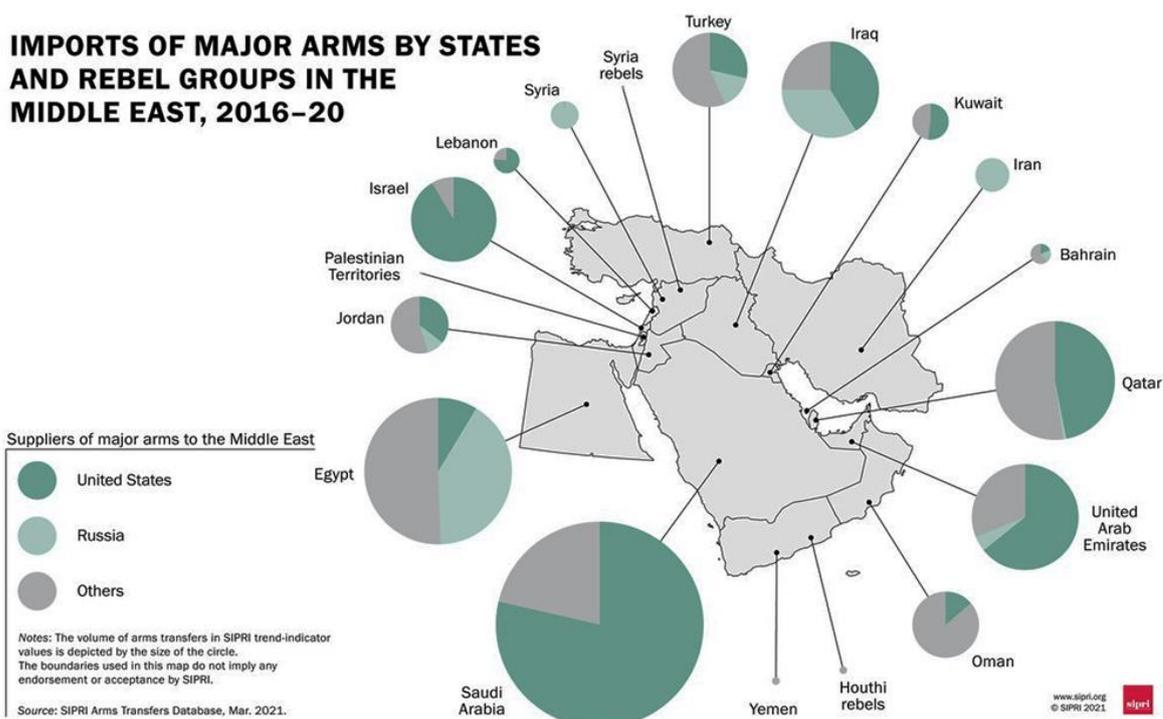
Tal realidade moldou a geopolítica saudita, que levou a uma espécie de "guerra fria" com a nação persa, já que esta rivalidade é caracterizada pela ausência de conflito direto, pela exportação do conflito aos países vizinhos (Síria, Iêmen, entre outros), pela corrida armamentista e pelo jogo de alianças. Esta situação faz com que os outros Estados do Oriente Médio se vejam obrigados a escolher de que lado estão para tentar preservar os seus interesses.

A política externa da Arábia Saudita pauta-se pela busca da defesa do seu território e a manutenção de sua influência sobre os outros Estados árabes sunitas. Conforme esclarece Raisi (2018, p. 14), a nação saudita "desenvolve uma Política Externa em três eixos": o primeiro seria o controle do Conselho de Cooperação do Golfo por meio do qual a Arábia Saudita procura assegurar o apoio incondicional dos Estados árabes e impor a sua hegemonia na região diminuindo as ameaças representadas principalmente pelo Irã, mas também pelo Iraque; o segundo eixo seria o mundo árabe-muçulmano, por meio da administração das cidades santas de Meca e Medina – a Arábia Saudita projeta-se como o líder moral e religioso do mundo muçulmano; e, finalmente, o terceiro eixo seria a sua posição de aliada do mundo ocidental, mais diretamente dos EUA. A dependência em relação aos Estados Unidos tem sido preservada, mesmo com a antipatia de parte da população muçumana, com a intenção de criar um bloco de Estados árabes apoiados militarmente pelos Estados Unidos e liderados pela Arábia Saudita (RAISI, 2018).

Neste contexto que a Arábia Saudita se tornou um dos maiores importadores de armamentos do mundo, especialmente dos EUA. De acordo um levantamento do Instituto Internacional de pesquisas para a paz (SIPRI, na sigla em inglês), feito no interregno de 2016-2020, as importações de equipamentos de defesa do Oriente

Médio cresceram 25% neste período, impulsionadas principalmente pela Arábia Saudita. E quase metade (47%) das transferências de armas dos EUA, maior exportador do setor, foi para o Oriente Médio, sendo que a Arábia Saudita sozinha respondeu por 24% do total dessas exportações norte-americanas (Figura 16) (WEZEMAN *et al.*, 2021).

Figura 16 - Principais importadores de armas por país e grupos insurgentes do Oriente Médio, e seus principais fornecedores no período 2016-2020.



Fonte: Wezeman *et al.* (2021).

E como já exposto anteriormente, a questão interna de legitimar o regime absolutista perante a população é fundamental. Diante disso, o Irã é visto como uma potencial ameaça também por poder influenciar certos grupos dentro da Arábia Saudita; lembrando que aproximadamente 10% da população saudita é composta por muçulmanos xiitas. Por conseguinte, a política externa saudita também mira as suas questões internas.

Por tratar-se de um regime autoritário e que necessita constantemente afirmar a legitimidade perante sua população, inferimos que a política externa saudita guia-se pela segurança e manutenção de seu regime governamental. Dessa forma, observa-se que as ações externas de Riad durante a Primavera Árabe (apoio financeiro e político a grupos insurgentes [como alguns grupos opositores ao regime sírio,] e a governos) são calculadas tendo em consideração as ameaças internas [como a minoria xiita apoiada pelo Irã,] e externas ao seu regime [como o regime de Assad, que é aliado do Irã.] (SOUZA; JARDIM, 2015, p. 97-98, acréscimos nossos).

Neste contexto, temos um exemplo bem emblemático da política de contenção dos xiitas dentro do território saudita. Em 2016, o governo saudita declarou que 47 prisioneiros foram executados, incluindo o proeminente clérigo da oposição xiita saudita Nimr Baqir al-Nimr, o que causou forte reação tanto do governo iraniano quanto de grupos xiitas organizados (ver as Figuras 17 e 18) (VINOGRAD, 2016).

Figura 17 - Protestos na frente da embaixada saudita em Teerã após a morte de militantes xiitas na Arábia Saudita.



Fonte: VINOGRAD, 2016.

Figura 18 - Uma foto de 2014 mostra um apoiador segurando um cartaz com a imagem do líder xiita saudita Nimr Baqir al-Nimr em frente à embaixada saudita no Iêmen.



Fonte: VINOGRAD, 2016.

Após esta abordagem geral da ação da Arábia Saudita no Oriente Médio, fica evidente que a Guerra Civil Síria constituiu uma prioridade para os sauditas desde o início da Primavera Árabe e tinha dois objetivos básicos: derrubar o regime aliado do Irã de Assad e, por conseguinte, diminuir substancialmente o poder regional dos iranianos, pois este constitui o seu principal inimigo geopolítico na região. No contexto do antagonismo xiismo-sunismo no mundo islâmico, uma eventual queda de Assad privaria o Irã de um território chave para o seu projeto geopolítico no Oriente Médio, e, ao mesmo tempo, Riad poderia promover a ascensão de um novo governo sírio sob uma liderança sunita, que seria naturalmente o seu aliado.

Neste intuito, a Arábia Saudita se mostrou bem menos cautelosa em suas ações do que outros oponentes da Síria como os Estados Unidos, principalmente durante o governo do presidente Barack Obama. Os norte-americanos são mais cautelosos quanto a defender a queda de Assad e dar suporte a certos grupos insurgentes islâmicos por serem suspeitos de serem extremistas (ELLISON, 2016). No cálculo estratégico do regime saudita vale o risco de apoiar grupos jihadistas radicais, desde que estejam guerreando contra um governo inimigo, assim como há o fato de que, no campo ideológico, a monarquia saudita quer ter o controle da liderança religiosa do campo sunita do islamismo; por isso apoia alguns grupos extremistas para mantê-los em sua órbita, não dando espaço para que atores, como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda, rivalizem com ela no mesmo campo religioso.

O apoio da Arábia Saudita a certos grupos jihadistas-salafistas na Síria está alinhado com seus interesses estratégicos abrangentes. Primeiro, a principal preocupação regional da Arábia Saudita é o eixo Assad/Irã/Rússia. Aliar-se àqueles que se opõem a este eixo é um poderoso imperativo, mesmo que tais aliados sejam imperfeitos **[extremistas]**. Em segundo lugar, a própria Arábia Saudita defende o Islã Wahhabi (Salafi) patrocinado pelo Estado, e precisa trabalhar com outros salafistas para vencer a guerra da ideologia islâmica contra os grupos mais extremos e perigosos – ISIS e al-Qaeda. [...] a Arábia Saudita precisa impedir que os jihadistas adotem ideias que “não encontrem um precedente wahhabi dominante” e, portanto, passem a representar uma ameaça religiosa e política ao reino saudita (ELLISON 2016, p. 2, tradução e acréscimos nossos).

Importante salientar que as ações da Arábia Saudita no conflito sírio se dão em articulação com os outros atores. A Turquia permite que seu território seja utilizado para transportar suprimentos aos insurgentes sírios; assim como a Jordânia, que abriga campos de treinamentos dos grupos opositoristas ao governo sírio; há também o tradicional trabalho com os norte-americanos, principalmente em

colaboração com a CIA (FOREIGN POLICY INITIATIVE, 2016); além do Qatar e outros Estados sunitas árabes menores que ajudam financeiramente a oposição síria. Entre 2011 e 2012, o governo do Qatar entregou para grupos rebeldes sírios cerca de US\$ 3 bilhões, bem como US\$ 50 mil para cada membro das forças armadas sírias que desertasse e aceitasse receber treinamento da CIA para a integração ao Exército Sírio Livre (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Em 2012, a Arábia Saudita começou a fornecer financiamento e armas substanciais aos grupos rebeldes sírios que lutam contra Assad, em parceria com outras monarquias sunitas da região, mas principalmente com a Jordânia, que possui uma longa fronteira com a Síria ao sul do território sírio. O desejo comum de derrubar o regime sírio pró-Irã, igualmente aproximou os interesses sauditas e jordanianos. A partir do controle da fronteira jordaniana com a Síria, a Arábia Saudita conseguiu melhor articular o seu apoio logístico e financeiro a grupos rebeldes sírios (SOUZA; JARDIM, 2015).

Durante a segunda fase da guerra civil (2012 a 2019), essa interferência conseguiu desestabilizar as partes sul e sudeste do país, principalmente quando o regime de Assad esteve focado na defesa dos principais centros urbanos da costa leste síria. No início de 2016, centenas de insurgentes rebeldes entraram na Síria por meio da fronteira da Jordânia, com o apoio da coligação internacional liderada pelos EUA, e tomaram Al-Tanf. E parte desses grupos insurgentes ainda está atuante nesta região, que tem uma base militar dos EUA em uma parte ocupada pelos americanos da província síria de Homs, junto às fronteiras com a Jordânia e o Iraque.

Contudo, tornou-se claro com o desenvolvimento do conflito, que o objetivo inicial de derrubar o presidente Assad não seria possível e a contenção do Irã na Síria também não. O chamado Crescente xiita no Oriente Médio se firmou com a manutenção, mesmo que precária, do regime sírio de Assad e os grupos insurgentes sunitas se enfraqueceram. E mesmo as milícias insurgentes que ainda possuem algum poder dentro do território sírio, como a HTS na região de Idlib, são mais influenciados pela Turquia do que pelos sauditas, por estarem localizados mais no norte do país.

No contexto regional do Oriente Médio, os sauditas conseguiram manter a sua influência sobre as monarquias sunitas por meio do Conselho de Cooperação do

Golfo (CCG), que ainda constitui o principal mecanismo de articulação da Arábia Saudita para se contrapor não só ao Irã, mas também a qualquer possível ameaça às monarquias sunitas da península arábica, como as insurreições advindas da Primavera Árabe. O CCG nasceu com este objetivo em 1981, como resposta à Revolução Islâmica xiita do Irã de 1979 (MELO, 2019).

Além dos acontecimentos proporcionados pela Primavera Árabe, outro fator determinou a política externa de Riad e da CCG: a clara redução da ingerência dos EUA na região, que foi percebida como uma possibilidade de maior autonomia para seus aliados, sobretudo as monarquias do Golfo. A Arábia Saudita, como grande parceira de Washington, assinalou em 2011 que iria perseguir seus objetivos de política externa e que, eventualmente, estes poderiam ser distintos dos interesses dos EUA na região. Esta autonomia das petromonarquias pôde ser percebida nas intervenções militares do Conselho de Cooperação do Golfo, liderado por Riad, no Bahrein em 2011, onde há um governo sunita sob uma população de maioria xiita, e no Iêmen em 2015 – ações conduzidas sem o apoio e a participação direta dos EUA (KITCHEN, 2012 e SOUZA; JARDIM, 2017). Além do apoio militar quando necessário, o CCG também utilizou o seu poder econômico para ajudar os Estados mais fracos e evitar um possível efeito dominó (MELO, 2019).

Políticas locais de resposta às revoltas árabes focaram intensamente em medidas de curto-prazo para reduzir ou prevenir possíveis tensões sociais ou econômicas. Estas incluíram assistência financeira (Kuwait, Bahrein e Emirados Árabes), criação de empregos em setores públicos saturados (Arábia Saudita, Bahrein e Omã) e aumento nos salários e benefícios de empregados (Catar, Arábia Saudita e Omã). Além disso, a Arábia Saudita esteve por trás do anúncio de um generoso pacote de assistência do CCG para Bahrein e Omã (\$10 bilhões), e Jordânia (\$5 bilhões), bem como significativa assistência para Marrocos e Egito (ULRICHSEN, 2013, p. 36-37, tradução nossa).

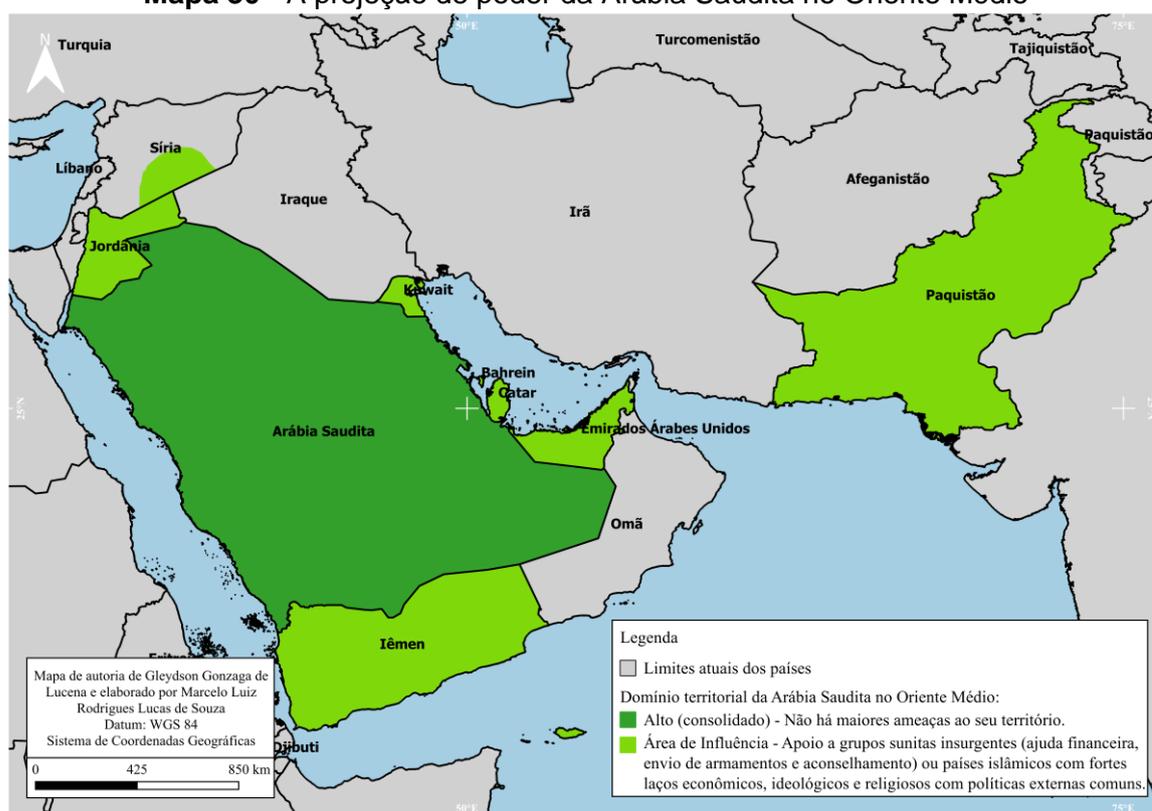
Outra consequência da diminuição da influência estadunidense na região foi o crescimento da participação de outras potências, como a China e a Rússia, no Oriente Médio. Exemplo emblemático dessa nova realidade foi o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois grandes rivais Arábia Saudita e o Irã, mediado pela China (NADIR, 2023).

5.2.1.1 - Análise do domínio territorial da Arábia Saudita no tabuleiro do Oriente Médio e da Síria

A projeção do domínio territorial da Arábia Saudita pode ser mais bem compreendida a partir do ponto de vista da religião e da economia. A grande influência do reino saudita se deve, no campo religioso, à presença das cidades consideradas santas (Meca e Medina) do islamismo, e a própria história dessa religião começa nestas cidades. E um dos preceitos básicos da fé muçumana é realizar uma peregrinação a Meca pelo menos uma vez na vida. Então, estas cidades sauditas recebem milhares de fiéis todos os anos. Essa liderança natural dos sauditas dentro do islamismo sunita alia-se ao seu poderio econômico derivado da riqueza dos recursos energéticos. A partir desse entendimento é que podemos entender os desdobramentos territoriais da ação dos sauditas no Oriente Médio; em especial em três casos: no Bahrein (2011), no Iêmen (2015) e no apoio aos insurgentes da Guerra Civil Síria a partir, sobretudo, de 2012.

O Mapa 30 a seguir deixa clara a influência da Arábia Saudita no Oriente Médio. Dentro de seu território há um domínio territorial alto, consolidado por políticas assistencialistas e um grande efetivo militar proporcionado pelos recursos financeiros do petróleo e pela longa aliança com os EUA, que lhes fornecem material bélico moderno. Nas regiões destacadas no mapa, onde os sauditas exercem forte influência, eles oferecem apoio militar e logístico a grupos insurgentes sunitas que lutam contra regimes dominados por grupos xiitas (Iêmen e Síria), e amplo apoio a governos dos países islâmicos aliados com fortes laços econômicos, ideológicos, religiosos e com políticas externas comuns, como o Bahrein. No caso da intervenção militar no Bahrein, Riad demonstrou que fará o que for preciso, inclusive o uso da força bélica, para manter o poder das monarquias sunitas sob sua influência direta, mesmo sem o apoio e participação direta dos EUA (KITCHEN, 2012).

Mapa 30 - A projeção de poder da Arábia Saudita no Oriente Médio



Fonte: elaborado pelo autor.

No caso da região indicada no Mapa 30, no sudoeste da Síria, ela constitui uma área dentro do território sírio junto à fronteira com a Jordânia e Iraque de domínio de grupos insurgentes apoiados diretamente por EUA, Arábia Saudita, Jordânia e demais países do CCG, com exceção de Omã, que mantém uma posição de neutralidade e de não envolvimento.

Em 2012, a Arábia Saudita começou a fornecer financiamento e armas substanciais aos grupos rebeldes sírios que lutavam contra Assad, em parceria com outras monarquias sunitas da região, mas principalmente com a Jordânia, que possui uma longa fronteira com a Síria ao sul do território sírio. O desejo comum de derrubar o regime sírio pró-Irã, igualmente aproximou os interesses sauditas e jordanianos. A partir do controle da fronteira jordaniana com a Síria, a Arábia Saudita conseguiu melhor articular o seu apoio logístico e financeiro a grupos rebeldes sírios (SOUZA; JARDIM, 2015). E durante a segunda fase da guerra civil (2012 a 2015), essa interferência conseguiu desestabilizar a parte sul e sudeste do país, principalmente quando o regime de Assad esteve focado na defesa dos principais centros urbanos da costa leste síria.

Em março de 2016, centenas de combatentes rebeldes cruzaram a fronteira da Jordânia com o apoio da coligação internacional e tomaram Al-Tanf. Seguiu-se a recuperação do controle da passagem iraquiana de Al-Waleed em agosto de 2016 (a passagem que o ISIS tinha invadido no ano anterior) e a reabertura da estrada de Bagdad a Amã. A partir de Al-Tanf, os rebeldes tentaram unir-se às Brigadas Ahmed Al-Abdo (2.500 combatentes) em Ghouta Oriental, na zona rural de Damasco. (...) Os rebeldes em Al-Tanf também procuraram ganhar uma posição no Vale do Eufrates, a leste, porque a maioria deles vem daquela região. Aqueles que fogem do exército sírio formam o núcleo interno do “Exército dos Leões do Leste”, que inclui os principais rebeldes do grupo Al-Tanf. A eles juntaram-se combatentes expulsos do Vale do Eufrates durante os ataques do ISIS em 2014. (...) Desde então, o seu papel tem-se limitado em grande parte ao controle da fronteira entre Al-Tanf e Jabal Drusus para evitar a infiltração do ISIS na Jordânia. À medida que o ISIS começou a enfraquecer, eles aproveitaram a oportunidade para aumentar o seu controle sobre o deserto.

Entretanto, com o decorrer do conflito estas agremiações insurgentes foram perdendo força e, em consequência, reduzindo o seu espaço de ação dentro da Síria. Até o fim de 2015, os grupos insurgentes apoiados pelos sauditas atuavam em uma área maior, aproximadamente o centro-sul do país. E parte desses grupos insurgentes ainda está atuante na região conhecida como *Al-Tanf*, que veio a se tornar uma base militar dos EUA em uma parte ocupada pelos americanos na província de Homs, junto às fronteiras com a Jordânia e o Iraque. Na atualidade, estes grupos não atuam mais além da área delimitada pela zona desconflicto ao redor da base americana de Al-Tanf.

Se compararmos a projeção de poder da Arábia Saudita com a do Irã, seu principal antagonista geopolítico na região, é possível afirmar que – embora os sauditas ainda mantenham uma influência considerável sobre a sua vizinhança imediata, com exceção de parte do lêmén dominado pelo grupo xiita *Houti* – o Irã conseguiu ao longo dos últimos anos ampliar a sua área de influência, o chamado Crescente xiita.

E especificamente na Síria, a guerra civil – que aprofundou a presença militar e ideológica iraniana no país, unificando a expressão territorial do poder xiita, indo do Irã ao Líbano – está entre as principais razões para o fortalecimento iraniano na região. O grande diferencial no controle territorial de Teerã na Síria é que o Irã enviou tropas diretamente para o território sírio, ao contrário dos sauditas, além de promover ações que fortaleceram a presença cultural e econômica xiita na sociedade síria. Dessa forma, os iranianos conseguem cada vez mais um apoio maior entre a população síria, fator fundamental para a manutenção do domínio territorial – algo que os sauditas não conseguiram fazer.

5.2.2 - Turquia

A Turquia, por sua vez, é outro ator importante em oposição a Assad, mas por motivos distintos aos da Arábia Saudita. Apesar de, geograficamente, a Turquia ser conhecida como a “ponte” entre o Ocidente e o Oriente, a relação de Ancara com os seus vizinhos do sul, incluindo a Síria, tem, historicamente, sido mais marcada pela desconfiança e antagonismo do que pela amizade e cooperação. Mas nos últimos anos, a Turquia tem apostado numa aproximação política, econômica e cultural com as nações árabes do Oriente Médio (BARRINHA, 2012; MARSHALL, 2022).

Essa mudança começou, principalmente, a partir da chegada do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) e o forte crescimento econômico que a Turquia tem vivido na última década. Além desses fatores, houve um relativo esfriamento das relações com a União Europeia após décadas de tentativas frustradas de se tornar membro dessa instituição. Assim, os turcos, impulsionados pelo projeto de poder do atual presidente Erdogan, voltaram-se para o Oriente Médio com um discurso cada vez mais “islâmico” (VISENTINI, 2012; MARSHALL, 2022).

O novo governo trabalhou na visão de tentar conciliar democracia e Islamismo, e também de diminuir gradativamente o papel dos militares sobre a política interna. E no campo da política externa "tentou harmonizar dois vetores da política externa turca, até então excludentes: as relações com o Ocidente e com o Oriente Médio." (NASSER; ROBERTO, 2016, p. 6)

A eclosão da Primavera Árabe contribuiu para a mudança do panorama político da região, obrigou a Turquia a readaptar a sua estratégia para o mundo árabe, passando a ser mais assertiva. No caso da Guerra Civil Síria, Ancara começou

a apoiar diretamente grupos que poderiam adotar o “modelo turco”: um governo de partido islâmico em uma burocracia estatal secular. Tal postura foi também incentivada pelo principal aliado do país, os EUA, em um novo momento de aproximação estratégica entre os governos em Washington e Ancara. Em um momento inicial de otimismo, em 2011, a Turquia parecia provar que poderia agir no Oriente Médio e, ao mesmo tempo, manter sua tradicional colaboração com seus aliados no Ocidente. (NASSER; ROBERTO, 2016, p. 6-7)

A Turquia passou a apoiar a oposição ao governo de Assad, este que sempre criticou a estreita relação de Ancara com os EUA. Kaya (2014, p. 73) lembra também de um incidente fundamental para que a Turquia endossasse um suporte maior aos insurgentes:

a crise se tornou regional em 22 de junho de 2012, quando a Síria abateu um jato militar *RF-4* turco (um *F-4 Phantom*) que caiu no Mar Mediterrâneo. (...) Em 24 de junho, a Turquia invocou o Artigo 4º da Carta da OTAN, o qual permite consultas aos aliados se um membro considerar que a sua segurança esteja ameaçada. A reunião da OTAN ocorreu em 26 de junho de 2012, em Bruxelas, onde a aliança manifestou solidariedade à Turquia.

Como parte da OTAN, o território turco foi estratégico para as potências ocidentais agirem na Síria; das bases na Turquia que o Ocidente forneceu armas e apoio logístico aos rebeldes sírios, sobretudo para aqueles que estavam reunidos sob a liderança do Conselho Nacional Sírio, considerados mais confiáveis e moderados pelo Ocidente (MONIZ BANDEIRA, 2013). A Turquia serviu como rota de passagem tanto para a maior parte da ajuda alimentar que chega às áreas controladas pelos rebeldes no norte da Síria quanto para muitos insurgentes estrangeiros que entravam na Síria para juntar-se às forças anti-Assad. Ancara também fornecia apoio tácito a organizações militares rebeldes, permitindo regularmente que combatentes rebeldes atravessassem a fronteira para descansar ou visitar as suas famílias antes de regressar à Síria para lutar. Na verdade, o governo turco permitiu inicialmente até que a sede do Exército Livre da Síria operasse de dentro do território turco, antes de o grupo ser realocado dentro da Síria no outono de 2012 (YOUNG *et al.*, 2014).

Com os confrontos armados cada vez mais perto da sua fronteira, os turcos começaram a reforçar as suas forças militares na região, o que causou um estranhamento com outros atores regionais – Irã e Rússia, principalmente, e o próprio governo sírio.

Em 21 de novembro de 2012, a Turquia solicitou oficialmente à OTAN autorização para posicionar seus sistemas de mísseis superfície-ar *Patriot* na sua fronteira com a Síria, sendo desdobrados no início de fevereiro de 2013. A Holanda, a Alemanha e os Estados Unidos forneceram os mísseis avançados, modelo *PAC-3*, que a Turquia precisava para interceptar os mísseis balísticos, os quais foram posicionados a aproximadamente 100 km ao norte da fronteira. Ambos, o Irã e a Rússia [**apoiadores de Assad**], criticaram o desdobramento e fizeram declarações de que isso não era uma dissuasão, mas uma provocação ou um pretexto para a OTAN estar na região. Um oficial superior iraniano comentou que isso prepararia o terreno para uma guerra mundial (KAYA, 2014, p. 74, acréscimo nosso).

De fato, do apoio inicial apenas logístico e retórico aos rebeldes insurgentes, a Turquia optou por desenvolver ações diretas dentro do território sírio a partir de 2016, para atingir dois objetivos principais: expulsar o grupo Estado Islâmico (EI) de perto das suas fronteiras e, o mais importante, conter o avanço das milícias curdas no território sírio ao longo da zona fronteira turco-síria. Nesse sentido que podemos

compreender a operação denominada "Escudo do Eufrates", do exército turco na Síria, em agosto de 2016 (Figura 19), que demonstrou a evidente mudança da política da Turquia na Guerra Civil Síria, cuja principal preocupação era a questão curda (MARSHALL, 2022). Segundo o importante portal de notícias turco Yenisafak,

O objetivo declarado da operação Escudo de Eufrates é expulsar os extremistas da cidade síria de Jarablos, do outro lado da fronteira. No fim da tarde, os rebeldes sírios apoiados por Ancara disseram ter conseguido. Esta operação ocorre quatro dias depois de um atentado em Gaziantep (sudeste [da Turquia]), perto da fronteira com a Síria, que deixou 54 mortos durante um casamento e que parece ser obra do EI. Além disso, nos últimos dias a Turquia foi alvo de disparos de morteiro e de foguetes realizados a partir de cidades sírias controladas pelo EI. O grupo EI "não parou de atacar o território turco a partir da Síria e esta operação constitui acima de tudo uma resposta" a isso, explica a diretora do Centro de Estudos de Segurança da Universidade de Bahcesehir (BAUCESS) em Istambul, Gulnur Aybet (ÇELIK; ŞAFK, 2016, tradução e acréscimos nossos).

Figura 19 - Tropas turcas se movimentando junto à fronteira turco-síria em agosto de 2016.



Fonte: ÇELIK e ŞAFK, 2016.

Tornou-se claro que desde que o exército oficial sírio retirou-se dos cantões curdos juntos à fronteira com a Turquia, em julho de 2012, e com o progressivo desenvolvimento do governo autônomo de Rojava, Ancara começou a temer o impacto do autogoverno dos curdos sírios e o fantasma da ideia de um Curdistão independente, já que no norte do Iraque os curdos, ajudados pelos americanos, também estavam cada vez mais fortalecidos (Cockburn, 2015). Ressalta-se também que a Turquia considera o PYD como grupo terrorista tanto quanto o PKK (partido curdo turco).

Essa situação se agravou com o apoio declarado e ostensivo do governo norte-americano, ainda sob a administração de Barack Obama, aos curdos sírios,

que os viam como principais combatentes do EI na Síria, numa típica "guerra por procuração", visto que Washington não estava disposto a se envolver diretamente em mais uma guerra. Neste contexto, a Turquia recusou-se a participar da iniciativa dos EUA de formar uma coalizão para combater o EI, assim como passou a se opor à parceria emergente entre os EUA e as unidades curdas sírias, que também enfrentavam o grupo radical. Assim, a aliança entre Washington e Ancara começou a se tensionar (PARK, 2015; COCKBURN, 2015).

Ao mesmo tempo em que se distanciou dos Estados Unidos, a Turquia começou a abrir diálogo com os apoiadores de Assad (Irã e Rússia). Pragmaticamente, os três envolvidos na Guerra Civil Síria constituíram um fórum de diálogo, que se materializou nas conversações de Astana (capital do Cazaquistão). Segundo Priya (2017), as negociações de Astana foram iniciadas quando as negociações de Genebra se mostraram incapazes de alcançar a solução política desejada e permaneceram paralisadas por um ano (de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2017). Esta paralisação se deveu, em grande parte, ao não entendimento entre os grupos opositoristas e o governo sírio, além da ausência nas negociações de importantes atores regionais como o Irã. Priya aponta uma mudança geopolítica no seguinte sentido:

O início das negociações de Astana simbolizou uma mudança geopolítica. Enquanto as negociações de Genebra foram lideradas pelos Estados Unidos e outras potências ocidentais, as negociações de Astana estão sendo lideradas pela Rússia, Turquia e Irã como fiadores. Os EUA participaram das conversações de Astana apenas como observadores. Essas conversas significaram uma mudança dos esforços liderados pelos EUA, cujo objetivo principal era a remoção de Assad, para o esforço liderado pela Rússia focado em questões humanitárias e em um cessar-fogo estável (PRIYA, 2017, p. 2, tradução nossa).

A participação ativa da Turquia nas negociações de Astana a afastaram ainda mais dos EUA, e a colocou próxima aos atores mais ativos na guerra civil, o que gerou ganhos para os turcos. O principal deles foi a concordância, principalmente com a Rússia, da possibilidade de Ancara intervir militarmente na parte norte da Síria, inclusive impondo zonas de segurança dentro do território sírio, embora iranianos e russos defendam que o governo de Assad deva participar também da administração dessas áreas. Tal fato foi facilitado também pela decisão dos EUA de retirar a maior parte

de suas tropas da região em questão, deixando particularmente os curdos em uma situação difícil.

Outro ganho da Turquia foi ter freado os ataques do regime de Assad e aliados à província de Idlib, ainda parcialmente dominada por insurgentes, mas com forte influência do governo turco que não quer a área dominada pelos curdos.

Na declaração oficial do encontro de Astana em janeiro de 2017, ficou claro que a Turquia, apesar das suas intervenções militares dentro do território sírio, respeitaria a integridade territorial da Síria. A Figura 20 mostra o encontro dos três líderes aliados.

As delegações da República Islâmica do **Irã**, da **Federação Russa** e da República da **Turquia**, de acordo com a Declaração Conjunta de seus Ministros das Relações Exteriores feita em Moscou, em 20 de dezembro de 2016 e a resolução 2336 do Conselho de Segurança da ONU;

(...)

Reafirmam seu compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial da República Árabe Síria como um Estado multiétnico, multirreligioso, não sectário e democrático, conforme confirmado pelo Conselho de Segurança da ONU; (ASTANA, 2017, grifo e tradução nossas)

Figura 20 - Encontro do "trio de Astana" sobre a Guerra Civil Síria em Sochi, Rússia (jan. 2017)



Fonte: ASTANA, 2017.

5.2.2.1 - A Turquia no tabuleiro do domínio territorial na Síria

Como já relatado anteriormente, o governo de Ancara passou de mero apoiador de grupos opositores para ator direto na Guerra Civil Síria, dentro do território sírio. Na visão geopolítica da Turquia, o problema maior é a expansão dos

curdos no interior da Síria e suas possíveis repercussões na parte curda do território turco. Os turcos não estão diretamente interessados na disputa entre xiitas e sunitas no Oriente Médio, como os sauditas e os iranianos, mas em conter o avanço dos curdos no norte da Síria. Nesse sentido, devemos analisar o domínio territorial da Turquia no referido conflito. As principais iniciativas militares desse ator regional foram três operações ao longo da região fronteira com a Síria, onde havia várias cidades espalhadas por um vasto território localizado principalmente entre o leste e o oeste do rio Eufrates, mas muito próximo da fronteira turca (Quadro 6).

Quadro 6 - As três principais operações turcas na região fronteira com a Síria.

Nome da Operação	Região abrangida	Objetivo(s)	Resultado
Escudo do Eufrates (a partir de agosto de 2017)	Norte da província de Aleppo e a leste do Rio Eufrates	- Derrotar o EI; - Impedir que os curdos unificassem a sua região autônoma.	A Turquia conquistou cidades importantes com a ajuda de grupos insurgentes e impediu a unificação territorial dos curdos
Ramo de Oliveira (a partir de janeiro de 2018)	Província de Afrin, até então fazia parte de Rojava.	- Expulsar todas as forças pró-curdas do PYD da zona de Afrin, bem como derrotar o Estado Islâmico na região.	Em março, o exército turco tomou a importante cidade de Afrin, no norte sírio, forçando o recuo das forças curdas.
Nascente de Paz (a partir de 9 de outubro de 2019)	Várias áreas do nordeste da Síria a leste do rio Eufrates dominadas pela FDS próximas da fronteira com a Turquia.	- Combater a Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (AANES) e as Forças Democráticas Sírias (FDS).	Em 22 de outubro, o presidente russo, Vladimir Putin, e o presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan, firmaram um novo acordo para estender o cessar-fogo para deixar o FDS recuar mais 30 km da fronteira turca, além de abandonar suas posições em Tal Rifaat e Manbij, no norte da província de Aleppo. O acordo também estabeleceu patrulhas conjuntas entre tropas russas e turcas numa região de 10 km da fronteira até a cidade de Qamishli (Al-Hasakah).

Fonte: elaborado pelo autor.

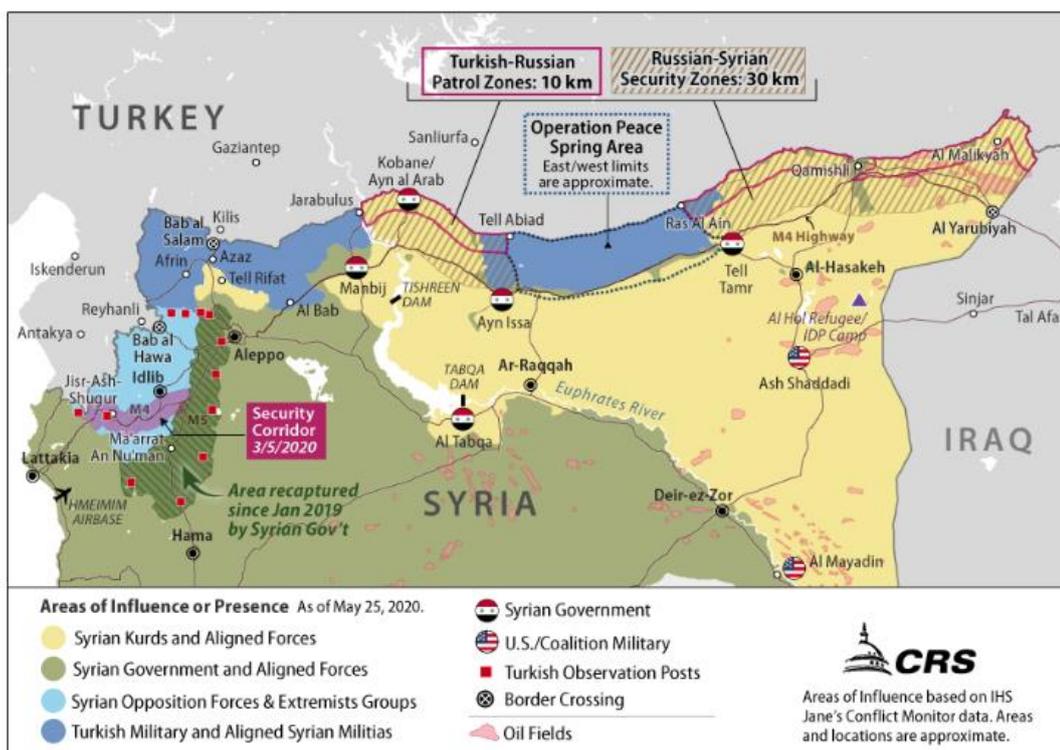
Portanto, as operações turcas em território sírio tiveram como objetivo principal diminuir o domínio territorial curdo na Síria e o Mapa 31 mostra situação após a operação Nascente da Paz no final de 2019. A Turquia e seus aliados não estatais assumiram o controle de vários locais importantes depois de derrotar o YPG

e o EI e conseguir o objetivo de impedir que a Rojava abrangesse todo o norte da Síria.

A ponta de lança da invasão penetrou 29 quilômetros, atravessando pelo meio da região que os curdos chamavam de “Rojava”, dividindo-a em duas e providenciando para que os curdos sírios não conseguissem de forma alguma ligar “Rojava” ao Mediterrâneo, o que lhes daria um porto em potencial e, portanto, acesso a outra rota de comércio. Além disso, cortaram a rota que o PKK e os curdos sírios seus aliados, o YPG, usavam para se infiltrar nas montanhas Nur, onde a Turquia e a Síria se encontram no Mediterrâneo. Os turcos tomaram quase trezentas aldeias, seis cidades e uma série de posições estratégicas, todas em território que os otomanos tinham desocupado um século antes (MARSHALL, 2022, p. 176-177).

Em todas estas operações, o governo turco arriscou o confronto com países aliados. Nas duas primeiras com o Irã e a Rússia, parceiros nas conversações de Astana, e na terceira com os EUA, principal aliado da OTAN, que Ancara está em desacordo devido à decisão dos EUA de continuar tratando o grupo armado curdo como seu aliado na luta contra o EI. Os EUA se recusavam a aceitar qualquer conexão entre o PKK e o YPG. Contudo, com a saída de grande parte das tropas dos EUA no final do ano de 2019 da região curda síria, a situação tornou-se mais favorável para Ancara agir, e pior para os curdos, abandonados pelo aliado que os utilizou na guerra contra o EI (Mapa 31).

Mapa 31 - Região de domínio curdo na Síria em 2020 e zonas de segurança patrulhadas por Turquia, Rússia e Síria



Fonte: Humud e Blanchard (2020, p. 13, com adaptações).

Podemos afirmar que já havia em curso uma reterritorialização de matriz étnica curda na Síria, por meio do autogoverno que se manifestava em vários setores da sociedade (economia, vida urbana, política etc.). Este fato foi encarado como uma séria ameaça por parte do governo turco, já que esse processo levaria à formação de uma forte identidade também territorial, levando-o a intervir diretamente ao longo de sua fronteira com a Síria. E após a ocupação militar, Ancara tratou de eliminar os elementos curdos das áreas dominadas, como explica Marshall (2022, p. 177):

A lira turca é agora a moeda usada nesse território, a rede de eletricidade está ligada à Turquia, Ancara designa funcionários locais e o turco é ensinado nas escolas junto com o árabe. Juridicamente, continua a fazer parte da Síria, mas se o presidente Assad quiser controlá-lo terá que ir lá se impor — levando consigo o Exército sírio.

Então, é possível afirmar que, em termos de domínio territorial, a Turquia apresenta a seguinte situação: em seu território nacional há um domínio alto (consolidado), pois não há evidências de ataques armados de grande envergadura por parte dos seus inimigos, especialmente as FDS e o regime de Assad. E há um domínio médio – não consolidado e compartilhado com outros atores – na faixa compreendida ao longo da sua fronteira, dentro do território sírio, com cerca de 30 km de largura, onde ocorreram as operações militares descritas no Quadro 1, e onde há uma presença ativa das forças armadas turcas, mas também com presença dos seus grupos insurgentes aliados e em parceria com a Rússia. Nota-se que o domínio territorial da Turquia no norte da Síria não significa que Ancara esteja almejando uma futura anexação de parte do território sírio, mas apenas para assegurar que o movimento curdo sírio não se espanda e não transborde para dentro da Turquia. Portanto, presume-se que em algum momento no futuro, quando a ameaça curda estiver sob controle, eles devem se retirar.

Entre os fatores limitantes do domínio turco dentro da Síria estão: i) o próprio regime que já a enfrentou em regiões como a de Idlib; ii) os atores estatais aliados ao regime de Assad (Irã e Rússia) que, apesar de conversarem com Ancara, possuem divergências, por causa do apoio turco a grupos insurgentes; e iii) as milícias xiitas, como o *Hezbollah*, e outros grupos como as agremiações curdas. Interessante observar que em alguns momentos esses atores se uniram para enfrentar a Turquia na guerra civil. A FDS e o governo sírio lutaram contra os turcos e seus grupos aliados, sobretudo a HTS, na região de Idlib.

5.2.3 - Israel

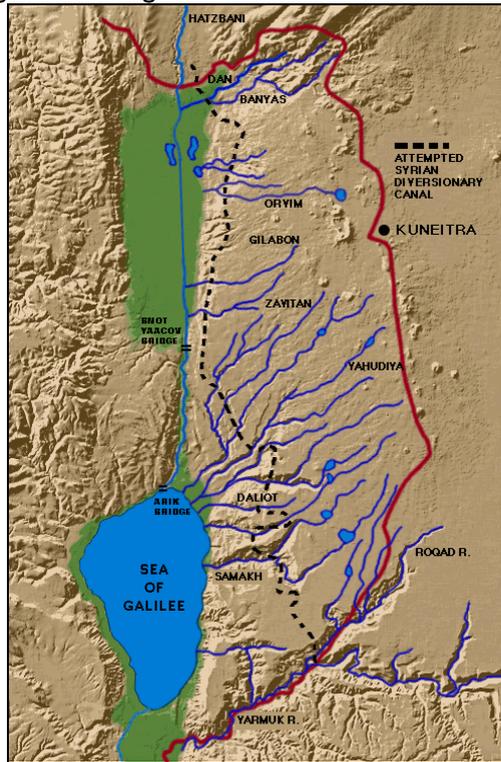
No segundo capítulo foi abordado sobre a evolução histórica da Síria e percebeu-se que as relações entre Síria e Israel sempre foram tensas, e os dois atores acabaram sendo inimigos no contexto da Guerra Fria, incluindo alguns conflitos armados. Então, a princípio, a guerra civil da Síria seria benéfica para Israel, pois uma possível mudança de regime na Síria (queda de Assad) tiraria um inimigo histórico de Israel e seria um golpe profundo aos seus dois principais inimigos, o Irã e o grupo *Hezbollah*, tirando uma base territorial fundamental deles, que é o território sírio (TOMÁS, 2014; LUCENA, 2017).

No entanto, no cálculo geopolítico israelense, o regime de Assad é o “inimigo previsível”, e sua eventual queda poderia abrir caminho para a ascensão de um governo radical islâmico que desafiaria o Estado de Israel. Nesse sentido, o então ministro de defesa israelense em 2012, afirmou ao parlamento que:

“Podemos ver um contínuo fluxo de ativistas de al-Qa’ida para a Síria”, disse o general Kochavi, prevendo que, com a erosão do regime de Assad, as colinas de Golã poderiam “tornar-se uma arena de atividades contra Israel, similar à situação do Sinai **[no Egito, onde há militantes islâmicos atuantes junto à fronteira com Israel]**, como resultado do crescente movimento da *jiḥad* na Síria” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 429, acréscimo nosso).

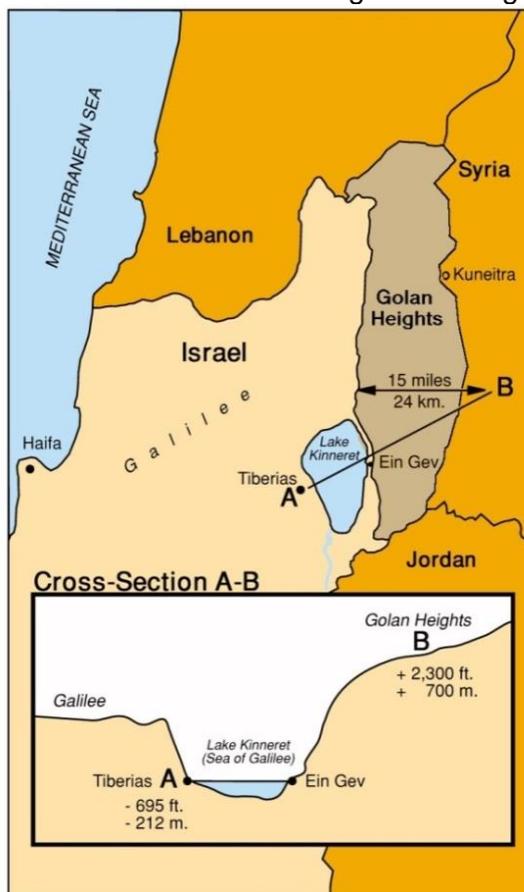
O governo de Israel, preocupado com a sua segurança, movimentou tropas para a região estratégica das Colinas de Golã, tomada da Síria na guerra de 1967, à medida que o conflito foi aumentando sua intensidade e escala. Geopoliticamente, a região de Golã foi uma grande perda territorial para a Síria, pois além de ter tido o seu território reduzido, ela viu o seu principal inimigo regional ocupar uma região militarmente estratégica por sua altitude, o que permite a vigilância sobre o território dos países vizinhos, e por suas fontes de água, algo fundamental numa região semidesértica (LUCENA, 2017) (ver os Mapas 32 e 33).

Mapa 32 - Hidrografia na região de Golã: uma fonte de água fundamental



Fonte: ISRAEL, 1991.

Mapa 33 - Região das Colinas de Golã: região estratégica pela sua altitude.



The Golan Heights
Distances and Elevations

Fonte: ISRAEL, 1991.

Segundo Moniz Bandeira (2013), Israel e Síria tinham iniciado uma negociação secreta sobre as Colinas de Golã em 2010, mediante a qual o governo judeu se dispôs a discutir uma eventual retirada de suas tropas da região, e a redefinir as fronteiras entre os dois países. Contudo, o início da guerra civil interrompeu tais negociações.

Apesar de oficialmente neutro, Israel, na prática, gradativamente começou, ao longo de 2013, a ajustar a sua postura estratégica ante a crise síria. A mudança se deveu à constatação de que o Irã e o grupo *Hezbollah* foi estabelecendo uma presença militar cada vez mais direta dentro do território da Síria. O receio de Telaviv era que aumentasse o fornecimento de armas para bases do *Hezbollah* no Líbano via território sírio, e que o Irã e o *Hezbollah* construíssem uma fortaleza no lado sírio de Golã (MALMVIG, 2016).

Destarte, a partir de 2013, Israel iniciou as suas ações na Guerra Civil Síria de três maneiras diferentes. A primeira, quando as Forças de Defesa de Israel (FDI) começaram a atacar o *Hezbollah* e as forças iranianas na Síria, bombardeando comboios que supostamente estavam transportando armas para o Líbano, e respondendo ao fogo do regime sírio ou do *Hezbollah* através da fronteira israelo-síria. A segunda maneira se deu quando

Israel também começou secretamente a fornecer medicamentos e tratamento aos combatentes rebeldes feridos da Síria. Os combatentes foram apanhados na fronteira pelas FDI, transportados para hospitais israelenses para tratamento e depois enviados de volta para a Síria. Até 3.500 sírios – incluindo mulheres e crianças – foram tratados dentro de Israel. A ajuda médica, que o governo agora reconhece oficialmente que fornece, é controverso e atraiu críticas e reações duras de alguns setores da sociedade israelense (...) (MALMVIG, 2016, p. 4, tradução nossa).

Além de fornecer tratamento médico aos sírios, Israel também enviava suprimentos (alimentos, água e produtos médicos) para o sul da Síria. Isto também era, em grande parte, realizado com o apoio de instituições privadas israelitas em colaboração com grupos insurgentes (HAIM; DEKEL, 2019 e MALMVIG, 2016).

A terceira forma de ação israelense na Síria foi, segundo Malmvig (2016), ter fornecido algum grau de ajuda militar a grupos insurgentes. Extraoficialmente, Israel pode ter ajudado no treino de milícias rebeldes dentro da Jordânia, além de ter compartilhado informações de inteligência com grupos rebeldes e alguns governos

árabes inimigos de Assad. Por exemplo, "em 2014, a missão UNDOF¹⁷, estacionada na linha de cessar-fogo israelo-síria nas colinas de Golã, informou que tinha observado caixas com conteúdo não identificado sendo trocadas entre as FDI e grupos rebeldes" (MALMVIG, 2016, p. 4, tradução nossa).

Israel está numa posição bastante confortável se comparado a períodos históricos anteriores. Isso se deve essencialmente a sua campanha aérea praticamente impune sobre o espaço aéreo sírio, a sua capacidade bélica de se defender de ataques dos seus inimigos e o forte apoio que recebe do Ocidente, principalmente dos EUA. Cook (2020, tradução nossa), assim definiu a situação de Israel no Oriente Médio:

Israel é um país rico com uma economia avançada e bem integrada com o resto do mundo, especialmente no setor da tecnologia da informação. O seu PIB per capita está no nível da França e do Reino Unido, e a posição estratégica de Israel nunca foi melhor. O Irã continua a ser um desafio, mas as Forças de Defesa de Israel podem dissuadir Teerã e os seus aliados, e os israelenses têm forças armadas muito mais sofisticadas do que qualquer um dos seus vizinhos. Israel desenvolveu os seus laços com os países árabes do Golfo Pérsico, incluindo a normalização das relações com o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos – ao mesmo tempo que reforçou o seu domínio de meio século sobre a Cisjordânia. Simplificando, Israel não é mais um aliado em apuros.

Como Cook (2020) expôs acima, é importante salientar os esforços diplomáticos de Israel para fechar acordos diplomáticos e econômicos com países sunitas com o objetivo de isolar o Irã paulatinamente no Oriente Médio. Em 2020, foram assinados os chamados "Acordos de Abraão"¹⁸, que tiveram o patrocínio do governo estadunidense. Pelo acordo, os Emirados Árabes Unidos e o Bahrein reconheceram a soberania de Israel, permitindo o estabelecimento de relações diplomáticas plenas. Além desses dois países, o Egito (1979) e a Jordânia (1994) já tinham assinado acordos semelhantes com o Estado israelense. Sobre a questão da

¹⁷ A Força de Observação de Desligamento das Nações Unidas (ou UNDOF, na sigla em inglês) foi criada pela resolução nº 350 do Conselho de Segurança de 31 de maio de 1974, com os seguintes objetivos: a) manter o cessar-fogo entre Israel e a Síria; b) supervisionar a retirada das forças israelitas e sírias; e c) supervisionar as áreas de separação e limitação, conforme previsto no Acordo de Desligamento de maio de 1974. Desde então, o mandato da UNDOF vem sendo renovado (fonte: <https://undof.unmissions.org/mandate>. Acesso em 12 jul. 2024).

¹⁸ O nome dos Acordos de Abraão está enraizado na crença comum das religiões abraâmicas - particularmente o judaísmo, o cristianismo e o islamismo - a respeito do papel de Abraão como patriarca espiritual (THE ABRAHAM ACCORDS, 2020).

segurança no Oriente Médio, a Declaração oficial do acordo entre Israel e Bahrein afirma:

Acreditamos que a melhor maneira de enfrentar os desafios é por meio da cooperação e do diálogo e que o desenvolvimento de relações amistosas entre os Estados promove os interesses de uma paz duradoura no Oriente Médio e em todo o mundo.

(...)

Procuramos acabar com a radicalização e o conflito para proporcionar a todas as crianças um futuro melhor.

Buscamos uma visão de paz, segurança e prosperidade no Oriente Médio e em todo o mundo.

Nesse espírito, saudamos calorosamente e nos sentimos encorajados pelo progresso já feito no estabelecimento de relações diplomáticas entre Israel e seus vizinhos na região sob os princípios dos Acordos de Abraão (THE ABRAHAM ACCORDS, 2020, tradução nossa).

Em síntese, os pontos supracitados garantem uma grande vantagem em termos de domínio territorial para Israel, tema que trataremos no item seguinte.

5.2.3.1 - Análise do domínio territorial de Israel no contexto da Guerra Civil Síria

No caso de Israel, em relação ao domínio territorial, o país não tem pretensões territoriais dentro do território sírio, além da manutenção do *status quo* nas Colinas de Golã, onde exerce um domínio consolidado desde 1967. O objetivo principal de Israel na Síria é impedir que haja um domínio cada mais consolidado do Irã e de seus aliados não estatais dentro da Síria, para que eles não obtenham os meios necessários para uma futura ameaça maior ao território judeu.

Os israelenses irão continuar os bombardeios seletivos ao território sírio para destruir a estrutura militar montada pela potência xiita, sobretudo, àquelas próximas às suas fronteiras, obstando que os persas e suas milícias aliadas criem condições futuras para se voltarem contra o Estado judeu a partir de uma base territorial estratégica, dentro da Síria. Neste contexto, o domínio territorial das Colinas de Golã tornou-se ainda mais relevante, pois ele funciona tanto como uma barreira natural que protege o território israelense de ataques vindos da Síria quanto como ponto estratégico para eventuais ações ofensivas contra alvos no território sírio.

A estratégia geopolítica israelense no Oriente Médio se baseia fundamentalmente na sua superioridade bélica e tecnológica em relação aos seus inimigos regionais e no trabalho de previsão das ameaças, que, uma vez constatadas, devem ser procedidas as ações necessárias para a sua neutralização, também chamadas de "ataques preventivos". Foi assim na Guerra dos Seis Dias de 1967 e nos ataques aos reatores nucleares em construção no Iraque (1981) e na Síria (2007). Essa doutrina passou a ser aplicada na Síria desde 2013, como explica o portal eletrônico de análise geopolítica RANE (2019, tradução, grifos e acréscimos nossos):

Israel tem conduzido uma ousada campanha aérea na Síria desde 2013. Inicialmente, seus aviões de guerra tinham como alvo carregamentos específicos de armas iranianas com destino ao Hezbollah, mas com o tempo, expandiu a ofensiva para incluir ativos iranianos na Síria, que poderiam apoiar ataques contra Israel ou sustentar a linha de abastecimento logístico e cooperação com o grupo militante libanês [**Hezbollah**]. A intenção geral da campanha vai além da interdição tática de transferências de armas, já que **os líderes israelenses buscam impedir que o Irã se incorpore permanentemente em um território tão próximo ao próprio Israel.**

Em julho e agosto [de 2019], Israel expandiu esta campanha para o Iraque e o Líbano. No Iraque, Israel tem como alvo em grande parte os estoques de armas pertencentes às Unidades de Mobilização Popular (PMU) ligadas ao Irã. No Líbano, mirou na Frente Popular pela Libertação da Palestina — Comando Geral, grupo que lutou ao lado do Hezbollah e das forças do governo sírio na Síria. A intensidade dos ataques no Iraque e no Líbano não atingiu de forma alguma os níveis da Síria, mas a capacidade de Israel de conduzir ataques com facilidade destaca o quão acessível é o espaço aéreo regional para as operações israelenses.

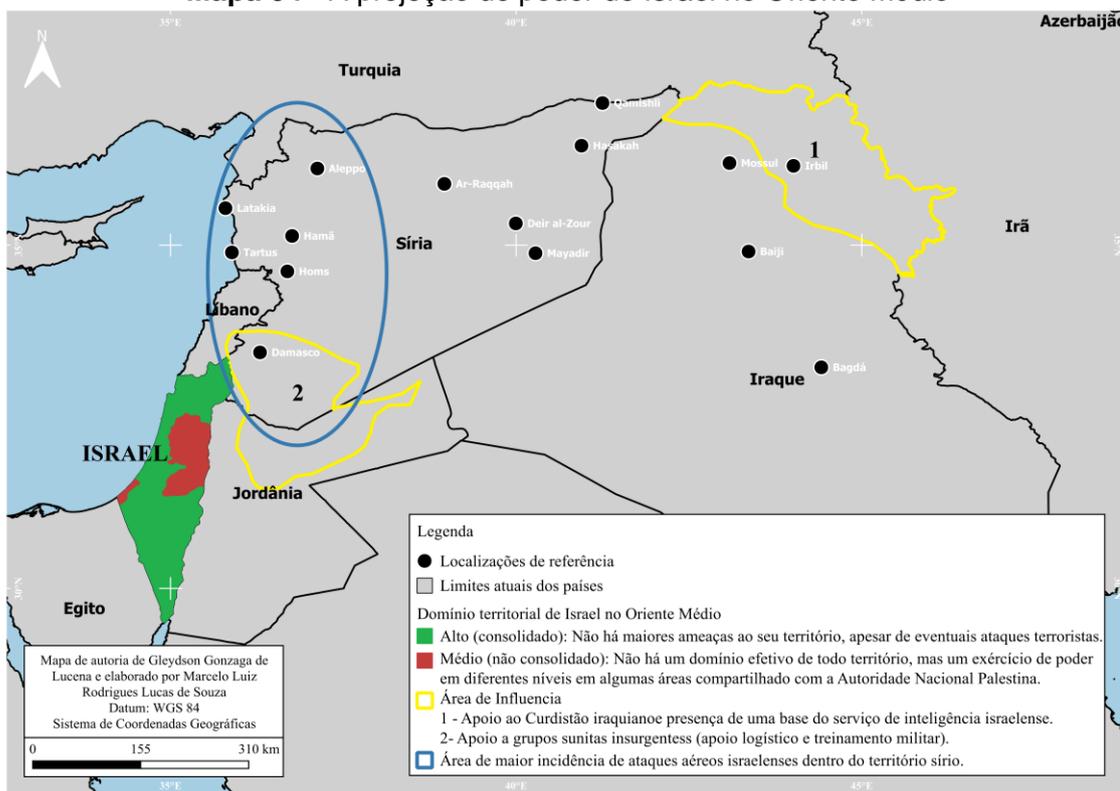
Além dos bombardeios aéreos, Israel também realiza operações em outras partes do Oriente Médio, em parceria com os EUA, para combater o Irã e suas milícias aliadas. Neste contexto, apesar de Israel não ter uma presença oficial no Curdistão iraquiano, desde quando os EUA invadiram o Iraque, em 2003, Israel manteve laços estreitos com o governo regional curdo, cuja capital é a cidade de Erbil, no norte do país, inclusive apoiando a fracassada tentativa de independência do Curdistão em 2017. Em março de 2023, o Irã assumiu a responsabilidade por uma dúzia de ataques com mísseis balísticos contra uma base secreta da inteligência israelense em Erbil (RANE, 2022). O fato escancarou a guerra cada vez menos disfarçada entre Irã e Israel-EUA pelo domínio territorial no Oriente Médio.

O Mapa 34, a seguir, mostra como esta estratégia se traduz no domínio consolidado de seu território, apesar de eventuais ataques terroristas, incluindo a

região anexada das Colinas de Golã. Esse domínio territorial deve-se, sobretudo, à superioridade tecnológica mantida há décadas na área bélica, cuja principal expressão é a existência do complexo sistema de defesa antiaérea chamado de "Domo de Ferro". Nota-se também que a maior parte dos bombardeios aéreos foram efetuados em áreas mais próximas da fronteira israelo-síria, o que complementa a defesa de seu território. E a ajuda aos insurgentes na Jordânia e no Sul da Síria foram feitas para resguardar o próprio território do Estado judeu.

Na Faixa de Gaza e na Cisjordânia há domínio médio (não consolidado), ou seja, não há um domínio efetivo de todo território, mas um exercício de poder em diferentes níveis, sendo que na Cisjordânia, em algumas áreas, o domínio territorial é compartilhado com a Autoridade Nacional Palestina. Nestes locais, a progressiva colonização judaica também aprofunda o domínio judeu sobre a Cisjordânia.

Mapa 34 - A projeção de poder de Israel no Oriente Médio



Fonte: elaborado pelo autor.

Os recentes ataques de Israel na Faixa de Gaza e, pela primeira vez, ao território iraniano, demonstram não só uma maior capacidade real de atacar os seus inimigos regionais, mas principalmente a sua vontade em consolidar o domínio territorial no seu espaço vital, que seria o seu próprio território, e mais aqueles que

ele domina de fato, incluindo as Colinas de Golã, reconhecidas internacionalmente como parte do território sírio. Por conseguinte, compreendemos as ações de Israel na Síria como parte da manutenção da segurança de seu próprio território, assim como a Turquia também age dentro da Síria visando não uma futura anexação territorial, mas a segurança de suas fronteiras. Daí percebemos a importância dada ao território na maioria dos conflitos armados, como defendido por Toft (2014), entre outros autores.

5.3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO

Como advertiu Newman (2006), o poder é mais fácil de ser dividido do que o território; este último agrega muitos valores identitários, culturais e geopolíticos que dificultam uma resolução do conflito que agrade a todos os atores envolvidos. Assim, tanto a Síria quanto a Turquia não estão dispostas a abrir mão da soberania de parte de seus territórios. A Turquia detém os meios para manter o poder, ou o domínio, mais consolidado sobre o seu próprio território nacional, assim como de suas fronteiras, mas não conseguiu acabar completamente com o domínio territorial dos curdos no norte e nordeste da Síria, pois os curdos possuem uma coesão cultural muito forte, que os leva a resistir aos ataques turcos. Já o governo sírio encontrava-se fragilizado diante de diversos grupos internos separados por questões culturais e por interesses diversos, o que tornou Assad dependente de seus aliados externos, sobretudo Rússia e Irã, para manter o domínio, mesmo que parcial, de parte do seu território.

Autores como Anders (2019) defendem que o domínio territorial garante o acesso a uma localização geográfica privilegiada e a recursos econômicos e humanos, o que fornece uma vantagem em relação aos inimigos. No presente capítulo, ficou claro o fato de a Turquia conseguir o domínio de certas áreas ao norte da Síria, garantindo-lhe não só recursos, mas também uma posição estratégica dentro da Síria para atacar os curdos – ao mesmo tempo em que os turcos privaram os curdos de importantes porções do território sírio, interrompendo a continuidade, ou pelo menos o aprofundamento, da formação de uma unidade autônoma curda na Síria, junto à fronteira com a Turquia.

De modo semelhante, o Irã fortaleceu a sua posição na Síria e no Oriente Médio ao se instalar em grande parte da região centro-sul do país, adquirindo recursos econômicos e humanos, incluindo conversões ao ramo xiita do islamismo, que lhe dá algum potencial para melhor enfrentar os seus inimigos regionais, especialmente Arábia Saudita e Israel. Assim como a Turquia, o Irã nunca almejou anexar partes do território sírio, sendo que o seu domínio territorial relativo dentro do país objetivou apenas a manutenção do seu aliado no poder e o apoio aos grupos xiitas. E, por isso, Israel procura implementar diversas iniciativas para obstar o máximo possível o avanço do Irã no território sírio; objetivo que foi alcançado grandemente com a queda de Assad em novembro de 2024,

No próximo capítulo, tratamos do conflito sírio no contexto mais global da disputa das grandes potências para obter a hegemonia internacional, o que inclui a importante região do Oriente Médio, considerada uma região vulnerável à intervenção de potências externas à região.

CAPÍTULO 6 – A INFLUÊNCIA DOS ATORES GLOBAIS NAS DINÂMICAS DE DOMÍNIO TERRITORIAL E NO DESENVOLVIMENTO DA GUERRA CIVIL

O influente intelectual da escola realista das Relações Internacionais John J. Mearsheimer expõe em sua obra *The tragedy of great power politics* (2014) que o objetivo final de toda grande potência mundial é alcançar a hegemonia de todo o sistema mundial. Contudo, como isso não parece completamente exequível, ela parte para a dominação regional por fatores econômicos, militares, demográficos, territoriais, marítimos, aeroportuários e nucleares. E nessa busca pode participar de guerras ou induzi-las com rivais, forjar intimidações e impor aos seus aliados que combatam seus rivais comuns.

Dessa forma, a Guerra Civil Síria deve ser compreendida além das questões específicas do Oriente Médio e internas da Síria, ou seja, no contexto geopolítico internacional de disputa de poder entre os grandes polos de poder mundial no Oriente e no Ocidente. Nesse sentido, destacam-se como protagonistas globais: de um lado, a Rússia e a China, que apoiam o regime do presidente Assad, ressaltando as diferenças e interesses entre os dois; e do outro lado, os EUA e seus parceiros da OTAN, como antagonistas ao regime de Assad.

Na análise da perspectiva global do conflito sírio é imperioso revisitar o pensamento de três grandes nomes no campo de estudo da Geopolítica: Halford J. Mackinder, Nicolas J. Spykman e Saul B. Cohen. Mackinder ressaltou a importância do "poder terrestre" na Geopolítica global no início do século XX, momento em que o "poder marítimo" era ainda tido como fundamental, e defendeu a ideia que se deveria prestar mais atenção à imensa massa terrestre da Eurásia, constituída essencialmente pela Europa Oriental e a Ásia. O autor, ao se referir ao imenso território russo, concluiu que havia um autêntico "domínio terrestre" que poderia influenciar a Europa e vastas regiões da Ásia. Não negligenciando o poder marítimo, Mackinder afirmava que

(...) o poder terrestre ainda sobrevive, e eventos recentes têm aumentado outra vez seu significado. Enquanto os povos marítimos da Europa Ocidental cobriram o oceano com suas frotas, colonizaram os continentes exteriores, e em graus variados fizeram as margens oceânicas da Ásia tributárias suas, a Rússia organizou os cossacos e, emergindo de suas florestas setentrionais, policiou as estepes ao assentar ali seus próprios nômades em combate com os nômades tártaros. O século dos Tudor, que assistiu à expansão da Europa Ocidental sobre o mar, também viu o poder russo ser carregado de Moscou para toda a Sibéria. A arremetida rumo ao

leste, por parte dos cavaleiros através da Ásia, foi um evento quase tão fértil de consequências quanto foi o contorno do Cabo da Boa Esperança, ainda que os dois movimentos tenham se mantido separados um do outro por um longo tempo. (MACKINDER, 2011, p. 96)¹⁹

Esse espaço estratégico constituía o que o referido autor chamou de "área pivô" da política mundial ou o *Heartland*, que correspondia, *grosso modo*, ao então Império Russo, depois à antiga URSS e hoje, podemos afirmar, à Rússia.

Existiam e existem ali condições de mobilidade de poder militar e econômico de caráter de longo alcance, ainda que limitado. A Rússia substituiu o Império Mongol. Sua pressão sobre a Finlândia, sobre a Escandinávia, sobre a Polônia, a Turquia, a Pérsia, a Índia e a China, substituiu as investidas centrífugas dos homens das estepes. No mundo todo, ela ocupa a mesma posição estratégica central que a Alemanha ocupa na Europa. Pode atacar por todos os lados e pode também ser atacada por todos os lados, exceto ao norte. (MACKINDER, 2011, p. 97)

Spykman, por sua vez, aperfeiçoou a teoria de Mackinder. Segundo ele, do ponto de vista geopolítico mundial, o *heartland* mackindeano já não desempenhava um fator decisivo. Fundamental agora seriam as regiões de "duas frentes", ou seja, aquelas que possuíam zonas de contato tanto em direção ao interior dos continentes como às suas bordas marítimas, denominadas de *Rimland* (caminho circunstancial marítimo), zona estratégica que poderia compensar ou até superar o *heartland* (COSTA, 2016). Para Spykman, (...) o principal aspecto de sua teoria é enfatizar a importância da localização geográfica e do controle de territórios – em especial os costeiros – para a definição de questões de segurança e do poder global.

Segundo Spykman, o território mundial é dividido em duas regiões principais: o *Heartland* e o *Rimland* (Figura 1). O *Heartland* vai se referir à região da planície continental no centro da Eurásia, enquanto a *Rimland* é a região no entorno estratégico do *Heartland* que serve como uma zona tampão entre o *Heartland* e a faixa costeira. De acordo com Spykman, a essência fundamental desse conceito pode ser definida como: **“quem controla a *Rimland* controla a Eurásia, quem controla a Eurásia controla o destino do mundo”** (JEBEL *et al.*, 2023, p. 131, grifos nossos).

Portanto, a *Rimland* abrangeria uma faixa de terra que circunda o coração do continente euroasiático (sobretudo, a Rússia). E, como descrito acima, inclui a Europa Ocidental, o Oriente Médio, o Sudeste Asiático e o litoral da Ásia Oriental. Spykman defendeu a ideia de que o Ocidente (EUA e seus aliados) deveria buscar o domínio da *Rimland* para se ter o domínio do poder global. A partir desta concepção

¹⁹ As citações nesta tese foram retiradas do texto *O pivô geográfico da história*, versão traduzida por Fabrício Vasselai e publicada na revista GEOUSP - Espaço e Tempo, Nº 29, 2011, p. 87-100. O texto original, com título em inglês *The Geographical Pivot of History*, foi apresentado na *Royal Geographical Society*, em 25 de janeiro de 1904 por Halford J. Mackinder e, posteriormente, publicado no *The Geographical Journal*, Vol. 23, número IV, abril de 1904, p. 421-437.

estratégica de segurança que podemos compreender as políticas e ações dos principais atores globais desde os tempos da Guerra Fria até os dias atuais, incluindo alguns conflitos contemporâneos, como a guerra da Ucrânia e a guerra civil da Síria; ambos se localizam na *Rimland* e estão inseridas num contexto maior de disputa de poder mundial, que, como argumenta Spykman, consiste em dominar territórios (Mapa 35).

Mapa 35 - O mapa geoestratégico de Nicolas J. Spykman



Fonte: Reis (2020, com adaptações).

Já Saul B. Cohen (1973), ao analisar a *Rimland* de Spykman, formulou a noção de *shatterbelt* (Cintura Fragmentada), que consistia em uma região altamente fragmentada e propensa a conflitos. Cinturas fragmentadas seriam “geradoras de instabilidade” que poderiam espalhar a insegurança nas regiões vizinhas e interromper o fluxo do comércio local e internacional. Cohen observou que uma cintura fragmentada geralmente está bem localizada do ponto de vista estratégico e, por isso, está sujeita aos interesses conflitantes das grandes potências (regionais e globais). Em seus primeiros estudos, o autor identificou como *shatterbelts* as seguintes regiões: Oriente Médio (Eritreia, Etiópia, Sudão e os países da Península Arábica); e Sudeste asiático (Laos, Camboja e Indonésia) (COHEN, 1973).

Kelly (1986), ao buscar clarear o conceito de *shatterbelt*, o descreveu como sendo uma

estrutura de conflito em dois níveis: a camada local, caracterizada por turbulência política, depressão e fragmentação social e econômica, e por possuir minerais valiosos e passagens estratégicas; e o internacional, caracterizado pela grande competição de poder por pontos de apoio entre vários Estados de uma região. (KELLY, 1986, p. 164, tradução nossa)

O conceito de *shatterbelt*, desde então, tem sido aplicado na análise a diversas crises e conflitos armados contemporâneos. Assim, Cohen (2003), ao atualizar a sua teoria, passou a considerar que havia apenas uma *shatterbelt* no século XXI, o Oriente Médio. Lá se verifica não apenas disputas geopolíticas dos atores locais, mas também dos atores globais. Nesse mesmo entendimento, Simons (2019) esclarece que o Oriente Médio é uma região vulnerável por uma série de razões: os numerosos grupos religiosos e étnicos que vivem na região (criando oportunidades para divisões sectárias) e os significativos recursos energéticos e rotas de transporte globais presentes, fornecendo uma motivação para a competição com o objetivo de dominá-los.

Portanto, constitui uma convergência entre os analistas consultados (COHEN, 2003; PARASCHOS, 2017; SIMONS, 2019) que o Oriente Médio é um típico caso de *shatterbelt*, especialmente ao constataremos as crises em vários países da região nos últimos anos (Líbia, Síria, Iraque e Iémen). Simons aponta o caso sírio como "um exemplo claro de um "laboratório" geopolítico da cintura fragmentada, onde **a Rússia [e os EUA]** é um dos atores envolvidos na luta pela influência no conflito sírio" (2019, p. 33, tradução, grifos e acréscimos nossos).

A seguir, tendo esses apontamentos teóricos como base inicial, analisamos os interesses e as ações dos atores globais no conflito sírio e, em seguida, a situação do domínio territorial dos dois principais: a Rússia e os Estados Unidos.

6.1 – A ATUAÇÃO DOS ALIADOS DO REGIME DE ASSAD – RÚSSIA E CHINA

A geopolítica russa, após o fim da Guerra Fria e da própria URSS, teve que buscar uma reorientação frente à nova realidade que se impunha. Nesse sentido, começou-se, então, a disputa de duas correntes de pensamento antagônicas, que

tem suas origens históricas no final do século XIX²⁰ e que ficaram parcialmente adormecidas durante o período soviético: os internacionalistas liberais ou “ocidentalistas” e os eurasianistas.

Os ocidentalistas (que foram dominantes na maior parte do governo de Boris Léltsin) defendem que os valores ocidentais (economia de mercado, da globalização e da democracia liberal) são universais e aplicáveis à Rússia. Eles defendiam, por exemplo, a adoção imediata do capitalismo e chegaram a pedir a entrada da Rússia na OTAN. Segundo Baranovsky (2000, p. 447),

Vale a pena lembrar que a Rússia pós-soviética adentrou à cena internacional com uma forte orientação pró-Occidente (de fato, pró-europeia). Destruído o antigo regime, livrou-se do passado comunista, proclamou a si mesma decisivamente em favor da democracia e da economia de mercado – e tudo isso foi considerado para prover o ingresso da Rússia na comunidade dos “países civilizados”.

Em oposição a essa visão, os eurasianistas (que começaram a se fortalecer na segunda parte do governo de Léltsin e principalmente a partir da era Putin) defendem uma ideologia mais nacionalista e acreditam que, devido às suas características geográficas, históricas e culturais, a Rússia não pode ser classificada como Ocidental ou Oriental, sendo um "**Estado forte e dominante na Eurásia. O Eurasianismo** conseguiu reconciliar filosofias muitas vezes contraditórias como o comunismo, a religião ortodoxa e o fundamentalismo nacionalista" (SANTOS, 2008, p. 211, grifo nosso).

Na era Putin, o eurasianismo, agora denominado neoeurasianismo, nitidamente começou a influenciar a geopolítica do governo russo, principalmente por meio do pensamento do cientista político Alexander Dugin, professor da prestigiada Universidade Estatal de Moscou e fundador do Movimento Eurásia. O pensamento de Dugin é essencialmente antiocidental. Segundo ele, a Rússia e as outras nações da Eurásia devem lutar contra a imposição do paradigma "Atlântico", que consistiria no processo de universalizar o pensamento ocidental (globalização econômica, democracia liberal), por meio da unificação de diferentes estruturas sociais, políticas, econômicas, étnicas, religiosas e nacionais em um só sistema, liderado pelas potências atlânticas (marítimas), principalmente os EUA.

²⁰ Segundo Sousa (2008), no final do século XIX, o Eurasianismo lutava por se sobrepor às tendências reformistas pró-ocidentais e ao movimento eslavófilo. Para os eurasianistas, o papel ímpar da Rússia era juntar a rica diversidade da Eurásia numa “terceira via”. Opunham-se, portanto, à política do Czar Pedro para “europeizar” a Rússia, que englobava territórios dos quais a maioria se localizavam na Ásia.

Por isso, Dugin advoga uma ordem internacional multipolar em contraposição à visão unipolar dos EUA, "onde o número de pólos e civilizações são iguais, oferecerá à humanidade uma ampla gama de recursos culturais, alternativas filosóficas, sociais e espirituais." (DUGIN, 2012, p. 158). E completa:

Este tipo de unipolaridade tem implicações geopolíticas e ideológicas. Geopoliticamente, é o domínio estratégico da Terra pela hiperpotência norte-americana e pelo esforço de Washington para organizar o equilíbrio de forças no planeta de tal forma que possa governar o mundo inteiro de acordo com seus próprios interesses nacionais (imperialistas). É ruim porque priva outros Estados e nações da sua real soberania. (DUGIN, 2012, p. 202).

Segundo Dugin, a Rússia e a Eurásia em geral possuem uma história e uma cultura forjada pela sua geografia eurásiana que a distingue do Ocidente, implicando assim na construção de um modelo próprio de sociedade e governo. Portanto, o autor defende que compreender a geopolítica russa

[...] só é possível tendo por base uma análise profunda da sociedade russa, tanto ao seu presente quanto ao seu passado histórico. Antes de tirarmos qualquer conclusão acerca de como o governo russo se correlaciona com o seu espaço, devemos analisar escrupulosamente e minuciosamente a sociedade russa nas suas constantes estruturais e principalmente rastrear a formação e a evolução dos pontos de vista dos russos acerca do mundo que os cerca; ou seja, temos que estudar o modo como os russos compreendem e interpretam o mundo e seu ambiente (DUGIN, 2014, p. 9).

Dentro desse quadro ideológico eurásiano, a Rússia busca se recolocar no cenário geopolítico mundial do século XXI. Costa (2015) aborda este projeto de restauração da Rússia como grande potência com projeção regional e mundial e aponta algumas iniciativas emblemáticas: o reaparelhamento das forças armadas, a reaproximação estratégica com a China e a anexação da Criméia em 2014. Tais ações visariam enfrentar a hegemonia dos EUA e da OTAN. Também podemos acrescentar a participação ativa na Guerra Civil Síria e a atual intervenção política e militar na Ucrânia como parte deste amplo projeto.

No contexto regional do Oriente Médio, a parceria com a Síria constitui a mais longa e importante para a Rússia. Conforme relatam Aghayev e Katman (2012), essa relação foi iniciada ainda antes da declaração da independência síria, em 1946, com a assinatura de um acordo secreto. Alguns anos depois, em 1950, as relações avançaram no sentido de um pacto de não agressão, e da expansão da assistência econômica e militar soviética aos sírios. No ano de 1967, Israel vence a Guerra dos Seis Dias e anexa as Colinas de Golã da Síria, o que provoca um

crescimento substancial do apoio e da presença militar soviética em território sírio. Ao final da década de 1970, através de um golpe que instituiu Hafez al-Assad no poder, dá-se início ao regime da família al-Assad na Síria, período no qual corresponde ao ápice do relacionamento entre a URSS e a Síria (HALL, 2013).

Como fruto dessa relação, em 1971, objetivando assegurar o seu acesso aos mares quentes, a URSS estabelece uma base naval em Tartus, permitindo sua presença no Mar Mediterrâneo. Em seguida, em 1973, juntamente com o Egito e a Jordânia, os sírios entram em guerra com Israel para reconquistar as Colinas de Golã, mas não conseguem atingir essa meta.

Com a eclosão da Guerra Civil Libanesa e a intervenção síria no conflito em 1976, há um afastamento nas relações sírio-soviéticas, período no qual a URSS reduziu seu apoio econômico e sua presença militar na Síria. Apesar desse curto período de tensão, em 1978 há uma reaproximação entre os dois países e em outubro de 1980 é concluído o Tratado de Amizade e Cooperação Sírio-soviético, que previa cooperação militar entre as partes (PICCOLLI *et al.*, 2016).

Com o fim da URSS, a Rússia manteve as boas relações com a Síria, o que ficou evidente com o apoio ostensivo dos russos desde o início da guerra civil. Grosso modo, a participação russa na guerra civil pode ser dividida em duas fases: na primeira, de 2011 a 2015, quando não houve o envolvimento direto no conflito, mas no fornecimento de armas e na área diplomática. Como lembra Malachenko (2015), “a Síria representava o último vestígio da presença russa no Oriente Médio, o símbolo de uma grandeza passada”. Por isso, a Rússia, em concordância com a China, não deixou acontecer a mesma situação de troca de regime ocorrida na Líbia pela ação do Ocidente por meio da OTAN (MACHADO e MENDELSKI, 2015; LUCENA, 2017; MONIZ BANDEIRA, 2013; PICCOLLI *et al.*, 2016). Como assevera Lucena (2017, p. 60):

Os russos vetaram, com o apoio da China, todas as tentativas propostas pelos membros permanentes ocidentais (Estados Unidos, França e Inglaterra) de aprovação de resoluções para eventuais “intervenções humanitárias” na Síria ou de condenação das autoridades sírias por prováveis violações dos direitos humanos no conflito.

E em 2013, quando começou a haver evidências do uso de armas químicas na guerra civil, os EUA ameaçaram efetuar um ataque unilateral para solucionar o conflito sírio. O Kremlin novamente buscou impedir as ações de Washington por

meio da via diplomática, convencendo o presidente Bashar al-Assad a entregar o seu arsenal de armas químicas à ONU, bem como por meio da via militar, enviando para o Mediterrâneo navios do Mar Negro, do norte e do Pacífico, alertando que não permitiria um ataque à Damasco (PICCOLLI *et al.*, 2016).

Num segundo momento, a partir de setembro de 2015, a Rússia passa a ter um envolvimento mais direto no território sírio, principalmente com ataques aéreos e auxiliando as forças sírias em terra, proporcionando a possibilidade do regime de Assad recuperar parte do domínio territorial perdido para as forças opositoristas (CORDESMAN, 2015).

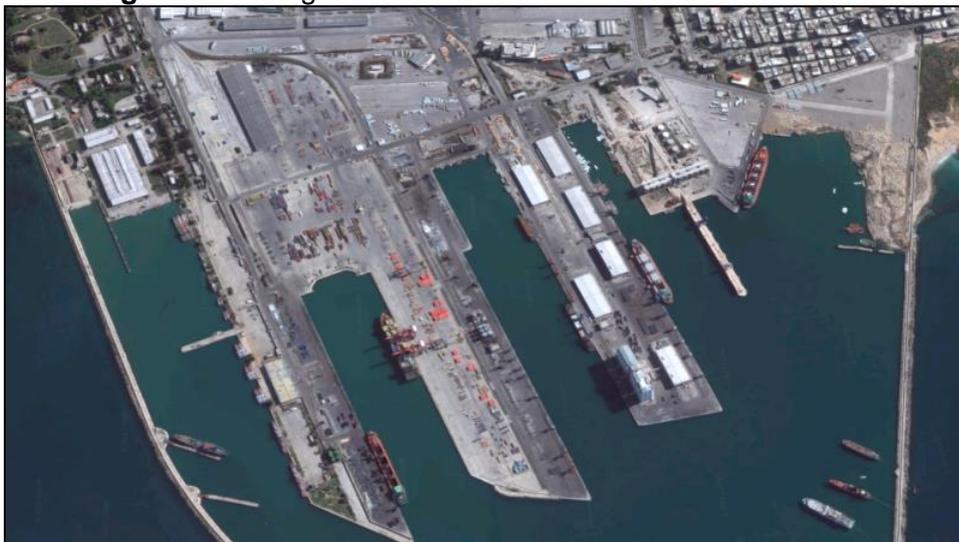
Segundo Tomás (2014), na Síria a Rússia defende a sua presença chave em uma área estratégica no Oriente Médio e no mar Mediterrâneo. O Kremlin defende o seu domínio na base de Tartus, na costa síria, o único porto que permite aos russos navegar em águas internacionais quando o gelo congela as águas e os seus navios não conseguem sair; assim como a base aérea de Latakia, de onde os russos podem operar diversas manobras militares no Oriente Médio e no mar Mediterrâneo (Mapa 36 e Figura 21).

Mapa 36 - Posição geográfica estratégica das bases de Tartus (Naval) e de Latakia (aérea) para a Rússia.



Fonte: Lucena (2017).

Figura 21 - Imagem da base naval russa de Tartus na Síria.



Fonte: <https://www.reuters.com/>. Imagem obtida pelo Google Earth em 11 mar. 2016. Acesso em 31 ago. 2024

No campo econômico, o interesse russo na Síria está nos recursos significativos de petróleo e gás que podem ser desenvolvidos e usados pelo Kremlin para compensar parte dos custos necessários para as suas manobras geopolíticas. De acordo com o então vice-primeiro-ministro da Rússia, Yuri Borisov, após a intervenção da Rússia no conflito sírio em setembro de 2015, Moscou estava trabalhando para restaurar pelo menos 40 instalações de energia na Síria, incluindo campos de petróleo *offshore*, como parte de um programa de desenvolvimento mais amplo que visava trazer de volta o potencial total de produção de petróleo e gás do país de antes da guerra civil (WATKINS, 2023).

A Rússia possui vários acordos em diversos setores com o governo sírio, como na produção de gás, que está nas mãos da empresa russa *Stroytransgaz* desde 2009 (WATKINS, 2023). Semelhantemente, no tocante à utilização e ampliação de oleodutos e gasodutos, há o projeto sírio-iraquiano-iraniano (apoiado pelos russos) de construção de um gasoduto para exportação de gás iraniano e russo para a Europa. Tal projeto é concorrente por um outro, idealizado pelas monarquias sunitas, e que abasteceria a Europa a partir das reservas do Qatar, através dos territórios da Turquia, Arábia Saudita, Jordânia, Síria e Israel (PICCOLLI *et al.*, 2016; LUCENA, 2017), conforme se observa no Mapa 37.

Moscou teme que o Ocidente tente isolá-la do fornecimento de gás e petróleo para a Europa, não apenas obstruindo a construção do gasoduto supracitado, mas também da viabilização de outro – denominado Nabucco – que

ligaria o Mar Cáspio, e os países do Cáucaso e da Ásia Central, via território turco aos mercados europeus (ver Mapa 37). Tal projeto entraria em uma estratégia maior de isolar a Rússia, o Irã e a China, evitando o surgimento de uma potência euroasiática e ao mesmo tempo tornando o Ocidente menos dependente de fontes de energia de origem russa.

Mapa 37 - Projetos de gasodutos em direção aos mercados europeus no contexto geopolítico do conflito sírio.



Fonte: Lucena (2017).

Há também a questão do comércio de material bélico, em que a Síria é uma grande compradora e vitrine dos produtos russos.

Existe também a questão do armamento que a Rússia vende ao regime de sírio, e que neste cenário de guerra é uma importante amostra do potencial da indústria russa de armamento. Se Kadhafi tinha armas soviéticas e perdeu a guerra, não era bom que tal se repetisse com o atual presidente sírio (TOMÁS, 2014, p. 15).

Dentro desta lógica, entende-se a aproximação russo-chinesa nos últimos anos, cuja maior expressão simbólica é a cooperação no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai (SCO). A SCO “baseia-se em princípios de confiança mútua, procura de benefícios conjuntos, (...) **promoção da cooperação em matéria de**

segurança e assuntos militares, tendo por objetivo tornar-se um bloco militar regional de relevo.” (MENDES e FREIRE, 2008, p. 224-225, grifo nosso).

Entre os objetivos russo-chineses nessa cooperação estaria: “(...) a oposição aos Estados Unidos e a defesa de uma ordem internacional multipolar. Ou seja, (...) a cooperação é baseada na contenção de terceiros (o Ocidente, em geral, e, os Estados Unidos, em particular)” (MENDES E FREIRE, 2008, p. 216-217). E ainda a defesa do princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados, principalmente em temas como o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais, o combate ao terrorismo e aos movimentos separatistas.

Sobre a cooperação no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai e de outras organizações multilaterais, o ministro das relações exteriores da Rússia, Sergey Lavrov declarou que:

Continuaremos trabalhando com os parceiros que estão prontos para uma cooperação igualitária e mutuamente benéfica, que não foram afetados pela histeria anti-russa. (...). Vemos grande interesse na cooperação expandida conosco dos países da Eurásia, África e América Latina, membros e participantes da **EAEU [União Econômica Eurasiática]**, **CSTO [Organização do Tratado de Segurança Coletiva]**, **CIS [CEI - Comunidade de Estados Independentes]**, **SCO [Organização de Cooperação de Xangai]**, **BRICS** e muitos outros países não ocidentais. (...) Juntamente com nossos amigos, diminuiremos a participação do dólar americano no comércio mútuo e usaremos moedas nacionais em acordos mútuos (RÚSSIA, 2022, tradução e acréscimos nossos).

E sobre a parceria russo-chinesa, Lavrov afirmou que:

A parceria estratégica com a China continua sendo uma prioridade absoluta da política externa da Rússia. É sustentável, de longo prazo e não depende da volatilidade do ambiente internacional. A relação entre a Rússia e a China é caracterizada por profunda confiança mútua, apoio mútuo na proteção dos interesses nacionais fundamentais de cada um e vontade de expandir laços mutuamente benéficos (RÚSSIA, 2022, tradução e acréscimos nossos).

Sinteticamente, portanto, o apoio russo ao regime sírio tem por objetivos: restaurar o protagonismo russo no cenário internacional e manter no poder o seu principal aliado no Oriente Médio, que lhe rende dividendos geopolíticos e econômicos. Após mais de 10 anos de conflito, é plausível afirmar que Moscou alcançou os objetivos citados, pois o presidente Assad permanece à frente do governo sírio, os russos mantêm as suas bases no território em questão e os contratos na área econômica continuam em vigência.

Contudo, a Rússia tem que enfrentar grandes desafios na Guerra Civil Síria e no Oriente Médio de uma maneira mais ampla. O principal vem sendo ter que lidar com os diversos atores regionais, cada um com seus interesses específicos. Nesse sentido, o Kremlin tem que administrar os seus objetivos estratégicos com os dos seus parceiros regionais na Síria (especialmente com a Turquia e o Irã), mas também com Israel, Egito, Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos e Iraque. Eis dois exemplos evidentes: a campanha turca no norte da Síria contra os curdos faz com que a Rússia tenha que intermediar o choque de interesses entre Turquia e o governo sírio; já os constantes ataques aéreos israelenses contra alvos iranianos em território sírio deixa os russos com a difícil missão de proteger as suas próprias tropas no país e também de tentar evitar maiores problemas entre Irã, Síria e Israel, algo bastante complexo.

No caso da China, temos que considerá-la como uma potência emergente nas últimas décadas e que se espera cada vez mais que ela participe ativamente das principais questões internacionais. Segundo Sato (2022, p. 15-16)

a condição de segunda potência econômica do mundo passa a implicar a necessidade de uma diplomacia capaz de administrar os inevitáveis problemas decorrentes de sua nova posição internacional. Em outras palavras, significa que a China deve estar preparada para assumir mais responsabilidades nas questões internacionais (...).

A história mostra que a grande potência é aquela que não pode deixar de ser — mesmo que não queira — um ator relevante na construção e no manejo dos regimes econômicos e políticos internacionais.

Nesse sentido, como já relatado anteriormente, a China tem se mostrado mais efetiva nas questões internacionais, se apresentando como um crescente polo de poder na Eurásia, muitas vezes questionando o Ocidente, mas de uma forma cautelosa. Outra característica chinesa no cenário internacional é explorar a sua capacidade econômica, criando uma espécie de efeito gravitacional que, por sua vez, permite à diplomacia chinesa explorar essas vantagens sem ter de confrontar a ordem mundial. Ou seja, a capacidade econômica (*soft power*) tem sido mais utilizada como instrumento fundamental da política externa chinesa do que a seu poder militar (*hard power*) (PAUTASSO, 2009).

No caso da crise síria, o governo chinês nunca se declarou oficialmente como aliado do governo sírio e, muito menos, se envolveu militarmente no conflito. Entretanto, a análise do período da Guerra Civil Síria nos mostra que os chineses ajudaram o regime de Assad de duas maneiras: no campo diplomático, Pequim tem

acompanhado as posições russas favoráveis à Síria no Conselho de Segurança da ONU, no sentido de defender uma ordem mais multipolar; e no campo econômico, na busca de ampliação de seu comércio internacional no âmbito do projeto chinês da Belt and Road Initiative (BRI), conhecido popularmente como "Nova Rota da Seda", em uma região vital em termos de recursos energéticos, e que serve de conexão entre a Ásia e a Europa e África. A Síria, que tem uma localização estratégica entre a Ásia e a Europa e necessita de recursos para a sua reconstrução, se tornou signatária da BRI em janeiro de 2022. "Um memorando de entendimento assinado entre a China e a Síria em Damasco colocou a Síria como o mais recente participante entre mais de 140 países participantes da BRI." (SHARMA, 2022).

Segundo Watkins (2023), é essencial para o sucesso do projeto da BRI no Oriente Médio a cooperação com os países do Crescente Xiita, especialmente o Irã. O autor cita, como exemplo dessa realidade, a recente assinatura pelo então presidente do Irã, Ebrahim Raeisi, e seu colega sírio, Bashar al-Assad, de um plano abrangente para cooperação estratégica e de longo prazo, incluindo acordos no setor energético, principalmente de petróleo. O acordo citado fortalece a estratégia mais ampla no contexto geopolítico eurasiático dos chineses, pois ele se conecta com um outro, o "Acordo de Cooperação Abrangente de 25 Anos Irã-China", assinado em 2021, num movimento onde a China deixou evidente a sua posição crítica às sanções norte-americanas impostas ao Irã. Na ocasião da assinatura do tratado, o chanceler chinês Wang Yi afirmou que:

A relação entre os dois países alcança agora um nível de parceria estratégica e a China busca ampliar e melhorar suas relações com o Irã. Nossas relações com o Irã não serão afetadas pela situação atual [de sanções econômicas ocidentais], mas serão permanentes e estratégicas (CNN BRASIL, 2021)

Por fim, salientamos que o não envolvimento direto no conflito sírio por parte dos chineses, deixando que os seus aliados russos assumissem o apoio militar direto a Damasco, deixou Pequim com mais liberdade de ação em outras partes do Oriente Médio, com foco particular em países que oferecem vantagens de transporte e recursos energéticos para ela, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Dito isto, fica claro que a Síria, sob o regime de Assad, oferece várias vantagens para a China se considerarmos o contexto geral da aliança China-Rússia-Irã na região e na Eurásia em geral.

6.1.1 - A Rússia e seu papel no tabuleiro do domínio territorial na Eurásia e na Síria

O conflito sírio, localizado geograficamente na *Rimland* (borda do *heartland*), deve ser entendido no contexto geopolítico mundial como parte da disputa do “grande jogo” travado desde o período da Guerra Fria para dominar o *heartland* eurasiático.

Dessa forma, considerando-se os imperativos geográficos, a geopolítica russa sempre se orientou segundo alguns objetivos gerais que moldaram a forma como o Kremlin define e executa a sua agenda para as diferentes regiões do mundo. Desde os czares até a atualidade – Vladimir Putin não é exceção – os governantes russos devem lidar com um duplo desafio colocado pela posição geográfica da Rússia: fronteiras terrestres extensas e vulneráveis aliadas com pontos de estrangulamento que, em mãos hostis, podem impedir a Rússia de se envolver com o restante do mundo. A abordagem tradicional russa para estes dois problemas consiste em ultrapassar as fronteiras da influência russa para fora de seus limites nacionais para proteger o núcleo vulnerável e assumir o controle dos vários nós que conectam a Rússia com o resto do mundo (GVOSDEV, 2019).

Seguindo esta lógica, durante o período soviético, a Rússia era protegida por um "cinturão territorial" que incluía as outras 14 repúblicas socialistas que também faziam parte da URSS. No lado ocidental tinha-se o bloco comunista formado pelos países da Europa Oriental que faziam parte do Pacto de Varsóvia e no flanco oriental, pelos países socialistas asiáticos sob sua esfera de influência: Mongólia, Vietnã, Laos e, por algum tempo, a China e o Afeganistão. A Índia, apesar de não pertencer ao bloco comunista, sempre teve relações estreitas com Moscou.

Após o fim da URSS em 1991, seguiu-se um período que podemos considerar um hiato na geopolítica russa, no qual a estratégia de afirmação russa na Eurásia ficou enfraquecida. A tentativa de Boris Yéltsin de se inserir na ordem internacional atrelada ao Ocidente capitalista, principalmente aos EUA, ia contra a tradição geopolítica russa. Coube ao governo de Vladimir Putin, já no século XXI, retomar a busca da reafirmação do Estado russo como grande potência no sistema internacional. O documento do governo russo *Concepção de Política Externa*, de 2023, afirma em suas disposições gerais que no mundo atual cabe uma "posição

especial da Rússia como um país-civilização único e uma **vasta potência eurásiana e euro-pacífica**" (Rússia, 2023, tradução e grifos nossos)

Essa retomada tem como inspiração o neoeurasianismo, com Aleksander Dugin como seu principal teórico contemporâneo. Ele defende que para o exercício do poder, a Rússia precisaria, primeiramente, redefinir a área em que esse poder seria executado, ou seja, sua zona de influência, podendo assim exercer sua segurança estatal e maximizar o poder na região estrategicamente traçada, sendo essa zona entendida essencialmente por todo o espaço pós-soviético (ADAM, 2011; NUNES e SILVA, 2018). Portanto, a "Rússia deve manter a capacidade de projetar poder e influência sobre o espaço alargado da Eurásia – não apenas a região definida pela antiga União Soviética [**entorno imediato**]²¹, mas também o leste e sul da Ásia, **Oriente Médio** e Europa [**entorno externo**]" (GVOSDEV, 2019, p. 4-5, tradução, acréscimos e grifos nossos).

Destarte, para a manutenção desse espaço de segurança no entorno do seu território nacional, a Rússia deve

ter a combinação adequada de forças militares, com certeza, mas também ser capaz de utilizar instrumentos econômicos e informativos de política – ser capaz de defender os seus interesses e insistir na consideração dos itens da sua agenda, e para poder apoiar e defender os seus parceiros, aliados e representantes (GVOSDEV, 2019, p. 5, tradução, acréscimos e grifos nossos).

A partir do entendimento acima, compreendemos por que o constante avanço das forças militares norte-americanas e da OTAN desde o fim da Guerra Fria no entorno territorial russo é interpretado por Moscou como uma afronta aos seus interesses nacionais, pautados pela segurança e integridade territorial, e pela defesa de seus interesses e áreas de influência (PICCOLLI 2016). Neste quadro é que devemos entender também os vários conflitos e intervenções militares protagonizados pelos russos em países localizados em sua zona de segurança imediata: na Armênia desde os anos de 1990, na Geórgia (2008), no Cazaquistão (2022), na Ucrânia em 2014 e 2022, em seu entorno imediato; e na Síria, localizada no seu entorno externo do *Rimland* eurásiano.

²¹ Buzan e Wæver (2003) expõem o conceito de *near abroad* ou "exterior próximo" para se referir, na perspectiva geopolítica russa, a área de influência russa correspondente às ex-repúblicas soviéticas. A noção surgiu como uma prioridade da política externa russa em 1992 e tornou-se política oficial a partir de 1993, segundo esses autores. Neste trabalho, optamos por utilizar o termo "entorno imediato" ao nos referirmos às ex-repúblicas soviéticas.

Além disso, a ação diplomática russa tem buscado a construção de uma complexa arquitetura de órgãos multilaterais regionais (CEI, SCO, OTSC e EAEU) e mundiais (BRICS), que possam dar uma base internacional para as suas ações estratégicas de afirmação do seu domínio na Eurásia (ver o Quadro 7 e o Mapa 38). Tal proposta consta do documento oficial russo que orienta a sua política externa (Rússia, 2023). Atuando em várias áreas, da integração econômica a segurança coletiva, estas instituições servem para manter, na medida do possível, a influência russa em seu entorno imediato e externo (BELMONTE, 2016).

Quadro 7 - Principais organizações que a Rússia faz parte no contexto eurasiático.

Organização e ano de início	Países membros e região envolvida	Objetivos principais
Comunidade de Estados Independentes (CEI), 2001	Rússia, Bielorrússia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Moldávia, Quirquístão, Tadjiquístão, Uzbequistão e Turcomenistão (ex-repúblicas da URSS)	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer um sistema de defesa e de economia entre os países que formavam a extinta URSS; - Promover políticas de segurança e desarmamento coordenadas; - Estabelecer acordos de cooperação entre os países, em áreas como política, economia e defesa militar.
Organização de Cooperação de Xangai (SCO), 2001.	China, Cazaquistão, Quirguístão, Rússia, Tadjiquístão, Uzbequistão. Índia, Paquistão e Irã (Rússia, países da Ásia Central e do Sul e Oriente Médio), aprox. 70% do território eurasiático.	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer e garantir a segurança da região da Ásia, Ásia Central e Eurásia; - Aprimorar a cooperação entre os países- membros para combater o separatismo, o terrorismo e o fundamentalismo; - Reduzir as incertezas entre os Estados-membros e diminuir os custos e riscos de cooperação econômica; - Dialogar multilateralmente com outros blocos econômicos, como a União Europeia, a ASEAN, a Liga Árabe e a União Africana.
Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), 2002.	Rússia, Bielorrússia, Armênia, Cazaquistão, Quirguístão, Tadjiquístão e Uzbequistão (Rússia e países do Cáucaso e Ásia Central)	<ul style="list-style-type: none"> - Os signatários não podem participar de outras alianças militares, ou quaisquer outros grupos de estados; - Qualquer agressão contra um dos membros deve ser vista como uma agressão contra todos; - Manter os laços entre antigas repúblicas soviéticas, principalmente frente ao avanço da influência dos países ocidentais.
Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), 2006.	Brasil, Rússia, Índia, China e República da África do Sul, Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã (Ásia, África e América do Sul)	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a cooperação econômica entre os países emergentes; - Coordenar políticas e ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental; - Discutir as questões atuais do cenário geopolítico internacional.
União Econômica Eurasiática (EAEU), 2014.	Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguístão e Rússia (Rússia e países do Cáucaso e Ásia Central)	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a livre circulação de bens, capitais, serviços e pessoas e prevê políticas comuns na área macroeconômica, transportes, indústria, agricultura, energia, comércio exterior, investimentos, regulamentação técnica, concorrência e regulação antitruste.

		- Estabelecer uma moeda única e uma maior integração econômica.
--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Belmonte (2016).

Mapa 38 - O *Rimland* (entorno imediato e externo) na perspectiva de segurança russa na Eurásia.



Fonte: elaborado pelo autor.

No mapa acima, destacam-se os países que participam das organizações citadas no Quadro 23. Apenas o BRICS não constitui uma instituição do contexto eurásiano, mas entendemos que ele também está inserido na geopolítica russa (bem como na geopolítica chinesa), quando o Kremlin promove a entrada de países da região para o integrarem, como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Egito. No caso da Síria e da Coreia do Norte, eles não participam ainda de nenhuma das organizações supracitadas, mas possuem relações estreitas com Moscou, incluindo acordos na área de segurança e compras de material bélico.

Exemplo claro dessa política regional foi a intervenção das tropas de manutenção da paz da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) – que tem uma estrutura semelhante à da OTAN – no Cazaquistão, no início de 2022. Na ocasião, a pedido do então presidente cazaque, um grupo de 2000 soldados, constituído em sua maioria de russos, ajudaram as forças de segurança locais a conter protestos contra o governo, principalmente na capital do país.

Nestas organizações, sobretudo na SCO e no BRICS, há uma confluência de interesses entre os dois grandes *players* eurásianos, Rússia e China. Pequim, ao estabelecer relações amistosas com Moscou, passou a ser capaz de ampliar sua influência sobre a Ásia Central e outras áreas da Eurásia sem ter que entrar em choque com a estratégia russa para a região. Com o fim da União Soviética, a China passou a ter, além da Rússia, cinco novos países vizinhos, sendo três fronteiriços (Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão) e dois não fronteiriços (Uzbequistão e Turcomenistão), os quais passaram a ser objetos potenciais da expansão da influência chinesa (Lima *et al.*, 2019). É importante lembrar que

A China enxerga a Ásia Central como o “exterior próximo” [*“near abroad”*], uma retaguarda estratégica. À medida que sua musculatura econômica cresce, o mesmo ocorrerá com seu apetite geopolítico. Tropas chinesas participarão de manobras na Ásia Central e farão parte da força de ação rápida da SCO distribuída na Ásia Central, incorporando, assim, conhecimento local e construindo relações com as forças militares e as elites políticas locais (COHEN, 2005, p. 4, tradução)

E, de fato, resolvidas as divergências dos tempos da Guerra Fria, como as questões fronteiriças, os dois grandes se aproximaram ao longo das últimas décadas, realizando parcerias, inclusive na área de segurança, incluindo exercícios militares (GABUEV, 2018).

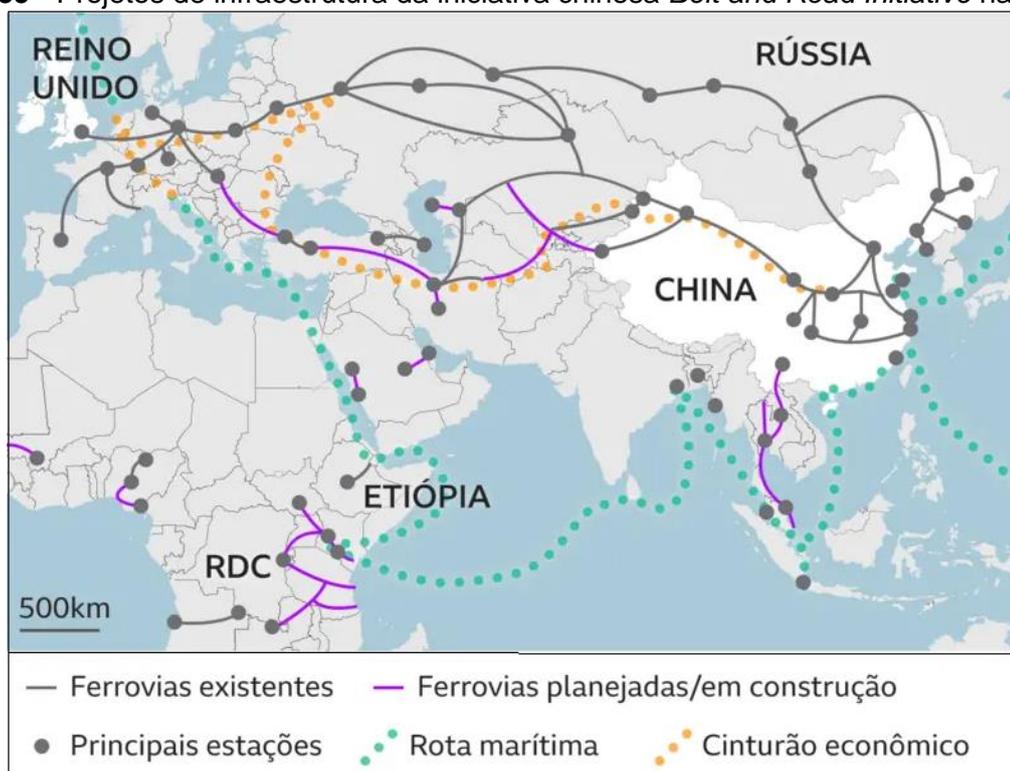
O primeiro grande exercício terrestre incluindo Rússia e China aconteceu em 2002 e envolveu forças dos 5 países da SCO. De 2005 a 2016, ocorreram oito exercícios de “Missões de Paz” da SCO, três deles envolvendo apenas Rússia e China. Em 2012, foi a vez do primeiro exercício naval oficial entre os dois países, no Mar Amarelo. Desde então, a cada ano tem ocorrido um exercício com ampliação dos níveis de sofisticação e coordenação. Em 2018, em Vostok, teve lugar o maior exercício militar desde a queda da União Soviética e contou com 3.200 soldados chineses ao lado de 300.000 russos no leste da Sibéria (LIMA *et al.*, 2019, p. 20).

Na área econômica, há diversos projetos de integração física e comercial entre estes países. A formação de uma grande área de integração econômica na Eurásia consolida a influência russa no seu entorno estratégico. As ações estratégicas russas na criação da União Econômica Eurásiana (EAEU) demonstram

a aplicação pragmática da teoria geopolítica do poder terrestre. Ao buscar consolidar uma zona econômica unificada entre seus vizinhos, o Kremlin reforça sua influência econômica na região. Essa abordagem ecoa a lógica do poder terrestre, permitindo à Rússia controlar e direcionar a dinâmica econômica dentro de seu entorno estratégico. A EAEU e a SCO também exploram o entorno externo eurasiático ao estabelecerem uma rede de interdependência que reforça a coesão e a influência russa sobre os Estados membros, inclusive no Oriente Médio, já que a SCO está se expandindo para esta parte da Eurásia.

Dessa maneira, a Rússia se projeta como uma potência econômica regional, demonstrando sua capacidade de moldar os rumos econômicos da Eurásia, embora em parceria com a China – esta que tem os seus próprios projetos, especialmente o projeto *Belt and Road Initiative* (BRI). A BRI pretende ampliar a integração econômica e política da Ásia, com desdobramentos na África, no Oriente Médio e até na Europa, por meio das vias terrestres e marítimas mediante obras de infraestrutura – redes de transporte (rodovias, ferrovias para trens de alta velocidade etc.), oleodutos, gasodutos, portos e fibra ótica – e deve estar completamente implementado em 2025 (BÍSSIO, 2017), conforme mostra o Mapa 39 a seguir.

Mapa 39 - Projetos de infraestrutura da iniciativa chinesa *Belt and Road Initiative* na Eurásia



Fonte: *Mercator Institute for China Studies (MERICS) apud Wong (2023).*

6.1.1.1 - A Rússia no tabuleiro do domínio territorial na Síria

A região do Oriente Médio – que se encontra geograficamente na *Rimland*, desde a época da Guerra Fria, e constitui uma *shatterbelt*, e, portanto, com instituições fracas e sujeita a intervenções externas por parte de potências estrangeiras – sempre esteve entre os interesses russos e mais recentemente dos chineses também. Na disputa geopolítica da época da Guerra Fria com os EUA, a URSS apoiava alguns países da região: Egito, Iraque e Síria.

Atualmente, podemos afirmar que o Oriente Médio influencia a grande estratégia russa numa série de áreas:

Geograficamente, a região confina com as grandes bacias estratégicas do Mar Negro e do Mar Cáspio e é essencial para a capacidade da Rússia de manter as suas linhas de comunicação com o Golfo Pérsico (mais crítico para corredor Norte-Sul), bem como ao Mar Mediterrâneo Oriental. **O Oriente Médio é uma das regiões do mundo onde a Rússia pode demonstrar a sua relevância como potência definidora da agenda, e em que a Rússia possa projetar de forma credível um mínimo de poder militar.** A coordenação da produção de energia com os Estados do Oriente Médio é vital para os planos da Rússia de utilizar as receitas do petróleo e do gás para seu próprio benefício e desenvolvimento, enquanto os países da região também são clientes dos produtos russos do setor industrial-militar e de energia atômica. Finalmente, Estados como Israel ou Arábia Saudita **[e Turquia]**, que não estão dispostos a apoiar as sanções dos EUA e da UE à Rússia, são fontes potencialmente importantes de tecnologia e finanças para a economia russa (GVOSDEV, 2019, p. 5, tradução, grifos e acréscimos nossos).

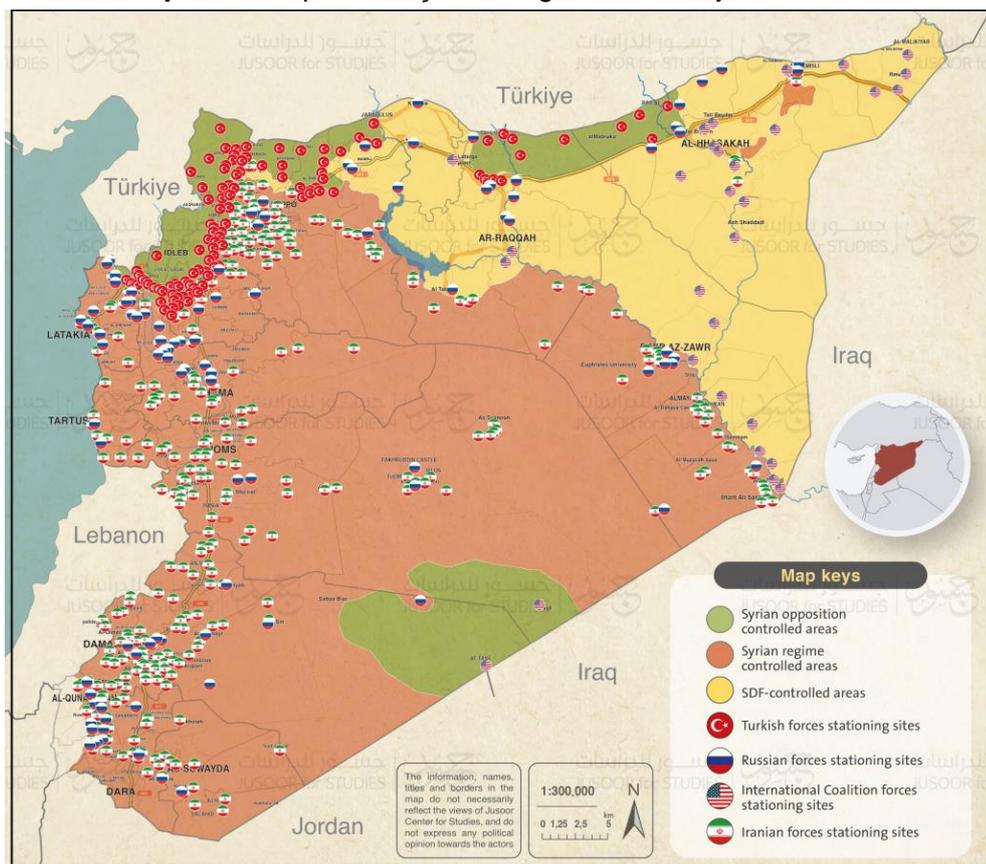
Portanto, a Síria constituiu a principal área de influência russa na região. Como já mencionado anteriormente, a Rússia possui duas bases militares na costa síria do Mediterrâneo, o que oferece um ponto estratégico para os russos atuarem nessa porção do seu entorno externo. Daí porque a Rússia não hesitou em apoiar diretamente o regime de Assad, como também se aproximar de outros países da região (Turquia, Irã, Arábia Saudita), incentivando-os a integrarem os organismos internacionais de que a Rússia faz parte, como a SCO e os BRICS.

A partir da análise da atuação russa no conflito sírio, é possível considerar, em termos de domínio territorial, a seguinte situação da Rússia na Síria: nas áreas onde se localizam as suas duas bases militares (Latakia e Tartus), o domínio territorial russo é alto (consolidado), pois até o momento eles não sofreram ameaças sérias. Esse domínio se deve, em grande parte, à implantação de sistemas avançados de defesa aérea como os sistemas S-400 e que grande parte do efetivo do exército russo está estacionado nessas áreas. Mesmo Israel e a Turquia, que

realizam constantes ataques na Síria, sempre procuraram evitar as áreas exclusivas russas. O Kremlin também evita entrar em confronto direto com os israelenses, turcos e norte-americanos, mesmo quando esses atingem áreas controladas pelo governo sírio.

Fora de suas bases no litoral, os russos compartilham o domínio territorial nas áreas dominadas oficialmente pelo governo sírio (regiões central e sul do país) com outras forças aliadas, especialmente o Irã e o *Hezbollah*, estes que estão mais presentes no território sírio do que os russos. Ao norte, os russos dividem o poder com os turcos, que estão em plena guerra contra os curdos. Já no nordeste e em parte do sudeste da Síria, a presença russa é limitada pelos norte-americanos e seus aliados junto à fronteira com o Iraque e a Jordânia (ver o Mapa 40).

Mapa 40 - Mapa das forças estrangeiras na Síria, julho de 2024.



Fonte: Shawakh *et al.* (2024).

É notório que a Rússia nunca teve a pretensão de efetivar uma ocupação do território sírio, pois, ao contrário dos atores internos, ela intervém no país para resguardar os seus interesses, assim como outros atores externos. De maneira

cautelosa e pragmática, Moscou procurou, na Síria, apoiar as forças oficiais do regime, sobretudo, por meio dos ataques aéreos e no planejamento das ações terrestres, cujas execuções ficavam delegadas aos outros aliados. Segundo Kofman e Rojansk (2018), durante o conflito, as forças aeroespaciais russas foram apoiadas por aproximadamente 3.000 combatentes terrestres russos, sendo que cerca de 1.500 sediados apenas na base aérea de Hmeimim²², onde há uma considerável frota de aviões militares russos (Figura 22). Diferentemente do Irã, que chegou a ter aproximadamente 15 mil soldados de suas forças oficiais na Síria e mais outras dezenas de milhares de combatentes das diversas milícias xiitas nacionais e estrangeiras na Síria. Outra forma de atuação dos russos foi a utilização dos grupos privados de segurança como o Grupo Wagner, também empregados em outras intervenções russas, especialmente na África.

(...) Mais de dois mil contratados militares privados (CMP), dos quais o maior grupo é o conhecido Grupo Wagner, fortaleceram as forças sírias e sobreviveram à maioria das baixas no campo de batalha.

A Rússia utilizou poucas tropas terrestres na Síria, optando por manter uma pequena “presença” russa. Em vez disso, depende das forças do Exército da Síria, milícias xiitas e “voluntários” iranianos para atuarem como as forças terrestres principais nas operações interaliadas, planejadas, preponderantemente, pelos russos (KOFMAN; ROJANSKY, 2018, p. 59-60).

Figura 22 - Parada militar na base aérea de Hmeimim em 2018.



Fonte: DETTMER, 2021.

²² Hmeimim é uma base aérea síria atualmente operada pela Rússia, localizada a sudeste da cidade de Latakia em Hmeimim, província de Latakia, Síria. A base aérea compartilha algumas instalações do campo de aviação com o Aeroporto Internacional Bassel Al-Assad. O estatuto jurídico da base é regulado por um tratado assinado entre a Rússia e a Síria em agosto de 2015. No final de 2017, a Rússia afirmou ter decidido transformar a base de Khmeimim numa componente do seu contingente militar permanente estacionado na Síria (KOFMAN e ROJANSK, 2018).

Além disso, com o início da guerra na Ucrânia, em fevereiro de 2022, e a consequente prioridade dada ao novo conflito, houve um declínio em seu comprometimento com mecanismos de coordenação com potências estrangeiras na Síria. Dessa forma, iniciou-se um aumento nas violações de protocolo em relação às áreas de desconflito entre as forças dos EUA e da Rússia. Israel não aderiu mais frequentemente ao mecanismo de linha direta que tinha com os russos, e a ênfase em patrulhas conjuntas entre as forças russas e turcas a leste do Eufrates diminuiu. De igual modo, o Kremlin perdeu relativamente sua influência sobre as decisões militares junto ao regime sírio, abrindo espaço para o Irã, que sempre esteve presente, inclusive com tropas oficiais nos campos de batalha (MAHMOUDIAN, 2024).

Mas por que a Rússia passou a priorizar a Ucrânia em detrimento da Síria? No pensamento geopolítico russo, a Ucrânia tem uma relevância maior por estar em seu entorno imediato, além de os russos terem uma identidade cultural e histórica com os ucranianos. Já a Síria, por sua vez, está mais distante de suas fronteiras, localizada no entorno externo da *Rimland* eurasiática, sendo o objetivo de Moscou apenas projetar poder em uma área de influência estratégica. Fato que também explica o envolvimento direto da Rússia na Ucrânia, inclusive com o envio maciço de tropas terrestres e com constantes ameaças de uso das armas nucleares aos apoiadores internacionais da Ucrânia, algo que não ocorreu no caso sírio.

Na lógica geopolítica do domínio territorial russo, há uma hierarquia de prioridades: o território ucraniano é mais importante para a Rússia do que o território sírio, assim como o território sírio é mais importante que o líbio, localizado numa periferia mais distante da Rússia (fora até mesmo do entorno externo). Como esclarece Newman (2006), há dimensões simbólicas e intangíveis do comportamento territorial, como sentimentos de apego e pertencimento a determinados territórios – o que dificulta a resolução de conflitos. Para a Rússia, a guerra na Ucrânia é um típico conflito étnico-territorial e envolve questões e identidades culturais, além das estratégicas. A Ucrânia e a Rússia já fizeram parte da mesma unidade territorial desde o início da história do reino russo; do ponto de vista cultural e étnico são bastante semelhantes, além de, estrategicamente, a Ucrânia estar localizada no entorno geográfico imediato russo. Há, portanto, uma identidade cultural que se afirma como identidade territorial também. Isso explica

porque o Kremlin dá maior atenção e destina mais recursos ao conflito com a Ucrânia.

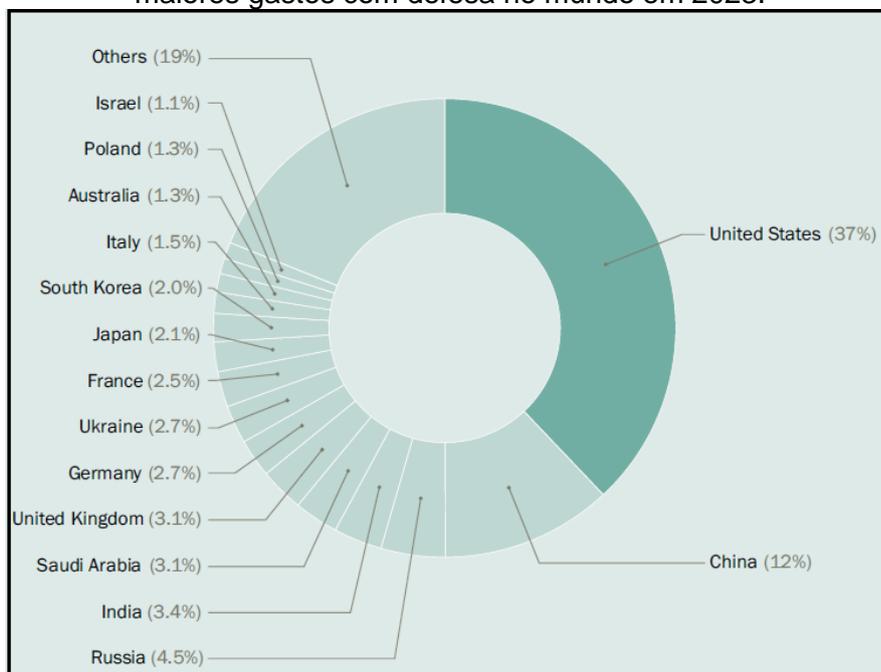
Na Síria, os russos são mais pragmáticos na defesa de seus interesses, inclusive aceitando a divisão do domínio territorial com outros atores. Não existe uma identidade cultural e, estrategicamente, a importância se dá basicamente pelas bases russas no litoral sírio. Portanto, a Rússia não tem interesse direto em ter um domínio territorial pleno na Síria, como na Ucrânia. Segundo Anders (2019), a localização geográfica do território e os recursos que ele pode fornecer são fatores fundamentais para determinar que um ator deseje dominá-lo. No caso dos russos, a posse permanente das bases no litoral sírio do Mediterrâneo é vital para a projeção de poder russa no exterior, especialmente no mar Mediterrâneo, que dá acesso ao oceano Atlântico e não congela em nenhum período do ano. A posse dessas bases, e também de diversos acordos comerciais vantajosos para Moscou com o governo sírio – como a venda de armamentos –, estão assegurados com a permanência de Assad à frente do governo sírio.

6.2 – A ATUAÇÃO DOS ANTAGONISTAS GLOBAIS DO REGIME DE ASSAD: ESTADOS UNIDOS E UNIÃO EUROPEIA

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, assistimos à construção, no contexto da Guerra Fria, de uma “comunidade de segurança” ocidental, baseada nos interesses e valores básicos compartilhados entre a Europa (principalmente a ocidental) e os Estados Unidos, tendo a OTAN como elo militar integrador (CRUZ, 2011; LUCENA, 2017). Como explica Sato (2022, p. 16), as potências europeias tradicionais e o Japão passaram a entender que "os regimes nascentes, sob a liderança dos EUA, não ameaçavam seus interesses, mas, ao contrário, eram benéficos aos seus objetivos de buscar a prosperidade em um ambiente pacífico.". Após a queda do muro de Berlim, essa parceria continuou, embora com adaptações. Dessa forma, nas questões mundiais esse grupo parece atuar em conjunto. Tal realidade ficou clara nos conflitos da Iugoslávia, da Líbia, da Síria e, mais recentemente, da Ucrânia.

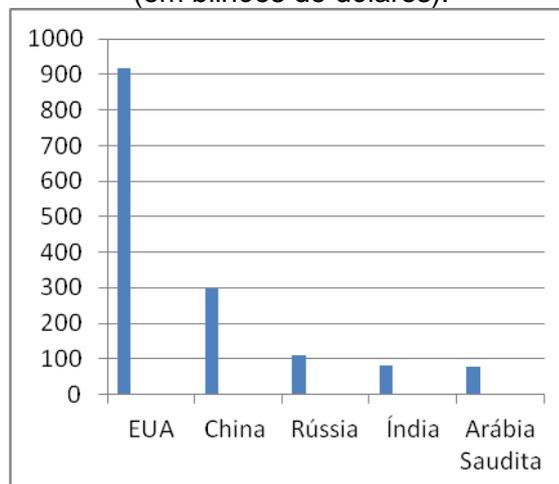
A liderança dos EUA no Ocidente é clara. Eles ainda são a principal potência no cenário internacional. Apesar do crescimento da China nas últimas décadas e do peso da Rússia no setor bélico, os EUA são a única potência que consegue projetar o seu poder por praticamente todas as partes do planeta. A sua economia, ainda a maior do mundo, lhe dá a base econômica para manter um investimento elevadíssimo na área de defesa, se comparado ao de outros países (ver Gráficos 16 e 17).

Gráfico 16 - A participação dos 15 países com os maiores gastos com defesa no mundo em 2023.



Fonte: Tian *et al.* (2024, p. 3).

Gráfico 17 - Cinco maiores orçamentos de defesa do mundo em 2023 (em bilhões de dólares).



Fonte: elaborado pelo autor com base em Tian *et al.* (2024).

Na análise dos dados apresentados, observamos que o orçamento de defesa norte-americano é mais que o dobro do segundo colocado e igual à soma dos outros 8 países mais bem colocados. Ademais, há cerca de 800 bases militares estadunidenses espalhadas pelo mundo, o que garante uma projeção de poder mundial excepcional. Dessa forma, provavelmente, os EUA continuarão sendo o

único Estado capaz de projetar poder militar significativo globalmente. Essa posição dominante é garantida pelo que Barry Posen chama de “comando dos espaços comuns” – dominância militar inatacável sobre mar, ar e espaço sideral. O resultado é um sistema internacional que contém apenas um Estado com capacidade de organizar maiores ações político-militares em qualquer lugar do sistema (IKENBERRY *et al.*, 2009, p. 9-10).

No Oriente Médio, e particularmente no conflito sírio, a comunidade ocidental de segurança também age de maneira unida, tendo formado uma aliança chamada "Coalizão Global contra o Daesh" (em inglês, *Global Coalition against Daesh*), uma formação militar multinacional baseada em Bagdad e liderada, sobretudo, pelos EUA, que tem os maiores efetivos, seguidos pelas tropas britânicas e francesas, mas que também conta com participação de países de outros continentes, inclusive países árabes do Oriente Médio, como Iraque, Turquia e Arábia Saudita. A Coalizão Global contra o Daesh foi formada em setembro de 2014 no contexto do combate à ameaça do EI – na época identificado por Daesh²³ – e conta atualmente com a adesão de 87 países, e oficialmente os seus objetivos são enfrentar o EI em todas as frentes, incluindo desmantelar suas redes e obstar suas ambições globais. Além da campanha militar no Iraque e na Síria, a Coalizão Global visa enfraquecer o financiamento e a infraestrutura econômica do EI, impedir o fluxo de militantes terroristas estrangeiros através das fronteiras, apoiar a estabilização e a restauração de serviços públicos essenciais para áreas libertadas do EI e combater a propaganda do grupo pelo mundo afora (GLOBAL COALITION, 2024). Na prática, a Coalizão Global, dominada pelos EUA e a OTAN, se concentrou em combater o Irã e outros grupos antiocidentais na região, após a derrota do EI na Síria.

Em termos econômicos, o Oriente Médio ainda é fundamental para o fornecimento de petróleo e gás natural. E no aspecto estratégico, a presença militar

²³ "Daesh" é essencialmente uma sigla em árabe formada a partir das letras iniciais do nome anterior do grupo em árabe "al-Dawla al-Islamiya fil Iraq wa al-Sham" (Estado Islâmico do Iraque e do Levante). Embora não signifique nada como uma palavra, militantes do grupo se opõem ao seu uso (IRSHAID, 2017).

estadunidense e europeia na região também objetiva garantir o apoio a Israel (o principal aliado ocidental na região), e enfrentar as principais ameaças à sua hegemonia estratégica na região: os grupos fundamentalistas tidos como patrocinadores do terrorismo, os países islâmicos governados por xiitas (Irã e Síria) e as potências eurásianas atuantes na região, especialmente Rússia e China (MONIZ BANDEIRA, 2013; LUCENA, 2017). No caso dos países europeus, há também a preocupação com a questão da imigração crescente de refugiados em direção à Europa, tendo em vista a relativa proximidade geográfica entre o Oriente Médio e o continente europeu.

O envolvimento das potências ocidentais durante a Guerra Civil Síria se deu por meio de bombardeios aéreos ou, de maneira indireta, financiando os grupos opositoristas locais, o que ocorreu mais efetivamente no início do conflito. Em especial, o Ocidente apoiou os grupos de oposição a Bashar al-Assad de inspiração não-jihadista, que estiveram agrupados em torno do Conselho Nacional Sírio (CNS), que incluía os membros do Exército Livre da Síria (LUCENA, 2017).

Entre os programas de apoio estadunidense aos rebeldes moderados, incluiu-se o *Train and Equip Program* (Programa Treinar e Equipar), cujo objetivo principal era a profissionalização das forças rebeldes do ELS e a sua capacitação para defenderem os interesses dos EUA no combate aos grupos radicais muçulmanos e ao regime de Assad (POLLACK, 2014; SORENSON, 2016). Além disso, os EUA enviaram soldados para a Síria, sobretudo para atuarem nas regiões próximas da fronteira com o Iraque, primeiramente no nordeste, na região dominada pelos curdos e depois nos arredores da base militar de Al-Tanf, junto à fronteira com a Jordânia, chegando a um total aproximado de 2000 soldados em 2019. Tal intervenção no território sírio se justificava como parte da Autorização de 2001 para o Uso da Força Militar – *Authorization for the Use of Military Force* - (AUMF) –, emitida após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 (UNITED STATES, 2001).

Depreende-se que norte-americanos e europeus almejavam conduzir uma "revolução" que conduzisse a queda de Assad e a ascensão de um governo pró-Ocidente e de não orientação teocrática islâmica fundamentalista. Segundo Arraes (2014), a ajuda ocidental à oposição se justificava pelo fato de que o regime de Assad estaria cometendo crimes de guerra contra o seu próprio povo, utilizando, por

exemplo, armamentos químicos contra os seus opositores. Em discurso em 2012, o então presidente Obama declarou:

Assad deve interromper agora sua campanha de assassinatos e crimes contra seu próprio povo. Ele deve se afastar e permitir que uma transição democrática prossiga imediatamente.

(...) Todo governo tem a responsabilidade de proteger seus cidadãos, e qualquer governo que brutalize e massacre seu povo não merece governar.

(...) Assad não tem o direito de liderar a Síria e perdeu toda a legitimidade com seu povo e a comunidade internacional.

Devemos trabalhar com o povo sírio para construir um futuro mais brilhante para a Síria. Uma Síria sem Assad poderia ser uma Síria na qual todos os sírios estivessem sujeitos ao Estado de direito (...) porque defendemos princípios que incluem direitos universais para todas as pessoas e uma reforma política e econômica justa. Os cidadãos sofredores da Síria devem saber: estamos com vocês, e o regime de Assad deve chegar ao fim (OBAMA, 2012).

Contudo, o Ocidente não conseguiu agir e impor uma mudança de regime, por meio de uma possível intervenção direta ou indireta ao apoiar os grupos insurgentes moderados. O fato de os EUA e a OTAN já estarem envolvidos com outros conflitos e crises (Afeganistão, Líbia e Iraque) e, posteriormente, com a intervenção do Irã e, principalmente, da Rússia e da China ao lado de Assad, dificultou as ações do Ocidente. Como explica SOUSA (2019, p. 361, acréscimos e grifos nossos):

A relutância dos EUA/OTAN em invadir a Síria, como havia feito no Afeganistão e no Iraque, bem como a impossibilidade de estabelecer uma zona de exclusão aérea devido ao veto de Rússia e China no Conselho de Segurança da ONU, assim como a perda de controle sobre os diversos grupos rebeldes apoiados tanto pelo Ocidente quanto pelo Qatar e pela Arábia Saudita – inclusive emergindo dessa circunstância o ISIS [**Estado Islâmico**] – deixaram cada vez mais imprecisas as posições ocidentais e abriram caminho para a intervenção russa.

Uma questão que ficou evidente foi a relutância dos EUA e de seus parceiros da OTAN de dar apoio ostensivo aos diversos grupos insurgentes, principalmente aqueles de inspiração jihadista. Como pontuou Landis (2020), Obama temia que os EUA fossem responsabilizados pela tomada de Damasco pelos Salafistas-Jihadistas (extremistas sunitas). Exemplo emblemático desse temor foi a suspensão, no final de 2015, do programa *Train and Equip Program* (Programa Treinar e Equipar), pois constatou-se que muitos dos insurgentes treinados pela CIA acabaram se radicalizando e, conseqüentemente, fortalecendo os grupos fundamentalistas islâmicos. Ao desertarem para milícias como o EI ou a *Jabhat al-Nusra*, esses rebeldes, tidos como moderados, levaram com eles muitos dos

armamentos fornecidos pelos EUA, tornando ainda mais complexo o quadro da Guerra Civil Síria, em termos de participantes, alianças e dimensões de intervenção (GIACOMINI, 2016). Anthony Cordesman, ex-analista de segurança nacional americano, constatou que

De forma mais ampla, a política dos EUA na Síria é vista como um fracasso e um sinal da crescente fraqueza americana no Médio Oriente. A diplomacia dos EUA até agora não conseguiu contrariar ou equilibrar a influência russa e tornou-se um episódio secundário a outros esforços para negociar um cessar-fogo. Enquanto os EUA desempenham um papel militar na luta contra o Estado Islâmico (EI) na Síria, visivelmente falhou em criar sistemas eficazes, unificados e forças rebeldes árabes moderadas. E agora luta contra o EI no Iraque e na Síria sem nenhum plano significativo para o que acontecerá após a derrota do EI. Os Estados Unidos realizaram operações semelhantes no Afeganistão de 2001 a 2014 (CORDESMAN, 2017, p. 5-6.).

É por isso que os EUA, e a Coalizão Global, deixaram de armar a oposição árabe síria de maneira mais ampla e o seu objetivo inicial de derrubar Assad foi deixado de lado à medida que a iniciativa iraniana-russa consolidou o regime sírio no poder. Assim, as metas principais passaram a ser o combate ao EI em parceria com os curdos sírios do nordeste do país, liderados pelas Unidades de Proteção do Povo ou YPG (LANDIS, 2020) e, após a derrota do EI, a contenção do Irã e suas milícias xiitas aliadas na região (essencialmente no eixo Síria-Iraque).

Nunes e Silva (2018) explicam que, fora do âmbito militar, também foram aplicadas sanções à Síria, de diversas partes do mundo, principalmente da União Europeia (UE) e dos EUA. Segundo relatório do congresso estadunidense, os EUA mantêm sanções à Síria por causa do seu apoio ao terrorismo, à interferência no Líbano, à utilização de armas químicas e às violações dos direitos humanos (UNITED STATES, 2023). As sanções consistem essencialmente

no bloqueio de contas efetivadas nos Estados Unidos de importantes nomes sírios como o próprio Bashar al-Assad e muitos de seus companheiros, assim como de fundos sírios no Banco Central Europeu. A proibição do acesso de sete pessoas ligadas a Bashar al-Assad ao bloco europeu também deve ser considerada, tal qual a implementação de algumas restrições ligadas ao comércio de metais, como o ouro. Regionalmente, houve o banimento da Síria da Liga Árabe, encabeçada pela Arábia Saudita (NUNES; SILVA, 2018, p. 239).

Neste contexto, Lucena (2017) pontua que já houve, na época da invasão do Iraque, um “plano de contingência” para também invadir a Síria, mas que foi descartada pelo então presidente Bush. Em 2003, foi aprovada uma lei – a “*Syria Accountability Act*”, ou “Lei de Restauração da Soberania Libanesa e da Responsabilidade da Síria” – que determinava combater a intervenção síria no

Líbano e parar seu possível programa nuclear (UNITED STATES, 2003). Adicionalmente, a própria oposição síria já era financiada pelos EUA mesmo antes da guerra civil. Para Moniz Bandeira (2013), Washington já visava a desestabilização e a derrubada do regime de Assad desde o início do atual século. Por isso, destinou, desde 2005-2006, recursos financeiros na ordem de US\$ 12 milhões aos opositoristas sírios.

Dessa forma, ações como o ataque dos EUA à Síria, com o auxílio da França e da Inglaterra, a partir do mar Mediterrâneo, em abril de 2018, tendo como pretexto o uso de armas químicas pelo regime de Assad, e a manutenção de um contingente de cerca de 900 militares na Síria em áreas dominadas por grupos opositoristas no nordeste (área curda) e sudeste do território sírio (na chamada zona de desconflito ao redor da base de Al-Tanf), devem ser compreendidas a partir da estratégia mais global dos EUA de contenção das potências eurásianas. Na próxima seção, analisamos esta disputa pelo controle da *Rimland*, assim como analisamos o domínio territorial dos EUA dentro do território sírio.

6.2.1 - Os Estados Unidos e seu papel no tabuleiro do domínio territorial no Oriente Médio e na Síria

Como já frisado anteriormente, durante a Guerra Fria os EUA iriam buscar, como principal estratégia de hegemonia mundial, a contenção da URSS no coração da Eurásia (*heartland*), impedindo que ela penetrasse e dominasse as áreas do *Rimland*. Isso se tornou uma das principais diretrizes da política externa norte-americana na era bipolar e, com isso, foram formuladas iniciativas econômicas e militares para tal fim. Com base teórica principalmente em Mackinder e Spykman, os EUA deveriam perseguir a manutenção do domínio do *Rimland* por meio de alianças e acordos com países incluídos nessa ampla área, inclusive o Oriente Médio.

Uma tese não muito estapafúrdia pode ser a de que, devido à proximidade do bloco socialista ao *Rimland*, os EUA estrategicamente preconizaram todos os acordos e ações políticas, militares e econômicas das regiões fronteiriças com o bloco socialista. A aproximação dos EUA aos países europeus e 24 asiáticos seria uma tentativa de incorporar uma parte do *Rimland* à sua área de influência (MANTOVANI, 2011).

Para Zbigniew Brzezinski (1986, p. 9, p. 16 e p. 20), um dos principais formuladores de política externa dos EUA durante a Guerra Fria, a disputa entre

EUA e URSS – e, podemos afirmar, com a Rússia e a China no século XXI – "seria uma luta entre dois sistemas imperiais (...) por nada menos que a supremacia global (...) choque entre uma potência oceânica e uma potência continental". Assim, segundo o autor, permitir o controle da Eurásia pela URSS representaria duplamente um fracasso histórico e um risco para os norte-americanos, pois permitiria por parte dos russos a posse de incontáveis recursos. Seguindo o pensamento de Spykman, Brzezinski reiterava que aquele que controlasse a Eurásia dominaria o mundo. E conclui que

Se a União Soviética capturasse as periferias desta massa continental – a Europa Ocidental, o Extremo Oriente e o Sul Asiático – ela não ganharia apenas enormes recursos humanos, econômicos e militares, como também o acesso a passagens geoestratégicas para o hemisfério ocidental – os oceanos Atlântico e Pacífico (BRZEZINSKI, 1986, p. 31-32).

A geopolítica estratégica dos EUA continuou após o fim da Guerra Fria, sendo o eixo sino-russo o grande adversário a ser enfrentado. Dessa forma, têm-se as bases de uma espécie de arco de contenção do eixo sino-russo liderado pelos EUA e baseado em múltiplas estratégias. Como explica Pautasso (2019), inclui o avanço de alianças militares, como a expansão da OTAN, bem como uma gigantesca estrutura de projeção de força militar que cobre a Eurásia por meio de um conjunto de aliados estratégicos (ver o Mapa 41). Ademais, há

cerca de 800 bases militares espalhadas pelo mundo, uma rede de bases militares estratégicas na Eurásia na Coreia do Sul, Japão, Guam, Tailândia, entre outros. Devem-se sublinhar ainda aliados regionais estratégicos, tais como Japão, Arábia Saudita, Azerbaijão, Geórgia, Israel etc. (...) A isso, somam-se as políticas de *regime change* através de desestabilizações como as '**revoluções coloridas**'²⁴, ocorridas na Sérvia (1999), Geórgia (2003), Ucrânia (2004-14), Quirguistão (2005). **Sem esquecer as intervenções militares diretas**, cujos efeitos foram devastadores, como Afeganistão, Iraque, Líbia e **Síria – essa salva pelo apoio russo**. Há ainda os países sob sanções e recorrentes ameaças militares, os casos de Coreia do Norte e Irã (...). Ou seja, o arco começa na Ucrânia, passa pelo Cáucaso, **atravessa o Oriente Médio** e a Ásia Central, e culmina no Sudeste e Leste Asiáticos (PAUTASSO, 2019, p. 96-97, grifos nossos) (Mapa 41).

²⁴ Revoluções coloridas é a designação atribuída a uma série de manifestações políticas de oposição que envolveu a tentativa ou a derrubada de governos considerados anti-ocidentais (e principalmente pró-russos), e a sua substituição por governos pró-ocidentais ou pró-OTAN. Ocorridas a partir dos anos 2000, a maior parte ocorreu em países da área de influência ou no território da antiga União Soviética, sendo que o principal resultado efetivo foi a derrubada de governos pró-Rússia e a ascensão ao poder de grupos ou partidos políticos pró-Estados Unidos. Alguns autores consideram que tais revoluções foram patrocinadas diretamente pelos Estados Unidos, enquanto outros defendem que isso só foi possível devido à existência de movimentos de oposição locais ou nacionais. Estas manifestações têm em comum o uso de ação direta, da resistência não violenta (de acordo com os seus apoiadores), um discurso de democratizante, liberalizante e pró-ocidental, destacando-se também o papel central de mobilização desempenhado por algumas ONGs, organizações estudantis e pela mídia ((KORYBKO, 2015; CHETERIAN, 2005; ORTEGA, 2009).

Mapa 41 - Arco de contenção liderado pelos EUA para enfrentar o eixo sino-russo na Eurásia



Fonte: Pautasso (2019, p. 97, com adaptações).

O Mapa 41 expõe o arco de contenção liderado pelos EUA para enfrentar o eixo eurasiático constituído por Rússia e China, assim como algumas das estratégias dos EUA/OTAN para conter a *heartland* eurasiática.

No que tange especificamente ao Oriente Médio, trata-se de uma região *shatterbelt* de disputa entre os principais pólos de poder regional e global. Apesar de alguns autores ressaltarem o fato de os EUA terem perdido parte de sua influência na região, eles ainda são bastante presentes e capazes de combater as ameaças à sua hegemonia estratégica na região e na Eurásia de um modo geral. No Mapa 42, a seguir, é possível observar o quanto o Ocidente está fortalecido na região e o quanto a Síria, envolta na guerra civil, está vulnerável às potências ocidentais e seus aliados regionais, como Israel.

Em relação à atuação dos EUA no Oriente Médio, verifica-se que Washington procura manter a sua área de influência de maneira direta, com a presença de tropas e bases em países aliados: Bahrein, Jordânia, Kuwait, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos; mas também em outros que possuem algum tipo de acordo, como no caso do Iraque (colaboração no combate ao

terrorismo) e da Turquia (como membro da OTAN) e mesmo em um país que não concedeu tal autorização, no caso da Síria (Tabela 5). E de maneira indireta, os EUA mantêm sua influência por meio dos seus *proxys* não estatais (grupos insurgentes e empresas de segurança financiadas pelo Ocidente).

Mapa 42 - Forças militares da OTAN e dos Estados Unidos ao redor da Síria



Fonte: *International Institute for Strategic Studies apud* Lucena (2017, p. 57).

Tabela 5 - Número aproximado de soldados dos EUA nos países do Oriente Médio

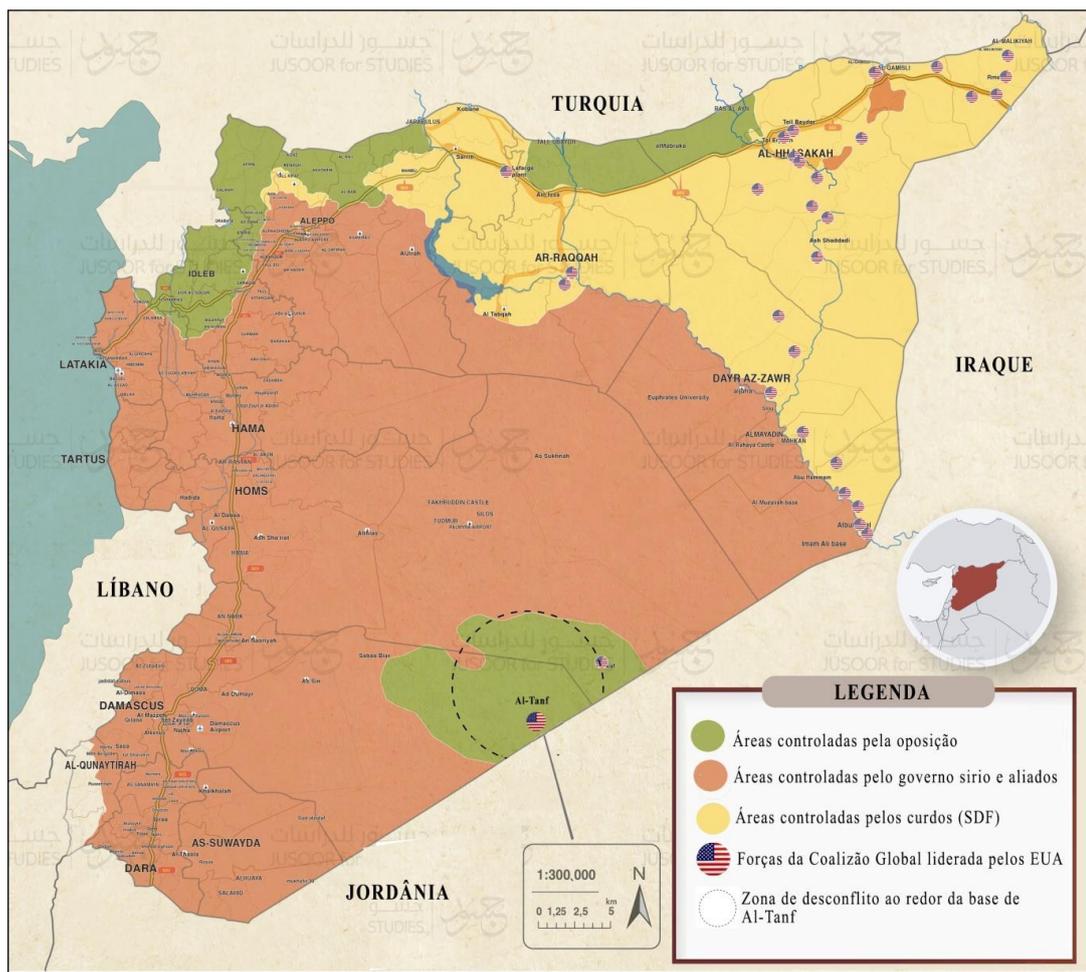
País	Número de soldados	Ano de referência
Kuwait	13.500	2021
Bahrein	9.000	2023
Qatar	8.000	2022
Emirados Árabes Unidos	3.500	2021
Turquia	3.000	2020
Jordânia	2.936	2023
Arábia Saudita	2.700	2023
Iraque	2.500	2021
Síria	900	2023
Omã	200	2021
TOTAL	46.236	

Fonte: elaborado pelo autor com base em Reuters (2024) e Masters e Merrow (2024).

6.2.1.1 - Os Estados Unidos no tabuleiro do domínio territorial na Síria

Na Síria, a atuação dos EUA pode ser dividida em três fases principais: na primeira, até 2015, os norte-americanos apenas apoiaram financeiramente e tecnicamente os grupos insurgentes considerados moderados; entre 2015 e o final de 2019, as forças terrestres dos EUA – que chegaram a um total máximo de 2000 soldados – operaram dentro da Síria, juntamente com outros países da Coalizão Global, estando presentes principalmente na região nordeste, trabalhando com os curdos, que dominavam essa porção do país, e na fronteira com a Jordânia, na região ao redor da base de Al-tanf, tomada do EI em 2016 e administrada pelos EUA desde então, juntamente com grupos insurgentes aliados, entre eles, o Exército Livre Sírio. Neste segundo momento, o objetivo principal foi combater o EI. Em um terceiro momento, a partir de outubro de 2019, quando o presidente Trump ordenou a retirada de grande parte das tropas estadunidenses da Síria, os americanos e a Coalizão ocidental passaram a se concentrar no combate à presença do Irã e de suas milícias xiitas na Síria e no Iraque (Mapa 43).

Mapa 43 - Forças da Coalizão Internacional lidera pelos EUA na Síria (julho de 2024).



Fonte: Shawakh *et al.* (2024, p. 14, com alterações).

Nestas áreas, o governo sírio não tem condições de impor a sua soberania de maneira efetiva, restando apenas o confronto no campo retórico. Na região de Rojava, onde há a presença de tropas norte-americanas, constata-se que o governo Assad geralmente não fez muito para se opor à presença dessas forças dos EUA no nordeste da Síria, exceto pela emissão de algumas declarações contrárias, em grande parte porque o regime perdeu o domínio desta área, não tinha tropas para retomá-la, e provavelmente se beneficiava pelo fato de que o EI estivesse sendo combatido por lá (AFTANDILIAN, 2018).

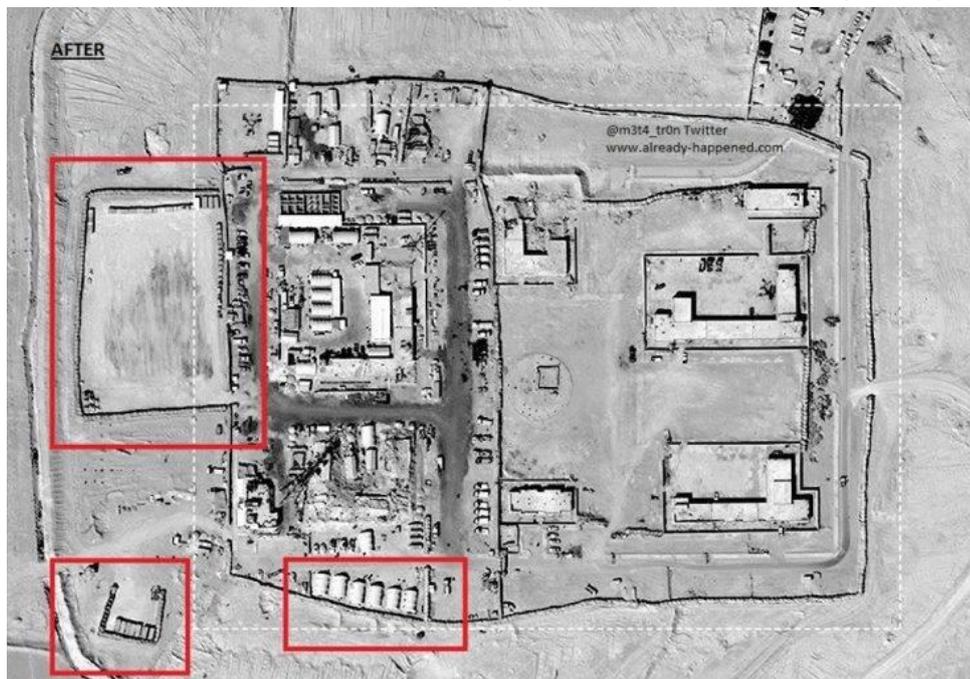
Do mesmo modo, os aliados do regime de Assad não estão dispostos a enfrentarem diretamente as tropas estadunidenses. A Rússia não tem interesse em combatê-los, pois pragmaticamente os seus objetivos principais estão garantidos – manter Assad no poder e garantir as suas bases militares na costa do Mediterrâneo.

O mesmo se aplica aos turcos no norte da Síria. No caso do Irã e de suas milícias xiitas, há eventuais confrontos com as forças norte-americanas, mas que não mudam o *status quo* do domínio territorial de ambos dentro do território sírio. Ressalta-se que russos e turcos patrulham a fronteira norte da Síria em conjunto e também procuram dialogar com os norte-americanos para evitarem confrontos diretos. Não há, por parte dos EUA, o objetivo de ter um domínio territorial direto de nenhuma porção do território sírio; como uma potência global, eles tencionam apenas defender os seus interesses estratégicos, como a contenção do Irã, e apoiar os seus aliados estatais – Israel, principalmente – e não estatais – os curdos e demais grupos aliados. Estes sim, como atores internos, buscam a manutenção e a ampliação de seus respectivos domínios territoriais.

No caso da guarnição de Al-Tanf – que constitui um pequeno posto avançado perto da região da tríplice fronteira no sudeste da Síria, atravessando a importante rodovia Bagdá-Damasco – há uma presença militar dos EUA junto com uma força insurgente aliada, o Exército Livre Sírio. Originalmente, a área era dominada pelo EI, mas foi ocupada pelos grupos aliados aos EUA no início de 2016. Em um acordo negociado com os russos, para evitar acidentes entre ambos em suas respectivas campanhas aéreas, há uma zona de desconflito de 55 quilômetros circunscrita ao redor da base, que é patrulhada por americanos e seus aliados (Figuras 23 e 24).

Atualmente, há pelo menos três justificativas para sustentar a presença dos EUA em Al-Tanf: combater as forças remanescentes do EI na região, dificultar a conexão entre o Irã e a Síria na fronteira sírio-iraquiana, diminuindo, assim, a influência iraniana na região, além de que o domínio desse ponto estratégico pode ter um potencial de influência política em eventuais negociações futuras (MAGRUDER, 2020). Podemos afirmar que, no tocante ao domínio territorial, a área composta pela base de Al-Tanf e a zona de desconflito constitui o único território com domínio alto (consolidado) por parte dos EUA dentro da Síria.

Figura 23 - Imagem de satélite da base militar de Al-Tanf na Síria (junho de 2018). Os locais destacados constituem uma expansão feita em 2018 nas instalações originais.



Fonte: Military Review (2018).

Figura 24 - Imagem da base militar de Al-Tanf na Síria (outubro de 2023)



Fonte: Al-Homsi (2018).

Segundo Magruder (2020), há questionamentos, na sociedade norte-americana, sobre a relevância da manutenção de tropas estadunidenses em certos países do Oriente Médio, como Síria e Iraque, principalmente após o ataque à base estadunidense de Torre 22, em janeiro de 2024.

A Torre 22, uma base na Jordânia no ponto mais ao nordeste onde as fronteiras do país encontram a Síria e o Iraque, foi atingida por um ataque

de drones em 28 de janeiro [de 2024] que matou três soldados da Reserva do Exército.

Washington culpou a milícia iraquiana *Kataib Hezbollah*, apoiada pelo Irã.

Especificamente, **a Torre 22 fica perto da guarnição de Al Tanf, que fica do outro lado da fronteira na Síria e que abriga um pequeno número de tropas dos EUA. Al Tanf foi essencial na luta contra o Estado Islâmico e assumiu um papel como parte de uma estratégia dos EUA para conter o avanço militar do Irã no leste da Síria.**

Instalações em países como Catar, Bahrein, Arábia Saudita e Kuwait normalmente não são atacadas.

Mas as tropas dos EUA no Iraque e na Síria têm sofrido ataques frequentes nos últimos anos. Desde 7 de outubro [de 2023], as tropas dos EUA foram atacadas mais de 160 vezes por milícias apoiadas pelo Irã, ferindo cerca de 80 soldados, mesmo antes do ataque de domingo à Torre 22, que feriu cerca de mais 40 (REUTERS, 2024, tradução, grifos e acréscimos nossos).

Especificamente sobre a área de Al-Tanf, Magruder (2020) argumenta que um dos objetivos principais que era cortar a ligação Irã-Síria – por meio do bloqueio do trânsito ao longo da rodovia Bagdá-Damasco, que teoricamente colocava pressão econômica sobre o regime sírio e negava a ele uma das potenciais rotas por via terrestre entre o Irã e o Mediterrâneo – não estaria sendo alcançado, já que se "a presença dos EUA tivesse um impacto realmente significativo, haveria menos necessidade de Israel aumentar sua própria pressão sobre a atividade iraniana na Síria", por meio de ataques aéreos constantes. Além disso, completa o autor, "as caravanas [iranianas] viajam rotineiramente no deserto aberto (embora mais lentamente), contornando efetivamente a zona de desconfito" dominada pelos EUA e aliados (MAGRUDER, 2020, tradução e acréscimo nossos).

Contudo, como lembra Anders (2019), o controle territorial é uma questão essencial num conflito armado, pois o seu domínio é uma pré-condição para se alcançar outros objetivos, como a destruição completa do inimigo. Dessa forma, os norte-americanos e seus aliados devem continuar atuando na Síria, mesmo correndo sérios riscos de segurança para os seus soldados. Se a Coalizão internacional liderada pelos EUA se retirar da Síria, dará espaço para Irã, Rússia e a própria Síria se fortalecerem. O leste da Síria é uma região rica em recursos energéticos e a presença das forças ocidentais liderada pelos americanos procura também obstruir o acesso do regime de Assad a esses recursos. O Irã teria maior facilidade para fazer a conexão terrestre com a Síria e os grupos não estatais antiocidentais, como o *Hezbollah* e o EI, ficariam com mais liberdade para agir, principalmente entre a Síria

e o Iraque. E, por fim, o eixo estratégico sino-russo consolidaria ainda mais a sua influência no Oriente Médio.

Ainda sobre a situação de Al-Tanf, é importante ressaltar o conceito de "zona de desconflito" e sua importância na dinâmica da guerra civil e na manutenção do domínio territorial por parte dos atores regionais e globais. Uma zona de desconflito faz-se mister em um território onde diversos atores regionais (Turquia, Israel, Irã e a própria Síria) e globais (EUA e Rússia) desenvolvem as suas próprias campanhas aéreas com seus respectivos alvos e objetivos. Isso significa que muitas aeronaves estão voando em um espaço aéreo restrito, o que aumenta o perigo de "acidentes" ou "erros de cálculo", que poderiam conduzir a uma escalada ainda maior do conflito. Por exemplo, em novembro de 2015, a Turquia, membro da OTAN, abateu um caça russo, quase provocando uma conflagração internacional (GAMBRELL, 2017).

Assim, para diminuir a possibilidade de confrontos diretos entre as potências, Moscou e Washington abriram uma "linha de desconflito", depois que a Rússia começou sua campanha de bombardeios em setembro de 2015, mantendo um canal de comunicação entre as duas potências para que elas respeitem o espaço de ação de cada um. Mecanismos semelhantes foram implementados entre Rússia, Israel e Turquia. Mas, tratando-se de uma guerra, esse mecanismo não é perfeito e pode ser descumprido por alguma das partes, causando problemas, como o seguinte ocorrido:

O presidente dos EUA, Donald Trump, ordenou um ataque com mísseis na base aérea de Shayrat, a sudeste de Homs, por causa de um ataque com armas químicas que ele atribuiu ao governo da Síria [ou seja, dentro da área de atuação russa]. Os EUA usaram a "linha de desconflito" para avisar a Rússia com antecedência de que o ataque estava chegando. Após o ataque, que a Síria disse ter matado pelo menos sete pessoas, a Rússia anunciou que suspenderia sua cooperação na campanha de compartilhamento de informações, a primeira vez que a linha foi cortada.

A tenente-coronel Michelle L. Baldanza, porta-voz do Pentágono, disse que os militares dos EUA querem continuar a conversar com a Rússia. (...) encerrar a cooperação significará que os pilotos dos EUA e da coalizão voarão para o espaço aéreo sírio sem saber se as forças russas planejam suas próprias operações nos mesmos lugares. (...) os ataques liderados pelos EUA geralmente se concentram em áreas longe da atividade russa, embora encerrar a cooperação represente "um desenvolvimento preocupante" (GAMBRELL, 2017, tradução e acréscimo nosso).

Essa realidade reflete, por um lado, o respeito e o reconhecimento do poder bélico entre as potências presentes no conflito e, conseqüentemente, das suas respectivas áreas de influência e atuação, já que as ações aéreas não são realizadas além dos limites de cada um dentro do território sírio. O mais claro exemplo é a zona de desconfito em torno da base de Al-Tanf: Os russos respeitam essa zona e não realizam ali operações de ataque com sua força aérea, e os americanos também não o fazem além dessa zona sem comunicar aos russos. Por outro lado, mostra também a hierarquia dentro do conflito, já que o Irã e, principalmente, o governo sírio, são constantemente ignorados nestes mecanismos de consulta mútua. O fato é que os atores globais não têm interesse direto no domínio territorial na Síria, ao contrário dos atores nacionais. Eles atuam, sobretudo, para preservar os seus interesses na região.

6.3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO

Neste capítulo mostramos que a Guerra Civil Síria se inseriu no contexto maior da disputa entre as grandes potências globais: uma disputa pela hegemonia mundial que tem a sua gênese ainda nos tempos da Guerra Fria.

Após o hiato dos anos de 1990, quando a Rússia se ausentou do grande jogo geopolítico mundial e os EUA puderam desfrutar de um momento unipolar, o século XXI começou com a China despontando como potência emergente na Eurásia juntamente com a renascida Rússia de Putin, desejosa de resgatar o antigo *status* de potência mundial. O eixo sino-russo se forma na consciência pragmática de que juntos poderiam enfrentar melhor a grande potência ocidental e a Síria apresentou-se como a grande oportunidade para a Rússia demonstrar a sua relevância geopolítica fora de seu entorno imediato, procurando defender os seus interesses geopolíticos no Oriente Médio, especialmente na tentativa de manter suas bases no litoral do Mediterrâneo e a preservação dos acordos de cooperação em várias áreas com o então governo de Assad.

Neste contexto, foi útil revisitar alguns autores clássicos da Geopolítica, especialmente Mackinder, Spykman e Cohen, e seus conceitos de poder terrestre e marítimo, *heartland*, *Rimland* e *shatterbelt*. Tais postulados teóricos provaram ser

relevantes para podermos entender que o conflito sírio não poderia ser entendido apenas no contexto nacional, pois a intervenção de poderes regionais (Irã, Turquia e Israel com mais intensidade) e globais (EUA e Rússia mais diretamente) aprofundou as contradições e o escalonamento da violência na Guerra Civil Síria e promoveu a sua vulnerabilidade territorial, esvaziando o controle territorial do governo sírio, que se tornou refém dos seus aliados para não só se manter no poder, mas também para garantir algum domínio soberano sobre, pelo menos, uma parte do seu próprio território nacional.

O domínio do território se mostrou fundamental, já que a localização geográfica da Síria no centro do Oriente Médio, região sujeita às rivalidades entre potências regionais e globais, fez com que as disputas internas se integrassem às externas já existentes, o que levou ao aprofundamento do conflito. Tal realidade tornou a crise síria sem solução definitiva até os dias atuais, embora o domínio territorial, de maneira geral, esteve estabilizado desde, pelo menos, 2020, até novembro 2024. Conforme relatamos na primeira parte do capítulo 4, a partir do final de 2019, as áreas de domínio territorial de cada ator ficaram estáveis, sem grandes mudanças, embora isto não significasse ausência de conflitos armados.

Segundo Howard e Stark (2018), não há solução fácil para essas guerras civis complexas que envolvem atores em diferentes escalas, mas são os atores externos que desempenham um papel crucial na determinação de como (e se) as guerras civis terminam. Portanto, de acordo com esses autores, as "guerras civis terminam da maneira que as potências externas acham que deveriam *terminar*" (tradução nossa).

A partir dos apontamentos de Howard e Stark (2018) e de Cunningham (2014), podemos deduzir que as guerras civis possuem pelo menos quatro níveis de complexidade, o que vai implicar em mais dificuldades de um término consensual e numa paz duradoura: no primeiro nível, a guerra envolve apenas o governo e um grupo rebelde; num segundo nível, envolve o governo e mais diversos grupos insurgentes; no terceiro, envolve o governo, diversos grupos insurgentes internos e atores externos regionais; e, num quarto nível, o conflito envolveria o governo, os diversos grupos internos, os atores externos regionais e mais os atores externos globais.

No caso sírio, a crise atingiu este último nível de complexidade. Houve o choque dos dois maiores polos de poder mundial, assim como das principais potências regionais do Oriente Médio, mais os diversos grupos insurgentes e contrainsurgentes que se envolveram ao longo dos anos de guerra civil, tornando uma solução definitiva mais distante. A queda de Assad no final de 2024 não constitui, necessariamente, o fim da crise.

No próximo e último capítulo, tratamos da Guerra Civil Síria a partir do estudo das relações entre o espaço urbano do país e a evolução do conflito armado e do domínio territorial.

CAPÍTULO 7 - AS RELAÇÕES ENTRE O ESPAÇO URBANO E A GUERRA CIVIL: O CASO SÍRIO

O conceito de domínio territorial e sua aplicação no estudo dos conflitos armados tem sido um tema recorrente nas análises sobre guerras civis e a relação entre o espaço urbano e os conflitos armados. A Guerra Civil Síria constituiu uma oportunidade para analisarmos o referido assunto.

As cidades são locais de interação social, de intercâmbio e de concorrência econômica, assim como de mobilização política. É inegável a relevância do espaço urbano nos conflitos contemporâneos, na medida em que as cidades se tornam o *locus* de expansão de processos como a globalização, não apenas econômica, mas de ideias e propostas ideológicas e políticas (GRAHAM, 2009; NEDAL *et al.*, 2015).

No cenário pós-Guerra Fria, uma nova doutrina emerge centrada na ideia de que um amplo espectro de insurgências e ameaças globais surgem e operam em redes sociais, técnicas, políticas, culturais e financeiras que se estendem por escalas transnacionais enquanto simultaneamente penetram nos espaços locais e circulações cotidianas da sociedade global (NASSER, 2012). Neste contexto, o espaço urbano aparece como a espacialidade chave para compreender as dinâmicas que se gestam, operam e difundem a partir das cidades. Esse espaço urbano inserido especificamente na análise dos conflitos armados é denominado de *Urban Battlespace* (GRAHAM, 2009).

Com efeito, optamos por analisar a rede urbana síria antes e durante a guerra civil e traçar as relações espaciais entre essa configuração e a difusão da guerra civil. A nossa hipótese é de que a eclosão e o desenvolvimento da guerra seguem uma lógica de difusão relacionada com a rede mencionada. É, portanto, o nosso propósito investigar o "espaço urbano da guerra" sírio.

As nossas análises nos permitem afirmar que a Guerra Civil Síria se detona nas grandes cidades, incluindo a capital Damasco e as cidades de Aleppo, Homs e Hamah. Nelas se iniciaram as manifestações antigoverno em 2011 e ocorreram os maiores confrontos da guerra civil, principalmente pelo domínio territorial entre os atores, algo fundamental num conflito.

7.1 - O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO DO *URBAN BATTLESPACE*: O ESPAÇO URBANO NA ANÁLISE DOS CONFLITOS ARMADOS

O espaço urbano sempre desempenhou uma função de destaque em conflitos militares, especialmente em guerras civis. Contudo, esta relevância foi aumentando à medida que as cidades foram se tornando o *locus* mais relevante do ponto de vista geopolítico devido ao intenso aprofundamento da urbanização e da globalização (GRAHAM, 2009). No conflito sírio podemos observar claramente que as principais cidades do país foram e são as grandes protagonistas desde o início da crise. Assim, faz-se necessário analisar o papel do espaço urbano no contexto da guerra civil na Síria.

Segundo Castells (1997) e Sassen (2009), praticamente todas as regiões do mundo urbanizaram-se numa escala sem precedentes. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a população urbana passou de 13% do total mundial em 1900 (220 milhões de pessoas) para 29% em 1950 (732 milhões), saltando para 49% em 2005 (3,2 bilhões), e atualmente, pela primeira vez na história humana, os espaços urbanos agregam a maioria da população mundial: cerca de 4,4 bilhões de habitantes vivem, atualmente, em cidades (56% do total global) e a estimativa é que a população urbana passe para 68% em 2050 (NAÇÕES UNIDAS, 2022).

Paralelamente a este processo de urbanização mundial, ocorreu também o aprofundamento da globalização e, com ela, os seus efeitos sobre a economia e outras áreas da vida humana, que se expressa nas cidades. Nesse sentido,

As cidades são muito mais do que simples recipientes para o capital, como é a percepção dos capitalistas; elas também são locais de interação social, de intercâmbio econômico e de concorrência, e, potencialmente, de mobilização política. (TILLY, 2011 apud NASSER, 2012, p. 246).

O espaço urbano é sobretudo um produto artificial, manipulado numa teia de ações sociais, onde as relações entre os atores envolvidos nem sempre resultarão na aplicabilidade das soluções que visem os anseios da maioria (SANTOS, 2006).

Como esclarece Cavalcanti:

Colocar como meta compreender a cidade e explicar a produção do espaço urbano implica entender esse espaço como relacionado à sua forma (a cidade) mas não se reduzindo a ela, à medida que ela expressa muito mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida. Esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seu constrangimento, mas está ligado a todas as

esferas da vida social: cultural, simbólica, psicológica, ambiental e educacional. (CAVALCANTI, apud SANTOS, 2006, p. 181).

No atual período técnico-científico informacional, as cidades, principalmente as grandes metrópoles, adquirem importância vital para a articulação entre o local e o global. Segundo Milton Santos, os territórios nacionais não participam de maneira igualitária no processo de globalização: “o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas e os lugares” (SANTOS, 1994, p. 31). E esses lugares aos quais ele se refere são as grandes cidades: “Para o homem comum, o mundo concreto, imediato, é a Cidade, sobretudo a Metrópole. (...) A cidade é o lugar em que o mundo se move mais, e os homens também” (SANTOS, 1994, p.82-83).

No contexto das guerras, o espaço urbano sempre desempenhou uma função de destaque, especialmente em guerras civis. Contudo, esta relevância foi aumentando à medida que as cidades foram se tornando os atores mais relevantes do ponto de vista geopolítico devido ao intenso aprofundamento da urbanização e da globalização, principalmente após o fim da Guerra Fria (GRAHAM, 2009). Assim, sustentar uma campanha militar em meio à vida urbana no período contemporâneo é uma preocupação cada vez maior das autoridades. Dessa forma, o espectro do conflito militar estado-contra-estado tem sido revisto. A nova doutrina está centrada na ideia de que um amplo espectro de insurgências globais e ameaças ambientais agora operam em redes sociais, técnicas, políticas, culturais e financeiras que se estendem por escalas transnacionais, enquanto simultaneamente penetram nos espaços, locais e circulações cotidianas da sociedade global. Conflitos com essas características são chamados pelos pesquisadores de “novas guerras”, para diferenciá-las daquelas clássicas existentes até meados do século XX (NASSER, 2012).

Ciente desta nova realidade, o geógrafo Gan Golan (2005), ao tratar da importância das cidades nos grandes movimentos sociais e políticos de contestação, ressaltou a abordagem diferenciada sobre o papel do espaço urbano nos conflitos potenciais e de fato:

Em 1998, ao mesmo tempo em que geógrafos urbanos escreviam que as cidades são lugares onde as identidades se formam, o capital social é construído e surgem novas formas de ação coletiva, a Corporação de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos explicou um fenômeno de uma

maneira um pouco diferente: as cidades são historicamente os lugares onde as ideias radicais fermentam, os dissidentes encontram aliados e os grupos descontentes encontram a atenção dos meios de comunicação social, tornando assim as cidades "uma provável fonte de conflito no futuro".

A eclosão das diversas revoltas no mundo árabe no âmbito da Primavera Árabe nos apresentou um cenário instigante para se repensar os conflitos ou as guerras civis: grupos de manifestantes distribuídos nas grandes cidades de diversos países árabes, pedindo simultaneamente por mudanças políticas, tais como mais democracia, mais liberdade e menos opressão. Especificamente, o conflito sírio pode ser classificado como um caso típico das "novas guerras" em que as principais cidades do país foram e são os grandes *locus* da deflagração e extensão da guerra. Assim, é preciso analisar o papel do espaço urbano em tal contexto, qual a sua organização antes da eclosão da guerra e como o desenvolvimento dela se apoiou na rede urbana, inclusive funcionando como parte importante do esforço de guerra. Essa análise nos leva a concluir que as ações e políticas públicas de urbanização foram utilizadas como arma de guerra.

7.2 - O ESPAÇO URBANO DA SÍRIA

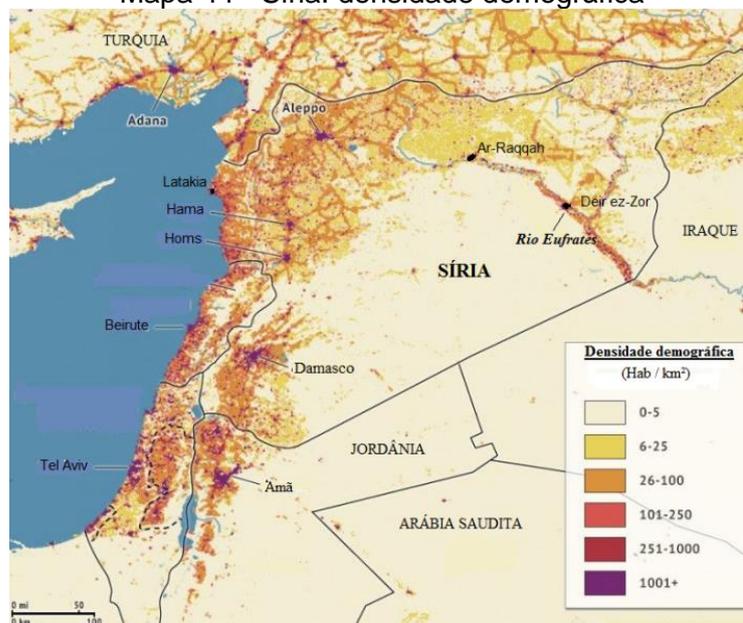
7.2.1 - A rede urbana antes da guerra civil

Após mais de uma década de guerra civil, é difícil obter dados estatísticos precisos sobre a Síria, e os disponíveis são, por vezes, divergentes. Contudo, em termos do espaço urbano do país, podemos ter uma boa noção da realidade atual, para efeitos de investigação, se conhecermos o quadro urbano do país do período pré-guerra.

É fato que a população síria esteve concentrada sobretudo nas partes ocidental e setentrional do país, junto às fronteiras com o Líbano e a Turquia e ao longo do litoral do mar Mediterrâneo. Nessas regiões se concentram os maiores centros urbanos, como a capital Damasco e as cidades de Aleppo, Homs, Hamah e Latakia. Já na região oriental do país, merece destaque o vale do rio Eufrates, onde se localizam cidades importantes, como Ar-Raqqah e Deir ez-Zor. Segundo Misachi (2017), mais da metade da população síria vivia na zona urbana em 2011, com uma

taxa de urbanização de 54,58%. Justifica-se a maior concentração demográfica nestas regiões pelo fato de possuírem melhores condições de clima e vegetação, já que o restante do país está sujeito a um clima desértico (ver o Mapa 44 e a Tabela 6).

Mapa 44 - Síria: densidade demográfica



Fonte: Goujon (2015, com adaptações).

Tabela 6 - Síria: maiores cidades antes da guerra civil (2004)

Ordem	CIDADE	POP. ABSOLUTA
	Eixo urbano ocidental – principal	
1 ^a	Aleppo	2.132.100
2 ^a	Damasco	1.414.913
3 ^a	Homs	652.609
4 ^a	Latakia	383.786
5 ^a	Hama	312.994
10 ^a	Tartus	115.769
Eixo urbano oriental - mais disperso		
6 ^a	Ar-Raqqah	220.488
7 ^a	Deir ez-Zor	211.857
8 ^a	Hasakah	188160
9 ^a	Qamishli	184.231

Fonte: elaborado pelo autor com base em Misachi (2017).

As cidades sírias, especialmente as maiores, como Damasco e Aleppo, apresentavam problemas urbanos típicos de países subdesenvolvidos, mesmo antes

da guerra civil, que se agravaram ao longo do conflito. Entre eles, falta de saneamento básico, carência de infraestrutura e serviços básicos para parcelas consideráveis da população e grande parte dos habitantes dessas cidades viviam em bairros informais ou irregulares. Alguns autores ressaltam que políticas denominadas por eles de neoliberais, a partir do final do século XX, trouxeram aumento dos níveis de desigualdade de rendimentos e riqueza e redução do bem-estar social, pois a liberalização da economia síria trouxe o aumento da especulação imobiliária com a entrada de investidores estrangeiros no mercado imobiliário do país (IBRAHIM *et al.*, 2022; WIND, IBRAHIM, 2020).

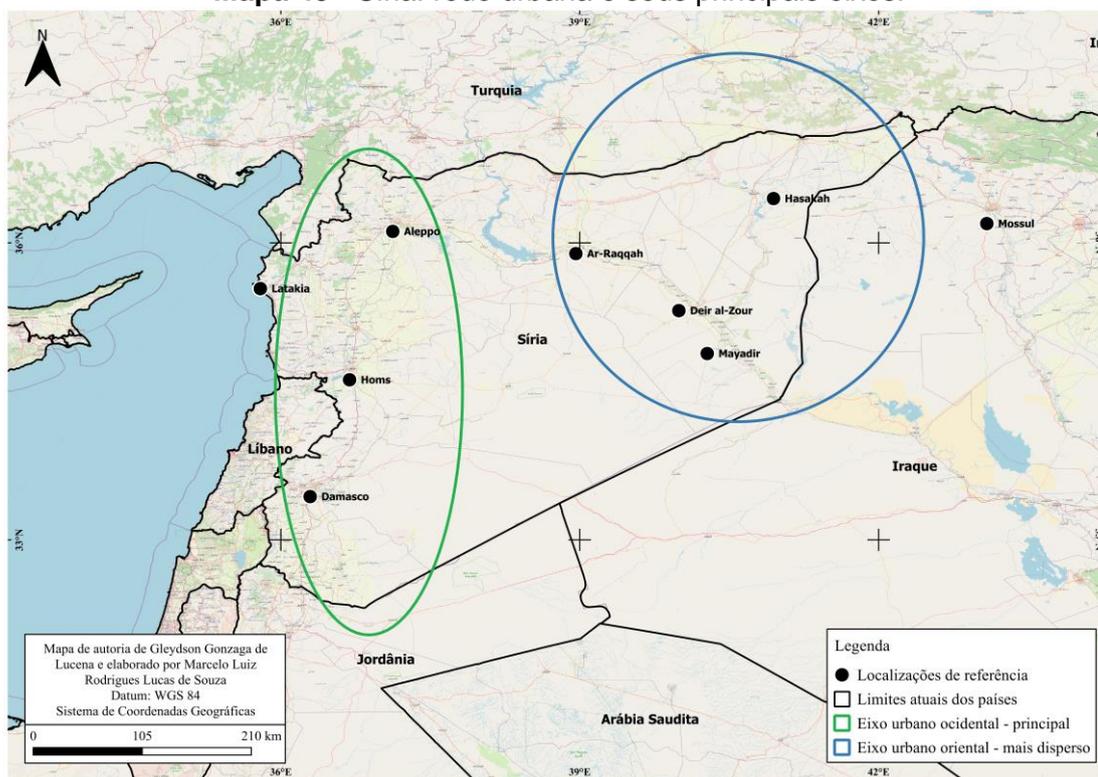
Como resultado, grandes grupos de investidores dos estados árabes investiram milhões em projetos emblemáticos, (...) A rentabilidade de moradias para aluguel aumentou como resultado da desregulamentação de rendas (Lei 6/2001). Os cidadãos pagaram um preço elevado pela liberalização da economia. Entre 2004 e 2006, os preços dos imóveis na Síria aumentaram 300%, em locais atraentes ainda mais. A liberalização da economia dificultou a construção de habitação a preços acessíveis (...) (WIND, IBRAHIM, 2020, p. 3)

Em Damasco cerca de 40% da população vivia nessas áreas irregulares (CLERC, 2014) e em Aleppo aproximadamente 50% (KURGAN *et al.*, 2017) . Em geral, estes bairros eram habitados não apenas por sírios mais pobres, mas também por imigrantes refugiados de outras guerras no Oriente Médio (palestinos, iraquianos, libaneses, entre outros), áreas que eram monitoradas pelo governo Assad. Tais bairros serviram de terreno fértil para o recrutamento de insurgentes durante a guerra civil, e foram prioridade do governo na busca dos opositores (CLERC, 2014; KURGAN *et al.*, 2017).

7.2.2 - A rede urbana durante a guerra civil

A partir de 2011, identificam-se dois grandes eixos na rede urbana síria, segundo o papel desempenhado no desenvolvimento da guerra: i) o eixo urbano ocidental, que constitui o mais importante do país, aloja as principais cidades e foi cenário dos primeiros enfrentamentos da guerra, tornando-se a região de maior influência do regime de Bashar al-Assad; e ii) o eixo urbano oriental, com centros urbanos menores e mais dispersos espacialmente e em termos de população, e que esteve mais tempo sob o domínio ou influência de grupos insurgentes antirregime diversos (ver o Mapa 45 a seguir).

Mapa 45 - Síria: rede urbana e seus principais eixos.



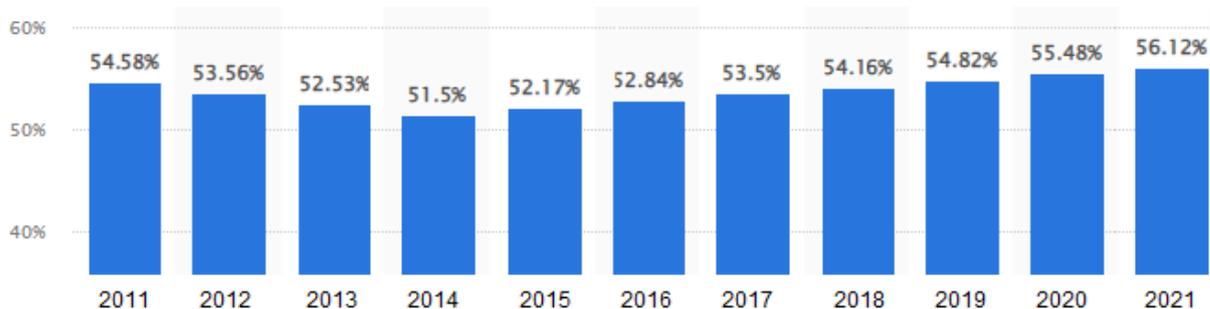
Fonte: elaborado pelo autor com base em Goujon (2015).

Ao analisarmos a variação da população urbana síria ao longo da guerra civil, percebemos que ela vem sofrendo algumas mudanças de acordo com o desenvolvimento do conflito armado. No interregno de 2011 a 2015, os grupos insurgentes opositores travaram pesados combates com as forças oficiais governistas nas principais cidades do eixo urbano ocidental, acarretando a destruição de grande parte da rede urbana e forçando o deslocamento de pelo menos metade da população síria. Tal realidade resultou em uma redução progressiva da taxa de urbanização do país no período supracitado.

A partir de 2016, o governo sírio, com apoio de fortes aliados, como a Rússia e o Irã, pôde não só recuperar a maior parte do eixo urbano ocidental, mas dar maior atenção para as áreas periféricas do leste, ricas em recursos energéticos, especialmente aquelas dominadas pelo Estado Islâmico (EI). Com o declínio gradativo dos confrontos armados nas grandes cidades do oeste, muitos habitantes começaram a retornar às suas antigas cidades de moradia (MISACHI, 2017). Esta estabilização da guerra, mesmo que precária, principalmente nas grandes cidades

ocidentais, fez com que a população urbana apresentasse um lento mas constante aumento, tendo alcançado um pico em 2021 com 56,12% (ver o Gráfico 18)²⁵.

Gráfico 18 - Síria: taxa de urbanização (2011 - 2021)



Fonte: elaborado pelo autor com base em Misachi (2017).

7.3 - A REDE URBANA SÍRIA E AS SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS COM A GUERRA CIVIL

Ao analisarmos a rede urbana e as suas relações com a Guerra Civil Síria, temos que considerar o domínio territorial, que é a capacidade dos atores (inclusive os não estatais) de manter o controle efetivo ou relativo sobre determinado(s) território(s). De acordo com Anders (2019), assegurar o controle do território é um objetivo fundamental, pois aqueles atores que conseguirem exercer o controle sobre uma determinada área têm a oportunidade de: i) extrair recursos; ii) buscar a colaboração da população; e iii) aumentar sua base de mobilização e conseguir aumentar a sua área de domínio"; e, portanto, conseguem se manter com potencialidade de vitória no desenlace da guerra.

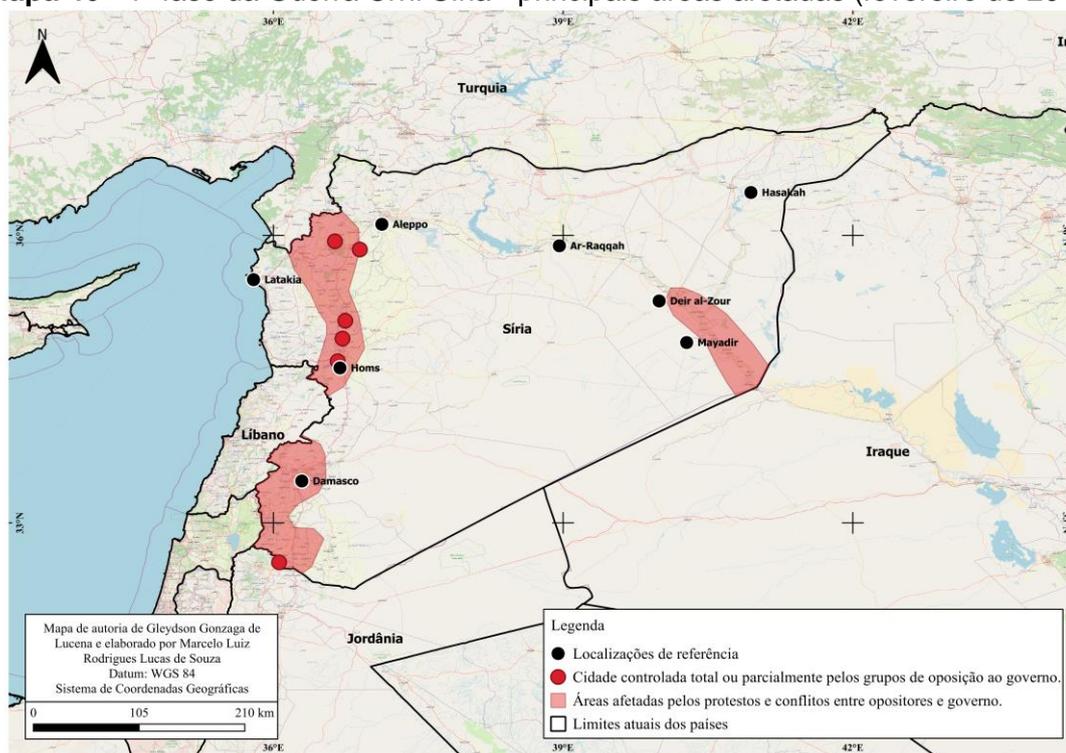
7.3.1 - A rede urbana e o domínio territorial durante a Guerra Civil Síria

Assim como em outros países árabes, no âmbito da Primavera Árabe em 2011, as manifestações começaram nas principais cidades. Isto em parte se deve ao fato de que nos grandes centros urbanos as pessoas têm mais acesso à informação,

²⁵ Dados estatísticos em períodos de conflito armado são de difícil confirmação.

tanto àquela gerada internamente quanto externamente pelas grandes redes de notícias, graças aos avanços tecnológicos e ao aprofundamento das relações econômicas e culturais advindas da globalização. Contudo, ao contrário do Egito e da Tunísia, na Síria as manifestações não se concentraram em uma única cidade. A revolta síria se deflagrou simultaneamente em várias cidades, sendo que em algumas delas os grupos insurgentes chegaram a ter o domínio territorial total ou parcial em pouco tempo, o que demandou uma reação mais contundente por parte do regime de Assad. No Mapa 46, é possível observar os locais onde houve incidentes mais frequentes entre 2011 e fevereiro de 2012, abrangendo grandes cidades como Damasco, Homs e Hama, e outras menores como Idilib, Rastan, Saraqib e Daraa (todas no eixo urbano ocidental). Destaca-se que a metrópole Aleppo só entraria no cenário da guerra no decorrer de 2012.

Mapa 46 - 1ª fase da Guerra Civil Síria - principais áreas afetadas (fevereiro de 2012)

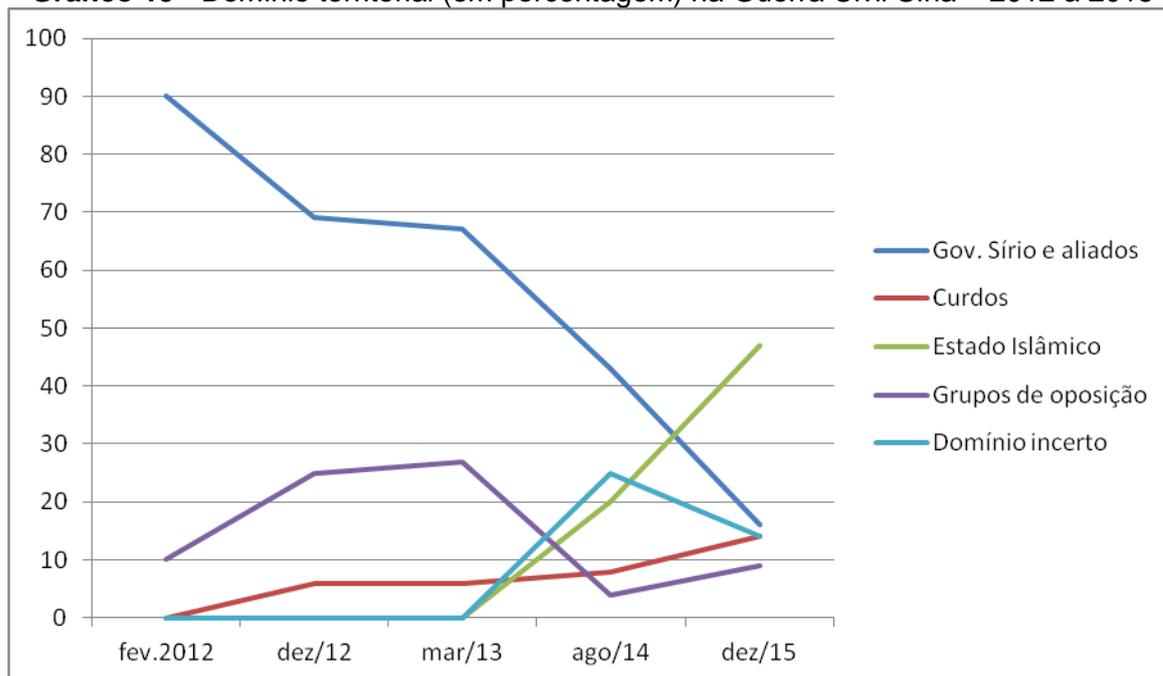


Fonte: elaborado pelo autor, com base no portal www.polgeonow.com.

Segundo Balanche (2017), nesta primeira fase da guerra civil, entre 2011 e 2015, o exército sírio estava focado em proteger as grandes cidades do eixo urbano ocidental do país – Damasco, Homs, Hama e Aleppo –, eixo que veio a se tornar a espinha dorsal do seu sistema de defesa e comunicação. As principais manifestações e ataques da oposição foram nestas cidades e seus arredores, onde

as atividades econômicas e políticas eram mais relevantes, pelo qual o domínio territorial delas era vital para o avanço da oposição. Simultaneamente, as forças armadas sírias não estavam preparadas para lidar com todas as frentes ao mesmo tempo e, conseqüentemente, no final dessa primeira fase da guerra, o regime chegou ao menor nível de domínio territorial (ver o Gráfico 19, abaixo).

Gráfico 19 - Domínio territorial (em porcentagem) na Guerra Civil Síria – 2012 a 2015



Fonte: elaborado pelo autor com base no portal Political Geography Now.

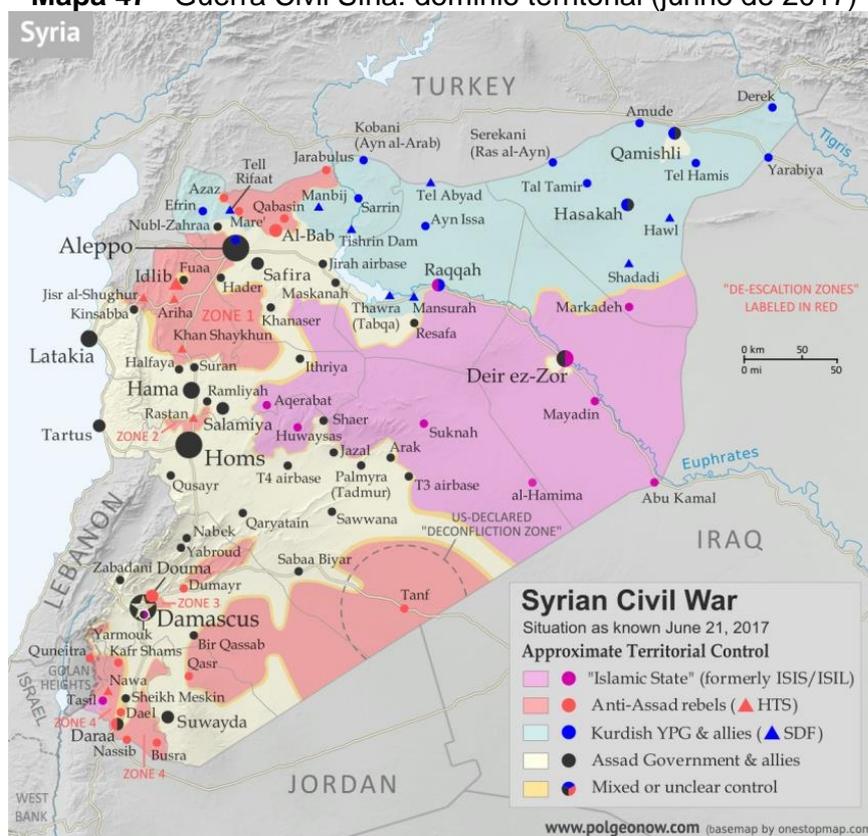
No entanto, a intervenção russa, sobretudo com os bombardeios aéreos a partir de setembro de 2015, salvou e reforçou a posição do regime de Assad, que pôde não só recuperar parte considerável do eixo urbano ocidental no decorrer de 2016, incluindo Aleppo, a última das grandes cidades do oeste ainda parcialmente no poder dos rebeldes, como também intervir nas áreas periféricas do leste, especialmente aquelas dominadas pelo Estado Islâmico (EI).

O Mapa 46 a seguir mostra a situação da guerra civil em junho de 2017, quando se evidencia que os grandes centros urbanos do lado ocidental do país já tinham sido retomados pelo governo sírio. No lado oriental, o EI ainda dominava 25%²⁶ do território nacional, incluindo cidades importantes como a de Ar-Raqqah, que liga os dois grandes eixos urbanos do país. Destaca-se também na região

²⁶ As porcentagens de porções do território sírio apresentadas neste parágrafo foram calculadas a partir da análise matemática dos mapas da guerra civil síria do portal Political Geography Now, disponíveis no site www.polgeonow.com.

nordeste a consolidação da região dominada em cerca de 23% pelas Forças Democráticas da Síria (SDF, na sigla em inglês), basicamente curda. A SDF, paulatinamente, com a ajuda militar dos norte-americanos, foi derrotando o EI na região leste e dominando grande parte do eixo urbano oriental, incluindo Ar-Raqqah e parcialmente Hasakah e Qamishli, dando-lhes uma boa base de sustentação econômica a leste do rio Eufrates, onde se localizam as maiores reservas de petróleo e gás do país.

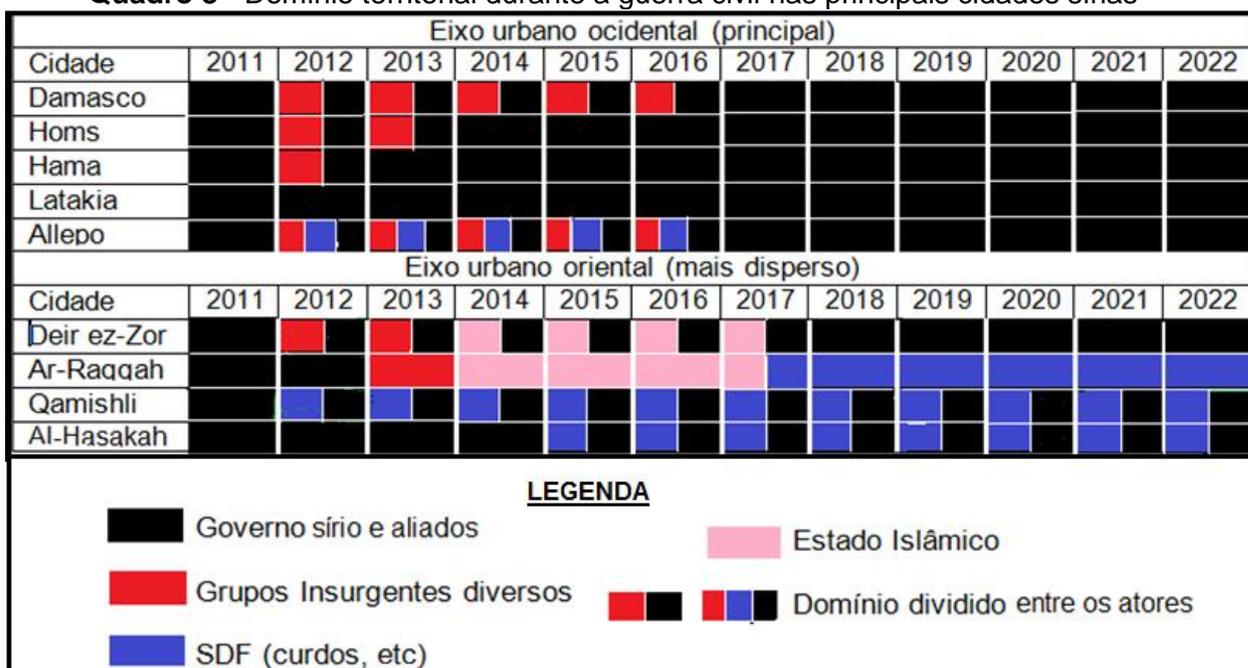
Mapa 47 - Guerra Civil Síria: domínio territorial (junho de 2017)



Fonte: portal www.polgeonow.com. Acesso em 29 out. 2023.

Este cenário demonstrou que o regime estava mais preocupado com o eixo urbano ocidental, sendo incapaz de controlar todo o país simultaneamente. Apesar de o EI ter perdido a sua base territorial e, por conseguinte, a sustentação econômica por volta de 2019, a fronteira sírio-iraquiana permaneceu vulnerável e as suas cidades permaneceram, em sua maioria, sob o domínio de milícias, tanto xiitas quanto sunitas (ver o Quadro 8), ainda que parcialmente.

Quadro 8 - Domínio territorial durante a guerra civil nas principais cidades sírias



Fonte: elaborado pelo autor.

O apoio recebido de aliados, como o Irã e a Rússia, serviram para manter o regime de Assad no poder, principalmente no eixo urbano ocidental. Entretanto, isso significou não exercer o poder de fato sobre grande parte do país, deixando espaço para que atores não estatais preenchessem este vazio de poder, especialmente na região nordeste, rica em recursos energéticos. No Quadro 1 é possível perceber também que entre as grandes cidades do leste do país, a única grande cidade controlada inteiramente pelo regime de Assad é Deir ez-Zor.

Portanto, o governo sírio assegurou o controle do território ocidental – Eixo urbano ocidental –, com exceção da cidade de Idilib e seus arredores, local das principais cidades e centros econômicos do país, na primeira metade da guerra civil. Isto lhe permitiu garantir os recursos econômicos e o domínio de grande parte da população síria; também lhe deu a base de mobilização necessária para avançar sobre o eixo oriental, que recuperou apenas parcialmente, já que a SDF ainda controla grande parte das principais cidades e das reservas de petróleo e gás.

7.3.2 - O planejamento urbano como arma de guerra: os casos de Damasco e Aleppo

As políticas públicas urbanas podem ter uma função estratégica em conflitos armados. No Líbano, Verdeil (2001) constatou que o planejamento urbano era usado, sobretudo, para deslocar as populações para longe dos territórios militarmente desejados. Outro exemplo emblemático é o caso do território palestino da Cisjordânia ocupado por Israel desde 1967, onde se constata claramente a implementação de aglomerados urbanos com população israelense em pontos estratégicos do referido território para facilitar o domínio territorial.

Além disso, ao ter como objetivo estratégico a obtenção do domínio de determinado território, os atores envolvidos numa guerra civil tendem a utilizar o máximo de força militar possível para obtê-lo e mantê-lo (ANDERS, 2019 e TYNER, 2016). Em áreas urbanizadas, essa dinâmica do conflito torna-se mais complexa devido às suas especificidades, por serem áreas com alta densidade demográfica e grande concentração de objetos técnicos (prédios, casas, estradas, etc). A seguir analisamos este fenômeno nas duas maiores cidades do país durante o conflito civil sírio: Damasco e Aleppo.

7.3.2.1 - O caso de Damasco

Desde o início da revolta síria, a capital Damasco sempre esteve visada pelos grupos opositores, não só por ser a capital federal, mas por ser a segunda maior cidade do país. Ali, como em outras grandes cidades sírias, as revoltas se deram principalmente em bairros onde residia uma população mais pobre e, em grande parte, constituída de refugiados de países vizinhos, nos chamados bairros informais. Wind e Ibrahim (2020) explicam que os habitantes desses locais já eram vistos como possíveis opositores por reivindicarem melhores condições de vida no lugar em que residiam, principalmente após as reformas neoliberais implementadas pelo regime nas duas últimas décadas, que encareceram os custos de moradia. E Clerc (2014, p. 8-9) acrescenta que

não se poderia afirmar que o mapa dos protestos seja o mesmo dos bairros informais; os dois estão longe de se coincidir, embora em muitas zonas informais existia apenas frustração com a estratégia de desenvolvimento urbano do Governo e a ocupação ilegal estivesse muitas vezes associada à

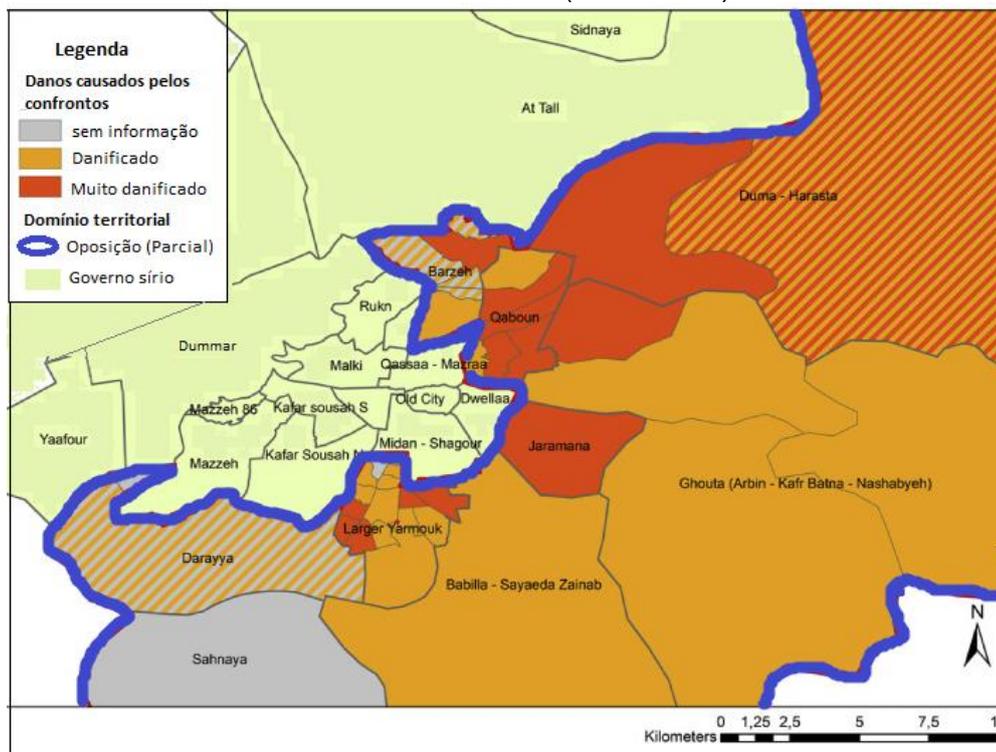
oposição ao regime. No entanto, existem ligações entre as revoltas, os bairros informais e as políticas urbanas. As manifestações e depois o conflito tiveram um impacto nas políticas urbanas.

A partir de 2011, com as crescentes manifestações antirregime e os confrontos armados, o governo central decidiu utilizar instrumentos de políticas urbanas para combater os focos da oposição, que julgava estarem em grande parte nos bairros informais. Assim, o planejamento urbano começou a ser utilizado como arma de guerra, por meio da implementação de projetos de "renovação urbana" de bairros específicos em associação com os bombardeios dos bairros dominados pela oposição. Tais projetos incluíam a aplicação de normas legais para demolição de bairros tidos como irregulares; no entanto, as demolições de casas e edifícios se concentraram espacialmente nas áreas de localização dos insurgentes opositoristas. Conforme relata Clerc (2014, p. 12),

A partir da primavera de 2012, começaram as demolições extensivas do ambiente urbano nas zonas de combate. As zonas urbanas foram sujeitas a bombardeios e a combates armados, sofrendo uma destruição em grande escala que levou comunidades inteiras à beira do colapso. Os espaços públicos e os serviços de base (água, eletricidade, instalações sanitárias e educativas) foram em grande parte destruídos, agravando as dificuldades já existentes, e numerosas habitações foram destruídas, parcial ou totalmente, (...)

Clerc (2014) complementa, afirmando que o entorno de Damasco, Ghouta Oriental e os aglomerados informais ao sul e sudeste da cidade foram os mais afetados pelos ataques por parte do regime de Assad (ver o Mapa 48). A maior parte da destruição de habitações ocorreu nas zonas informais, o mesmo ocorrendo em outras grandes cidades como Homs, Hama, Aleppo e Deir ez-Zor (ver a Figura 25).

Mapa 48 - Damasco: bairros mais afetados pelo conflito armado e a situação do domínio territorial (2011- 2018)



Fonte: WIND; IBRAHIM, 2020, p. 7 (com adaptações).

Figura 25 - A cidade de Homs, uma das principais cidades sírias, antes (2011) e três anos após o início da guerra (2014). Percebe-se o espaço urbano totalmente transformado.



Fonte: <https://br.pinterest.com>. Acesso em 4 jun. 2017.

A reação do governo central sírio pode ser explicada pela tomada por parte de grupos insurgentes de partes periféricas da cidade de Damasco. Já em 2012, quase todos os bairros do lado oriental da Cidade Velha (Qaboun, Jobar, Harasta, Irbin, Douma, Ghouta, etc.) passaram a ser controlados pelos rebeldes, assim como

os subúrbios do sul, como Yarmouk – antigo campo de refugiados palestinos –, Darayya, Kafar Sousah e Babilla (WIND; IBRAHIM, 2020). Consequentemente,

Nos anos que se seguiram, as forças governamentais fizeram recuar lentamente os rebeldes armados, criando redutos cercados. Darayya e Kafar Sousah (subúrbio do sul) e Barzeh (distrito do nordeste da cidade) foram conquistados relativamente cedo (2013), os dois redutos restantes (grande Yarmouk e Ghouta) foram totalmente conquistados em 2018, depois de uma longa e devastadora guerra de guerrilha com frações do Exército Livre da Síria, como Tahir Al-Sham, Jaysh Al-Islam, Al-Rahman, Ahrar Al-Sham (em Ghouta) e ISIS e Al-Nusra (em Yarmouk). (WIND; IBRAHIM, 2020, p. 5)

A perda do domínio territorial provoca um aumento da violência do ator que está almejando recuperar o território perdido (ANDERS, 2019). De igual forma, Kalyvas (2006) traça a relação inversa entre controle territorial, uso e motivações da violência em guerras civis. A violência tende a aumentar quando o controle territorial está ameaçado. No caso sírio, esse fenômeno se traduziu em iniciativas cada vez mais violentas (bombardeiros com barris, demolição de residências de opositores ou supostos apoiadores, possível uso de armas químicas etc.) do regime na medida que perdia território, sobretudo nos bairros informais (ver a Figura 26).

Figura 26 - Sírios caminham entre os escombros de edifícios atingidos por ataques aéreos em Douma, a leste de Damasco.



Fonte: Goujon, 2015.

7.3.2.1 - O caso de Aleppo

Cabe destacar a importância da cidade de Aleppo para a Síria. Ela era, e provavelmente continua sendo, a grande metrópole do país, seguida por Damasco.

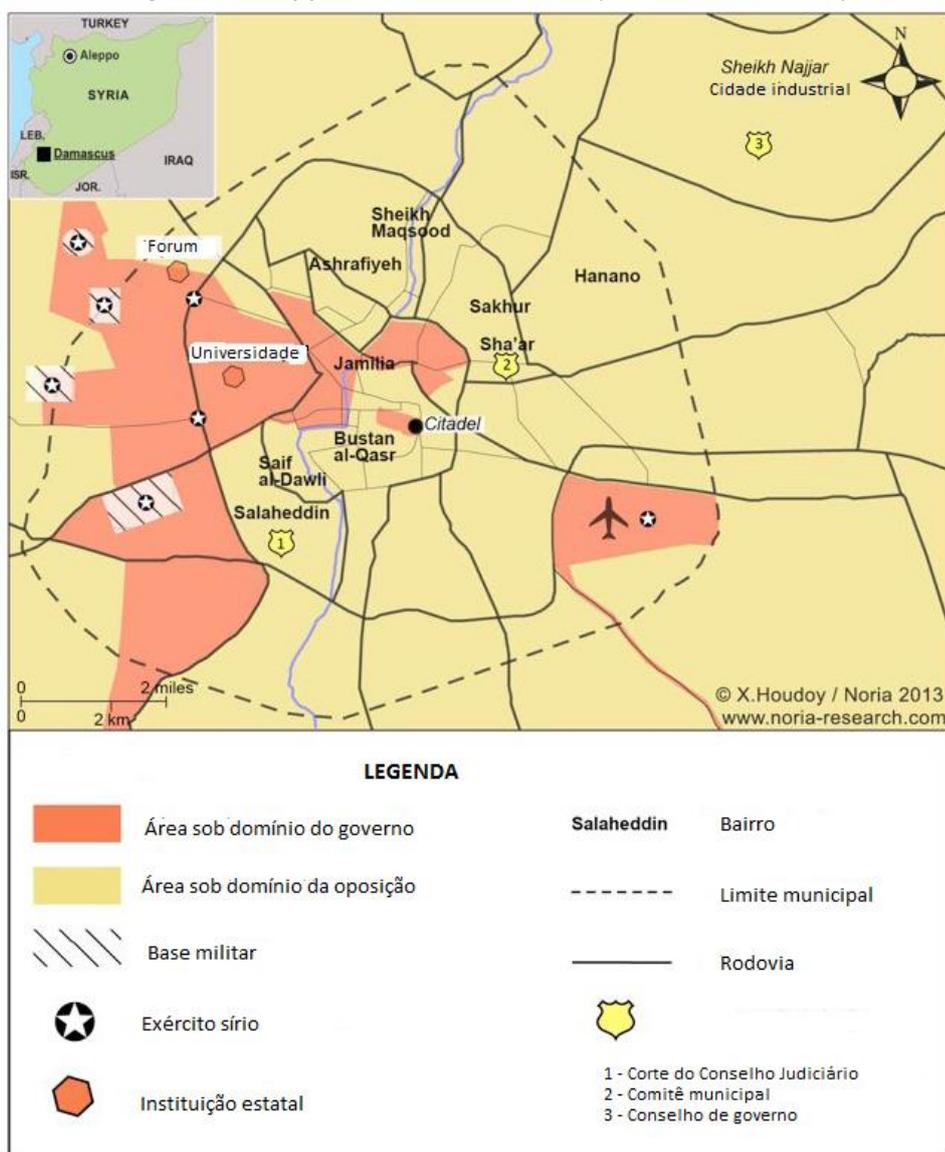
A cidade era a mais populosa e o principal centro econômico do país antes da guerra civil, funcionando como um centro comercial do norte e leste da Síria. Em 2010, perto de 40% da produção industrial da Síria estava instalada na cidade e nos seus arredores. A parte mais antiga de Aleppo é um dos maiores centros históricos do mundo islâmico, sendo bastante rica em edifícios e monumentos. Além disso, localizadas ao sul de Aleppo, perto da cidade de As-Safira, está a maior fábrica de armas do país (AYAD, 2011).

Em Aleppo, inicialmente, não houve uma grande adesão de população aos protestos de 2011, ficando fora dos confrontos armados iniciais entre o governo central e as forças de oposição (como notamos no Mapa 48, na próxima página). No entanto, no primeiro semestre de 2012, a cidade passou a fazer parte do cenário da guerra, sobretudo entre 2012 e 2016, período em que seu território foi dividido em áreas de domínio territorial do regime e dos diversos grupos insurgentes (ver Mapa 48). Como cidade estratégica pela sua localização, tanto para as forças do regime de Assad quanto para os rebeldes opositores, Aleppo favorecia o acesso a armamentos e mantimentos. O seu controle era fundamental para se ter acesso às partes leste e noroeste do país, além de estar próxima à fronteira com a Turquia (KURGAN *et al.*, 2019).

Conforme esclarece o Mapa 49, Aleppo permaneceu dividida ao meio por quatro anos, com o lado ocidental sob controle do governo e o lado oriental tornando-se território rebelde. Até o final de 2016, a fronteira entre o leste e o oeste quase não se moveu, apesar dos intensos bombardeios e confrontos armados. Segundo Kurgan *et al.* (2019, tradução nossa),

Desde o seu início em Julho de 2012, passando por quatro anos de impasse territorial, até ao cerco final da cidade entre Agosto e Dezembro de 2016, o nosso mapa traça padrões de danos urbanos e pergunta o que esses padrões revelam das táticas e estratégias de destruição planeada, de violência organizada que muitas vezes excede os limites da “proporcionalidade” e da “necessidade militar” (por mais problemáticos que esses critérios possam por vezes ser). Como plataforma, o mapa não só confirmou o que sabíamos sobre os danos em locais conhecidos, como a histórica Cidadela de Aleppo, mas também ajudou a direcionar a nossa atenção para bairros menos proeminentes e agora obliterados da cidade, como os chamados “bairros informais” de Salah-ad-Deen e Ashrafeyeh. Ao procurar pistas fornecidas pelo mapa e pelo conjunto de dados, ao rastrear operações militares e, principalmente, ao ligar estes processos aos desenvolvimentos econômicos, sociais e jurídicos pré e pós-conflito, começamos a compreender as formas como o extraordinário vandalismo e a brutalidade da guerra em Aleppo está ligada às depredações quotidianas do poder estatal na Síria.

Mapa 49 - Aleppo: domínio territorial (setembro de 2013)

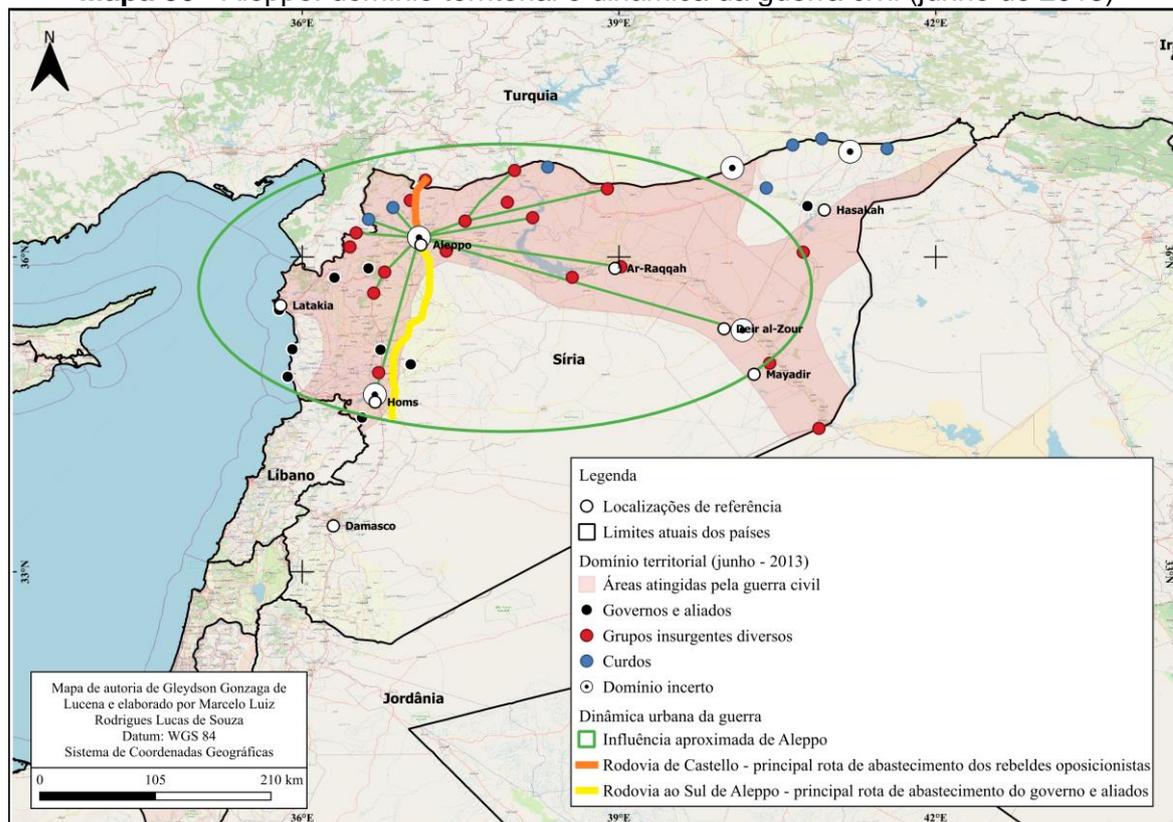


Fonte: TYNER, 2014, p. 56 (com adaptações).

Tanto Kurgan *et al.* (2019) como Tyner (2014) retratam as táticas extremamente violentas utilizadas pelo regime para alcançar o domínio territorial em Aleppo, bem como em outras cidades sírias.

A localização geográfica da cidade perto da fronteira da Turquia permitiu aos insurgentes opositores resistir firmemente por quatro anos. O fornecimento de armamentos e outros recursos dos aliados vinham pela fronteira da Turquia, onde o principal centro de apoio dos rebeldes era a cidade de Kilis. Como grande metrópole e tendo uma área de influência enorme no território, se os opositores tivessem conseguido o domínio absoluto de Aleppo, poderiam ter avançado e consolidado o seu controle territorial em grande parte do país (ver o Mapa 50).

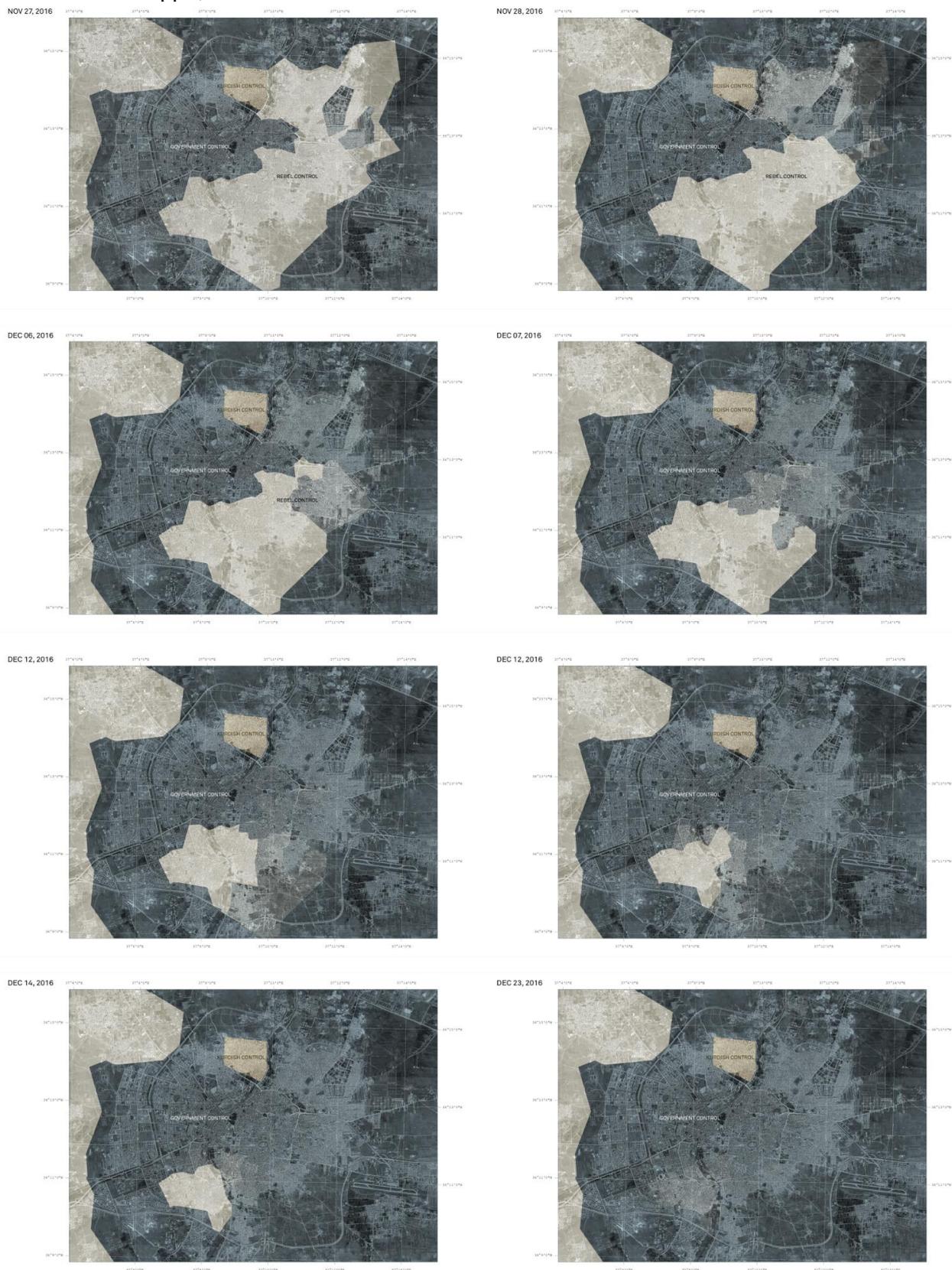
Mapa 50 - Aleppo: domínio territorial e dinâmica da guerra civil (junho de 2013)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Entretanto, o regime, com a ajuda dos seus aliados, conseguiu cortar as rotas de abastecimento dos insurgentes e isolá-los nos bairros onde permaneciam com o domínio do território. Estes paulatinamente foram sendo retomados pelas forças oficiais, alcançando o domínio completo da cidade em dezembro de 2016 (ver a Figura 27).

Figura 27 - As imagens de satélite mostram a evolução da retomada do controle do leste de Aleppo, entre 27 de novembro de 2016 a 23 de dezembro de 2016.



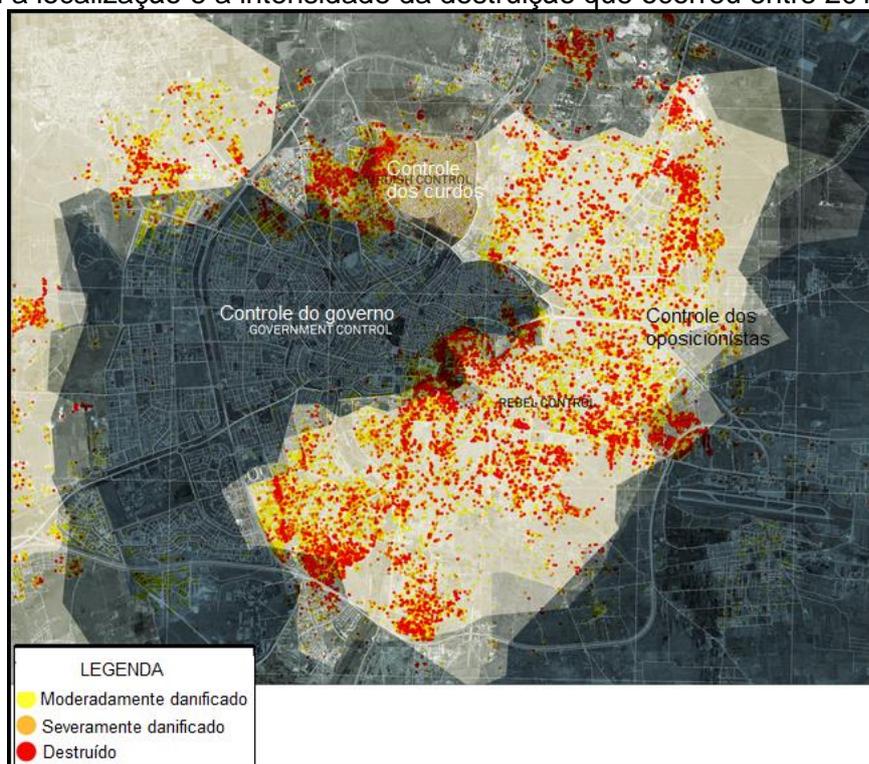
Fonte: KURGAN *et al.*, 2019 (com adaptações).

A partir da consolidação do controle absoluto da cidade, começou uma segunda etapa da guerra urbana em Aleppo, como aconteceu nas outras grandes cidades sírias: se utilizou o planejamento urbano como arma de guerra para garantir o controle territorial e aniquilar os grupos insurgentes. O regime de Assad utilizou políticas públicas urbanas como instrumento bélico.

Em abril de 2018, o governo sírio adotou a Lei 10, [...] (que) amplia radicalmente uma disposição anterior, o Decreto 66, de setembro de 2012. (...) Com base nestas disposições, a decisão sobre quais as áreas que serão expropriadas e reconstruídas estão nas mãos da família Assad e daqueles próximos do regime. Os críticos salientaram que o Decreto 66 e a Lei 10 foram e continuarão a ser usados para reprimir a dissidência em áreas específicas e como medida punitiva após as revoltas. Em 2012, por exemplo, os bairros designados para reabilitação ao abrigo do Decreto 66 compreendiam exclusivamente áreas com forte apoio da oposição (KURGAN *et al.*, 2019, tradução nossa).

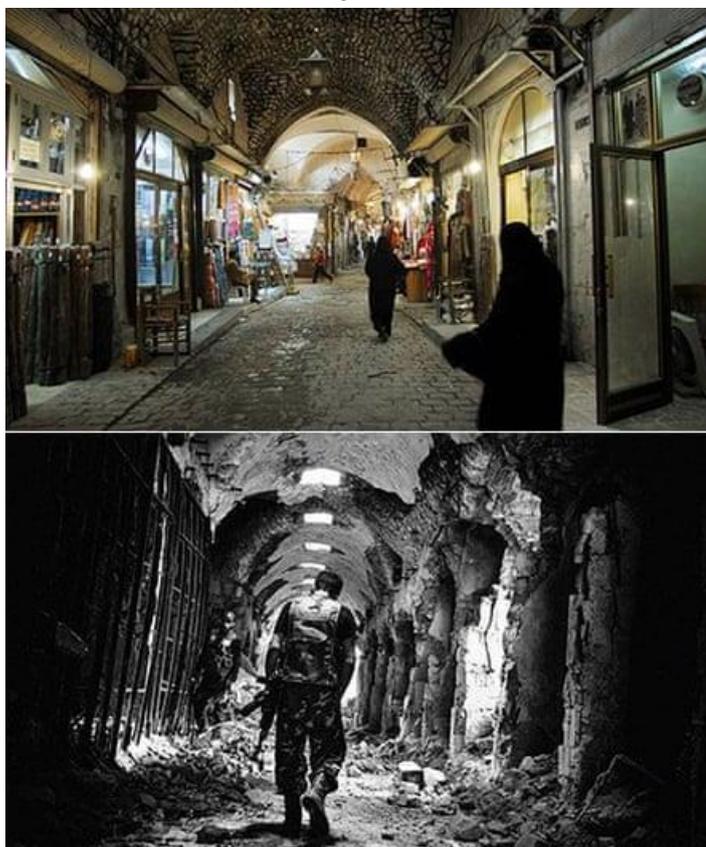
De fato, a análise de mapas e imagens aéreas da cidade de Aleppo mostra que grande parte dos bairros que foram dominados por grupos opositores, em sua maioria bairros informais, foram os mais destruídos por bombardeios e demolições ao longo da guerra civil (ver as Figuras 28 e 29). O alvo militar estratégico – a infraestrutura de abastecimento dos rebeldes – já havia sido capturada e destruída, quando o leste de Aleppo foi quase completamente arrasado no cerco de cinco meses (realizado no segundo semestre de 2016). A destruição sistemática ocorreu quase exclusivamente nos assentamentos informais da cidade. Aproximadamente 88% de todos os danos foram registrados nas áreas controladas pelos rebeldes no leste de Aleppo. Os bairros de Salah-ad-Deen e Ashrafeyeh, tidos como bairros informais, foram amplamente destruídos (KURGAN *et al.*, 2019).

Figura 28 - Sobrepostos a uma imagem de satélite de Aleppo de 2016, os dados de danos retratam a localização e a intensidade da destruição que ocorreu entre 2012 e 2016.



Fonte: KURGAN *et al.*, 2019, com adaptações.

Figura 29 - O antigo Souk era um tradicional local de compras de Aleppo, antes (2007) e depois da guerra (2013).



Fonte: Chulov, 2014.

7.4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO

A rede urbana do país foi o cenário da eclosão da guerra e centro de disputa do controle territorial entre os grupos insurgentes e o governo sírio. Dessa forma, a compreensão da estrutura urbana do país foi fundamental para o entendimento do desenvolvimento do conflito. Tornou-se igualmente evidente que os problemas urbanos já existentes antes da guerra civil foram determinantes no desenrolar da guerra, especialmente a existência dos bairros informais, onde houve grande atividade insurgente contra o regime de Assad.

As cidades – como *locus* de convivência, de intercâmbio econômico, político, ideológico e cultural – são sítios férteis para ideias, de apoio ou de dissidência dos regimes e governos. Dentro das cidades, sendo não homogêneas, há espaços mais dissidentes que viram tanto alvo de monitoramento e coerção quanto de eventos políticos extremos.

No caso sírio, a Primavera Árabe e seu efeito dominó fez com que o regime colocasse os olhos nas áreas periféricas e informais das principais cidades da rede urbana, por serem o *locus* de possível insurgência contra o governo Assad. Nessa medida, grande parte dos esforços, já deflagrada a guerra civil, foi investida em retomar o controle territorial perdido pelo regime nas grandes cidades da rede urbana, plano que se executou com "políticas públicas" urbanas que implicaram na destruição desses mesmos bairros considerados insurgentes. Assim, o regime conseguiu retomar o controle da guerra, garantindo o domínio sobre as principais cidades sírias e sobre o principal eixo da rede urbana até o final de 2024, quando as grandes cidades foram retomadas pelos grupos opositores, determinando a queda de Assad.

Como campo de pesquisa, o *Urban Battlespace* mostra sua utilidade para estudar o desenvolvimento tático e espacial das guerras civis. Neste contexto, verifica-se a existência de trabalhos sobre o domínio territorial no âmbito da criminalidade nos grandes centros urbanos brasileiros. No entanto, há poucas pesquisas que examinam essa questão na escala internacional. Nosso trabalho caminha nessa direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS²⁷

A guerra civil na Síria, iniciada em 2011, vem constituindo uma das mais graves crises internacionais do presente século. A recente queda do presidente Assad demonstrou que ela ainda está em curso, ao contrário do que alguns analistas indicavam. A crise desde o seu início transbordou as fronteiras do país, no sentido de envolver atores externos regionais e globais. Na análise desse conflito, nos dedicamos a estudar o tema da gestão do poder sobre o território por parte dos atores estatais e não estatais durante um conflito armado, utilizando o conceito de domínio territorial.

Neste intuito, foram lidos e analisados diversos trabalhos que versavam sobre o tema, tornando-se claro que a Geografia em geral e, principalmente, a brasileira, precisa aprofundar tal estudo. É bem possível que parte da explicação da baixa produção acadêmica brasileira na Geografia sobre o tema suscitado é que, ao longo das últimas décadas, a emergência da disciplina de Relações Internacionais ocupou, gradativamente, o campo de estudos dos conflitos internacionais, o que é compreensível, já que faz parte de seu objeto de estudo. O que não se justifica é a Geografia se afastar lentamente de tais investigações. Daí o motivo pelo qual reiteramos a importância dessa pesquisa para o nosso campo específico de atuação, principalmente no Brasil.

Apesar de algumas exceções, o levantamento feito no primeiro capítulo acerca da literatura sobre o domínio territorial em conflitos armados demonstrou que é imprescindível recorreremos aos autores estrangeiros no tocante à busca de métodos e instrumentos de pesquisa desse tema. Destacamos, entre eles, Anders (2019), Walsh *et al.* (2016) e principalmente Tao *et al.* (2016), que apresentam um método de análise do domínio territorial com níveis de poder sobre o território. Também portais internacionais de pesquisa, como o *Political Geography Now* e o *Jusoor for Studies*, foram extremamente úteis. Eles disponibilizam um vasto material de consulta, especialmente mapas e textos analíticos produzidos por suas equipes de especialistas associados sobre diversos conflitos internacionais contemporâneos. Este rico material nos deu o arcabouço teórico que nos propiciou construir um

²⁷ Devido a atual ofensiva rebelde, que culminou com a destituição de Assad do poder na Síria, no momento em que estamos finalizando esta pesquisa e, mais diretamente, estas considerações finais, optamos por inserir, além das nossas conclusões gerais do trabalho, também a análise dos acontecimentos atuais, contextualizando-os com os apontamentos principais da pesquisa.

modelo próprio, que se mostrou eficaz na análise do domínio territorial dos atores envolvidos.

Temos consciência, no entanto, que a construção de um modelo constitui um grande desafio que exige um esforço para a sua aplicação nos casos de estudo e para tentar obter algum avanço teórico para a Geografia. Sendo assim, acreditamos que devemos seguir com futuros trabalhos investigativos para aprimorar o nosso modelo e as nossas análises.

No campo da investigação histórica, realizada no capítulo 2, constatamos a utilidade do método da narrativa histórica analítica de Sloan (2017), que alia a Geografia à História e à Geopolítica. Ele nos permitiu uma análise mais profunda da evolução espaço-temporal da Síria e esclareceu um quadro histórico que propiciou a formação das condições que levaram à crise síria. E, no decorrer do trabalho, percebemos a importância de inserir a análise da rede urbana síria e suas implicações para o desenvolvimento da guerra, o que colocou no âmbito desta pesquisa o chamado "espaço urbano da guerra". Além disso, a utilização da cartografia como instrumento de aprofundamento da análise dos fenômenos geopolíticos também se revelou importante, ressaltando o papel dos geógrafos nos estudos dos conflitos internacionais.

Por fim, nesta parte metodológica, percebemos que a utilização dos fenômenos de TDR na explicação da dinâmica territorial da guerra civil poderia ter sido mais bem explorada. Algo que pretendemos trabalhar e aperfeiçoar em pesquisas posteriores.

Quanto à tese inicial, ela se revelou verossímil. Partindo do seu processo histórico, a Síria sempre esteve sob influência e intervenção de poderes externos. A territorialidade árabe-muçulmana, desenvolvida ao longo de séculos, fora interrompida com o colapso do Império Otomano e a implantação da lógica territorial de matriz europeia (ou vestfaliana). Remodelou-se, então, o espaço geográfico do Oriente Médio, criando Estados artificiais, de acordo com os interesses geopolíticos europeus. A ação colonial francesa na Síria resultou numa quase completa fragmentação do espaço nacional e na constituição de um típico Estado falido, que se tornou evidente a partir do início da guerra civil. Entende-se, então, a partir da sua história, porque o atual quadro geopolítico da Síria é tão complexo.

Dessa forma, a Primavera Árabe e as crescentes intervenções de poderes regionais – especialmente Irã, Arábia Saudita, Turquia e Israel – e globais – Rússia e EUA/OTAN – na guerra civil da Síria ajudaram na escalada do conflito, assim como na deterioração e na queda do regime de Assad e na destruição de grande parte do território do país. Compartilhamos com os autores consultados (HOWARD; STARK, 2018 e CUNNINGHAM, 2014), a ideia de que quanto maior o número de atores na guerra civil, sobretudo externos, maior a complexidade do conflito e, conseqüentemente, maior o poder de destruição do ponto de vista bélico e menor a capacidade dos atores se entenderem e chegarem a um possível acordo de paz. No caso sírio, chegou-se no mais alto nível de complexidade, com uma grande diversidade de atores internos (seculares e jihadistas), além dos externos. E mesmo a recente queda do presidente Assad não significa que haverá consensos fáceis, pois os diversos grupos são diferentes em sua composição e objetivos.

Sem dúvida, a localização estratégica da Síria no Oriente Médio constituiu um fator agravante para aprofundar as rivalidades internas e, principalmente, as externas. A Rússia não estava disposta a abrir mão das suas bases no litoral sírio às portas do mar Mediterrâneo. O EI dominou, em certo momento, quase metade do território sírio e de lá pretendia se expandir para o restante do Oriente Médio. Já o Irã tinha a Síria como elemento de ligação essencial entre o país persa e os seus grupos apoiadores no Líbano e na Palestina. Por isso, Israel passou a atingir, por meio de bombardeios aéreos, as posições iranianas na Síria. E, por sua vez, a Turquia interveio na parte norte do país para combater os curdos. Dessa forma, após mais de treze anos de guerra, a infraestrutura do país foi grandemente destruída, especialmente a sua rede urbana, o que dificulta tremendamente a retomada da atividade econômica, mesmo nas áreas onde diminuíram os confrontos armados.

As investigações da guerra civil mostraram a fraqueza do regime se refletindo na exposição da Síria às infiltrações de poderes internos e externos, o que resultou na ascensão de domínios territoriais diversos dentro da Síria. No caso dos curdos, aproveitando a impotência do governo em atuar em todas as frentes da guerra civil, eles puderam implantar um projeto autônomo, o que seria impensável no cenário pré-guerra civil. Outros grupos não estatais conseguiram alguma relevância ao se associarem a atores externos fortes; o HTS e o Exército Nacional Sírio (antigo Exército Sírio Livre) se juntaram aos turcos no norte e o Novo Exército Sírio está sob

a proteção das tropas norte-americanas na região de desconflito na parte sudeste do país. No caso do HTS, ele se tornou uma força crescente quando conseguiu avançar o seu domínio territorial para além da região de Idilib, sendo protagonista na atual ofensiva de destituiu o presidente Assad.

Outra evidência da falta de força do regime de Assad foi o fato de que os atores externos mais poderosos tomavam decisões à revelia do governo sírio. Os russos negociavam com os turcos a segurança das fronteiras no norte do país e com os norte-americanos e israelenses para coordenarem as campanhas aéreas e evitarem eventuais choques. Ademais, os EUA mantêm uma base na fronteira síria com a Jordânia e Iraque. Essa realidade colocou o regime sírio à mercê de seus aliados que o sustentaram no poder até recentemente.

Todos os pontos supracitados se refletem na questão do domínio territorial, alvo principal desse trabalho de pesquisa, cujo objetivo geral foi estabelecer as relações entre o domínio territorial e a Guerra Civil Síria. Consideramos que alcançamos os objetivos traçados. Como apontado na parte inicial do capítulo 4, quando fizemos a periodização do conflito e explicamos a situação atual da guerra civil, constatamos que desde aproximadamente 2020 a situação do domínio territorial na Síria estava estável entre os atores principais. No entanto, denominamos essa fase de estabilidade "precária", pois, apesar de não haver grandes mudanças na distribuição do domínio territorial entre os atores, a guerra continuava sem solução a curto prazo, os enfrentamentos armados não cessavam e o governo sírio não conseguia impor o seu poder de fato em quase 40% do país, e no restante do território tinha que dividir o poder com os seus aliados. A análise dos gráficos e dos mapas de diferentes fontes confirmava esse quadro.

Assistimos, no presente momento, a modificação dessa realidade a partir de novembro de 2024, quando alguns grupos rebeldes, tendo o HTS à frente, foram progressivamente retomando cidades importantes, inclusive Aleppo e Damasco, que estavam sob domínio do regime desde 2016. Como afirmamos, a estabilidade era "precária", e o regime de Assad, com os seus aliados principais – Rússia, Irã e o *Hezbollah* – enfraquecidos, não conseguiu resistir à ofensiva dos insurgentes, possivelmente apoiados pela Turquia.

Outra constatação advinda de nossas análises é que, de maneira geral, os atores internos, os grupos insurgentes e o próprio governo sírio buscavam mais

diretamente o domínio territorial dentro da Síria. Já os atores externos, os regionais e, sobretudo, os globais, não tinham interesse no domínio territorial direto, pois atuavam para preservar os seus interesses na região, trabalhando para manter as suas respectivas áreas de influências.

Há duas exceções no âmbito regional. No caso do Irã, que tinha o interesse de manter um poder mais efetivo no território sírio para garantir a unidade territorial do Crescente xiita, bem como para projetar poder sobre os seus inimigos regionais, principalmente Israel, que faz fronteira com a Síria. E a Turquia, que domina diretamente certa faixa do território sírio ao norte, onde está a fronteira entre os dois países, com o objetivo de combater os curdos, evitando que estes influenciem o movimento curdo dentro do território turco. A atual ofensiva dos insurgentes confirma o fortalecimento da Turquia, pois ela sempre apoiou os grupos opositores do norte da Síria para enfraquecer o regime de Assad e, principalmente, o projeto curdo de constituir uma unidade territorial autônoma no país. Por outro lado, a queda de Assad deve reduzir o poder regional do Irã, pois rompe o eixo territorial do Crescente xiita.

Deve-se destacar também que o componente cultural mostrou-se fundamental na deflagração e no desenvolvimento da Guerra Civil Síria. O Oriente Médio constitui um grande caldeirão de etnias e culturas, o que exigiu, para a compreensão mais profunda da Guerra Civil Síria, um esforço intelectual que vai além dos postulados geopolíticos clássicos de disputa de poder. A compreensão das principais correntes dentro do islamismo é indispensável na análise do conflito. O discurso do EI de resgate da territorialidade islâmica, que teria sido perdida após a colonização europeia, encontrou um terreno fértil em parte da população sunita síria e de milhares de combatentes voluntários que se dirigiram para lá, durante o conflito. O Irã, por sua vez, possivelmente foi o ator externo que mais penetrou no território sírio, numa estratégia de não apenas influir na questão militar a favor de Assad, mas também de se enraizar na sociedade síria, numa campanha deliberada de reterritorialização xiita do país, que incluía compras de terras, implantação de colonos xiitas e o estabelecimento de centros culturais para conversão ao islamismo xiita, em parceria com as milícias xiitas cada vez mais infiltradas no país.

Levando-se em conta que o fenômeno estudado se encontrava em pleno curso, há várias prováveis propostas de pesquisas derivadas dessa tese. A

investigação do espaço urbano da guerra é um campo a ser mais explorado na Guerra Civil Síria; por exemplo, podemos estudar as mudanças na rede urbana síria depois de mais de dez anos de conflito, principalmente de importantes cidades como Aleppo, que era a maior metrópole do país antes da guerra, e como tal foi escolhida para ser o epicentro da recente tomada do poder pelos rebeldes, os quais foram dominando gradativamente a rede urbana ocidental, até chegarem à capital Damasco.

Outra temática a ser aprofundada é o papel do Irã na Síria e no Oriente Médio nos próximos anos. Como já mencionado, o Estado iraniano foi o que mais investiu na penetração na sociedade síria. Então, têm-se alguns pontos a serem estudados: como o processo de escalonamento da crise na Síria impactou nas atuais hostilidades entre Irã e Israel, que levaram ambos os países a se atacarem diretamente? E como essa ofensiva israelense foi determinante para a queda de Assad? Ainda relacionado ao Irã, seria interessante estudar o processo de implantação de uma "territorialidade xiita" como expressão do poder iraniano no Oriente Médio em contraposição ao modelo de territorialidade islâmica proposto pelo EI.

Cabe também analisar o protagonismo de Israel e da Turquia na Síria e no Oriente Médio nos últimos anos. Israel empreendeu uma grande campanha militar contra o *Hezbollah* e o Irã na Síria; assim, podemos pesquisar a relevância dessas ações no recente processo que culminou com a queda de Assad. E sobre a Turquia, se tornando um ator cada vez mais importante na região, é plausível investigar a sua atuação crescente dentro da Síria, incluindo o seu domínio territorial no norte do país com o apoio de grupos insurgentes, em especial após a queda do regime de Assad.

Por fim, reiteramos que a conclusão dessa tese de doutorado não encerra de modo algum as investigações desse complexo fenômeno que é a Guerra Civil Síria, como também a temática do domínio territorial em conflitos armados. Dessa forma, almejamos continuar nosso trabalho de pesquisa, especialmente nos temas supracitados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Gabriel Pessin. A Rússia e os países da Comunidade dos Estados Independentes no início do século XXI. In **Uma Longa Transição da Rússia: Vinte anos de transformação na Rússia**, editado por André Augusto de Miranda Pineli Alves, Brasília: Ipea, p. 40-80, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9014. Acesso em: 02 set. 2024.

AFTANDILIAN, Gregory. **Security role for the United States in a post-ISIS Syria? Challenges and opportunities for U.S. policy**. USA - Pennsylvania: Strategic Studies Institute, US Army War College, set. 2018. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/resrep20104.2>. Acesso em: 02 set. 2024.

AGHAYEV, E., KATMAN, F. **Historical Background and the Present State of the Russian-Syrian Relations**. European Researcher, 35, p. 2066-2070, 2012.

AGNEW, John; CROBRIDGE, Stuart. **Mastering Space - Hegemony, Territory and International Political Economy**. Londres: Routledge, 1ª ed., 1995.

AL-TAMIMI, Aymenn Jawad. **Syrian Hezbollah militias Nubl Zahara**. Disponível em: <https://www.joshualandis.com/blog/syrian-hezbollah-militias-nubl-zahara/>. Acesso em 26 mai. 2024.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Uma breve história da Geopolítica**. (Coleção perspectivas do mundo contemporâneo). Rio de Janeiro: Cenegri, 2011.

ALEMDAR, Melis. **O que vem a seguir para o Oriente Médio após o acordo Sykes-Picot?** Turquia: TRT World, 19 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.trtworld.com/magazine/what-next-for-the-middle-east-after-the-sykes-picot-agreement-359758>. Acesso em: 11 fev. 2022.

AL-HOMSI, Muhammad. **US downs two drones before reaching base in southern Syria**. Síria: North Press Agency, 23 Out. 2023. Disponível em: <https://npasyria.com/en/106563/>. Acesso em: 14 out. 2024.

AL-JAZEERA. **Iraq, Russia, Iran and Syria coordinate against ISIL**. Al-jazeera News, 7 set. 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2015/9/27/iraq-russia-iran-and-syria-coordinate-against-isil>. Acesso em: 03 out. 2022.

ANDERS, Therese. **Territorial control in civil wars: Theory and measurement using machine learning**. In Journal of Peace Research, Peace Research Institute Oslo (PRIO), Dezembro 2019. Disponível em: https://therese.rbind.io/publication/anders2019_jpr/anders2019_jpr.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.

_____. Geopolítica do Brasil. **São Paulo: Ática, 1989.**

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações.** Tradução de Sérgio Bath. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

ARRAES, Virgílio Caixeta. Estados Unidos e Síria: do final da Guerra Fria à contemporaneidade. **Boletim Meridiano 47**, vol. 15, n. 145, p. 34 a 43, set.-out. 2014.

ARRUDA JÚNIOR, M. G. de, SILVA, J. A. M., & MACIEL, J. de C. **A guerra civil na Síria: breve olhar sobre Aleppo a partir de Hannah Arendt.** *Multitemas*, 25(61), 53–72, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/multi.v25i61.2457>. Acesso em: 10 out. 2023.

ASH, Konstantin; OBRADOVICH, Nick. **Climatic Stress, Internal Migration, and Syrian Civil War Onset.** SAGE Publications, *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 64(1), p. 3-31, 2020.

ASTANA. **Astana joint statement by Iran, Russia, Turkey.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/1/24/astana-joint-statement-by-iran-russia-turkey-in-full>. Acesso em: 30 nov. 2022.

AYAD, Hany M. **Community area based development in the Northern Region of Syria: Case study of urban Aleppo.** *Alexandria University - Alexandria Engineering Journal*, 50, 2011, p. 407–419. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S111001681100072X>. Acesso em: 31 mai. 2023.

BACIK, Gokhan. **Hybrid Sovereignty in the Arab Middle East: the cases of Kuwait, Jordan and Iraq.** New York: Palgrave-Macmillan, 2008.

BALANCHE, Fabrice. **Growing Risk of International Confrontation in the Syrian Desert.** *Policy Analysis, Policy Watch 2811*, 26 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/pdf/view/2867/en>. Acesso em: 30 out. 2023.

BARAM, Amatzia. **Iran's stakes in Syria.** Liechtenstein: Serviços de Inteligência Geopolítica AG, 28 out. 2021. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20230519171934/https://www.gisreportsonline.com/r/iran-syria/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

BARANOVSKY, Vladimir. **Russia: a part of Europe or apart from Europe.** *International Affairs*, Vol. 76, Nº 3., Julho de 2000.

BARRINHA, André. A Turquia e a Primavera Árabe. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 64, n. 4, p. 43-46, Dec. 2012. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000400017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jul. 2024.

BELMONTE, Giancarlo. **O ressurgimento do Grande Urso.** A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

BÍSSIO, Beatriz. **Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia**. UFF: Brasil, Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 9, n. 3, p. 532-546, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337353512018>. Acesso em: 25 set. 2024.

BITAR, Karim Emile. Uma revolução refém das questões regionais - guerras por procuração na Síria. **Le Monde diplomatique Brasil**, edição 71, 3 de junho de 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/guerras-por-procuracao-na-siria/>. Acesso em: 06 out. 2023.

BOLTUC, Sílvia. **Iranian possible membership in SCO: a geopolitical overview**. Special Eurasia, 15 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.specialeurasia.com/2022/09/15/iran-membership-sco/>. Acesso em: 12 out. 2022.

BRANCOLI, Fernando Luz. **Syria and narratives of proxy wars: the case of curds as an element of complexity**. Brasil: Rio de Janeiro, Revista Escola Guerra Naval, , v. 23, n. 3, p. 589-617. set./dez. 2017.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **O grande desafio EUA-URSS**. Rio de Janeiro: Nórdica. 1986.

BUHAUG, Halvard; GATES, Scott & LUJALA, Päivi. **Geography, Rebel Capability, and the Duration of Civil Conflict**. *Journal of Conflict Resolution* 53(4): 2009, p. 544–569. Disponível em: <https://www.hbuhaug.com/wp-content/uploads/2014/02/JCR-2009-duration.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BUZAN, B.; WÆVER, O. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: University Press, 2003.

CALLE, Luis de la; SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. **How Armed Groups Fight: Territorial Control and Violent Tactics**. In: *Studies in Conflict & Terrorism*, 38:10, 2015, p. 795-813. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282501343_How_Armed_Groups_Fight_Territorial_Control_and_Violent_Tactics. Acesso em: 16 mar. 2021.

CARIS, Charles C.; REYNOLDS, Samuel. **Middle East Security Report 22: Isis governance in Syria**. Washington-DC - The United States of America: Institute for the Study of War, 1400, 16th Street NW, 515, 2014.

CASAGRANDE, G. **The Road to Ar-Raqqa: Background on the Syrian Democratic Forces**. Institute for the Study of War, nov. 2016. Disponível em: <https://www.understandingwar.org/sites/default/files/The%20Road%20to%20ar-Raqqa%20ID.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

CASTELLS, M. **A identidade na era da mundialização**. Paris: Courrier International, nº 382, 26 fev. a 4 mar., 1998.

CASTRO, M. F. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. 188p.

CAVES, John. **Syrian Kurds and the Democratic Union Party (PYD)**. Institute for the Study of War, 6 dez. 2012. Disponível em: <https://www.understandingwar.org/backgrounder/syrian-kurds-and-democratic-union-party-pyd>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na campanha gaúcha**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, fev., 2013, p. 1-25.

CHETERIAN, Vicken (2005). "**Revoluções**" à moda do Leste. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 01 nov. 2005. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=1228>>. Acesso em: 10 out. 2024.

CHOKSY, Jamsheed K.; CHOKSY, Carol E. B. . China and Russia Have Iran's Back. **Foreign Affairs**, 17 de novembro, 2020.

CHULOV, Martin . **Syria's heritage in ruins: before-and-after pictures**. The Guardian, 26 jan. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/jan/26/syria-heritage-in-ruins-before-and-after-pictures>. Acesso em: 22 out. 2023.

CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 89-115.

CLERC, Valérie. **Informal settlements in the Syrian conflict: urban planning as a weapon**. In Built Environment, Vol.40, n°1 "Arab cities after 'the Spring'", 2014, p. 34-51.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. Boulder: Westview Press, 4ª Ed., 2009.

COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da guerra ao terror e a ascensão jihadista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução iraniana**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

COHEN, Ariel. **Competition over Eurasia: are the U.S. and Russia on a collision course?** The Heritage Foundation, 24 out. 2005. Disponível em: <https://www.heritage.org/europe/report/competition-over-eurasia-are-the-us-and-russia-collisioncourse>. Acesso em: 23 set. 2024.

COHEN, Erez. **From Arab Spring to Economic Winter – examination of the relationship between politics and economics as evident in the Syrian civil war during 2011-2015**. Journal of International Studies, Vol. 9, No 1, 2016, pp. 9-26.

COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics - The Geography of International Relations**. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2009.

_____. **Geography and Politics in a World Divided**. Nova Iorque: Oxford University, 2ª Ed., 1973.

_____. **Geopolitics of the World System**. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2003.

COOK, Steven A. **No Exit: Why the Middle East Still Matters to America**. Estados Unidos - Foreign Affairs V. 99, nº. 6, nov./dez. 2020.

CORDESMAN, Anthony H. **Stability Operations in Syria: The Need for a Revolution in Civil-Military Affairs**. Military Review exclusive online, mar. 2017.

_____. **Russia in Syria: Hybrid Political Warfare**. Center for Strategic and International Studies, 23 set. 2015. Disponível em: https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/150922_Cordesman_Russia_Syria_Hybrid_Political_Warfare.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

CORREIA, Ângela S. R.; ISIDÓRIO, Maria Socorro. **Cosmovisão das Religiões: Islamismo**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2015.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: Edusp, 2 ed., 3. Reimpr., 2016.

_____. **O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial**. Confins - revista franco-brasileira de Geografia, n. 25, p. [22], 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.10551>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Evolução geopolítica: cenários e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, maio de 2011.

CSIS. **Backgrounder: Hay'at Tahrir al-Sham**. Center for Strategic and International Studies, 4 out. 2018. Disponível em: https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/181018_Backgrounder.pdf?twUzerrr8ID9TDJiP3oMZ8yla_1Ez32. Acesso em: 03 jun. 2024.

CUNNINGHAM, David E. **How civil wars end**. University of Oxford - Department of Politics and International Relations, The Oxford University Political Blog, 2 nov. 2014. Disponível em: <https://blog.politics.ox.ac.uk/civil-wars-end/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DAOUDY, Marwa. **The Origins of the Syrian Conflict**. Inglaterra: Cambridge University Press, 2020.

DELUEZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto. 2004.

DETTMER, Jamie. **Russia Expands Military Facilities in Syria**. Voice of America - VOA, 12 mai. 2021. Disponível em: https://www.voanews.com/a/middle-east_russia-expands-military-facilities-syria/6205742.html. Acesso em: 17 nov. 2024.

DUGIN, Alexander. **The Fourth Political Theory**. Moscou, Eurasian Movement, 2012.

_____. **Why we fight in Syria**. German Center for Eurasianism Studies, 2016. Disponível em: <https://katehon.com/en/article/why-we-fight-syria>. Acesso em: 23 jul. 2024.

DUMAN, Yasin. **The Self-Determination Policy of Kurds in Iraq and Syria and Its Effects on Turkey's International Relations**. Kurdish Question, Ankara, p. 01-08, 06 jun. 2016.

ELLISON, Danielle. **FPI Bulletin: Saudi Arabia and the Syrian Civil War**. Washington, DC: Foreign Policy Initiative, 15 abr. 2016. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/resrep07388>. Acesso em: 8 nov. 2022.

EKŞİ, Muharrem. **Regional Hegemony Quests in the Middle East from the Balance of Power System to the Balance of Proxy Wars: Turkey as Balancing Power for the Iran - Saudi Rivalry**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322532686_Regional_Hegemony_Quests_in_the_Middle_East_from_the_Balance_of_Power_System_to_the_Balance_of_Proxy_Wars_Turkey_as_Balancing_Power_for_the_Iran_-_Saudi_Rivalry. 2017. Acesso em: 04 out. 2022.

FAZAL, Tanisha M. Religionist Rebels & the Sovereignty of the Divine. In **Dædalus - Journal of the American Academy of Arts & Sciences “Ending Civil Wars: Constraints & Possibilities”**. Volume 147, Number 1, Winter 2018, p. 25-35.

FINANCIAL TIMES. **Syria: what is Turkey's grand plan?** Financial Times, 25 Julho de 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/a14241de-8dbf-4a69-b064-2991f5992503>. Acesso em: 25 out. 2023.

FUJII, W. **O Estado Islâmico e o xadrez geopolítico dos conflitos na Síria e no Iraque**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2015.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GABUEV, Alexander. Why Russia and China are Strengthening Security Ties. In: **Foreign Affairs**, 24 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-09-24/why-russia-and-china-are-strengthening-security-ties>. Acesso em: 23 set. 2024.

GAMBRELL, Jon. **AP Explains: What is the US/Russia “deconfliction line?”**. The Associated Press, AP News, 7 abr. 2017. Disponível em: <https://apnews.com/article/9147aa068855466386cf19ddab5bc827>. Acesso em: 03 out. 2024.

_____. **Iran’s hard-line president still missing after likely helicopter crash in foggy, mountainous region**. Dubai: United Arab Emirates. AP News, 19 Mai. 2024. Disponível em: <https://apnews.com/article/iran-helicopter-raisi-b483ba75e4339cfb0fe00c7349d023b8>. Acesso em: 28 set. 2024.

GIACOMINI, Colin. **U.S. Support for Moderate Syrian Rebels and Its Implications for National Security**. Prized Writing, 2015-2016. <http://prizedwriting.ucdavis.edu/sites/prizedwriting.ucdavis.edu/files/users/mtrujil3/119PW%20Giacomini.pdf>. Acesso em: 9 out. 2024.

GLEICK, Peter H. **Water, Drought, Climate Change, and Conflict in Syria**. Oakland, California, Pacific Institute, Journal AMS, 1 July 2014.

GLOBAL COALITION. **Our mission**. The Global Coalition. Disponível em: <https://theglobalcoalition.org/en/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

GOLAN, Gan. **Closing the Gateways of Democracy: Cities and the Militarization of Protest Policing**. tese submetida to the Department of Urban Studies and Planning, MIT, Cambridge: 2005. Disponível em: dspace.mit.edu/handle/1721.1/34176 Acesso em: 3 nov. 2023.

GOLDSMITH, Leon T. **Syria: the alawite ‘identity reform’**. Bruxelas: Maghreb and Orient Courier, v. 23, Abril de 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/303565811>. Acesso em: 7 jun. 2022.

GONÇALVES, Williams; SILVA, Guilherme A. **Dicionário de Relações Internacionais**. São Paulo: Manole, 2ª Ed., 2010.

GOODARZI, Jubin M. **Syria and Iran: Diplomatic Alliance and Power Politics in the Middle East**. Londres: Bloomsbury Academic. Library of Modern Middle East Studies v. 55, 4 jun. 2006.

GOTTMANN, J. **The Significance of Territory**. Charlottesville, VA: University of Virginia Press, 169 pp., 1973.

GOUJON, Reva. **The Geopolitics of the Syrian Civil War**. Stratfor - Global Analysis, 4 ago. 2015. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/geopolitics-syrian-civil-war>. Acesso em: 14 jun. 2023.

GRAHAM, Stephen. **The Urban Battlespace**. Theory Culture Society, vol. 26, 2009, p. 278-288.

GVOSDEV, Nikolas K. Russian Strategic Goals in the Middle East. In **Russia's Policy in Syria and the Middle East: Determination, Delight, and Disappointment**. Washington D.C. - George Washington University, Central Asia Program (CAP), no. 212, jan. 2019, p. 4-7.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. **Identidades territoriais**. In: CORREA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. 284p.

HAIM, Anat Ben e DEKEL, Udi. **Israel's Dilemma over Syrian Reconstruction**. Israel: Institute for National Security Studies - *INSS Insight* No. 1.132, January 27, 2019. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/resrep19488>. Acesso em: 18 mai. 2023.

HAMIDI, Ibrahim. **9 years war Syria, 530 billion losses 40 infrastructure destroyed**. Londres – 27 de maio de 2020. Disponível em: <https://english.aawsat.com/home/article/2304086/9-years-war-syria-530-billion-losses-40-infrastructure-destroyed>. Acesso em: 28 fev. 2022.

HANIEH, Adam. **Lineages of Revolt: Issues of Contemporary Capitalism in the Middle East**. Chicago: Haymarket Books, 2013.

HELLER, H. **Teoria do Estado**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968.

HINNEBUSCH, Raymond. **Contextualizing the Syrian Uprising**. Scotland: University of St Andrews, Centre for Syrian Studies, 2014.

_____. **State De-Construction in Iraq and Syria**. In *Politische Vierteljahresschri*f, vol. 57, no. 4 , pp. 560-585, 2016. Disponível em: https://research-repository.st-andrews.ac.uk/bitstream/handle/10023/12401/Hinnebusch_2016_PV_De_construction_CC.pdf?sequence=2&isAllowed=. Acesso em: 26 mar. 2021.

_____. **From Westphalian Failure to Heterarchic Governance in MENA: The Case of Syria**. In *Taylor & Francis Journals*, vol. 29(3), p. 391-413, Maio, 2018.

HOLLIDAY, Joseph. **Middle East Security Report 8. The Assad regime: From Counterinsurgency to Civil War**. Washington D.C., Institute for the Study of War, mar. 2013.

HOLTZ, Mateus Felipe **Os assírios no norte da Síria: questões territoriais em meio ao Estado Sírio e à diáspora**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2022. Disponível em:

[https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/17131/DISSERTA%2083O%20DE%20MESTRADO%20-%20M%20HOLTZ%20%281%29.docx-mesclado.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/17131/DISSERTA%c3%87%2083O%20DE%20MESTRADO%20-%20M%20HOLTZ%20%281%29.docx-mesclado.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 13 abr. 2024.

HOURANI, Albert. **O pensamento árabe na era liberal: 1798-1939**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUMUD, C. E.; BLANCHARD, C. M. **Armed Conflict in Syria: Overview and U.S. Response**. Estados Unidos: Washington-DC - Congressional Research Service, Julho, 2020.

HUREWITZ, J. C. **Middle East and North Africa in World Politics: A Documentary Record**. New Haven: Yale University Press, 1979.

IBRAHIM, Batoul; Wind, Barend; MAIER, Karel. **Future urban development scenarios for post-conflict Syria. How will returning refugees shape the future?** Journal Habitat International, 119, 102499, 2022.

IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C.. **Introduction: Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences**. Princeton University - World Politics, Volume 61, N. 1, p. 1-27, Jan. 2009. Disponível em: https://gji3.scholar.princeton.edu/sites/g/files/toruqf2666/files/gji3/files/introduction_unipolarity.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

INSTITUTO CURDO DE PARIS. The Kurdish population. Paris: Instituto Curdo de Paris, 2016. Disponível em: <https://www.institutkurde.org/info/la-population-kurde-1232550992>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IRSHAID, Faisal. **ISIS, Estado Islâmico ou Daesh? Um grupo extremista, muitos nomes**. BBC News Brasil, 17 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42020312>. Acesso em: 17 nov. 2024.

ISRAEL. Ministry of Foreign Affairs. **Israel and the Arab States**. Jerusalem: Israel Information Center, 1991.

JABAREEN, Yosef. **The emerging Islamic State: Terror, territoriality, and the agenda of social transformation**. Geoforum, 58, January, 2015, p. 51–55. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268079795_The_emerging_Islamic_State_Terror_territoriality_and_the_agenda_of_social_transformation. Acesso em: 25 fev. 2022.

JOHNSON, Dominic; TOFT, Monica Duffy. Bringing “Geo” Back into Politics: Evolution, Territoriality and the Contest over Ukraine (with comment). In **Cliodynamics: The Journal of Quantitative History and Cultural Evolution**, N. 5, 2014, p. 87–122. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/59536683>. Acesso em: 22 mai. 2024.

JORDÂNIA. **Remarks by His Majesty King Abdullah II At the Baghdad Conference for Cooperation and Partnership**. Iraq - Bagdad, 28 August 2021. Disponível em: <https://kingabdullah.jo/en/speeches/baghdad-conference-cooperation-and-partnership>. Acesso em: 25 fev. 2022.

JUSOOR. **Map of military control across Syria at the end of 2022 and the beginning of 2023**. Jusoor for Studies, 02 de janeiro 2013. Disponível em: <https://jusoor.co/en/details/map-of-military-control-across-syria-at-the-end-of-2022-and-the-beginning-of-2023>. Acesso em: 25 out. 2023.

_____. **Map of foreign forces’ points in Syria- mid 2022**. Jusoor for Studies, julho de 2022. Disponível em: <https://jusoor.co/en/details/map-of-foreign-forces-points-in-syria-mid-2022>. Acesso em: 10 nov. 2024.

_____. **The state of Russian influence in Syria 8 years post military intervention**. Jusoor for Studies, 11 de outubro de 2023. Disponível em: <https://jusoor.co/en/details/the-state-of-russian-influence-in-syria-8-years-post-military-intervention>. Acesso em: 24 set. 2024.

KALYVAS, Stathis. **The Logic of Violence in Civil War**. Cambridge: Cambridge UP, 2006.

KARMI, Shimon. **The Implementation of Iran's Axis of Influence**. Alma Research and Education Center, 2020. Disponível em: <https://israel-alma.org/wp-content/uploads/2020/08/Shiite-Militias-in-Syria-FINAL-avraham.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2024.

KAYA, Karen. A Crise Síria sob o Ponto de Vista da Vizinha Turquia. In **Military Review**, Brasil: Revista profissional do Exército dos EUA, Edição brasileira, p. 72-81, maio-agosto 2014.

KELLIER, Pedro. **Ghosts of Syria: diehard militias who kill in the name of Assad**. 31 mai. 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2012/may/31/ghosts-syria-regime-shabiha-militias>. Acesso em: 25 mai. 2024.

KELLY, Philip L. **Escalation of Regional Conflict: Testing the Shatterbelt Conflict**. *Political Geography Quarterly* 5, no. 2, 1986, p. 161-180.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KHADDOUR, Kheder; HASAN, Harith. **The Transformation of the Iraqi-Syrian Border: From a National to a Regional Frontier**. Estados Unidos - Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, março 2020. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/Hasan_Khaddour_Iraq-Syria_Border2.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

KHAN, Aamna. **What does irans membership in the SCO mean for the region**. Do Diplomata, 20 de setembro de 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/09/what-does-irans-membership-in-the-sco-mean-for-the-region/>. Acesso em: 12 out. 2022.

KITCHEN, N. After the Arab Spring: power shift in the Middle East? The contradictions of hegemony: the United States and the Arab Spring. **LSE IDEAS**, London, 2012.

KOFMAN, Michael; ROJANSKY, Matthew. **Que Tipo de Vitória a Rússia Está Obtendo na Síria?** MILITARY REVIEW, Terceiro Trimestre 2018, p. 48-67. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/que-tipo-de-vitoria-a-russia-esta-obtendo-na-siria.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime**. Moscou: Institute for Strategic Studies and Predictions (PFUR), People's Friendship University of Russia, 2015.

KURGAN, Laura; BASIC, Grga, SCHREINER, Eva. **Aleppo, Syria: Urban Destruction Beyond Winning the War**. Columbia University - Center For Spatial Research, Project Conflict Urbanism: Aleppo, em dezembro de 2019. Disponível em: <https://aleppo.c4sr.columbia.edu/urban-destruction/index.html>. Acesso em: 29 out. 2023.

LACOSTE, Yves. Géographie et géopolitique. In AURIAC, Frank e BRUNET, Roger. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard, 1986.

_____. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução: Maria Cecília França – São Paulo: Editora Papirus, 1988.

LANDIS, Joshua. **Is there a Syrian Future?** Nova York: Centro de Segurança Nacional Fordham Law, 7 mai. de 2020. Disponível em: <https://www.centeronnationalsecurity.org/vital-interests-issue-30-joshua-landis>. Acesso em: 01 nov. 2023.

LAWRENCE, Thomas Edward. **Os sete pilares da sabedoria** [recurso eletrônico] / Thomas Edward Lawrence; tradução C. Machado. - 7. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.

LEGRAND, Félix. **Foreign Backers and the Marginalization of the Free Syrian Army**. The Arab Reform Initiative, Nov. 2016. Disponível em: <https://s3.eu-central->

1.amazonaws.com/storage.arab-reform.net/ari/2020/03/31160911/Arab_Reform_Initiative_2016-11_Policy_Alternatives_en_Foreign_Backers_and_the_Marginalization_of_the_Free_Syrian_Army.pdf. Acesso em: 1º jun. 2024.

LEMES, Luiz Fernando Rodrigues. **Entre a segurança nacional e a soberania: uma análise dos estereótipos de EUA e Rússia sobre a questão síria**. Goiânia: Panorama, v. 7, n. 1, p. 21-24, jan./jun. 2017.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Tradução: Ruy Jungmann. – Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1996.

LIMA, Bernardo Pires. **A Síria em pedaços**. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2015.

LIMA, Ivaldo Gonçalves. **A cartografia geopolítica no rastro do geógrafo-general Karl Haushofer**. Terra Brasilis (Nova Série) [online], 10, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/3264>. Acesso em: 2 jun. 2022.

LIMA, Marcos Costa; VALDEVINO, Deisiane; FONSECA, Pedro. A geopolítica asiática e seus desdobramentos globais: a Organização para Cooperação de Xangai. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019, p. 5-26.

LITTLE, Douglas. **Cold War and Covert Action: The United States and Syria, 1945-1958**. Middle East Journal, Vol. 44, No. 1, 1990, p. 51-75.

LÓPEZ, Guilherme. **Shabiha: Del crimen organizado a la violencia política en Síria**. Espanha: Grupo de Estudios sobre Seguridad Internacional (GESI) - Máster en Estudios Estratégicos y Seguridad Internacional de la Universidad de Granada, 12 dez. 2016. Disponível em: <http://www.seguridadinternacional.es/?q=es/content/shabiha-del-crimen-organizado-la-violencia-pol%C3%ADtica-en-siria>. Acesso em: 25 mai. 2024.

LUCENA, Gleydson Gonzaga de. **A geopolítica da guerra civil síria e suas implicações para o Brasil**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia, 2017.

LUCENA, Gleydson Gonzaga de; MESA, Glória Maria Vargas Lopez. A Guerra Civil Síria: Uma Análise das Relações entre o Conflito Armado e o Domínio Territorial. In TEIXEIRA, Vinicius Modolo; SOUZA, Angelita Matos; SENHORAS, Elói Martins (orgs). **Geopolítica e Relações Internacionais: Agendas de Segurança e Defesa**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, p. 47-77.

LUOMI, Mari. **Sectarian identities or geopolitics? The regional shia-sunni divide in the Middle East**. The Finnish institute of international affairs, Working Papers, 56, 2008. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/48033/08_Sectarian_Identities_or_Geopolitics.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

MACHADO, L.; MENDELSKI, B. **A Política Externa e a Atuação Russa no Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1991-2014**. Revista Geopolítica, 6 (1), 2015, p. 46-64.

MACKINDER, Halford J. O pivô geográfico da história (tradução de Fabrício Vasselai). São Paulo - GEOUSP - Espaço e Tempo, Nº 29, 2011, p. 87-100.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MAGRUDER, Daniel L. **Al Tanf garrison: America's strategic baggage in the Middle East**. Washington D.C. The Brookings, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/al-tanf-garrison-americas-strategic-baggage-in-the-middle-east/>. Acesso em: 11 out. 2024.

MAHMOUDIAN, Arman. **Why the West Shouldn't Celebrate Russia's Withdrawal from Syria**. Foreign Policy, 01 ago. 2024. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2024/08/01/russia-syria-iran-israel-us-hezbollah/>. Acesso em: 25 set. 2024.

MALACHENKO, Alexei. **A arriscada aposta russa na Síria**. Le Monde Diplomatique, Ed. 100, 4 de novembro de 2015. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-arriscada-aposta-russa-na-siria/>. Acesso em: 1º set. 2024.

MALMVIG, Helle. **Israel's conflicting interests in the Syrian war**. Danish Institute for International Studies, DIIS Policy Brief, dezembro 2016. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/resrep13182>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global**. Rio de Janeiro: Zahar, 1a ed., 2018.

_____. **O poder da Geografia: o futuro do nosso mundo em 10 mapas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1a ed., 2022.

MASOUD, Tarek. **Dez anos de Primavera Árabe: reis ou povo?** São Paulo/SP: Fundação Fernando Henrique Cardoso, Journal of Democracy em Português, volume 10, número 1, maio de 2021, p. 96-121.

MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MASTERS, Jonathan; MERROW, Will. **US troops Middle East mapping military presence**. Washington, Council on Foreign Relations, 1 out. 2024. Disponível em: <https://www.cfr.org/article/us-troops-middle-east-mapping-military-presence#:~:text=As%20of%20October%202024%2C%20U.S.,at%20sea%20in%20the%20region>. Acesso em: 12 out. 2024.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. Updated edition. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

MEHCHY, Zaki; NASSER, Rabie; SCHIFFBAUER, Marc. **Trade Determinants and Potential of Syria**. World Bank, Middle East Development Journal 7(2), 20 out. 2015.

MELO, Tiago Valêncio de. **O Guardião das Monarquias: A Atuação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) no contexto das Revoltas Árabes (2010-2016)**. Brasil: Goiânia - Universidade Federal de Goiás, 5º Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais – “Democracia e Direitos Humanos: crises e conquistas”, 11 a 13 de setembro de 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/Tiago_completo.pdf. Acesso em: 4 jun. 2024.

MENDES, Carmen Amado; FREIRE, Maria Raquel. **A Organização de Cooperação de Xangai como instrumento geopolítico sino-russo na Ásia Central**. Centro Português de Geopolítica, Geopolítica: derivações semânticas da geopolítica, Ed. nº 2, junho 2008, p. 207-235.

MERVIN, Sabrina. **Memória de perseguições: o estranho destino dos alauítas sírios**. São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, edição 67, 1 de fevereiro de 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-estranho-destino-dos-alauitas-sirios/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS – Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995, p. 76 – 92.

MIDDLE EAST MONITOR. **Free Syrian Army subgroups unite to form National Army**. 31 dez., 2017.

MILITARY REVIEW. **Why does the United States expand the Al-Tanf military base in Syria?** Army University Press, Military Review, nº 41, 1 jun. 2018. Disponível em: <https://en.topwar.ru/142483-dlya-chego-ssha-rasshiryayut-voennuyu-bazu-et-tanf-v-sirii.html>. Acesso em: 4 out. 2024.

MISACHI, John. **Biggest Cities In Syria**. In World Atlas, 25 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/biggest-cities-in-syria.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

MISSARI, Nizar. O Brasil e o mundo árabe. In OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (orgs). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**, v. 1 – São Paulo: Saraiva, 2006, p. 243-263.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. São Paulo : Papirus, 1995. MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena história crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **A Desordem Mundial: o espectro da total dominação – Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **ONU-Habitat: população mundial será 68% urbana até 2050**. Nações Unidas Brasil - 01 julho 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1-68-urbana-at%C3%A9-2050>. Acesso em: 28 out. 2023.

NADIR, Mohammed. **A vitória da diplomacia chinesa na reconciliação entre Arábia Saudita e Irã**. Brasil: Carta Capital, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-vitoria-da-diplomacia-chinesa-na-reconciliacao-entre-arabia-saudita-e-ira/#:~:text=A%20ag%C3%Aancia%20de%20imprensa%20Saudita,em%20seguran%C3%A7a%20assinado%20em%202001>. Acesso em: 20 dez. 2023.

NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio** / tradução Milton Chaves de Almeida. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NASSER, Reginaldo Mattar. As cidades e as “novíssimas guerras”: a militarização do espaço urbano. In SILVA FILHO, Edison Benedito da; MORAES, Rodrigo Fracalossi (orgs.). **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. – Rio de Janeiro: Ipea, 2012, p. 271-294.

NASSER, Reginaldo Mattar; ROBERTO, Willian Moraes. **A questão curda na guerra da Síria: dinâmicas internas e impactos regionais**. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, Lua Nova, nº 106, 2019, p. 219-246.

NEDAL, D., STEWART, M., & WEINTRAUB, M. **Urban Concentration and Civil War**. Journal of Conflict Resolution, 64(6). July 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282327140_Urban_Concentration_and_Civil_War. Acesso em: 28 jun. 2023.

NEWMAN, David. **The resilience of territorial conflict in an era of globalization**. Beer Sheva, Israel: Ben Gurion University, Department of Politics and Government, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/252081906_The_Resilience_of_Territorial_Conflict_in_an_Era_of_Globalization. Acesso em: 12 abr. 2021.

NEWS EUROPEAN PARLIAMENT. **Syrian uprising a spring not in bloom**. 30-05-2011. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/world/20110526STO20294/syrian-uprising-a-spring-not-in-bloom>. Acesso em: 26 jun. 2022.

NEZAN, Kendal. **A brief survey of the history of the Kurds: Who Are the Kurds?** Paris: Fondation Institut kurde de Paris, 2022.

NUNES, André Figueiredo. **Estado Islâmico: Restauração do califado e instabilidade no Oriente médio.** Rio de Janeiro: UERJ, Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v.4, n.7, jan-junho 2015, p. 54-77.

_____. **A Arábia Saudita e o Crescente Xiita.** Escola de comando e estado-maior do exército, Observatório militar da praça vermelha, 03 de março de 2020. Disponível em: <http://ompv.eceme.eb.mil.br/seguranca-publica-e-crime-organizado-internacional/99-areas-tematicas/geopolitica-e-defesa/geopolitica-do-oriente-medio-e-seus-reflexos-para-o-mundo/255-a-arabia-saudita-e-o-crescente-xiita>. Acesso em: 04 nov. 2022.

NUNES, Thainá P. B. V.; SILVA, Mayane Bento. **Fundamentos da geopolítica neo-eurasianista na inserção russa no caso sírio.** Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 5, nº 1, jan./jun. 2018, p. 227-249.

OBAMA, Barack. **Statement by the President on Syria.** The White House, Office of the Press Secretary, 4 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2012/02/04/statement-president-syria>. Acesso em: 9 out. 2024.

OMRAN, Muna. **As marcas da história na guerra civil síria.** Rio de Janeiro: Revista Topoi, v. 15, n. 28, jan./jun. 2014, p. 366-371.

ORTEGA, Felipe A. **As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. PPG-RI San Tiago Dantas, São Paulo, 2009.

PARASCHOS, Peter. Geopolitical Risk in the Middle East and North Africa: Shatter Belts & Great Power Rivalry. In **Japan Spotlight**, mar. - abr. 2017, p. 17-20.

PAUNIC, Natalia. **The Rising Shi'a Crescent: Iranian Smart Power and Implications for the Middle East, Central Asia, and the Persian Gulf.** Carleton Review of International Affairs, Vol. 3, 2016, p. 70-92. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3ada/2d5b3fcc9952423fd40ec595f42c394da30e.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

PAUTASSO, D. O comércio exterior na universalização da política externa chinesa no século XXI. **Meridiano 47**, Brasília, v. 113, 2009, p. 14-16. Disponível em: <http://www.red.unb.br/index.php/MED/article/view/494/311>. Acesso em: 07 set. 2024.

_____. A Nova Rota da Seda e seus desafios securitários: os Estados Unidos e a contenção do eixo Sino-Russo. **Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas**, Belo Horizonte, Vol. 7(2), 2019, p. 85-100. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/18048/pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

PECEQUILO, C. S.; FORNER, C. N. Barack Obama e o Oriente Médio: Um Panorama Crítico (2009/2017). **Carta Internacional**, 12(2), 2017, p. 101–125.

PELHAM, Nicolas. **Banker, princess, war lord: the many lives of Asma Assad**. Londres: The Economist, nº 1843, 10 de março de 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/1843/2021/03/10/banker-princess-warlord-the-many-lives-of-asma-assad>. Acesso em: 4 fev. 2022.

PETROCELLI, Leonardo. **A porta de saída da Síria: Uma análise geográfica da guerra civil Síria**. TCC, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16015/TCC%20-%20Leonardo%20Petrocelli.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PICCINI, Andrea. **Palmira – Cidade Porta do Império Romano para o Oriente**. *R. Museu Arq. Etn.*, 32: 2019, p. 203-210.

PINCHEMEL, Philippe. La face de La terre - Éléments de géographie. In: PINCHEMEL, Philippe. **Régions et territoires**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1988.

POLLACK, Kenneth M. **Breaking the Stalemate: The Military Dynamics of the Syrian Civil War and Options for Limited U.S. Intervention**. Brookings, Nº 30, agosto de 2013. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/08_Pollack_Syria.pdf. Acesso em: 09 out. 2024.

PRIYA, Lakshmi. **Astana Talks: A Prelude to Peace in Syria**. Índia: Nova Delhi - Institute for Defense Studies and Analyses (IDSA), 28 de nov. 2017. Disponível em: https://idsa.in/backgrounders/astana-talks-a-prelude-to-peace-in-syria_lpriya_271117. Acesso em: 30 nov. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude; Lopreno, Dario; Pasteur, Yvan. **Géopolitique et Histoire**. Paris: Payot, 1995.

RAISI, L. A. **Iran-Arabie Saoudite: Le choc des Titans**. Paris: Encre d'Orient - E. Bonnier, 2018.

RANE Worldviews. **For Israel, It's Open Skies Over Syria and Iraq**. RANE Worldviews, 14 out. 2019. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/israel-its-open-skies-over-syria-and-iraq-iran-hezbollah-airstrike>. Acesso em: 16 mai. 2023.

REIS, João Montenegro da Silva Pereira. **O Rimland e o “perigo verde”: Por que o Oriente Médio não deixa de figurar como uma das regiões centrais na geoestratégia dos EUA**. 07/01/2020. Brasil Energia. Disponível em: <https://brasilenergia.com.br/petroleoegas/o-rimland-e-o-perigo-verde>. Acesso em: 12 jul. 2024.

REUTERS. **US troops in Middle East what are they doing and where.** Washington, Reuters - Voice of America News, 03 fev. 2024. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/us-troops-in-middle-east-what-are-they-doing-and-where-/7469452.html>. Acesso em: 12 out. 2024.

ROJAVA IC. **Map of attacks on North and East Syria.** Rojava Information Center, October 9th 2019. Disponível em: <https://x.com/RojavaIC/status/1182051118643367938>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

ROSENBOIM, O. **The Value of Space: Geopolitics, Geography and the American Search for International Theory in the 1950s.** Londres: Universidade de Londres, 2019. Disponível em: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/21956/1/The%20Value%20of%20Space%20Rosenboim%20final.pdf>. Acesso em: 14 abril 2021.

RÚSSIA. The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. **Foreign Minister Sergey Lavrov's interview with Newsweek**, September 21, 2022. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/news/1830540/. Acesso em: 10 jul. 2024.

_____. The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. **Joint Statement by Representatives of Iran, Russia and Türkiye on Outcomes of the 21st International Meeting on Syria in the Astana Format**, 24-25 January 2024. Disponível em: <https://mid.ru/en/maps/sy/1927658/>. Acesso em: 1 set. 2024.

_____. The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. **Foreign Policy Concept of the Russian Federation**, 2023. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/. Acesso em: 22 set. 2024.

SABAN, Navvar. **Factbox Iranian influence and presence in Syria.** <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/factbox-iranian-influence-and-presence-in-syria/>. Acesso em: 31 mai. 2024.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAGUIN, André-Louis. A evolução da Geografia Política desde os anos de 1990: uma perspectiva internacional. In SILVA, Augusto César Pinheiro da (org). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas.** Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALEM, Paul. **Iraq's tensions heightened by Syria conflict.** Líbano - Beirute: Carnegie Middle East Center, 29 de novembro de 2012. Disponível em: <https://carnegie-mec.org/publications/?fa=50189&lang=en>. Acesso em: 22 set. 2022.

SANTOS, Cilícia Dias dos. A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede

urbana brasileira. In **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 1, p. 177-190, jan-abr/2009, Taubaté, SP, Brasil.

SANTOS, Eduardo Eugênio Albuquerque. A geopolítica russa: De Pedro, “O grande”, a Putin, a “Guerra- Fria”, Eurasianismo e os Recursos Energéticos. In **Revista Militar**, 2018. Revista Militar N.º 2473/2474, fev./mar. 2008, p. 1-36.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed. 2. reimpr., 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio (org). **Abordagens e concepções de território**. 3º Ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

_____. À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI. In OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (orgs). In **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 57-88.

SASSEN, S. **Cities and new wars: concept**. Paper apresentado na Conference on Cities and New Wars at Columbia University. New York, 25 e 26 Sept. 2009.

SATO, Eiiti. A ascensão da China e alguns desafios de uma nova geopolítica. In **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, e1287, 2022, p. 1-19.

SCARDUELLI, Christian Alberto Becker. A Guerra Civil da Síria: Uma abordagem histórica e suas implicações para a política migratória da União Europeia. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

SHATZ, Howard J. **The Syrian Civil War Is Coming to an End**. *Newsweek*, April 5, 2019. Disponível em: <https://www.rand.org/blog/2019/04/the-syrian-civil-war-is-coming-to-an-end.html>. Acesso em: 18 ago 2019.

SHAWAKH, A.; NUQTA, A. A.; NASRULLAH, B.; ISSA H.; KILANI M.; ALABDALLAH, O. **Map of Foreign Forces in Syria, Mid-2024**. Joors for Studies, 02 jul. 2024. Disponível em: <https://jusoor.co/en/details/map-of-foreign-forces-in-syria-mid-2024>. Acesso em 24 set. 2024.

SHARMA, Vaasu. **Syria Joins China's Belt and Road Initiative**. Extraordinary and Plenipotentiary diplomatist: Analysing International Relations, 4 fev. 2022. Disponível em: <https://diplomatist.com/2022/02/04/syria-joins-chinas-belt-and-road-initiative/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SIMONS, Greg. Russia in the Middle East: (Re)Emergence of a New Geopolitical Shatter Belt? In **Russia's Policy in Syria and the Middle East: Determination, Delight, and Disappointment**. Washington D.C. - George Washington University, Central Asia Program (CAP), no. 212, jan. 2019, p 4-7.

SLOAN, Geoffrey. **Geopolitics, geography and strategic history. Geopolitical Theory**. Routledge, Abingdon, UK, 2017.

SORENSEN, David. **Syria in Ruins: The Dynamics of the Syrian Civil War**. Praeger Security International, 2016.

SOURDEL, Janine; SOURDEL, Dominique. **Dictionnaire historique de l'islam**. Paris: Presses Universitaires de France, 1. ed.,1996.

SOUSA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Bruno Mendelski de; JARDIM, Emmanuel Brandolff. **A presença chinesa no Oriente Médio frente à hegemonia mundial dos Estados Unidos**. Brasil: Belo Horizonte - Estudos Internacionais, v.4, n.3, p.5 - 24, 2017.

_____. **A política externa saudita durante a primavera árabe (2010-2014)**. Revista InterAção, v. 9, n. 9, jul/dez 2015.

SPUTNIK BRASIL. **Putin: EUA armam combatentes para Estado Islâmico**. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201509272249514-putin-entrevista/>. Acesso em: 21 abr. 2017.

STEWART, Megan A. & LIOU, Yu-Ming. Do Good Borders Make Good Rebels? Territorial Control and Civilian Casualties. In **The Journal of Politics**, volume 79, number 1. Published online December 7, 2016. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/688699>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SUKHANKIN, Sergey. **Russian PMCs in the Syrian Civil War: From Slavonic Corps to Wagner Group and Beyond**. Washington DC: Jamestown Foundation - Global Research & Analysis, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://jamestown.org/program/russian-pmcs-in-the-syrian-civil-war-from-slavonic-corps-to-wagner-group-and-beyond/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SULLIVAN, Marisa. **Hezbollah in Syria**. Institute for the Study of War, Middle East Security Report 19, abril 2014.

SYRIAN CENTER. **Syria- Alienation and Violence. Impact of Syria Crisis Report 2014**. Syria - Damascus: Syrian Center for Policy Research, março 2015. Disponível em:

https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/alienation_and_violence_impact_of_the_syria_crisis_in_2014_eng.pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

_____. **Conflict Economies in Syria: Roots, Dynamics, and Pathways for Change**. Beirute: Syrian Center for Policy Research, Development Policy Forum, Discussion Paper No.1, Junho 2020. Disponível em: <https://www.scpr-syria.org/conflict-economies-in-syria-roots-dynamics-and-pathways-for-change/>. Acesso em: 04 mar. 2022.

_____. **Determinants of forced displacement in the Syrian conflict: an empirical study**. Syrian Center for Policy Research, mar. 2021. Disponível em: <https://www.scpr-syria.org/determinants-of-forced-displacement-in-the-syrian-conflict-an-empirical-study/>. Acesso em 06 mar. 2022.

SYRIAN OBSERVATORY for Human Rights. **Power and influence distribution in Syria: ISIS-held area in the desert declines following military operations by Russian and regime forces**. *The Syrian Observatory for Human Rights*, 13 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.syriahr.com/en/222749/>. Acesso em: 25 out. 2023.

_____. **From the military support to the culture and economy: Iran controls Syria's entire joints**. *The Syrian Observatory for Human Rights*, Jul 17, 2019. Disponível em: <https://www.syriahr.com/en/135020/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

TAO, Ran; STRANDOW, Daniel; FINDLEY, Michael; THILL, Jean-Claude; WALSH, James Igoe. **A Hybrid Approach to Modeling Territorial Control in Violent Armed Conflicts**. *Transactions in GIS* 20(3), 2016, p 413–425.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **Geopolítica das Organizações de Cooperação em Defesa**. Boa Vista, Editora da UFRR, 2020.

THE ABRAHAM ACCORDS. **The Abraham Accords Declaration**, 2020. Disponível em: <https://www.state.gov/the-abraham-accords/>. Acesso em: 11 out 2022.

THE ECONOMIST. **A country divided: Ten years of war have broken Syria into pieces**. *The economist*, March 13, 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2021/03/13/ten-years-of-war-have-broken-syria-into-pieces>. Acesso em: 04 fev. 2022.

THE SOCIAL CONTRACT, 2013. Charter of the Social Contract: Self-rule in Rojava. **Peace in Kurdistan**, 29 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://peaceinkurdistancampaign.com/charter-of-the-social-contract/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

THOMPSON, Elizabeth F. **How the West Stole Democracy from the Arabs: The Syrian Congress of 1920 and the Destruction of Its Historic Liberal-Islamic Alliance**. Nova Iorque: Atlantic Monthly Press, 2020.

TOFT, Monica Duffy. **Territory and war**. Journal of Peace Research, Vol. 51(2), 2014, p. 185–198. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24557415>. Acesso em: 03 mai. 2022.

TOMÁS, Maria João. O conflito da síria: o quadro global. In VIEIRA, Rui; RODRIGUES, Teresa (orgs). **O conflito da Síria: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares - Centro de Investigação de Segurança e Defesa, setembro de 2014.

TYNER, Evan. Do Territorial Control and the Loss of Territory Determine the Use of Indiscriminate Violence by Incumbent Actors? An Examination of the Syrian Civil War in Aleppo over 45 weeks. In **Journal of Terrorism Research**. The Centre for the Study of Terrorism and Political Violence - JTR, Volume 7, Issue 1, janeiro de 2016, p. 52-66.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; SANTOS, Jonathan Davi de Abreu Meireles; DUNNWALD, Lorenzo Garcia; LIMA, Lorenzo Viana; LUCHTENBERG, Milleny Mendes da Silva; CASTRO, Vítor Assmann. **Atlântico Sul: o Rimland do Brasil e seus desafios no contexto da guerra na Ucrânia**. Porto Alegre: Escola Superior de Propaganda e Marketing, Século XXI, V. 14, Nº1, Jan-Jun 2023.

UNITED NATIONS. **Fears grow for Syria amid rising violence, deepening humanitarian crisis**. UN News - Global perspective Human stories, 9 de março de 2022. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/03/1113592>. Acesso em: 26 jun. 2022.

UNITED STATES. **Syria Accountability and Lebanese Sovereignty Restoration act of 2003**. Washington: US Government Information, Public law 108–175, 12 dec. 2003.

_____. **Syria and U.S. Policy**. Washington: US Congress Research Service, 24 fev. 2023.

_____. **Authorization for the Use of Military Force (AUMF)**. Washington: US Congress Research Service, Public Law 107–40. 18 set. 2001. Disponível em: <https://www.congress.gov/107/plaws/publ40/PLAW-107publ40.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

ÜLKER, Duygu; ERGÜVEN, Orhan; GAZIOĞLU, Cem. **Socio-economic impacts in a Changing Climate: Case Study Syria**. Istanbul University, Institute of Marine Sciences and Management, International Journal of Environment and Geoinformatics 5(1), p.84-93, 2018.

VARGAS, Maria Glória Lopez de Mesa. Quem tem direito ao território? In **Boletim Goiano de Geografia (Online)**. Goiânia, v. 37, n. 1, jan./abr. 2017, p. 74-90.

VERDEIL, Éric. Reconstructions manquées à Beyrouth, La poursuite de la guerre par le projet urbain. In **Les Annales de la recherche urbaine**, nº91 Villes et guerre, dezembro de 2001, p. 65-73.

VESENTINI, José William. **Fundamentos - Teorias Geopolíticas - Escolas Geopolíticas**, 2009. Disponível em: <http://www.geocritica.hpg.ig.com.br/geopolitica.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **Ensaio de Geografia Crítica: história, epistemologia e (geo)política** - São Paulo: Plêiade, 2009b.

VINOGRAD, Cassandra. **Iran Slams Saudi Arabia's Execution of Sheikh Nimr al-Nimr as Backlash Mounts**. NBC News Digital, Jan. 3, 2016. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/world/iran-slams-saudi-arabia-s-execution-sheikh-nimr-al-nimr-n489326>. Acesso em: 25 set. 2023.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. Mudanças na direção de uma globalização multidimensional complexa. In: LEIS, Héctor & FARIA, Caleb (orgs.) **Condição humana e modernidade no Cone Sul**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Porto Alegre: Ciências & Letras, n. 51, p. 57-79, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. **O Grande Oriente Médio - da Descolonização à Primavera Árabe**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2013.

WALSH, James Igoe; FINDLEY, Michael; STRANDOW, Daniel; THILL, Jean-Claude. Mapping territorial control in civil wars. In **Revista eletrônica Political violence @ A Glance**, 10 Agosto 2016. Disponível em: <https://politicalviolenceataglance.org/2016/08/10/mapping-territorial-control-in-civil-wars/>. Acesso em: 16 mar 2021.

WATKINS, Andrew. **Losing territory and lashing out: The Islamic State and International Terror**. Combating Terrorism Center at West Point, março 2016, p. 14-18. Disponível em: https://ctc.usma.edu/wp-content/uploads/2016/04/CTC-SENTINEL-Vol9Iss3_b5.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

WATKINS, Simon. **China, Russia, Look To The Shia Power Crescent For Middle Eastern Leverage & Energy Investments**. Middle East Briefing, 17 maio 2023. Disponível em: <https://www.middleeastbriefing.com/news/china-russia-look-to-the-shia-power-crescent-for-middle-eastern-leverage-energy-investments/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

WEBER, Max. **The Theory of Social and Economic Organization**. New York: The Oxford University Press, 1947.

WEHREY, Frederic. **Uprisings Jolt the Saudi-Iranian Rivalry**. Current History, vol. 110, n. 740, dezembro de 2011. Disponível em: <http://faculty.bemidjistate.edu/mlawrence/Wehrey.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

WEHREY, Frederic; KAYE, Dalia Dassa; WATKINS, Jessica; MARTINI, Jeffrey; GUFFEY, Robert A. **The Iraq Effect: The Middle East After the Iraq War**. Washington: RAND Corporation, 2010. Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2010/RAND_MG892.pdf>. (Digital, online). Acesso em: 23 ago. 2022.

WEZEMAN, Pieter; KUIMOVA, Alexandra; WEZEMAN, Siemon t. **Trends in international arms transfers**, 2020. Stockholm International Peace Research Institute - SIPRI Fact Sheet, março 2021. Disponível em: https://sipri.org/sites/default/files/2021-03/fs_2103_at_2020.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

WIND, Barend; IBRAHIM, Batoul. The war-time urban development of Damascus: How the geography- and political economy of warfare affects housing patterns. In **Journal Habitat International**, 96, 2020, p. 102-109.

WONG, Tessa. **A nova rota da seda que a China quer construir vale o investimento trilionário?** BBC News Brasil, 18 out. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmj544lg205o>. Acesso em: 25 set. 2024.

WORLD BANK. **The toll of war: the economic and social consequences of the conflict in Syria**. Washington, DC: World Bank Group, 2017.

_____. **The fallout of war: The regional consequences of the conflict in Syria**. Washington, DC: World Bank Group, 2020.

YAHIEL, Ido. **Iran in Syria: From Expansion to Entrenchment**. Israel: Tel-Aviv University, Moshe Dayan Center for Middle Eastern and African Studies, Tel Aviv Notes, Vol. 15, Nº 5, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://dayan.org/content/iran-syria-expansion-entrenchment>. Acesso em: 03 nov. 2024.

YETIM, M.; KAŞIKCI, T. Re-adapting to Changing Middle Eastern Politics: The Modification in Turkey's Actor Perception and Turkey-Free Syrian Army (FSA) Relations. In **Contemporary Review of the Middle East**, 8(2), 2021, p. 193-209.

YOUNG, William; STEBBINS, David; FREDERICK, Bryan A.; SHAHERY, Omar Al. Spillover of the Syrian Conflict into Turkey. In **Spillover from the Conflict in Syria Book: An Assessment of the Factors that Aid and Impede the Spread of Violence**. RAND Corporation, 2014, p. 15-23.

ZELIN, Aaron Y.; WINTER, Ilana. **One Year of the Islamic State Worldwide Activity Map**. Washington DC - The Washington Institute for Near East Policy, Policy Watch 3848, 20 mar. 2024. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/pdf/view/18681/en>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ANEXO A - PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE A GUERRA CIVIL SÍRIA²⁸

Quadro A.1 - Trabalhos sobre a atuação do Estado Islâmico na Guerra Civil Síria

Autor(es) e seus respectivos trabalhos de pesquisa	objetivo(s) principal(is) do trabalho
O Estado Islâmico e o xadrez geopolítico dos conflitos na Síria e no Iraque (FUJII, 2015).	O autor busca discutir como o avanço do EI afetou as relações e interesses dos principais atores envolvidos no conflito sírio.
Estado Islâmico: Restauração do califado e instabilidade no Oriente médio (NUNES, 2015).	Analisa como a insurgência iraquiana e a Guerra Civil Síria contribuíram como o desenvolvimento do EI, as ameaças que ele representa, como ganhou a atual projeção internacional e a posição do Brasil.
O Estado Islâmico do Iraque e do Levante: fundamentos políticos à violência política (CALFAT, 2015).	Investiga as razões para ascensão e fortalecimento do EI e sua atuação na Síria e no Iraque; bem como operou na administração da vida de milhões de pessoas que residem nos territórios sob seu controle.
A Guerra Civil Síria, no pós-Primavera Árabe, como palco da reedição das guerras por procuração (COLET, 2021).	Analisa a Guerra Civil Síria e os motivos do fracasso das “guerras por procuração” empreendidas por países como Arábia Saudita, Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos e Turquia.
A ascensão do “Estado Islâmico” (TOMÉ, 2015)	Relata o significado sociológico do Califado islâmico e seu espaço pelo Oriente Médio.
O Estado Islâmico: a geografia de um grupo jihadista na Síria e no Iraque (OLIVEIRA, 2016). (GEÓGRAFO)	Realiza uma análise geográfica da trajetória e dinâmica do Estado Islâmico sobre o território sírio-iraquiano. O autor entende como a “geografia” do Estado Islâmico o conjunto de elementos necessários à organização jihadista em seu processo de apropriação, controle e manutenção dos territórios sob seu poder, bem como a base ideológica de seu projeto expansionista de implantação de um califado e o quadro geopolítico sobre o qual o grupo se insere.
A expansão do Estado Islâmico no Iraque e na Síria (FERNANDINO, 2017).	Trata da expansão do EI no Iraque e na Síria e como sua presença afeta ambos os países. Portanto, analisa as características e objetivos do grupo para entender como ele ameaça as soberanias iraquiana e síria.
Estado islâmico e a intervenção no Oriente Médio: os casos de Iraque e Síria (Daniela Oliveira, 2016)	O presente trabalho visa analisar os fatores externos e internos para o surgimento do grupo extremista autodenominado Estado Islâmico nos territórios da Síria e do Iraque.
A geopolítica da guerra do grupo Estado Islâmico: a ameaça do terror sem rosto (OLIVEIRA E GIUDICE, 2018) (GEÓGRAFOS)	Estuda a origem do EI, as formas de atuação das suas ações no Oriente Médio. Mostra todos os territórios pretendidos e conquistados pelo grupo terrorista na Síria e no Iraque no início da sua formação, assim como as regiões que eles almejavam conquistar fora do mundo árabe.
A estratégia de controle territorial do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (2014-2015) (DAMIN, 2019).	O artigo aborda a estratégia urbana do grupo Estado Islâmico do Iraque e do Levante (2014-2015) na região de sua atuação primária entre os anos de 2014 e 2015. E analisa como ele se utiliza de seu domínio sobre territórios para construir as bases territoriais do autoproclamado califado.

Fonte: elaborado pelo autor.

²⁸ Os trabalhos que estão destacados em negrito são de autores geógrafos.

Quadro A.2 - Trabalhos sobre a atuação dos curdos na Guerra Civil Síria

Autor(es) e seus respectivos trabalhos de pesquisa	Abordagem(ns) principal(is)
A questão curda na guerra da Síria: dinâmicas internas e impactos regionais (NASSER; ROBERTO, 2019)	Analisa o “domínio territorial” dos curdos no norte da Síria e aprofunda a análise da relação entre os curdos do Iraque e da Turquia no contexto da Guerra Civil Síria.
Estado, soberania e os curdos na guerra civil da Síria (GOULART, 2021)	Discute o conceito de Estado e soberania no caso da rebelião curda na guerra civil no país a partir de 2011, com foco no desenvolvimento dos grupos autônomos no norte da Síria e nas políticas adotadas por Bashar al-Assad diante da “questão curda”.
Primavera curda, da utopia à realidade: Confederalismo democrático na Síria (IMARAL, 2020)	Analisa as narrativas em torno do projeto unificador que vem sendo desenvolvido pelos curdos, principalmente aquelas que dizem respeito à produção de uma nação com autonomia, tendo como objeto as províncias curdas da Síria.
Kobanî: um passo promissor na luta pela autonomia (COSTA; BARRETO, 2020)	Estuda o processo da retomada de Kobanî como um evento crucial para a análise da participação curda na guerra, bem como visa abordar a construção da autonomia dos curdos em Rojava e a decisão de seguir uma “terceira via” durante a guerra civil.
Uma batalha em todas as frentes: o significado da vitória no cerco de Kobani para o processo de legitimação dos Cantões de Rojava (TABORDA; ADAM, 2016).	Analisa o processo de legitimação dos territórios autônomos de Rojava, ou Curdistão Sírio, a partir do conflito entre os curdos da região e seus aliados e o autoproclamado califado sunita do Estado Islâmico. É dado enfoque ao cerco de Kobani, dada a relevância estratégica, bem como simbólica, do evento.
Atualidade do conflito territorial curdo no Oriente Médio na perspectiva da Geografia do Poder (MELO, 2017) (GEÓGRAFO)	Este trabalho busca compreender as atuais questões do conflito territorial dos curdos dentro do contexto maior da crise que se instalou no Oriente Médio no século XXI. Para tanto, ele recupera o perfil e a gênese da população curda, passa pela análise dos territórios ocupados e reivindicados por eles e, por fim, analisa o atual estágio da luta dos curdos no norte da Síria, realizando uma análise dentro da Geografia Política do Poder proposta por Raffestin.
Síria e narrativas de guerra por procuração: o caso dos curdos como elemento de complexidade (BRANCOLI, 2017).	Este artigo discute as chamadas "guerras por procuração" na Síria. Ao contrário de um confronto bilateral liderado pelo Estado, enfatiza que se trata de um conflito fluido, com alianças e objetivos mudando com o tempo, enfatizando o caso curdo, destacando suas múltiplas afiliações.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro A.3 - Trabalhos sobre a atuação dos atores regionais envolvidos na Guerra Civil Síria

Autor(es) e seus respectivos trabalhos de pesquisa	Atores e Abordagem(ns) principal(is)
A guerra civil síria, o Oriente Médio e o sistema internacional (FURTADO, 2014).	ATORES DIVERSOS - Analisa a tentativa de formação de uma coalizão liderada pelos Estados do Golfo para deter a crescente e, aparentemente, inexorável influência iraniana a qualquer custo. A moeda dessa batalha regional tem sido a mobilização sectária.
Primavera árabe na Síria: a correlação de forças na evolução das revoltas populares à guerra civil (RICCI, 2016).	ATORES DIVERSOS - Partindo da ideia de que a Primavera Árabe na Síria tomou cursos políticos, econômicos e sociais muito mais complexos e graves do que se almejava, o autor procura identificar essas relações e interesses, os quais advêm dos cenários tanto interno sírio quanto internacional, que têm sido catalisadores da manutenção do conflito civil no país.
A perenização da guerra na Síria: um estudo tripartido em níveis de análise sobre a maximização de poder e a busca de hegemonia na região do conflito (ANDRADE, 2018).	ATORES DIVERSOS - O artigo debate a fenomenologia da perenização do conflito na Síria e suas causas sistêmicas, regionais e domésticas, estudando a guerra síria em três níveis de análise distintos: o nível de análise internacional (ou sistêmico), o âmbito de análise regional e a perspectiva da política doméstica síria.
A política externa do Irã e o impacto do conflito na Síria: alterações geopolíticas regionais e a estratégia iraniana (ROBERTO, 2015).	IRÃ - Analisa o impacto das recentes mudanças geopolíticas no Oriente Médio sobre a política externa do Irã, tendo como foco os eventos desencadeados a partir de 2011 na Síria. Defende-se que Damasco é peça fundamental para a estratégia regional empregada pelo Irã e que por esse motivo o país tornou-se alvo dos adversários da República Islâmica.
A Arábia Saudita e o Crescente Xiita (NUNES, 2020).	ARÁBIA SAUDITA - O autor analisa a geopolítica saudita e seu enfrentamento do Crescente xiita, especialmente na Síria.
A mudança da postura estratégica da Turquia na Guerra Civil da Síria: explicando o uso da força a partir de dinâmicas domésticas e estruturais (SANTOS, 2020).	TURQUIA - Analisa a mudança no comportamento estratégico da Turquia na Guerra Civil da Síria. Entre 2016 e 2018, suas Forças Armadas realizaram duas ofensivas militares naquele país, com o intuito de conter ameaças à segurança nacional. No entanto, o uso da força pela Turquia representa uma ruptura com sua postura estratégica.
A Crise Síria sob o Ponto de Vista da Vizinha Turquia (KAYA, 2024).	TURQUIA - A crise na Síria agora afeta a região a sua volta, principalmente os países vizinhos. Do ponto de vista da Turquia, a crise representa quatro ameaças diretas à sua segurança atualmente, que tem que lidar com instabilidade nas suas fronteiras.
A Turquia e a questão curda na guerra civil da síria: A dinâmica da relação turco-curda nas incursões turcas (SOUZA, 2021).	TURQUIA - Analisa a Turquia como um ator regional proeminente na Guerra Civil da Síria. As operações militares turcas iniciadas em 2016 tiveram como alvo curdos que conseguiram um espaço autônomo próprio no norte sírio desde 2012.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro A.4 - Trabalhos sobre a atuação dos EUA e da Rússia na Guerra Civil Síria

Autor(es) e seus respectivos trabalhos de pesquisa	Abordagem(ns) principal(is)
Os Interesses Geopolíticos e a influência da Guerra da Síria no Equilíbrio de Poder no Oriente Médio (ROCHA; CABRAL, 2024).	Analisa a Guerra da Síria, destacando como os interesses geopolíticos conflitantes de atores externos foram responsáveis por prolongar o conflito. Em função da complexidade do conflito, foram abordadas as presenças e interesses de dois atores estatais globais – Estados Unidos e Rússia –, e dois atores estatais regionais – o Irã e a Turquia.
Uma nova Guerra Fria? EUA e Rússia no conflito da Síria (NACFUR, 2015).	Analisa o conflito da Síria, abordando a sua complexidade e os interesses dos vários agentes envolvidos. O foco, porém, é nos dois Estados mais importantes para essa solução: Estados Unidos e Rússia, que são indispensáveis para que essa batalha chegue ao fim.
Síria - Analisando a evolução do conflito através das Teorias das Relações Internacionais (2011-2016) (FRANCA, 2017).	Apesar de a autora abordar todos os principais atores, o trabalho se destaca pela análise da atuação de EUA e Rússia no conflito.
Entre a segurança nacional e a soberania: uma análise dos estereótipos de EUA e Rússia sobre a questão síria (LEMES, 2017).	Este trabalho tenta compreender como foram construídas as características e estereótipos dos Estados Unidos e da Rússia durante a tensão envolvendo os ataques químicos na Síria. Para isso, foram analisados 190 fragmentos textuais do jornal “O Popular” que apontaram para a polarização entre o “bem” e o “mal” em relação aos dois países.
Os novos corredores energéticos e a guerra civil na Síria: velhos e novos atores (CORRÊA; DELGADO, 2018).	Analisa o conflito na Síria, considerando que ele constitui uma disputa de poder entre Rússia e Estados Unidos e que envolve não só um embate pela influência no Oriente Médio, mas também as questões de dependência energética da Europa em relação ao petróleo e aos derivados russos.
Hegemonia, Imperialismo e a Guerra na Síria: Elementos para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo (MORAIS DA SILVA, 2018)	Analisa, a partir dos conceitos de hegemonia e imperialismo e dos desdobramentos da Guerra na Síria os elementos que servem para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo. Assim, é analisada a política externa das grandes potências, Estados Unidos, China e Rússia, comparando as capacidades econômicas e militares que cada uma possui.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro A.5 - Trabalhos sobre a atuação dos EUA na Guerra Civil Síria

Autor(es) e seus respectivos trabalhos de pesquisa	Abordagem(ns) principal(is)
Estados Unidos e Síria: do final da Guerra Fria à contemporaneidade (ARRAES, 2014).	Analisa as relações entre Estados Unidos e Síria ao longo das últimas décadas desde o final da Guerra Fria até a atualidade da guerra civil, sempre considerando o embate geopolítico com a Rússia.
A Batalha da Síria e a nova geopolítica do Oriente Médio (BUZETTO, 2019).	Analisa o papel e os interesses dos EUA e seus aliados regionais na guerra que está se desenvolvendo na República Árabe Síria desde 2011, partindo do pressuposto de que o governo dos EUA é o único do mundo que patrocina, ao mesmo tempo, inúmeras “guerras híbridas”, “guerras por procuração”, se utilizando de táticas conhecidas da época da Guerra Fria, como as “operações de guerra psicológica” e a “guerra de informação”.
A segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio (BANDEIRA, 2013).	Analisa os acontecimentos que desde a dissolução do Bloco Socialista e a desintegração da própria União Soviética abalaram os países da Eurásia e ainda convulsionam o Oriente Médio e a África do Norte, dado que os Estados Unidos continuam a implementar a estratégia da “dominação de espectro total” da Rússia e da China.
Barack Obama e o Oriente Médio: Um Panorama Crítico (PECEQUILO; FORNER, 2017)	Considerando a guerra civil na Síria um acréscimo desastroso histórico da Primavera Árabe, as autoras analisam a política de Barack Obama no conflito e sua possível falta de uma avaliação clara sobre as forças em choque na Síria e suas consequências negativas para os EUA na região.
O uso do poder militar dos Estados Unidos contra o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (DAMIN, 2015)	Analisa a decisão do presidente Barack Obama de mobilizar as forças armadas norte-americanas para combater o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL) nas regiões controladas pelo grupo no Oriente Médio. Busca-se encontrar as bases legais e institucionais para essas ações militares e mapear duas fases de respostas do presidente norte-americano contra o EIL.

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro A.6 - Trabalhos sobre a atuação da Rússia na Guerra Civil Síria

Autor(es) e seus respectivos trabalhos de pesquisa	Abordagem(ns) principal(is)
A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio (PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2024).	O artigo objetiva demonstrar como a atuação militar da Rússia na Síria pode ser caracterizada enquanto guerra híbrida, e como o papel russo no conflito evidencia a capacidade deste país em atuar como polo de poder no Sistema Internacional.
Conselho de segurança e a guerra civil da síria: uma análise do posicionamento da Rússia (SILVA, 2021).	Consiste em um estudo de caso do posicionamento da Rússia favorável à Síria no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) durante a Guerra Civil da Síria, investigando as possíveis motivações para a falta de consenso e cooperação naquele órgão em relação ao conflito da Síria.
S-300: a arma de negação da Geopolítica (TEIXEIRA, 2020). (GEOGRAFO)	A ajuda russa em 2015 foi imediatamente sentida em todo Oriente Médio, alterando significativamente os rumos da guerra que assolava a Síria desde 2011. Meses depois os russos instalaram sistemas S-400 próximos das instalações portuárias de Latakia, em dezembro de 2015, de onde esses sistemas poderiam cobrir uma significativa parte do território sírio, bem como o sul da Turquia e norte de Israel, enviando um poderoso recado a esses países, que buscavam a deposição do regime de al-Assad.
Rússia e a Guerra Civil Síria: o posicionamento russo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (FERREIRA; SILVA, 2023).	Analisa o posicionamento da Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) durante a Guerra Civil Síria. Nesse cenário, é esperado um posicionamento do CSNU e ações para solucionar o caso. Porém, há uma falta de consenso entre os membros do CSNU e a Rússia teve papel central, pois participou do conflito em 2015, apoia Bashar al-Assad e vetou algumas propostas de resolução sobre o conflito.
A atuação do governo russo na guerra civil síria: compreendendo as razões e os objetivos de Moscou (KÄFER, 2022).	A parceria entre a Rússia e a Síria foi importante para a decisão de apoiar o regime Assad, principalmente os atributos político-estratégicos, que se mesclaram à conjuntura geopolítica apresentada e derivado medo do transbordamento do terrorismo e da intervenção ocidental para mais perto da Rússia potencializou a deliberação arriscada de fazer da ação militar na Síria em 2015 a primeira do país pós-soviético fora do seu espaço tradicional de influência.
Fundamentos da geopolítica neo-eurasianista na inserção russa no caso sírio (NUNES; SILVA, 2018).	Analisa a política de Vladimir Putin na Síria como sendo um resgate, segundo os autores, do uso da geoestratégia fundamentada conforme a lógica eurásiana, que dá extrema importância à região da Eurásia, o que solidifica a identidade russa em resposta à expansão ocidental em nova ordem mundial.

Fonte: elaborado pelo autor.

ANEXO B - RESOLUÇÕES DO CONGRESSO GERAL SÍRIO, DE 2 DE JULHO DE 1919

Nós, abaixo-assinados, membros do Congresso Geral Sírio reunidos em Damasco em 2 de Julho de 1919 e compostos por delegações das três zonas, a Sul, Leste e Oeste e dotados de credenciais que nos autorizam a representar a muçulmanos, cristãos e judeus de nossos respectivos distritos, resolvem apresentar as aspirações das pessoas que nos escolheram (...). Com exceção da quinta cláusula, aprovada por larga maioria, as resoluções que se seguem foram todas aprovadas por unanimidade:

1. Desejamos a plena e absoluta independência política da Síria nas seguintes fronteiras (segue-se uma delimitação que corresponde aproximadamente aos territórios da Síria, sudoeste da Turquia, Líbano, Palestina e Jordânia).

2. Desejamos que o Governo da Síria seja uma monarquia constitucional baseada em princípios democráticos e amplamente descentralizada, que salvaguarde os direitos das minorias e desejamos que o Amir Faisal, que se esforçou tão nobremente por nossa libertação e desfruta de nossa plena confiança seja nosso Rei.

3. Tendo em conta que os habitantes árabes da Síria não são menos aptos do que outras nações (como os búlgaros, os sérvios, os gregos e os romenos) quando concedidos a independência, **protestamos contra o artigo XXII do Pacto da Liga das Nações, que nos relegam à posição de raças insuficientemente desenvolvidas que exigem a tutela de um poder mandatário (...).**

4. Se, por qualquer razão que não nos seja revelada, a Conferência de Paz ignore este protesto legítimo, consideramos que o mandato mencionado no Pacto da Sociedade das Nações não implica mais que a prestação de assistência técnica e econômica, sem prejuízo de nossa absoluta independência. Contamos com a declaração do Presidente Wilson de que este objetivo ao entrar na Guerra era pôr fim aos projetos de aquisição para fins imperialistas. No desejo de que nosso país não seja um campo de colonização, e na crença de que a nação americana está desprovida de ambições coloniais e não tem nenhum projeto político em nosso país, resolvemos buscar ajuda nos campos técnico e econômico do país Estados Unidos da América, entendendo-se que a duração dessa assistência não deve exceder vinte anos.

5. No caso de os Estados Unidos se considerarem incapazes de atender ao nosso pedido... Procuraríamos a assistência da Grã-Bretanha, desde que não seja permitido que prejudique a unidade e a absoluta independência do nosso país e que a duração não deve exceder o período mencionado na cláusula anterior.

6. Não reconhecemos ao Governo francês qualquer direito a qualquer parte da Síria, e rejeitamos todas as propostas que a França deve nos dar qualquer ajuda ou exercer sua autoridade sobre a menor parcela que seja do nosso território.

7. Nós rejeitamos as reivindicações dos sionistas para o estabelecimento de uma comunidade judaica naquela parte do sul da Síria que é conhecida como

Palestina e nós somos opostos à imigração judaica em qualquer parte do país. Nós não reconhecemos que eles têm algum direito, e nós consideramos suas reivindicações como uma grave ameaça à nossa vida nacional, política e econômica. Nossos concidadãos judeus continuarão a gozar dos direitos e a assumir as responsabilidades que são nossas em comum.

8. Desejamos que não haja desmembramento da Síria e nenhuma separação da Palestina ou região costeira do Oeste do Líbano da mãe-pátria (...)

10. Os princípios básicos proclamados pelo Presidente Wilson em condenação dos tratados secretos fazem-nos entrar em um protesto enfático contra qualquer acordo para providenciar o desmembramento da Síria.

Os elevados princípios proclamados pelo Presidente Wilson nos encorajam a acreditar que a consideração determinante no estabelecimento do nosso próprio futuro serão os desejos reais do nosso povo; E que possamos olhar para o Presidente Wilson e para a nação liberal americana, que são conhecidos pela sua sincera e generosa simpatia pelas aspirações das nações fracas, pela ajuda na realização de nossas esperanças.